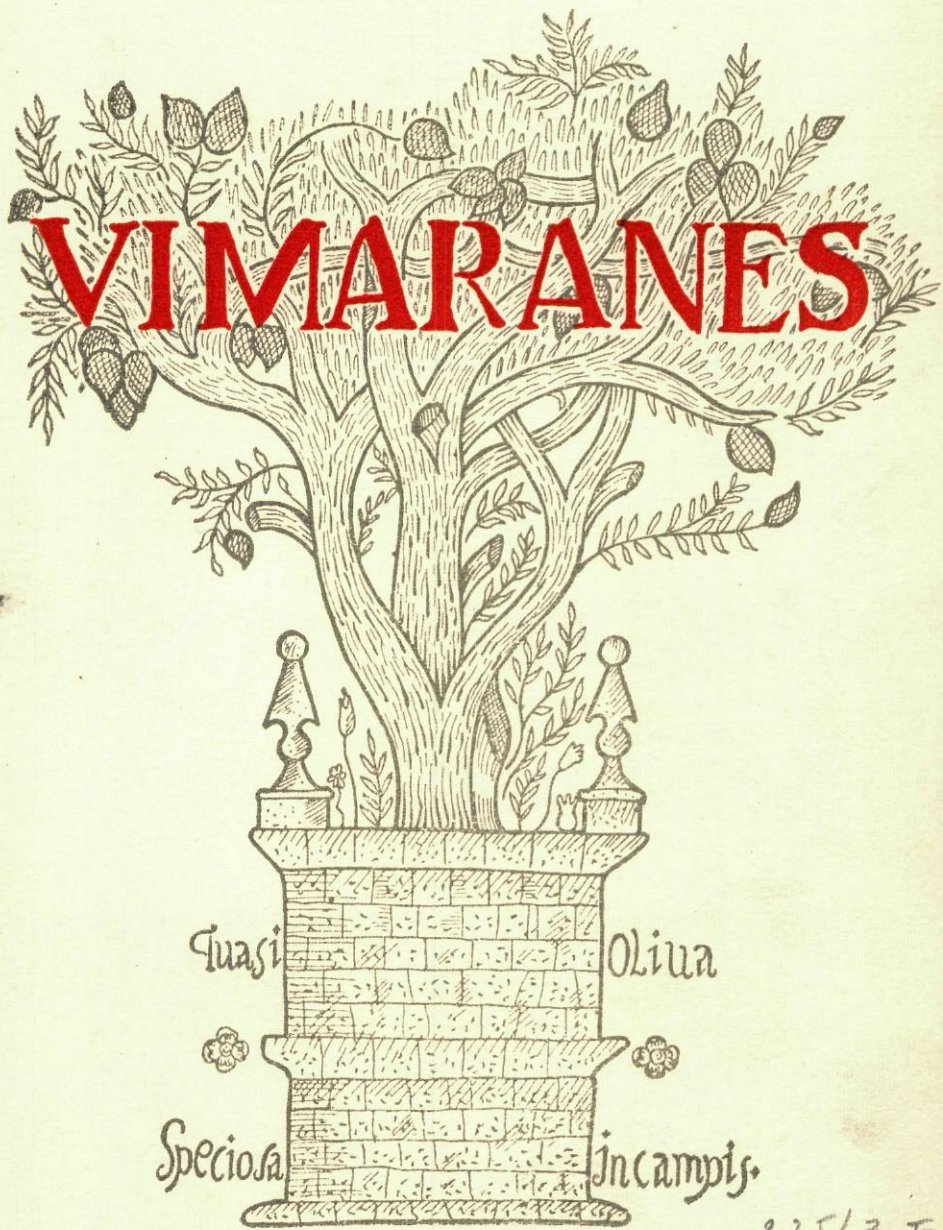
LUÍS DE PINA

VIMARANES



225/3 FMP

PÔRTO MCMXXIX

SUBSIDIADA PELA JUNTA DE EDUCAÇÃO NACIONAL

VIMARANES

LUÍS JOSÉ DE PINA GUIMARÃES

ASSISTENTE DO INSTITUTO DE ANATOMIA
DA FACULDADE DE MEDICINA DO PÔRTO

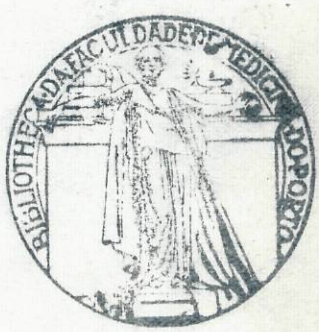
VIMARANES

MATERIAIS PARA A HISTÓRIA DA MEDICINA PORTUGUESA.

ARQUEOLOGIA.—ANTROPOLOGIA. HISTÓRIA.

DISSERTAÇÃO DE CANDIDATURA AO GRAU DE DOUTOR APRESENTADA À FACULDADE DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE DO PÔRTO.





ARAÚJO & SOBRINHO, SUC.RES
50, L. S. Domingos — PÔRTO, 1929

CORPO DOCENTE

DA

FACULDADE DE MEDICINA

DIRECTOR

Doutor ALBERTO PEREIRA PINTO DE AGUIAR

SECRETÁRIO

Doutor HERNÂNI BASTOS MONTEIRO

PROFESSORES CATEDRÁTICOS

Doutor João Lopes da Silva Martins Júnior	Higiene
Doutor Alberto Pereira Pinto de Aguiar	Patologia geral
Doutor Carlos Alberto de Lima	Patologia cirúrgica
Doutor José Alfredo Mendes de Magalhães	Terapêutica geral
Doutor António Joaquim de Sousa Júnior	Anatomia patológica
Doutor Thiago Augusto d'Almeida	Clínica médica
Doutor Joaquim Alberto Pires de Lima	Anatomia descritiva
Doutor Álvaro Teixeira Bastos	Clínica cirúrgica
Doutor António de Sousa Magalhães Lemos	Psiquiatria
Doutor Manuel Lourenço Gomes	Medicina legal
Doutor Abel de Lima Salazar	Histologia e Embriologia
Doutor António de Almeida Garrett	Pediatria
Doutor Alfredo da Rocha Pereira	Patologia médica
Doutor Carlos Faria Moreira Ramalhão	Bacteriologia e Doenças inficciosas
Doutor Hernâni Bastos Monteiro	Anatomia topográfica
Doutor Manuel António de Morais Frias	Clínica obstétrica
Doutor José Maria de Oliveira	Farmacologia
Vaga	Fisiologia geral e especial
Vaga	Ginecologia
Vaga	Dermatologia e Sifiligrafia

PROFESSORES JUBILADOS

Doutor Pedro Augusto Dias
Doutor Augusto Henrique de Almeida Brandão
Doutor José de Oliveira Lima (com licença ilimitada).

PROFESSOR HONORÁRIO

Doutor Oscar Vogt.

PROFESSOR LIVRE

Doutor Indalêncio Froilano de Melo.

Artigo 29.º, § 3.º — A Faculdade não responde pelas doutrinas expendidas na dissertação.

(*Regulamento da Faculdade de Medicina do Pôrto,* 20 de Janeiro de 1928. — Decreto n.º 14.948).

À MEMÓRIA

DOS

MESTRES E HISTORIADORES DE MEDICINA

JOSÉ FRUTUOSO GOUVEIA OSÓRIO

MAXIMIANO LEMOS

JOÃO DE MEIRA

oferece, dedica e consagra

o AUTOR.

AOS MEUS PROFESSORES

DOUTORES

JOAQUIM ALBERTO PIRES DE LIMA

E

HERNÂNI BASTOS MONTEIRO

o penhor da gratidão e a firmeza
da respeitosa amizade do

Sempre discípulo.

AO CORPO CATEDRÁTICO

DA

FACULDADE DE MEDICINA

DO

PÔRTO



Há 22 anos escrevia o Professor João de Meira no proémio da sua Dissertação inaugural «O Concelho de Guimarães»:

«Assim mesmo, apenas esboçado, representa esforço maior do que talvez se imagine mas de que o autor se não queixa. Basta-lhe a consolação de caboucar nos alicerces de uma obra futura, sobre os quais outros mais felizes, e sem duvida mais competentes, erguerão depois o edificio glorioso».

Gasto na roda dos tempos mais um ano, a sua estranha pena deixava nas folhas da «Gazeta Médica dos Hospitais do Pôrto» outro soberbo estudo denominado «Assistência pública em Guimarães — I. Gafarias», onde historia êsses embrionários hospitais medievos e seus miseráveis hóspedes forçados — tam miseráveis, como infelizes.

Quando, liceal aínda — já gostoso dessas cousas com que os graves livros de história nos encantam o espírito — li «O Concelho de Guimarães», assaz me impressionaram aquelas estimuladoras palavras do seu prefácio, acima transcritas; andados os tempos, já lendo Medicina nesta cidade do Pôrto, folheei a miúde a sua obra; e meditando sèriamente na significação do título daquele segundo trabalho do elevado escritor, compreendi que, se a morte o não levára cedo, a História Médica de Guimarães ficaria por êle magistralmente esboçada, tal o fizera à

da sua Grei. Dessa idéa nasceu o trabalho que entrego para juízo à Faculdade que me formou.

Seria arrogante meu intento quando pensei traduzir para obras as palavras do Mestre; mas caí no pecado: ¿quando o remirá o absolvo te *dos julgadores?*

Como médico e como português, preso à terra vimaranense que foi berço de meus Pais e na qual vivi uma parte — curta, é certo — da minha vida; a essa terra que é pertença da mais linda província que esmalta Portugal, onde não nasci, mas da qual me considero filho; e, ainda, no sacratíssimo dever que têm os novos de ressuscitar os vultos do passado que os antecederam na mesma carreira, acariciei a idéa de completar, ou melhor, trazer novas achegas para a História Médica do velho burgo de Vimaranes. À certa que não penso siquer incluir meu nome entre os dos mais competentes, *designados pelo inditoso Professor, pois sinto bem o pêso de tamanha responsabilidade e carência de forças para a emprêsa; no entanto, julgo que, se não juntei lavradas e ricas pedras a êsse* edifício glorioso, *também não estraguei o corpo dos alicerces caboucados pelo ilustre historiador, pois esta obra ainda que não brilhe, é todavia limpa em sua recolhida honestidade. E essa recomendação, creio-o bem, há-de aliviar-lhe as esperadas faltas.*

Não me comicha a vaidade a reparável pretensão de ter laborado obra perfeita; é dificultosa tarefa escrever nas escassas

páginas de que disponho, a história de tam comprido rol de séculos. Devo chamar a êste trabalho um modesto ensáio; os ensáios jàmais são obra de ver, menos de admirar; por isso eu aqui traslado as mesmas palavras que JOÃO DE MEIRA *deixou na derradeira fôlha da sua Dissertação:*

> «*Emfim, esta obra, na idade em que foi concebida e escripta é, a despeito de todo o cuidado posto em bem elabora-la, uma rapaziada. As rapaziadas desculpam-se. É tambem uma fatalidade não dos inexoraveis destinos, mas da lei inexoravel. As fatalidades compadecem. Justamente. É isto necessario. Desculpa para a obra, compaixão para o autor*».

*

Para obras dêste teor — escusado era dizê-lo — as barreiras a transpor sam tantas e inesperadamente tam altas, que por vezes o ânimo se abate, quebrantando-se o esfôrço. Levei ao cabo a emprêsa. No pendão agora por mim levantado, bordarei mercês aos que, pelo caminho trilhado, me ampararam o intento.

Elas são para a Sociedade MARTINS SARMENTO, *nas pessoas de* ALBERTO BRAGA *e* FRANCISCO MARTINS; *a êles devo a leitura, tantas vezes em sua agradável companhia, de manuscritos e*

códices do famoso arquivo da Insigne Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, *grande parte já coligidos pelo saüdoso* ABADE DE TÀGILDE *nos seus «Vimaranis Monumenta Historica»; para* JOÃO LOPES DE FARIA *— guarda-mór das tradições vimaranenses — a quem devo a decifração de certos documentos e algumas preciosas indicações; para as Ex.mas Mesas da Santa Casa da Misericórdia e V. O. Terceiras de S. Francisco e S. Domingos, cujos arquivos tam gentilmente puzeram à minha disposição, no que dizia respeito aos seus Hospitais particulares; para o Senhor Capitão* DUARTE FERRERI GUSMÃO FRAGA, *o qual, como Presidente do Município vimaranense, me facultou a leitura do velho arquivo camarário; e, em remate, para o digno Provedor da Santa Casa, Dr.* ALFREDO DIAS PINHEIRO, *e seu distinto cartorário Senhor* SIMÃO NEVES, *em fraca paga de tantas deferências com que me distinguiram.*

Pôrto
Fevereiro de 1929.

VIMARANES

« Un médecin qui ne connait que la médecine, ne connait même la médecine ».

LETAMENDI.

« . . . dizia-lhe eu que me parecia com Sócrates numa cousa: em saber que não sabia nada. Deixe-me. . . repetir-lhe o meu mote. Assim fico à minha vontade. »

Duma carta de MARTINS SARMENTO a OLIVEIRA MARTINS. 5-4-1891.



o começar a História Médica de qualquer país ou região, mal ficaria ao narrador não contar dos tempos que antecederam os modernos, sem que ao Passado, longínquo e sombrio, não aventurasse o curioso olhar.

É escasso o que se conhece de Medicina na Prè- e Protò-história; respeitante a Portugal cumpre-me, no entanto, apontar a obra concreta e metodizada do Professor Dr. LEITE DE VASCONCELOS [1], e a tentativa do Dr. JOSÉ MARIA SOARES [2] — há mais de um cento de anos. Sôbre êste assunto dá-nos aínda uma leve notícia em 1883 o Dr. A. J. D'OLIVEIRA na sua « Medicina em Portugal » [3].

Minguados elementos de arqueologia tem fornecido o nosso território aos cronistas médicos; tentarei, embora com êsse reduzido material, elaborar uma síntese que, por mal documentada, perderá um quanto por algo de imaginativa. Deveria ocupar-me dos bons ensinamentos da Etnografia, mas a pequenês do livro

obriga à avareza das letras, não deixando de lobrigar, nêste importante ramo das Sciências Antropológicas, um valioso filão de tradições e costumes, entroncados na maioria das vezes — arredando muitos milheiros d'anos — nas mais sèdiças civilizações. Não a tenho desprezado: aos poucos vou recolhendo o que a Folcmedicina por aí traz disperso, mòrmente da região de que me ocupo [4].

Pode dizer-se — sem receio de êrro — que a arqueologia médica, entre nós, está apenas delineada.

«*But the fact remains that for those human actions which «have been defined as instinctive, as based upon the innate «necessity which is the mother of invention "folklore is an «essential unity„*» (GARRISON) [5]. Diz-nos o Prof. CASTIGLIONI [6]: — «*Il ricercari, per i motivi che abbiamo esposto nelle epoche «più lontane, l'origine del pensiero medico, indagando le fonti «prime de certi orientamenti di esso significa risalire ai tempi «più lontane della storia dell'umanità e ricercare queste origini «in quei tempi nei quali l'uomo compare appena sul teatro «della storia; epoche nelle qualli la sua individualità fisica, «psichica e sociale si na lentamente formando e si preparano «appena nelle linee essenziali le caratteristiche della stirpe*».

Deve Guimarães o muito que vislumbra em sua história mòrmente a quatro autênticos valores nacionais: — MARTINS SARMENTO, ABADE DE TÀGILDE (Oliveira Guimarães), ALBERTO SAMPÁIO e JOÃO DE MEIRA. Do derradeiro, atrái a sua memória o sentir do meu coração e da minha justiça; assalta-me agora a lembrança o que um dia, certeiro e cheio de propósito, escreveu amarguradamente EDUARDO D'ALMEIDA: «*a sua queda no túmulo arrepela como um verdadeiro crime*» [7].

Os trabalhos dêstes quatro grandes vimaranenses, conjugam-se, enredam-se, formam um só; e sinto-me agora bem, calha-me a gôsto escrever sôbre o que patriòticamente arquivaram e amaram. Encorajam-me as suas memórias; suas figuras de Além-Vida adejam ao redor da minha banca, protectoras e amigas. E se, no fim, dado que muito péque no que deslustrei em suas obras, as suas almas me perdoarem, assaz me consolarei da canseira e me recolherei no pecado, dizendo desde já em confêsso que a mais alto não sobe meu valor no esfôrço!

As origens de *Vimaranes* aparecem-nos encapadas de sombras, e bom desbaste é preciso fazer nas variadas hipóteses dos rebuscadores para se lobrigar a verdade. MARTINS SARMENTO [8] e JOÃO DE MEIRA [9], recalcando bem as mais seguras provas, desmoronaram algumas. O mais ousado foi ao certo o fantasioso P.e FERREIRA CALDAS [10]; já MEIRA o definiu e assegurou ao tratar levemente da protohistória vimaranense na sua *Dissertação Inaugural.* As pretendidas fundações da cidade tém várias marcas: *Araduca, Leóbriga, Latita, Lactia, Colombina* ou *Cathaleuca, Aradiva, Apollónia, Celióbriga...* O que, em suma, se conhece provadamente é que a cidade nasceu dum povoado do século X (E. de C.) mercê do Mosteiro cristãmente erigido por MUMADONA — a piedosa Condessa — na região *já despovoada,* fulcro do casario que se multiplicou e alastrou em roda. Essa fundação — longe do firmado rótulo celta — lê-se em MEIRA destrinçada e assente [11]. Às suas conclusões algumas nótulas tenho de acrescentar em devido tempo, originadas pelas últimas descobertas arqueológicas no recinto da *urbs,* e a que já me referi em outro lugar [12]. Vêr-se-á então que Guimarães, antes de ser a *Vimaranes* de MUMADONA, foi um povoado de cuja importância pouco ou nada se pode aquilatar.

Da vasta obra de SARMENTO [13] muito nos ficou para historiarmos a velha cidade e seu termo, anotando as particularidades, adstritas à Medicina, que logramos colher, alicerçadas em provas ou simplesmente em conjecturas. Pena foi que o sábio arqueólogo não deixasse, a par dos apontamentos das suas descobertas, a identificação respectiva; nem todos os achados se encontram no Museu da Sociedade que tém o seu nome, casa que é o orgulho e a honra dos vimaranenses; só por desenhos ou fotografias arquivados em seus cadernos — quantos sem relação precisa do local ou camada de terreno em que foram encontrados — é impossível, por vezes, determinar épocas, assegurar uma cronologia.

Encaixado entre os concelhos de Braga, Póvoa de Lanhoso, Fafe, Felgueiras, Santo Tirso e Famalicão, o de Guimarães assenta quási a meio da portuguesíssima província minhota, densamente povoada em tempos distantes *(Além-Douro-Litoral),* sulcado pelo rio Ave — o famoso *Avus* da história — e seus afluentes

Vizela e Selho. Seu mais erguido Monte é o da Penha, na serra de Santa Catarina, ninho lendário de belezas eternas, muralhando a nascente a fundeira cidade. Além dêsse, outros dentes montanhosos se erguem no concelho, notáveis pelos povoados de outrora. Derivam do *massiço-calaico-duriense,* por seu turno integrado na *sub-meseta-setentrional.*

Seguindo as resumidas instruções do Prof. MEIRA [14] e P. CHOFFAT [15], tocantes à natureza geológica do solo, verifica-se a sua constituíção granítica (pequena zona de schistos prècâmbricos na freguezia de Matamá), que se apresenta da seguinte forma:

a) detritos e saibro remexido pelas águas;
b) saibro (granito completamente decomposto);
c) salão (granito parcialmente decomposto);
d) granito compacto formando um leito de rochas.

Remontando à **Idade Paleolítica,** nada se encontrou até hoje no território vimaranense, sendo bem reduzida a colecção no próprio país. Chama-lhe o Prof. LEITE DE VASCONCELOS «*sombra cerrada*», no que respeita a Portugal [16]. Vejamos agora em Espanha — nossa irmã peninsular — «*a-pesar-de existirem duas civilizações separadas por um verdadeiro abismo*» [17]. São notáveis as suas estações quaternárias nas províncias de Guipozcoa, Biscaya, Asturias, Burgos, Cádis, Guadalajara, Ciudad Real, etc. O norte principalmente é magnífico, constituíndo com o sudeste francês a província arqueológica *franco-cantábrica* — escola aberta a todos os que se dedicam ao estudo do homem paleolítico. Conhecem-se-lhe os períodos chelense, achelense, musteriense, solutrense e magdalense. O seu *paleolítico superior* (segunda metade) inteiramente sujeito ao capsiense superior da África do Norte — centro e sul de Espanha — é abundante. A arte rupestre nêle encontrada é curiosíssima, denunciando a existência de homens com verdadeiro sentimento artístico e um certo ideal de beleza, em perfeito contraste com a nossa imaginação, que os vê completamente selvagens. «*Enfin l'homme ateint la dignité d'homo faber*» [18]. As suas cavernas (grutas), com pinturas realistas ou naturalistas, seriam lugares de iniciação no culto da caça e dos animais (totemismo) [19]. Encontram-se a nordeste (Altamira, Cas-

tillo, Pindan, Casiega...), a ocidente (Las Batuecas), a sul (La Pileta), a oriente e sudeste (Cogul, Alpera). A figura humana aí abundantemente representada, no todo, ou em parte, prender-nos-ia mais a atenção sob o ponto de vista morfológico se, ao realizá-la, o artista seguisse os dogmas da verdade (Fig. 1, I a III). OBERMAIER chama-lhes *caricaturas,* e pelo exagêro da sua estilização é-nos impossível colher elementos para se constituir um tipo étnico, sendo precisa *muita vontade* para reconhecer nêsses antiquíssimos rabiscos qualquer parte do corpo humano.

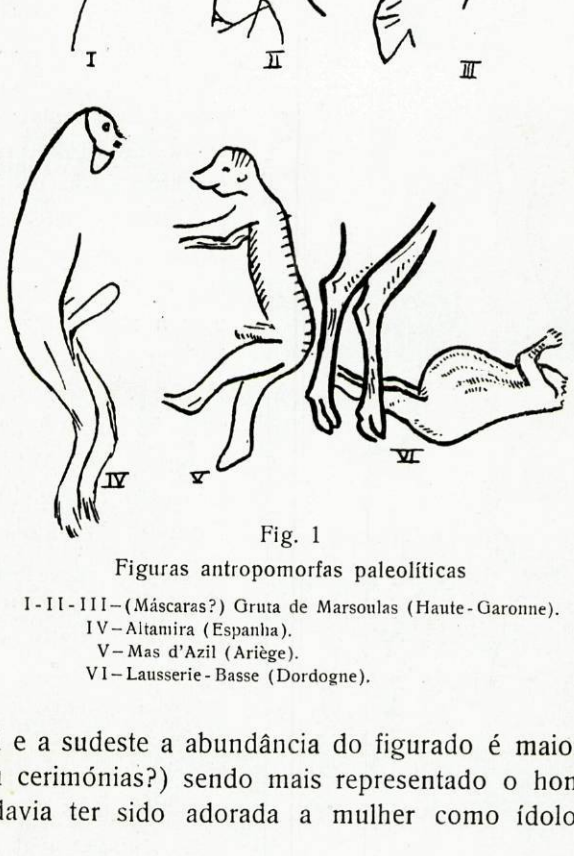


Fig. 1

Figuras antropomorfas paleolíticas

I-II-III—(Máscaras?) Gruta de Marsoulas (Haute-Garonne).
IV—Altamira (Espanha).
V—Mas d'Azil (Ariège).
VI—Lausserie-Basse (Dordogne).

A sul e a sudeste a abundância do figurado é maior (¿dansas bélicas ou cerimónias?) sendo mais representado o homem, parecendo todavia ter sido adorada a mulher como ídolo ou gros-

seira deusa da fecundação. Nas estatuetas dessa época marca-se fortemente a esteatopígia [21], demonstração clara do gôsto sexual do homem dessas eras, semelhante ao de alguns povos primitivos do nosso tempo (Boshimanes, hotentotes, etc.) [22]. Alguns selvagens actuais esculpem figuras semelhantes, tais como os de Hawaï, Taïti, Côte-d'Or, etc. Para FÉLIX REGNAULT, o escultor quaternário não representou mulheres esteatopígias, mas sim obesas e ptósicas, que compara às neolíticas da Bulgária, Chipre e Grécia, dos períodos cicládico e prè-micénico [23], e a algumas de Babilónia, em barro cosido. Tem-se registado um valioso número de esculturas entre as quais as obesas «Venus» de BRASSEMPOUY, WILLENDORF (Áustria), LAUSSEL, BROUSSE-ROUSSE, LESPUGUE, IL CONFINO (Itália), etc. . . (Fig. 2). Alguns antropologistas vêem nessas manifestações da arte quaternária provas da influência étnica africana nos povos europeus do *paleolítico superior* [24]. O bom observador [25] paleolítico levou a minúcia ao ponto de indicar a hipertricose em algumas esculturas, como nas citadas «Venus de BRASSEMPOUY» e «Mulher da Rena» (Dordogne [Fig. 1, VI]). Aquela é indicada pelos Profs. LE DOUBLE e FRANÇOIS HOUSSAY como «*esteatopígia, esteatomera e hipertricósica*» [26]. Além das referidas, deixou vincadas mais algumas particularidades anatómicas [27] como: em certas figuras masculinas —

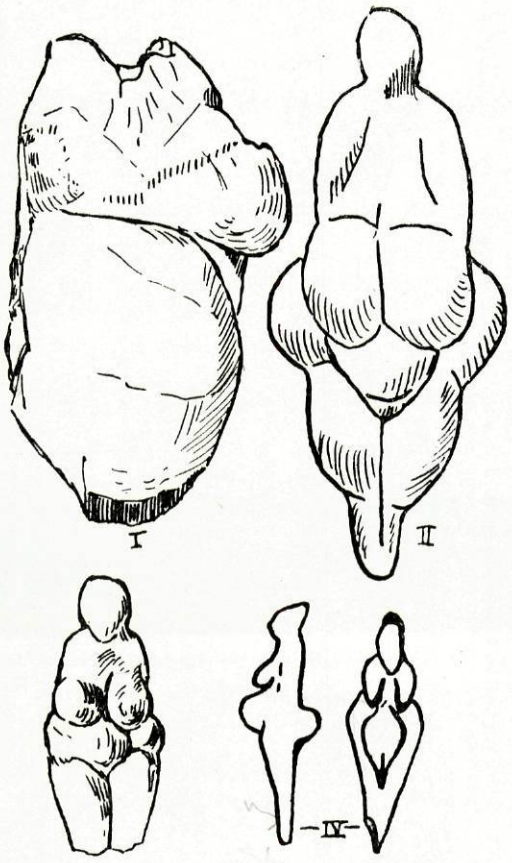


Fig. 2
Estatuetas femininas (paleolíticas)
I-IV-de Brassempouy. II-de Lespugue. III-de Grimaldi.

pretenso culto fálico — o pénis acentuadamente marcado (Mas-d'Azil, Hornos de la Peña, Altamira [Fig. 1, IV e V]); numa figura feminina grande abdóme denunciando um termo de gravidez: «Mulher da Rena» (Fig. 1, VI). Em Laussel apareceu uma escultura que, segundo uns, representa duas figuras humanas em posição tal, que tanto pode representar o acto do cóito como uma mulher dando à luz um filho bem desenvolvido! Também em Albacete, entre certas figuras rupestres pintadas, crê BREUIL existir a representação dum hermafrodita [28].

Em paredes de grutas apareceram impressas variadas mãos humanas, algumas com falta de dedos ou falanges, o que se explica por braquidactilia ou amputação de caracter mágico [29]. Alguns povos primitivos usam aínda o mutilar-se como sacrifício aos seus mortos (luto ou desejo manifestado ao falecido para que cure um enfermo) [30].

Já na *Idade paleolítica* deviam existir idéas religiosas, aínda que rudes. Alguns objectos que apresentam a forma fálica poderiam ter sido usados como amuletos, relacionados com a fecundação [31]. A habitação seria em cavernas ou ao ar livre; os homens alimentavam-se grosseiramente de animais — assados (?) ou crús — de frutos e mariscos (SAINT-PÉRIER e WALLIS julgam que o homem de ao pé dos Pireneus já conheceria a cosedura dos alimentos); cobriam-se de peles — cosidas umas às outras com tôscas agulhas de ôsso — contra o frio maléfico. ¿Será ousado supor, segundo se colhe de certas pinturas rupestres, que as mulheres da época quaternária já usassem sáias? Alguns arqueólogos a tal ideia se inclinam. Julga-se têrem os caçadores quaternários usado a tatuágem, assim como a pintura corporal, obtidas por meio de substâncias còrantes (amarelo, vermelho ou negro) preparadas em almofarizes de pedra (godets) e realizado com espátulas de ôsso ou sílice [32]. Os cadáveres eram inumados, limpos os ossos e esfregados depois com matérias de côr (ferro ologístico, cinábrio [33], etc.) Nos enterramentos ficava o cadáver deitado ou, atados os membros, fortemente encolhido, na idéa de que podiam voltar do outro mundo a incomodar os vivos; poderia ter sido êsse o modo de enterrar reservado para determinadas castas, ou aínda para os que padeciam de certas enfermidades [34]. Não cremavam os mortos e a

calote craniana dos inimigos servir-lhes-ia de taça; talvez tivesse como por objecto de culto o maxilar inferior [35].

É Portugal senhor de resumidos elementos quaternários [36]; do *paleolítico inferior (chelense, achelense* e *musteriense)* apontam-se estações de superfície (Brunheira, Castelo do Queijo e Ervilha — Pôrto, Rabicha, Leiria, arredores de Lisboa — Casal do Monte, etc.) e estações de profundidade (Mealhada, Furmicha, etc.) Do *paleolítico superior,* correspondente à *Idade da rena* (post-glaciária), com suas fases *aurignacense, solutrense* e *madalenense* [37] — chamado no norte de África e Europa do sul *capsiense* (superior e inferior) —, são nulos os elementos comprovativos [38].

Das raças que, na aurora dos tempos líticos, habitaram o território que é hoje Portugal, não deverei esquecer a pretendida existência do *Homem terciário* no vale do Tejo [39]. A celeuma foi grande, mas eu apenas quero referir-me ao que por último foi dito pelo Prof. MENDES CORREIA. Em sua opinião os sílices e quartzites então descobertos «*não constituem documentos seguros da existência, na era terciária, dum pretenso Homo-simius Ribeiroi ou doutro qualquer ser dotado duma mentalidade igual ou visinha da do homem*» [40].

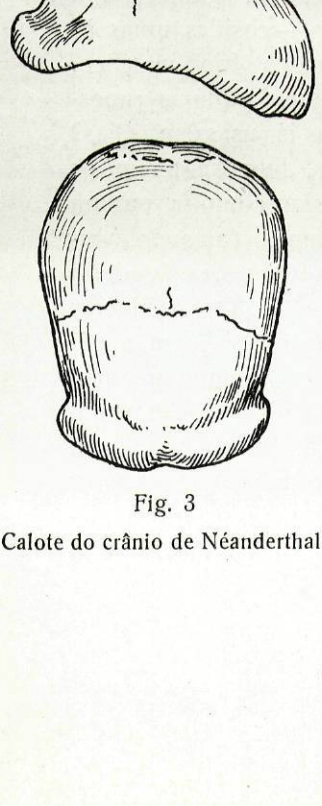


Fig. 3
Calote do crânio de Néanderthal.

Do seu tipo físico no *paleolítico inferior* em Portugal nada se conhece; a não ser que, pensando ousadamente, o dolicocéfalo *Homo-Neanderthalensis* (Fig. 3) «*forme archaïque et qui est completement éteinte*» — no dizer de MAC AULIFFE [41] — se tivesse derramado nestas paragens [42]; dêle foram revelados vestígios em Espanha (Bañolas, Gibraltar). Havendo restos do *musteriense* no nosso país, torna-se possível — na opinião do Prof. MENDES CORREIA — que o tipo do *musteriense europeu* aqui tivesse estacionado. A talho vém estas palavras de PITTARD: «*Quant au Portugal, il se presente,*

ethnologiquement, dans les mêmes conditions que l'Espagne. La péninsule constitue un bloc dont les destinés historiques et éthniques ont été, dans leurs grands lignes, les mêmes» [43].

Referentes ao *paleolítico superior,* escassos são também os elementos antropológicos do país visinho. No crânio de CAMARGO (Santander) há características sôbre as quais variam as opiniões, tendo sido comparado com diversas raças, entre elas a de CRO-MAGNON. O Prof. MENDES CORREIA crê tratar-se dum simples dolicomorfo *Homo-sapiens.* O tipo que representaria o homem do *paleolítico superior* em Portugal está por descobrir, não havendo por ora documentação firme que o reconstitua [44].

Passêmos ao *epipaleolítico* (fases *aziliense, tardenoisiense, asturiense* e *maglemosiense* — OBERMAIER). A *aziliense* é desconhecida em nosso território; possuímos, todavia, alguns elementos sôbre uma fase que se intercala nas *capsiense final* e *tardenoisiense:* refiro-me aos *Kiökkenmöddinger* de MUGE [45]. Foram já muito estudados êstes sobejos de tam mesquinha civilização, onde se encontraram cêrca de 200 crânios dolicocéfalos e braquicéfalos, nos quais o Prof. MENDES CORREIA, posteriormente às investigações de PAULA E OLIVEIRA, FONSECA CARDÔSO, AURÉLIO DA COSTA FERREIRA e QUATREFAGES, não vislumbra identidade com o actual tipo português [46]. Nos crânios dolicocéfalos notou alguns caractères negróides, australóides e outros aínda correspondentes aos dos pigmeus africanos (relativos à estatura). Êsses restos ósseos são pertença do tipo a que MENDES CORREIA chamou *Homo afer taganus* [47]. Os crânios braquicéfalos são em menor número; derivariam os seus possuidores dum núcleo asiático, do qual parte passaria à África do Norte, onde se confundiria com os elementos dolicóides «*estabelecendo-se uma corrente migratória ao longo da costa setentrional da África até ao ocidente da Europa, da qual resultariam os antigos habitantes do vale do Tejo*». Êsses povoadores de Muge, em transição da *Idade paleolítica* para a *neolítica,* tendo vivido há mais de 10.000 anos, eram «*selvagens, miseráveis* e *pacíficos*» [48], ocupando-se na colheita dos mariscos das águas do Tejo, quando êste rio aínda lhes passava perto. A sua existência era humílima, alimentando-se também de animais selvagens. A mór parte dos esquelêtos correspondiam a mulheres e crianças (¿provas de curta

existência?) [49], e dois dêles apresentavam lesões de que podem culpar-se indeterminados acidentes. O *Homo taganus* deve estar relacionado com a orígem e o trajecto da civilização *capsiense,* com possível nascimento meridional [50].

Entre as idades da *pedra lascada* e da *pedra polida* coloca-se, a par do *campinhense* em França e do *maglemosiense* na Escandinávia, a fase *asturiense,* explorada pela primeira vez por o CONDE DE LA VEGA DEL SELLO, nas Astúrias; em Áncora e Afife descobriu RÚI DE SERPA PINTO estações valiosíssimas, enfileiradas na corda da mesma fase, que se espraia por alguns quilómetros nas costas portuguesa, espanhola e francesa; há muito pouco tempo ainda outra estação *asturiense* foi revelada em Areosa (Viana do Castelo) por ABEL VIANA [51]. Os seus habitantes deviam alimentar-se de mariscos, o que parece estar provado pelo aparecimento de inúmeros *picos,* de feição correspondente a êsse trabalho; possivelmente pescadores, o seu *modus-vivendi* assemelhar-se-ia muito aos pobres mugenses.

De tudo o que fica narrado, pouquíssimo podemos aventurar sôbre a medicina dos povos paleolíticos e da fase transitória *(Kiökkenmödinger* e *asturiense);* apenas se mencionam alguns factos soltos que a ela dizem respeito, ligados especialmente à Patologia e à Higiene. A sua origem prende-se na medicina intuitiva, derivada do instinto de conservação; a arte de curar, ou pelo menos, ajudar as reacções orgânicas contra as enfermidades, nasceu com a primeira dôr humana, naturalmente. Dizia LE DOUBLE: «*Les sciences les plus nécessaires sont aussi les plus anciennes. Filles de la Charité et de la Souffrance, la médicine et la chirurgie sont nées, avec la prémière plainte et la prémière blessure, dans l'obscurité des cavernes où se réfugiaient nos sauvages ancêtres les troglodytes des âges de la pierre... Dans les dêpots non remaniés des alluvions pluviales postpliocènes, et les flancs vierges des dolmens de l'Europe, de l'Afrique, de l'Asie, au sein inexploré des moundes et des chulpas du Nouveau-Monde, à la base oscillante intacte des amas coquilliers de l'Australie, aussi bien que dans les divers hypogées protohistoriques de tous les pays, on a découvert des ossements ou des corps humains portant les marques visibles et tangibles de maladies et d'operations reputées nouvelles*» [52].

Seria irrisório ir buscar às madrugadas dos primeiros dias da humanidade a origem da arte médica. Há factos e elementos que, aliás, nos podem elucidar sôbre a Patologia da primeira idade da pedra. Em Portugal NÉRI DELGADO estranhou a existência de muitos ossos humanos fracturados, a que ligou a idéa de execução de prisioneiros ou sacrifícios humanos, hábito gaulês muito em uso pouco antes do cristianismo [53]. Como em várias estações estranjeiras, encontrou o distintíssimo geólogo ossos de animais a que tinham extraído a medula, saboreada talvez como acepipe raro! Os restos dos alimentos eram abandonados no solo das cavernas, amontoados contínuamente, sem intervalos de limpeza, do que adviria uma imundície fácil de imaginar. Da existência prolongada no interior destas desconfortáveis habitações contraïria o troglodita enfermidades originárias da humidade, da falta de arejamento e luz solar. Diz o Prof. PAUL REYMOND, firmando-se em muitas observações — algumas do Prof. LE DOUBLE, — que a *Idade da pedra «c'eut été l'age d'or des accidents du travail»* [54], em virtude da abundância de fracturas dessa idade, que os homens curavam *«plutôt mal que bien»*; os calos resultantes seriam enormes e vulgaríssimos os encurtamentos, com inúmeras e presumíveis impotências funcionais. Artrites sêcas, especialmente da espádua, joelho e coluna, anquiloses, osteofites, osteítes, osteoperiostites, trajectos fistulosos da osteomielite, mal de POTT, etc., bem como ferimentos por flechas de sílice, deixaram marcas inapagáveis em muitos ossos humanos desta época [55]. Como estigmas de uma possível degenerescência apontam-se alguns crânios assimétricos. REDNER chamou à artrite sêca — que não só flagelou homens mas também ursos — *«Gôta das Cavernas»* [56]. É REYMOND quem nos aponta ainda outras afecções, possivelmente sofridas pelo homem na *Idade da pedra lascada.* Em certas grutas foram encontradas conchas fósseis com magnésio incrustado, o que leva a supor, diz aquele mestre, que com êle fariam um ungüento de ordem estética ou uso terapêutico não demonstrado [57].

Idade Neolítica.

— Não se conhece, com segurança, a data do seu aparecimento no nosso território, nem tampouco as suas origens — diz o Prof. MENDES CORREIA. Segundo êste antropologista, a estação do Vale das Lages (Ota), pertence ao mais antigo neolítico do nosso país, pouco posterior à de Muge. Contará de 8 a 9 mil anos e os restos ósseos que lá se encontraram são por si indicados como nossos ascendentes «*com mais justo título do que tem sido feito ao homem de Muge*» [58]. Do *neolítico* e *pleno-neolítico* não dá Portugal fartura de elementos característicos; o mesmo se não pode dizer da fase *neolítica final* e da transição para a dos metais — *calcolítica, do cobre* ou *eneolítica* — fase que não poderá remontar-se além de 7.000 anos A. C. [59] A civilização correspondente no nosso país a esta fase denomina-se *cultura megalítica portuguesa* ou *Ocidental,* a par das *Central, Pirenáica* e *Almeriana,* respeitantes à Espanha [60].

São bem conhecidas as diferentes formas de arquitectura megalítica: dolmens, com ou sem galeria, antas, orcas, arcas ou aínda palas; mamôas, mamunhas, mamoínhas, mamoelas, etc.; antinhas (dolmens pequenos) e antelas (cistas). Todos êstes monumentos eram reservados a usos funerários e respectivos cultos. Os megálitos estão mais espalhados no Norte e Centro, parecendo núcleos da referida civilização ocidental. Guimarães, incluída na zona Norte, poucos exemplares apresenta dessas variadas formas tumulares. Alguns foram construidos no *eneolítico puro (final).* As estações mais lembradas são, em resumo [61]:

— *Neolítico final:* Alvão, Outeiro do Rato, Pedra dos Mouros (Belas) e Orca dos Padrões; na penúltima apareceram já estilizações da figura humana.

— *Eneolítico inicial:* Cumieira, Carviçores, Cabeço dos Moínhos, Orca dos Palheiros, etc. É neste período que aparecem os caracteres típicos da civilização ocidental; topa-se com a figura humana estilizada, nas célebres placas de schisto (ídolos femininos) [62].

— *Pleno eneolítico:* Palmela (grutas artificiais), Cesareda, Furninha, Alvor, Carvalhal, etc.; é o período de florescência da cultura megalítica.

A cultura portuguesa espargiu-se para Este, indo repetir seus motivos na Estremadura espanhola (Salamanca e Huelva), que anteriormente fazia parte da *Civilização Central — ;* essa expansão atingiria a Galiza, irradiando a corrente megalítica pelo Nordeste espanhol até aos Pirineus. Alguns dos megálitos colocam-se no *neolítico final* (dolmens simples); no *eneolítico* desenvolvem-se as galerias, que já aparecem cobertas; no início da *Idade do Bronze* cabem os túmulos de cúpula e as cistas, as quais são das últimas formas de civilização megalítica [63].

Os tam falados *castros* do nosso país, foram, em grande parte, povoados na *Idade neolítica,* à qual se sobrepuzeram outras civilizações, inclusivè a romana; no próprio concelho de Guimarães temos provas de tal sucessão; adiante as apresentarei.

¿O que sabemos nós dos povos *neolítico* e *eneolítico,* especialmente de seus usos e costumes, directa ou indirectamente relacionados com os capítulos da Arte Médica?

— Começa o homem a sentir a necessidade de socializar-se, abandonando grutas e cavernas aos seus mortos, vivendo em agrupamentos que constituiam aldeias; dêste modo — diz DÉCHELETTE. — « *l'ère des travaux publics est désormais ouverte* » [64]. Erguem as habitações ao ar livre ou sôbre estacadas acima das águas *(palafitas:* Suíça, França, Alta-Itália, etc.); semelhantemente, e em nossos tempos, o pescador levanta as suas moradias na Figueira da Foz e mais localidades. As *casas* principiam a ter uma relativa comodidade; seriam cabanas de ramos de árvore e sebes, outras com o seu quê de alvenaria, cobertas de folhedo. Como no *paleolítico,* as cavernas eram aínda habitadas — verdadeiras « *covas que a um tempo serviam de cosinha, casa de jantar, quarto de dormir e estrumeira, sem que ninguem temesse o fumo da fornalha, as evaporações dos detritos orgánicos ali acumulados, o desconchego da cama e a escuridão das noites* » [65]. DÉCHELETTE descreve as habitações neolíticas como cabanas arredondadas, a área cavada abaixo do nível do terreno, isto é, tendo por pavimento uma grande cova; os ramos e sebes eram forrados de argila.

O comércio nasce; estabelecem-se vias de comunicação, vém influências de longe. O caçador passado transforma-se em agricultor e pastor, não abandonando de todo a caça e a pesca. A

arte decái, após o relativo fulgor da *época da rena.* O homem fabrica agora objectos mais úteis à sua vida, de menos lazeres que a dos seus antecedentes. Sob uma certa disciplina — decretada sabe Deus como — constroem *dolmens,* erguem gigantescos *menirs,* eregem as doentias *palafitas* [66]. Numerosas práticas de religião brotam daquelas rudes sociedades, que enterram colectivamente os seus mortos. Cultivam o trigo com desbastados sachos de pedra; arranjam assim o pão de cada dia, aumentando a lista de refeitório com o leite dos animais que pacientemente amansam, frutos, mariscos e peixe, além de cozimentos de certas farinhas (aveia, centeio, trigo); a êstes cereais extraíam a cutícula envolvente, como se faz aínda hoje; o centeio parece ter sido usado após a torrefacção; a vinha julga-se ter já cultura nesta idade [67].

Em cima, no cocuruto dos cêrros — refúgios no êrmo que os cerca — acumulam-se os povoados, mais unidos para a luta pela vida, engastando-os grandes muralhas de calháus ou terra, que ao inimigo custará esbarrondar. Mas a planície, a amorosidade dos vales tenta-os; atrái-os a frescura dos rios e a bondade da mãe-água, que lhes apagará a sêde e levará bem longe a sua tôsca indústria em jangadas e pirogas monoxidas do seu comércio embrionário.

Viria agora a tempo devanear um tanto sôbre o progresso do homem, assinalado pela existência nesta época de sinais precursores do alfabeto; assim desmoronar-se-ia a teoria da origem fenícia do mesmo, se não fossem as dúvidas acumuladas não só sôbre a cronologia de ALVÃO, onde apareceram, como sôbre a autenticidade de GLOZEL, aínda em brava peleja [68]. Arredo-me da liça, curiosamente esperando o triunfante içar da flâmula vencedora, neste memorável torneio de sabedorias.

Voltando ao fiado, atentemos neste importante capítulo da Higiene neolítica: os enterramentos. Não se faziam em campo largo, mas em acanhado recinto, ora em fossas com geitos das actuais, ora em dolmens, a que o vulgo chama *Casa da velha, Fôrno dos Mouros,* etc. No geral eram inumados, parecendo assente serem por vezes incinerados [69]; alguns cadáveres sofreriam a descarnação, que nunca seria completa, atendendo à posição normal das peças ósseas correspondentes; daqui se pode

inferir que, nessa longínqua idade, o corpo humano seria conhecido, ainda que pouco, mercê duma acidental dissecção anatómica, feita *ad hoc,* como aconteceria entre os embalsamadores egípcios. O cadáver apresenta-se algumas vezes como na *Idade da pedra lascada,* isto é, acocorado. Uma das mais interessantes conjecturas lavradas sôbre êsse facto é a seguinte: quererem assemelhar a atitude do morto à dum feto humano no útero, como a simbolizar uma ressurreição; os Peruanos e Hotentotes sustentam firmemente esta crença [70].

A cavidade craniana aparece freqüentemente recheada de pequenos ossos — em grande parte de criança — e mais objectos diversos; o canibalismo, de que muitos pretendem ter observado vestígios nos esqueletos das necrópoles, não está provado.

Os ídolos e amuletos encontrados, bem como as cerimónias fúnebres, demonstram um fervente culto na imortalidade da alma [71].

A arte desta idade esparge-se no embelezamento da cerâmica nascente, do dorso das penhas, das paredes dolménicas, das grutas. «*Une sorte de moyen-âge artistique succède à la brillante époque du Renne*» — diz-nos DÉCHELETTE.

Como o seu antecessor, o homem neolítico representou a figura humana. A obesidade e a esteatopígia foram, como no período anterior, marcadas em estatuetas femininas (Fig. 4); tais apareceram, como já disse, em Chipre, na Bulgária e na Grécia (períodos cicládico e

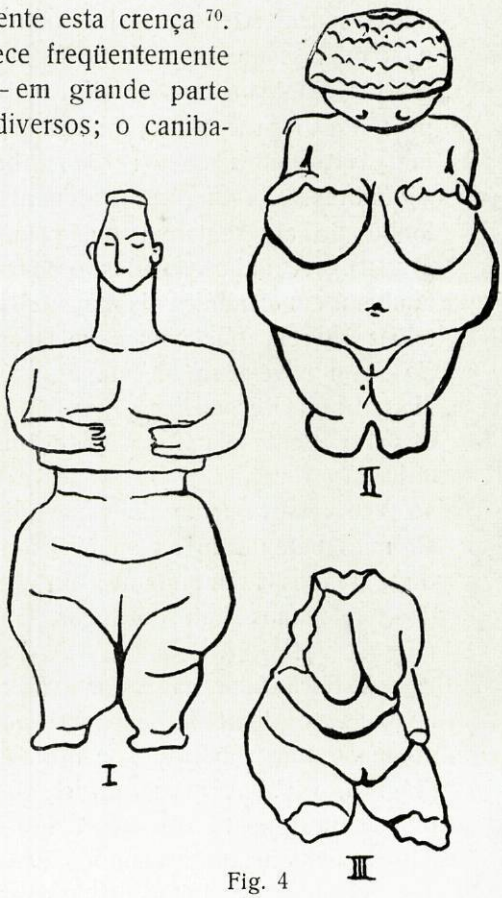


Fig. 4

Esteatopígia e obesidade — estatuetas femininas

I — Cyclades (Grécia).
II — Brassempouy.
III — Sesklo.

prèmicénico); outras provém da Rússia (Ekatérinoslaw), ilha de Malta, França, etc. [72] Dessas primitivas revelações artísticas, tal como na *Idade da pedra lascada,* a anatomia morfológica nada colhe para uma reconstituição étnica, tais os exagêros do esquematizado. Tôdas essas figuras, longe de se destremarem, antes se parecem extraordinàriamente; em geral, são tomadas como ídolos funerários femininos (guardas tumulares), divindades de fecundação e símbolos da maternidade — talvez modêlos das deusas-mães ulteriores, das quais iremos topar em Guimarães uma interessante escultura, que a seu tempo apresentarei.

A mão do artista foi atraída, na maior parte, ùnicamente para a cabeça e tórax; vemos indicados alguns órgãos ou determinadas regiões como: olhos, bôca, narís, mamas e membros superiores. São figuras rudimentares e muito desproporcionadas, longe de apresentarem qualquer valor morfológico (Fig. 5, III a VIII). A indicação dos olhos e arcadas supraciliares vêmo-la também em cerâmica da Escandinávia, França, Ibéria, etc., o que talvez se relacione com aquelas entidades; no princípio da *Idade do Bronze* vê-se a mesma figuração em certos vasos, como em Hissarlick (Grécia [Fig. 5, IX e Fig. 6]); os que foram encontrados na Península ibérica devem provir duma nova influência africana (Almeria) [73]. Em lages e estátuas-menirs a figura humana aparece relativamente mais verdadeira, especialmente em França; algumas patenteiam os membros superiores e inferiores esculpidos ou gravados infantilmente; no geral os seios são muito reduzidos, colocados fora do lugar, por vezes quási junto dos olhos (Fig 5, V)!

A bôca falta na maior parte, bem como a cintura que, se aparece, é limitada a uma simples linha curva; nas faces notam-se traços paralelos e horizontais que deverão ser tatuágens (Fig. 5, VI). A forma do corpo acompanha, na maioria, a do bloco em que está representado — rectangular ou trapezoidal — não se evidenciando as modalidades morfológicas.

As mãos espalmam-se vulgarmente sôbre o abdóme ou tórax; os membros inferiores, como sem vida, cáem ao abandono, perpendicularmente. Quer nas mãos, quer nos pés, os dedos são apenas representados por linhas divisórias (Fig. 5, III e VI). Quanto às pequenas esculturas — entre as quais devo citar as

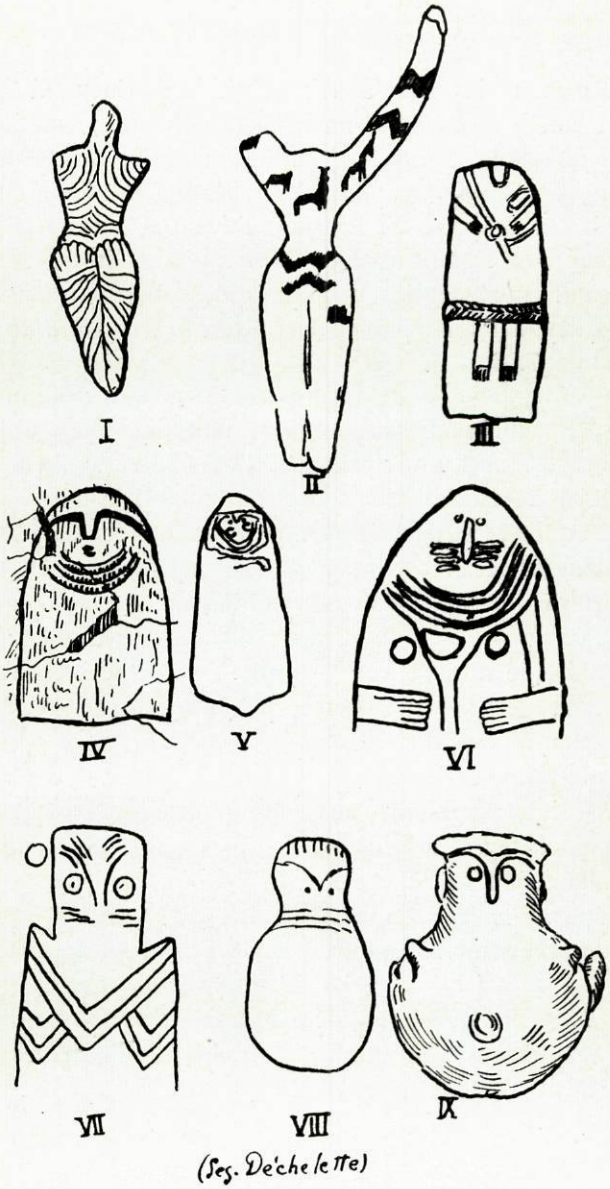


Fig. 5

Representações da figura humana

I – Tatuada (Roménia).
II – Pintada (Egito).
III – Les Maurels (Tarn).
IV – Petit-Morin (Marne).
V – Collognes (Gard).
VI – Estátua-menir de Sernin (Aveyron).
VII – Idanha-a-Nova (Portugal).
VIII e IX – Hissarlick (Grécia).

pintadas e tatuadas de Touch (Egito) e Cucutani (Roménia [Fig. 5, I e II]) — são raras na Europa ocidental; em duas, originárias da *palafita* de BOURGET e da gruta de NICOLAS (Gand), não custa distinguirmos um carácter fálico (Ídolo masculino?) [74]. É de aceitar a hipótese de RICARDO SEVERO e outros arqueólogos lançada sôbre a significação da forma triangular de certos objectos amuletiformes, alguns dos quais descobertos no nosso país; representariam a região púbica ou o «*elemento feminino de geração*» [75] (Fig. 7, *h*).

A Arte do *neolítico* revela-nos muito a miúde algumas partes do corpo humano ou seus órgãos, nos diferentes objectos de uso ou ornato, mas principalmente dos genitais. Assim, haveria nesta época o hábito de depôr nos túmulos umas grosseiras esculturas que representariam, no dizer de MORLET e TRICOT-ROYER, deuses tutelares das sepulturas. Nelas se vêem bem indicados os testículos e o pénis, ou, conjuntamente, a vulva (Fig. 8). Êsses ídolos grosseiros, de carácter fálico, apresentam aínda uma máscara rude, de que se notam os olhos, narís e arcadas supraorbitárias; falta geralmente a bôca, julgando MORLET que se trate da representação da morte [76].

São de-veras curiosos os quadros de OBERMAIER, pondo em cotejo as diversas figuras humanas estilizadas (Fig. 9); identifica-as com os famosos seixos pintados de Mas-d'Azil, que representariam também, numa exageradíssima simplicidade, outras figuras humanas. É curiosa a identidade de factura e expressão dessas figuras com as que delineiam os povos primitivos, as crianças e os artistas populares, dum modo geral [77] (Fig. 7, *c, a* a *g*). ¿Estaremos em face de primitivos cânones anatómicos ou diagramas de proporções, obtidos inconscientemente por aqueles rudes artistas, tais os que nos mostram os modernos tratados de Antropologia? É lógico supô-lo!

Um pouco dessa arte primitiva tém aparecido em Portugal. A par das esquematizações rupestres e ídolos-cilindros, aparecem as célebres placas gravadas com motivos geométricos, consideradas como ídolos de face tatuada (Fig. 5, VII e Fig. 11) [78]; êsses ídolos-placas aparentam-se com os símbolos afins que a França, a Itália, a Dinamarca, etc., tém fornecido aos museus e que se relacionam com as lages e estátuas-menirs já referidas; essa

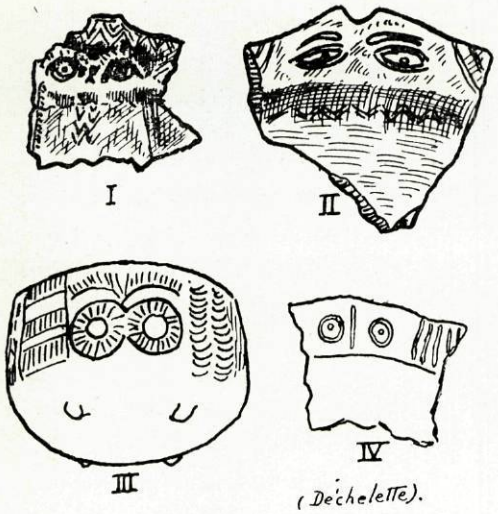


Fig. 6

Cerâmica com representação dos olhos

I – Moëu (Dinamarca).
II e IV – Hissarlick.
III – Millares (Espanha).

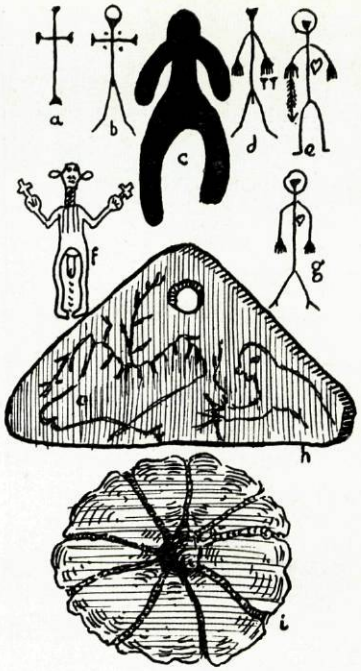


Fig. 7

a, b, d, e, f, g – Figuras humanas contemporâneas gravadas em rocas de Alcobaça.
c – Figura humana (Dolmen de Baltar).
h – Amuleto triangular – símbolo do elemento feminino de geração (Trás-os-Montes).
i – Disco solar ou estelar (Trás-os-Montes).

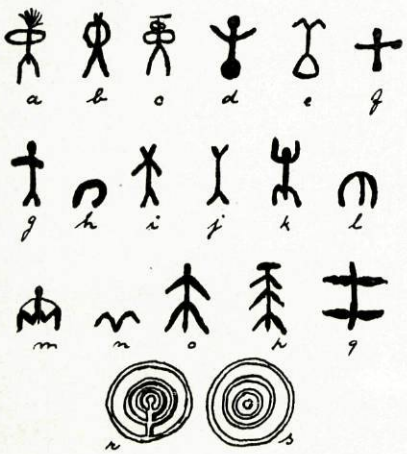


Fig. 9

Esquematizações da figura humana

a a *q* – Segundo Obermaier.
r e *s* – Circulos concêntricos (¿disco solar? ¿Figura humana?).

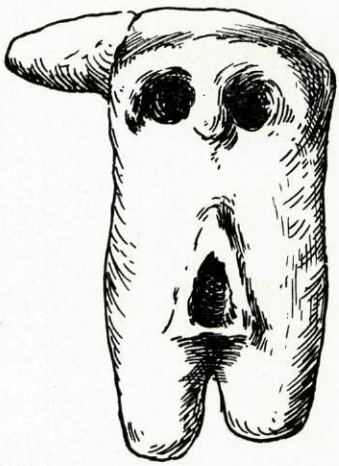


Fig. 8

Ídolo bissexuado
(Glozel).

divindade feminina vai encontrar-se depois no início da *Idade do Bronze* sob a forma de caixa de viola ou de esculturas talhadas por mais destra mão, tal se colheram em Hissarlick, Espanha e outras regiões (Fig. 5, VIII). Os ídolos-cilindros parece serem também aparentados com essas figuras até agora reveladas [79]. De resto, nada mais produziu o artista neolítico, em nossa terra, que se eleve dêste baixo nível cultural.

Mais no conhecimento da gente, lembro as estatuetas de Alvão (femininas [Fig. 12]), a estela da Esperança (Fig. 10, III), as pinturas dos dolmens de Baltar e Cota, as placas ídolos de Alcanena, Alpiarça, Idanha-a-Nova e mais terras; os ídolos-cilindros de Alenquer, Palmela, etc.; destas estilizações da figura humana, foi descoberto em Guimarães um exemplar, segundo julgo.

A arte rupestre está baseada em figuras singelas: «ferraduras», espirais, círculos (simples ou cortados por um traço [Fig. 9, *r* e *s*]) cruzes, linhas sinuosas (ofiolatria?), etc. Estranha teoria arquitectou EUGÈNE STOCKIS sôbre as inúmeras gravuras de círculos e espirais, que seriam — em sua opinião — as linhas papilares dos dedos humanos. Dessa maneira teriamos de olhar os homens de tam arredados tempos como os verdadeiros precursores da «*dactiloscopia moderna*» — no facêto dizer do Prof. MENDES CORREIA [80].

Várias outras hipóteses tém sido alimentadas quanto à significação dos círculos concêntricos e «ferraduras». Àqueles, quando se apresentam com sulco radial, tem sido atribuída a representação da figura humana estilizada, indicados os braços rodeando a cabeça; outros identificam estas gravuras com o disco solar e as «ferraduras», juntas pela convexidade, significariam a *aproximação dos dois sexos* (Fig. 13, *a*). Alguns dêstes factos encontrá-los-êmos memorados em rochas no território vimaranense, dos quais MARTINS SARMENTO colheu escassos exemplares [81]. A nossa arte rupestre encontra-se em várias localidades e já tem, em sua pobreza, alguma cousa de valioso: — Benfeites, Senhorim, Queiriga, Sales Esperança e Alvão (dolmens, rochas, paredes de grutas).

A tatuágem, como a pintura corporal, também aparecem nesta idade, mais desenvolvida a última que no *paleolítico*. Os ossos humanos eram pintados com substâncias còrantes, tal como

na *Idade da pedra lascada,* de que se encontram vestígios a cada passo (limonite, hematite, cinábrio), junto dos cadáveres ou em recipientes vários. Tém-se encontrado diversos instrumentos de pintar e tatuar, como: espátulas, sílices pigmeus e paletas.

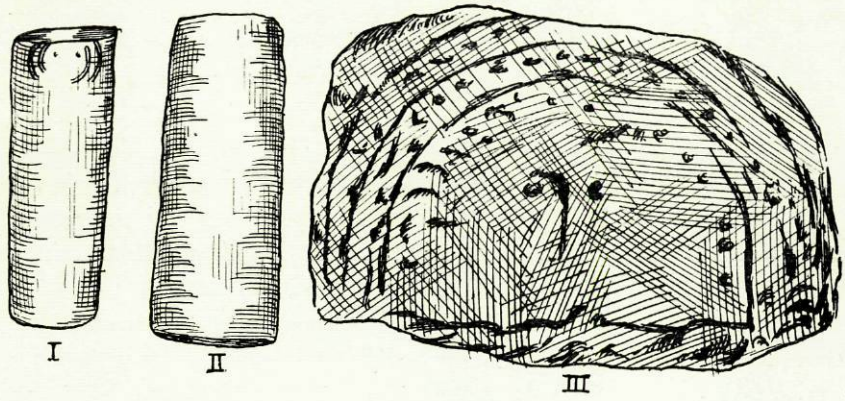


Fig. 10

I-II – Estilização da figura humana. – Ídolos-cilindros (Serra das Mutelas e Refugiados. Alenquer).
III – Representação da face (Estela da Esperança. Arronches).

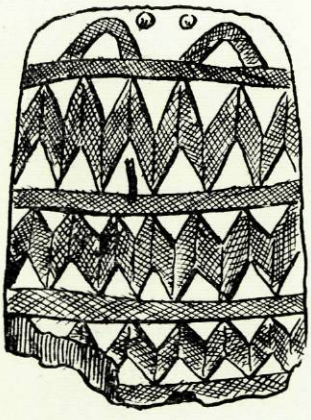


Fig. 11

Face tatuada? Ídolo-placa de Cavalos (Alpiarça)

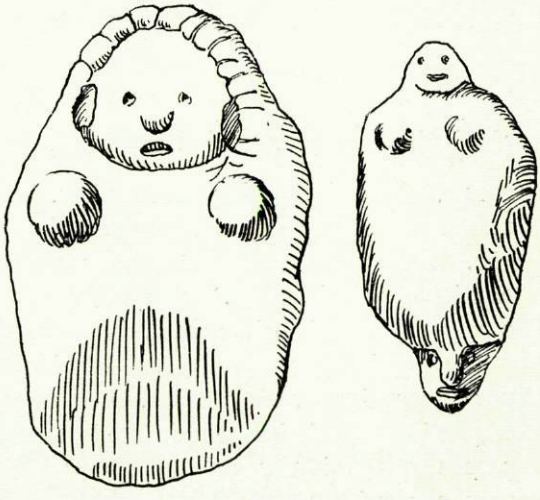


Fig. 12

Estatuetas femininas (ídolos?) (Trás-os-Montes)

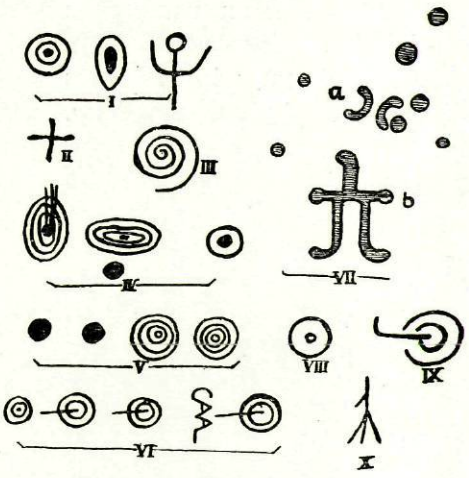


Fig. 13

Gravuras rupestres de Guimarães

I – Figura humana.
II – Cruz – símbolo solar?
III – Espiral – símbolo solar?
IV-V-VI-VIII-IX – Círculos concêntricos (símbolos solares) e «fossetes».
VII { *a* – Ferraduras. *b* – Figura humana (seg. R. Serpa Pinto).
X – Figura humana?

É interessante o uso que os homens de então faziam dos ossos de certos animais e até do seu semelhante, como berloques ou contas dos seus extravagantes colares: — ossos longos, vértebras, dentes humanos, de cão, raposa, urso, cavalo, etc.; à falta de originais fabricavam dentes de pedra [82]. É natural que fôssem amuletos, alguns mesmo com determinado valor nas enfermidades — como ainda hoje o são a figa e o corninho da vaca-loira — ou troféus de guerra e caça [83]. O aparecimento de certos objectos de várias substâncias com a forma de disco e com sulcos radiais pode supor-se relacionado com o disco solar; o culto ao sol, de que falarei adiante, quer como divindade criadora, quer como agente terapêutico, existiria portanto na *Idade neolítica* (Fig. 7, *i*), senão antes.

Resta falar do quadro nosológico que pode organizar-se com os materiais até hoje colhidos. O mais notável e imediatamente relacionado com a prática médica ou cirúrgica é a trepanação. Efectuava-se no vivo e no cadáver: *trepanação cirúrgica* e *póstuma* (Broca) [84]. Esta diferença foi estabelecida segundo o aspecto da cicatriz reparadora nos crânios sujeitos à primeira; o retalho ósseo ou fragmento extraído tinha uma forma irregular, por vezes circular ou elíptica. Dos ossos do crânio era o parietal esquerdo o preferido, sendo mais rara a do frontal (Fig. 14, 1); parece que foi o sexo masculino o que deu maior contingente para a estatística.

Esta prática, na opinião de alguns autores, seria para fins terapêuticos em doenças convulsivas, epilepsia, histeria, nevralgias

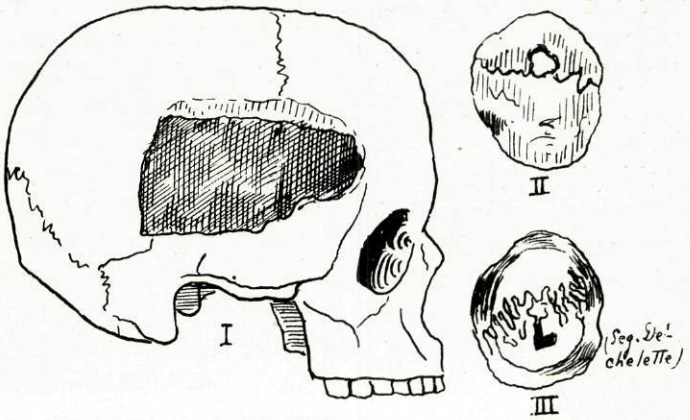


Fig. 14

Trepanação neolítica

I – Crânio de Saint-Pièrre des Tripiers (Lozère).
II-III – Amuletos cranianos (rodelas).

e fracturas do crânio, do que BROCA duvída. Continua a praticar-se após a *Idade da pedra polida,* encontrando-se em uso entre os Bárbaros e os Gaulêses. Dos crânios dos *infelizes* que em vida tinham sofrido a trepanação, eram extraídos fragmentos em forma de pequenos discos (rodelas), que serviriam de amuletos contra várias doenças (Fig. 14, II e III). Aínda hoje alguns povos primitivos usam a trepanação terapêutica, como os Chaouïas d'Aurès; os instrumentos que êstes utilizam pouco melhores são que os similares do homem neolítico (Fig. 15). No nosso país registo a existência dum crânio trepanado da gruta da Galinha (Alcanena), e outro fragmento ósseo em que a trepanação está apenas esboçada e que foi descoberto por NÉRI DELGADO [85]. É curioso notar-se que em Itália (Úmbria) se recolheu modernamente um amuleto constituído por uma rodela craniana, usado contra as convulsões infantis e epilepsia; isto parece

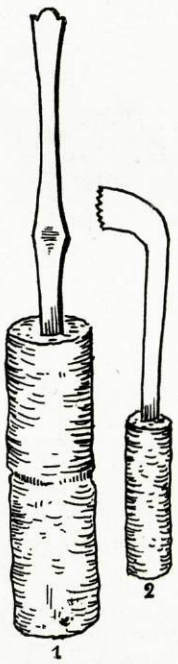


Fig. 15

Instrumentos primitivos de trepanação (Chaouïas d'Aurès).

1. – broca. 2 – serra

assegurar um tanto a opinião de que a prática referida se relacionava com a terapêutica das citadas doenças, porquanto a medicina popular e supersticiosa conserva aínda tal idéa a êsse respeito, sendo de-veras conhecido o parentesco que existe entre a medicina antiga e a popular actual. «*Primitive medicine is inseparable from primitive modes of religious belief*» [86]. «*Pero las fronteras entre la medecina cientifica y la medicina popular — de um modo completamente diferente que en la Antigüedad — donde esto acacia sólo ocasionalmente, aparecian con frecuencia confusas y mal defenidas*» [87].

Encontra-se, neste período, outra prática intervencionista sôbre o crânio; aos seus vestígios na região do *sinciput* chamou MANOUVRIER o *T sincipital* [88]; julga-se que apenas as mulheres fôssem as operadas (crânios femininos). Consistia em cauterizações ou incisões cruciformes, talvez com fim terapêutico ou como prática de iniciação cultural; outros as tém como ornamento (Fig. 16). A primeira hipótese deve calhar melhor, pois que, por anseio de beleza ou desejo de entrar em determinada casta, poucos ou nenhuns indivíduos se sujeitariam a tal barbarismo! Os instrumentos deviam reduzir-se a uma lasca de sílice e a um calháu rolado, ao geito de cinzel e martelo. A par dêste arsenal cirúrgico encontram-se pequenas peças de sílice, aguçadas à moda de facas ou punções, aparecidas também no nosso território (Grutas de Alcobaça [89], Vale das Lages [90], OTA [91], castro da Rotura: Setubal [92], etc.) dos quais os descobridores apontam um uso cirúrgico ou não rebatem completamente essa idéa [93]. Em Muge (capsiense final), já referido, apareceram alguns micrólitos, que poderiam ter tido a mesma utilização que os chamados *tardenoisienses* e aquêles. Se bem que muitos os tomem como anzóis de pesca, não arrepela a idéa de terem servido para extracção de corpos estranhos, abertura de pequenos abcessos, tatuágem, sangria, etc.; êsses

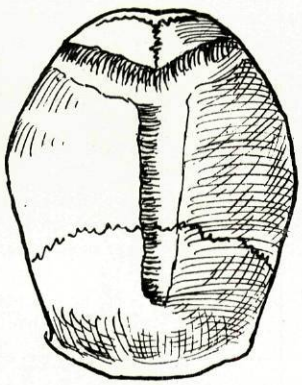


Fig. 16

O *T* sincipital

Crânio de Couflans – Sainte-Honorine (Seine et Oise).

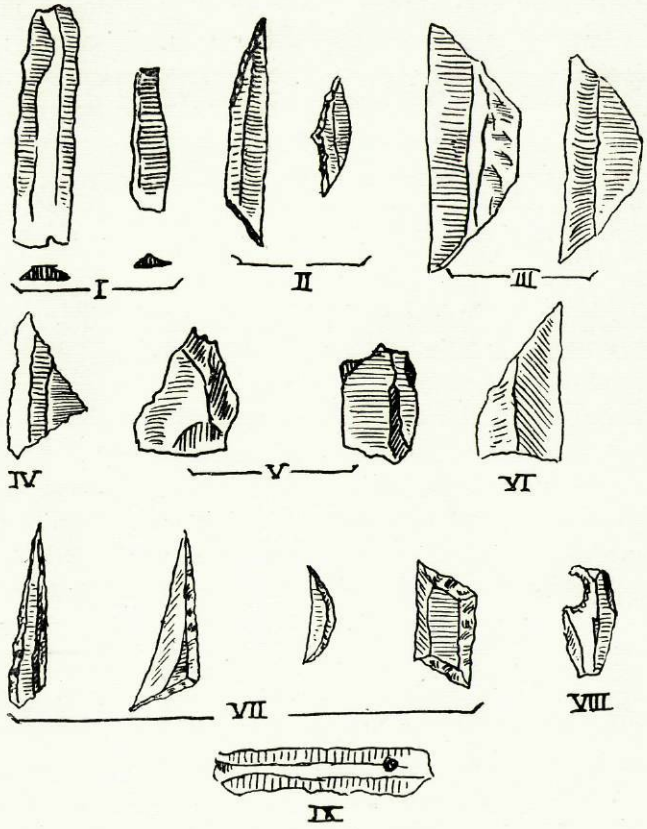


Fig. 17

Sílices pigmeus de utilização cirúrgica

I – Setubal.
II – Muge.
III – Lages.
V – Ota.
IV e VI – Alcobaça.
VII – Algéria.
VIII – Gras (Loire inférieure).
IX – Ota (Castro de).

sílices pigmeus ou *tardenoisienses* (Fig. 17), já teriam servido aos Hebreus na circuncisão; venerados por sua antiguidade entre êsse povo, usaram-nos também os Gregos para a sua cirurgia. MANOUVRIER escreveu, sôbre o uso dêsses rudimentares instrumentos cirúrgicos: «*un chirurgien moderne eût fort bien pu employer pour les opérations les plus délicates*» [94]. Certos povos selvagens aínda hoje os manejam à laia de escalpelos ou lancetas

(Alto Congo, etc.). Conta o Abade PETITOT como alguns índios empregavam pontas de sílice semelhantes na flebotomia: «*ils en introduisaient la pointe dans une fente pratiquée dans une planchette, puis appliquant la planchette sur le bras du patient, de manière à ce que l'instrument reposât sur la veine, ils frappaient légèrement sur l'extremité plate à l'aide d'une pierre ou d'un petit maillet*» [95].

Nas escavações dêste período depara-se aínda com ossos humanos crivados por pontas de flecha — tal como vimos no *paleoltíico* —, prova cabaz da intérmina luta pela vida, no dizer do Prof. REYMOND [96]; continuam a verificar-se as fracturas.

Segundo BERTELS, na estação neolítica de Heidelberg apareceu uma coluna cifótica, que aparenta ter sido tratada, em virtude dum processo tuberculoso, durante longos meses [97].

A sífilis, cuja antiguidade tanta discussão tem suscitado, já existia no *neolítico*. Um esqueleto feminino encontrado em Solutré apresentava tais lesões ósseas que alguns scientistas, entre êles BROCA e VIRCHOW, lhe marcaram orígem luética; BROCA, após o exame de crânios infantis de Lozère e Cauquenos, fez a mesma afirmação. PAUL REYMOND encontrou restos ósseos nos hipogeus neolíticos da Champagne, nos quais LANNELONGUE e GANGOLPHE, sem conhecerem a sua procedência, diagnosticaram lesões sifilíticas. Para melhor firmar o seu juíso submeteu-os aínda à valorizada apreciação de CORNIL, LANCEREAUX, MANOUVRIER, DAMANY, etc. [98].

Os estudos de LANNELONGUE e GANGOLPHE foram levados à Academia de Medicina, sendo publicado o de GANGOLPHE numa revista da especialidade. O Prof. REYMOND apresentou à Sociedade de Dermatologia, o seu trabalho sôbre ossos anteriores ao século XV, em que, da mesma forma descobriu culpas luéticas. LE BARON tratara já do mesmo assunto em sua tése de doutoramento e LE DOUBLE — o grande anatómico — sabemos como se dedicou a êsse estudo na sua *Revue préhistorique,* chamando-lhe PAUL REYMOND «*un maître en la matière*». Pelo que fica dito se vê que a sífilis é quási tam velha como o mundo [99]!

O Prof. REYMOND tém explorado cavernas durante anos, dedicando-se ao estudo da patologia prèhistórica e da paletnologia médica — que no dizer de EUGÈNE PITTARD no V Con-

gresso Internacional de História da Medicina (1925), parece progredir.

Fala aquele Professor da cárie dentária, que lhe parece rara — o que é referendado por outros scientistas — não deixando contudo de lhe deverem a existência certos cistos maxilares que observou [100]. Os dentes aparecem algumas vezes puídos, o que pode atribuir-se à dureza dos alimentos (geofagia?). Alguns objectos arqueológicos da prèhistória encontrados junto das fontes de águas minerais levam a supor que o homem neolítico as tivesse aproveitado, para o mesmo fim terapêutico que nós hoje lhes atribuímos [101].

No que respeita ao tipo étnico das populações do *neo-* e *eneolítico* transcrevo as palavras do Prof. MENDES CORREIA [102], as últimas sôbre o assunto: — «*O predominante dolicocéfalo, de estatura inferior à mediana, ortognata e de nariz mais estreito do que ,o do H. TAGANUS, não deve, pelo que foi exposto, identificar-se com êste tipo epipaleolítico e de afinidades negróides e australóides, mas com o tipo neolítico francês de BAUMES-CHAUDES — HOMME MORT, que, a nosso ver, parece constituir um primitivo representante da actual raça mediterrânea ou ibero-insular, dominante na população portuguesa de hoje. Estas identificações conduzem a uma dupla conclusão: que há uma certa discontinuidade antropológica entre os povoadores epipaleolíticos; e que, pelo contrário, êstes últimos apresentam já na sua composição etnogénica, como elemento principal, precisamente o mesmo tipo somatológico que predomina na gente portuguesa da actualidade*». «*Em resumo, na etnogenia neo-eneolítica de Portugal deveriam ter colaborado: os tipos de Muge e outros capsienses com êles de-certo antropológicamente afins; o tipo dolicocéfalo de BAUMES-CHAUDES, dominante e talvez acompanhado de mais braquicéfalos neolíticos (tipo de Ciempozuelos?) crìvelmente de proveniência europeia;* talvez *novas influências de orígem africana, provenientes da área almeriense*».

Em seu entender, as orígens do povo português podem buscar-se no eneolítico, naquelas tríbus que «*no território, então construíam dólmens, habitavam cavernas e os mais velhos castros, representavam a divindade em curiosas placas, e progre-*

diam no fabrico de instrumentos de pedra, mostrando-se, pelo contrário, pouco originais e pouco progressivos na metalurgia e na cerâmica » [103].

Adiante veremos o que pode dizer-se quanto ao tipo físico do homem vimaranense, já identificado pelo Prof. JOÃO DE MEIRA — aínda que por incompletos e resumidos processos antropométricos [104]; seria de valor acompanhar êste trabalho com a parte antropológica em seus devidos termos: falhou-me o tempo, que para tal me sobejava a vontade.

Ao *eneolítico* segue-se a **Idade do Bronze** já fazendo parte dos *tempos protòhistóricos;* há o direito e até a necessidade de englobar « *no mesmo estudo de conjunto o neolítico, o eneolítico e aínda os primeiros tempos da idade do bronze* » [105]. Por essa razão, e pela impossibilidade de marcar a muitos dos objectos que recheiam as estantes da Sociedade MARTINS SARMENTO uma data aproximada; e aínda pela necessidade que tenho de ir resumindo esta árida prosa, passo a fazer algumas considerações sôbre a *Idade do Bronze,* reservando para depois umas breves notícias e considerações sôbre êsses períodos e respectivos achados nas terras de Guimarães, que são difíceis de metodizar assim à pressa e sem auxílio dum catálogo, que infelizmente não existe, do museu onde se conservam.

No que respeita a Portugal, estão por sistematizar os escassos achados das suas fases mais adiantadas, o que me obriga a ser resumido [106].

Um dos factores de progresso foi, sem dúvida, a metalurgia, que já vinha do *eneolítico,* absorvida na preparação do cobre; a sua tam usada liga com o estanho, de que o nosso país foi riquíssimo, por isso famoso e celebrado nas mais antigas Histórias, caracteriza esta nova época; o uso do sílice decái e vão aparecendo alguns objectos de ouro e prata.

A *Idade do Bronze* — segundo DÉCHELETTE — que aínda abrange parte do *eneolítico,* remonta a 2500 a 1900 anos A. C.; a IV ou última fase vai até 1300 ou 900 anos A. C., para dar lugar à I *Idade do Ferro* ou de Hallstatt; vejamos o que se colhe da vida do homem nesse período e conseqüentemente o que se relacione com a medicina de então.

As habitações pouco se modificaram com o aparecimento do cobre e do bronze; na Gália construíam-nas de vigas e toros de madeira, argamassadas a barro e palha, cobertas de côlmo.

Há povoados terrestres e lacustres, que na Itália se denominam *terramares* [107]; êstes eram construídos também sôbre estacas, mas em terra firme sendo mais vantajosos que as *palafitas,* sob o ponto de vista higiénico; cingiam-nas fossos em que a água era corrente. As aldeias construídas sôbre estacas são agora mais distanciadas de terra firme e mais sólidas; ao vir da *Idade do Ferro* já não aparecem *palafitas* [108].

A alimentação constava de favas, centeio, bolota, maçãs, avelãs, fruto da fáia do norte, abrunhos, cerejas, ameixas, amoras, morangos, milho miúdo, trigo candial e leite; não desconheceriam a fabricação do queijo [109]. A indústria do sal gema nasceu e desenvolveu-se muitíssimo neste período, sendo desnecessárias as apreciações sôbre o seu valor na alimentação; desejo fixar simplesmente o quanto ela foi valiosa, como preparadora de tam indispensável condimento. Parece que os homens do Bronze conheceriam já o salgamento das carnes (especialmente a de porco e peixe) de que fariam largo uso.

Os enterramentos faziam-se por várias formas: incineração ou inumação, encerrados os mortos nas *cistas* e aínda em grandes jarras ou talhas, o que era mais vulgar; os cadáveres, que por vezes se descarnavam como em datas anteriores, aparecem na posição de cócoras ou dobrados, como já vimos também em épocas passadas; a incineração domina na IV fase, mòrmente em França. Os habitantes das povoações chamadas *Terramares* construíam os cemitérios longe do núcleo habitado; menos freqüentemente eram os cadáveres depositados em grutas naturais e artificiais.

Os elementos que permitem dizer alguma cousa sôbre a vida e os costumes do homem desta época são em maior número. No que respeita ao vestuário, pode conjecturar-se que os homens andavam quasi nús, nos climas amenos, cobrindo-se de peles ou dum simples manto de lã quando o frio era maior. As mulheres cuidavam mais das suas roupagens: usariam já vestidos compridos, corpete ou jaqueta de mangas, toucas, chales e cintos; apareceram vestígios de tal indumentária num túmulo

da Jutlândia (Aarhus). Os tecidos eram geralmente de lã, à qual juntavam pêlos de animais; mais tarde usaram os Celtiberos o seu *sagum* de grosseira lã. A tecelagem seria progressiva, conhecendo a gente dessa época o branqueamento e a tinturaria dos tecidos [110]. Para segurarem as roupas usavam, homens e mulheres, alfinetes de uma construção delicada e, por vezes, elegante — *fíbulas* — de onde derivam os nossos alfinetes de segurança ou *bébés*.

A higiene corporal não era descurada; respeitante ao cuidado dos cabelos sabe-se que conheciam os pentes e parece que o uso de se barbearem, completamente ou em parte, era geral nos antigos europeus [111]; grosseiras navalhas de bronze têm sido abundantemente encontradas em diversos locais; aínda hoje alguns negros africanos e bonzos da Indo-China empregam navalhas do mesmo metal.

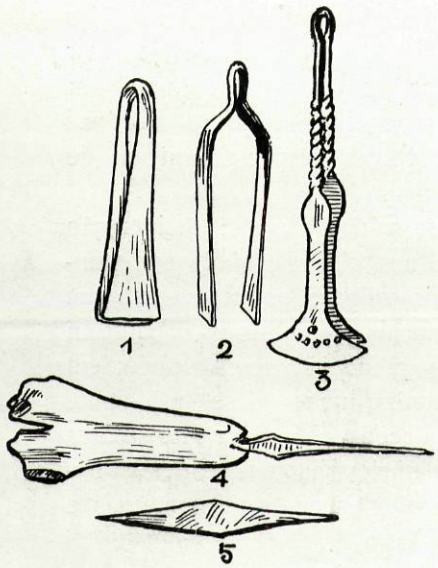


Fig. 18

1-2-3 — Pinças — Micenas, Syros e Montenero (Livourne).
4-5 — Sovelas para tatuágem (Boémia e Aveyron).

Depilavam-se com frequência, o que se julga provado pela descoberta de minúsculas e grosseiras pinças de bronze, que serviriam, quiçá, para intervenções cirúrgicas (Fig. 18, 1-2-3). A tatuágem era frequênte, servindo-se para ela de sovelas especiais (Fig. 18, 4-5).

Para o aleitamento artificial — segundo algumas opiniões — eram usados curiosos vasos de barro cosido, de um ou dois bocais, como mamadeiras ou «biberons»; em Portugal apareceram exemplares na estação arqueológica de Alpiarça (Fig. 19). O Prof. LEITE DE VASCONCELOS julga-os usados para a administração de líquidos medicamentosos a doentes impossibilitados de os tomar; mais tarde, na *Idade do Ferro* e sob o domínio dos romanos, aparecem vasos semelhantes [112].

A arte desta idade pouco deixou que merecesse elogio; as representações humanas nada nos indicam sôbre a morfologia, e «*ne font qu'accuser l'impuissance de l'âge du bronze à exprimer le mouvement et la vie*» [113]. Aparecem algumas estelas funerárias, com supostas figurações antropomorfas, como as que citei na idade neolítica.

É tempo agora de apresentar a curiosa e bem discernida opinião de SIRET sôbre essas e outras figuras (placas de schisto, que, de um modo geral, são consideradas como ídolos tatuados, etc.). Assim, as estelas não serão mais que a representação de uma divindade da árvore, a «*dame de l'érable*», nascida de um motivo natural: os gomos ou rebentos das árvores; deus, ou deusa, tinha por missão aleitar os mortos ou suas almas. As placas, seguindo a opinião de SIRET, representam simplesmente estilizações vegetais, como de palmeiras, etc. Estas opiniões, firmadas em insuspeitos elementos arqueológicos, não podem deixar de ser aceites, como quaisquer outras. Aproxima também a representação dos triângulos sexuais das cicatrizes foliares das árvores, relacionando tudo com a simbolização da orígem da vida [114]. Já em outro ponto se leu o que se pensava sôbre a forma triangular de certos objectos amuletiformes, de-certo relacionados com tal simbolismo.

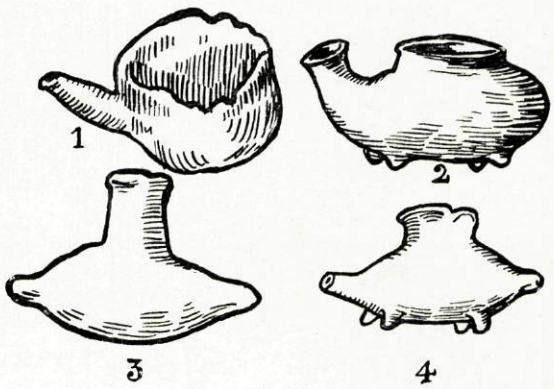


Fig. 19
Mamadeiras ou biberons
1 – Alpiarça (no Museu de Antropologia da Universidade do Pôrto).
2-3-4 – Boémia. Hesse-Renana. Áustria.

A representação dos olhos na cerâmica de algumas regiões, inclusivè na do nosso território, continua a fazer-se; a figura humana reduzida à forma de violão, já citada no neolítico, encontra-se algumas vezes.

Das idéas religiosas do homem do Bronze é ponto de falar-se do culto do Sol, pela sua relação com o que posterior-

mente teve APOLO, pai de ESCULÁPIO, depois deus da Medicina; encontra-se nesse remoto culto a mais antiga veneração do deus-médico, tam afamado no panteon greco-romano; eram também adorados: o Céu, a Terra, as Fontes, os Lagos, as Florestas, as Árvores, e alguns Animais. Juntamente com o Sol, eram deificados o Boi e o Cavalo. O disco solar aparece representado de muitas formas: quer isolado, quer associado a um barco, sôbre o qual atravessava o oceano; nessa travessia acompanhavam o astro um cisne ou um cavalo, animais que o simbolizavam freqüentemente. As lendas greco-romanas apresentam o filho de APOLO sob a forma de cisne (Fig. 20); deus do fogo e do sol, era, entre os Arianos, deus da Medicina e da Cirurgia; para os Celtas era considerado como um deus-médico [115].

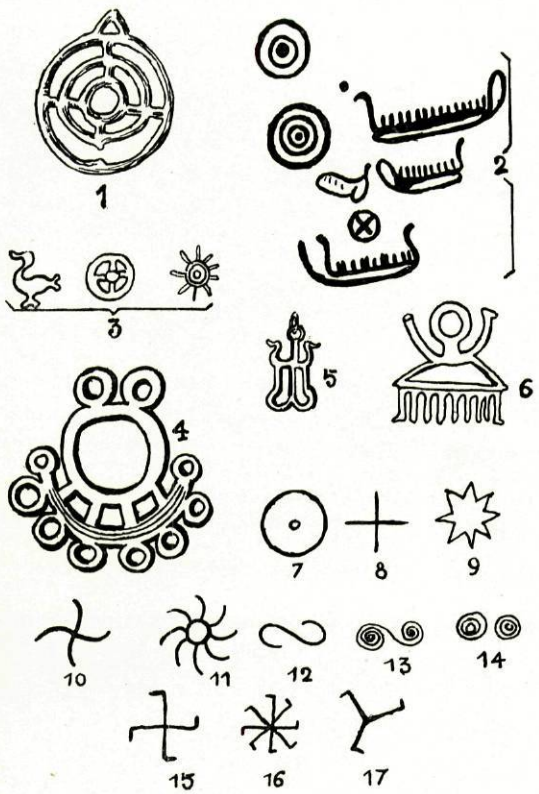


Fig. 20

1 – Amuleto solar – Grutas de Vallon.
2 – Discos solares e barcos do deus Sol – Noruega.
3 – Cisne e disco solar – *Idade do ferro.*
4-5-6 – Amuletos relacionados com o culto do sol e do cisne. Charroux, Bolonha e Guéveaux.
7 a 17 – Várias representações do disco solar – (Seg. Déchelette).

Algumas facas da Escandinávia, que têm como ornamento o emblema solar, poderiam ser pertença do modesto e resumido arsenal cirúrgico dos homens do Bronze. É curioso o achado de uma sepultura que parece ser de um médico ou bruxo-curandeiro dessa época, diz DÉCHELETTE; os objectos encontrados, que lhe serviam para o exercício da profissão eram: numa pequena caixa de couro, um fragmento de âmbar, uma concha perfurada e um pedaço doutra, um

cubo de madeira, a cauda de uma serpe, a garra de uma ave, o maxilar inferior de um esquilo, algumas pedras pequenas, um par de pinças, duas facas de bronze, uma ponta de seta (sílice), etc. As facas, a flecha e as pinças são, para DÉCHELETTE, «*la trousse de ce prêtre-médecin qui dejà recourait, comme les futurs disciples d'Esculape, à la collaboration du serpent*». As facas eram ornamentadas com uma cabeça de cavalo, o que deve estar em relação com o culto de *Apolo* (Fig. 21), protector da arte médica, sabendo-se que era muita vez representado sob a forma dêsse equídio.

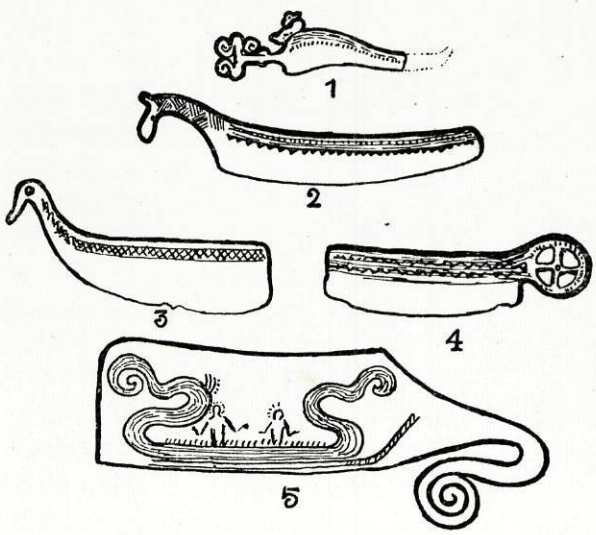


Fig. 21

Facas de cirurgia (?) escandinavas

1-4—Dinamarca (cisne e disco solar).
2-3—Suécia (cavalo e cisne).
5—Escandinávia.
(Seg. Déchelette).

A serpente, tam venerada pelos antigos Egípcios, também foi representada na arte rupestre do *eneolítico* e na transição para o *bronze* [116]. ¿Haverá alguma linha de união entre êsse remoto *totem* e o ofídio que mais tarde se enrosca no cacête simbólico de *Asclépios,* patrono da Medicina? É natural que os factos se relacionem, merecendo um estudo mais detalhado.

Numa faca aparecida na Escandinávia, vê-se representado o barco (Fig. 21, 5), a que já me referi, no qual o deus solar viaja «*comme un Apollon ou un Hélios de l'art classique*» [117]. Devo notar que, na Grécia — onde foi grande a adoração de *Esculápio* — a maior parte dos achados revelam o culto primitivo do sol; não quere isto dizer que êle não existisse entre os demais povos, como por exemplo nos Lígures, que vamos encontrar no nosso território e dos quais MARTINS SARMENTO apaixonadamente queria fazer derivar a mór parte dos elementos étnicos nacionais [118].

As suas representações são várias: círculos concêntricos (segundo alguns arqueólogos), cabeças de pássaros associadas a motivos discóides, palmípedes; motivos curvilíneos como: espirais, linhas serpentiformes, suásticas ou cruzes gamadas — às quais se tém dado várias interpretações — cruz inscrita em círculo, estrêlas, etc. [119]; o suástica encontra-se às vezes representado sôbre determinadas partes do corpo humano (cabeça, púbe e órgãos genitais), ou sôbre a área projectada de certos orgãos importantes (coração), o que indica especial poder protector daquele deus sob essa forma representado; alguns dêstes símbolos eram usados como amuletos profiláticos, protectores das regiões sôbre que andavam (tórax e abdóme).

Aínda hoje se encontra espalhado o culto do sol entre alguns povos primitivos [120]; na superstição e na medicina populares aparecem freqüentemente restos dessa veneração, sendo o nome do astro incluído em determinadas fórmulas de curandeirismo. Êsses símbolos continuaram em uso nas eras posteriores; alguns vamos encontrar em território vimaranense, como os círculos, o suástica, etc.; na citânia de Briteiros (mais acentuadamente lusò-romana), segundo parece, foi intenso o culto ao astro-rei.

Nos locais ou proximidades de certas fontes minerais francesas (Gréoulx, Clermond-Ferrand, Bourbonne-les-Bains, etc.), descobriram-se figurações de cisnes, o que lembra certa identidade entre elas e o culto solar [121].

Veremos como, em tempos anteriores aos da conquista romana, as águas de Vizela [122] — no concelho de Guimarães — foram conhecidas e divinizadas; aí apareceu o nome de *Esculápio,* entre o de outros deuses, numa lápide votiva romana. Parece que o

deus lígure *Borvo* ou *Bormo* (= quente) era um dos deuses das águas termais, com o qual os romanos identificaram *Apolo* [123]; apareceu em Vizela uma lápide com o nome de *Bormânico,* talvez prè-celta — que com aquele se aparenta — deus protector da sua famosa estância de cura; na *Época do Bronze,* como aliás na da *Pedra polida,* eram muito estimadas, por suas virtudes terapêuticas, as águas minerais.

Como amuletos protectores contra várias doenças aqui assinalo os objectos que representam *cornos,* relacionados com o antigo culto dos animais que os possuem. Já no *neolítico* se vêem representados, sob o aspecto de asas, em variada cerâmica, sendo revelada a sua existência na Ibéria antiga [124].

Não devo deixar de referir-me às idéas e práticas médicas de alguns povos anteriores à era de Cristo, de que todos, ou quási todos os tratados de História da Medicina traçam o esbôço. Dessa primitiva medicina — precedente a HIPÓCRATES — dão-nos notícias os historiadores desde remotas datas, indo algumas até 3700 anos A. C. [125]. LA GUARDIA, agudo espírito e observador cauto, diz, respeitante ao que se conta sôbre a medicina que antecedeu o célebre médico de Cós: «*Cette erudition romanesque prouve une chose, à savoir: que les savants ne sont pas moins que les poëtes sujets aux écarts de l'imagination et à la manie de se singulariser. Les plus sévères prennent plaisir à disserter, et, entraînés par leur goût, ils abordent au pays des chimères*». A seguir: «*La recherche oiseuse de ces origines incertaines ne peut séduire que les esprits enclins au paradoxe ou les âmes crédules, qui assimilent la science à la révélation*» [126].

Não comento; lembro sòmente o progresso da arqueologia desde a época em que tal escreveu (1865), isto é, em 64 anos de trabalhos cuidadosos e profícuos de indiscutíveis valores na arqueologia geral e médica como BROCA, REGNAULT, LE DOUBLE, REYMOND, MANOUVRIER, PITTARD, LACASSAGNE, etc., incluíndo, honrosamente para nós, os Profs. LEITE DE VASCONCELOS, MENDES CORREIA, etc. Algumas destas individualidades são ilustres Professores de Medicina e creio bem que a nenhum dêles se poderá chamar crédulo ou paradoxal! Recordo a atitude do Prof. BROCA, quando, ante a dúvida de certos scientistas sôbre o uso da

trepanação terapêutica na *Idade da pedra polida,* cuja existência o sábio antropologista se esforçara por provar; para documento das suas asserções, trepanou um cão usando como cinzel um fragmento de pedra (sílice ou quartzo); a intervenção demorou 8 minutos, indo até à descoberta da meninge dura-mater, na extensão comparada de uma moeda de 20 cêntimos; o cão sobreviveu, convalescendo admiràvelmente; foi apresentado numa sessão da Sociedade de Antropologia, no ano de 1877 [127].

Mas, voltemos ao assunto; conjugando datas e colocando a *Idade do Bronze* entre 2500-1900 a 900 anos A. C., verifica-se a inclusão, nêste longo período, daquela medicina que se aponta entre os Egípcios, Hindus, Chineses, Iranianos, Gregos, Hebreus, Babilónios e Assírios; nestas civilizações já eram conhecidos certos tratamentos médicos e cirúrgicos — dos quais HIPÓCRATES recolheu valiosas notas em suas obras — bem como certas modalidades de febres, a lepra, a tuberculose pulmonar, a epilepsia, etc.; na terapêutica salientava-se o uso das plantas, fricções, linimentos, cauterizações, etc. [128]. Claro é que a Medicina, antes de HIPÓCRATES, foi quási exclusivamente sacerdotal e andava ligada às idéas religiosas dominantes.

A medicina dos antigos egípcios foi relativamente notável; alguns papiros encerram curiosas regras sôbre os seus diversos ramos; parece que inventaram alguns processos terapêuticos, entre êles os clisteres [129]. A farmacologia era já dotada de certas drogas importantes, como o óleo de cedro, o sulfato de cobre, o alúmen, o óleo de camomilha, etc.; possuiam valiosas idéas de profilaxia e higiene; a par, a feitiçaria e a magia foram diminuindo à medida que a classe sacerdotal foi abandonando a medicina [130]. IMHOTEP, que curava ZOSER, 2.º faraó da 3.ª dinastia (2900 anos A. C.), foi adorado como deus médico, na época saïta ou ptolomáica [131]; 2000 anos A. C., já o rei dos Babilónios e Caldeus legisla sôbre medicina [132].

Entre os Hebreus foram muito indicados os óleos e os bálsamos, muito nos dizendo a Bíblia sôbre a sua arte médica [133].

Na Grécia antiga, desde tempos remotos, teve *Esculápio,* junto a *Higía* e *Panacéa,* o seu culto e os seus santuários alguns dêles notabilíssimos, como o de Epidauro [134]; quando da guerra de Tróia já era venerado como deus da Medicina, ao

qual HIPÓCRATES mandava os médicos prestar juramento [135]. É bem natural que estas notícias pertençam à lenda, mas o que devo acrescentar neste ponto, aproximando-o do que se viu sôbre o culto do sol como deus curandeiro, é a notável antiguidade de uma divindade médica. Os poemas de HOMERO falam-nos de uma Medicina de carácter popular, professada nos templos de *Esculápio;* a feição predominante era a sacerdotal, podendo considerar-se fábulas certas descobertas terapêuticas atribuídas aos Helenos, como a sangria [136].

Quási toda esta remota medicina «*dont les origines remontent à des époques préhistoriques venue de l'Inde, avait été importée en Egypte en passant par les peuples des vallées du Tigre et de l'Euphrate, et d'Egypte était venue en Grèce très probablement par l'intermédiaire des Phéniciens*» [137], havia, por qualquer modo, de propagar-se ao ocidente da Europa, nos tempos da *Idade do Bronze,* ou antes; as populações das costas africanas, que anteriormente se tinham infiltrado na Península Ibérica, aí deixariam mais alguma cousa, além dos seus caracteres físicos, entre os povos com que se cruzavam; na *Idade do Ferro* já encontramos na Península colónias gregas e fenícias. A meu ver, as práticas médicas do Oriente chegaram ao Ocidente com a mesma feição com que lá existiam; a influência oriental sôbre as terras mais chegadas ao Atlântico não se fez apenas sentir sôbre as artes e as indústrias, mas também — embora essa influência tenha sido tam negada — sôbre usos e costumes [138]. A arte de curar dos diferentes povos apresenta-nos afinidades tais, pelos séculos fora, que não devem desprezar-se as provas dessa influência de tam longínquas terras — por vezes injustamente chamada a *mirágem oriental* [139]; se formos procurar documentos entre a actual medicina popular de todos os países mais se arreiga essa crença.

C. JULIAN — segundo MEUNIER — coloca, a par dos cultores da medicina antiga (Hindus, Egípcios, etc.), os Druídas gauleses anteriores à invasão romana [140]. É natural que na *Idade do Bronze* ela existisse — empírica e teúrgica — no ocidente da Europa; prova-se essa existência por certas idéas religiosas e práticas verdadeiramente médicas, desde a *Idade da pedra polida.*

É tempo agora de rematar esta divagação, para que a meada histórica se desfie sem grandes nós.

Para reconstituír o tipo étnico português da *Idade do Bronze* faltam, infelizmente, os elementos; parece que aínda se encontra nêste período o citado tipo do *eneolítico* um tanto modificado, pois o actual nele tem fortes raízes; talvez se possam já identificar com Lígures e Iberos os elementos encontrados na *Idade do Bronze* e mesmo antes — segundo a opinião do Prof. MENDES CORREIA [141].

Vejamos agora — ràpidamente, para não massar — o que tem aparecido em Guimarães que nos prove a existência de habitantes nas *Idades Neolítica, Eneolítica,* e do *Bronze.*

As mais notáveis estações arqueológicas do concelho vimaranense são as da Citânia (S. Salvador de Briteiros), de Sabroso (S. Lourenço de Sande) e da Penha (Serra de Santa Catarina). Nelas foram encontrados importantíssimos materiais identificadores do ciclo em que, justificadamente, inclúo aquelas idades; espalhadas pelo concelho existem outras de menor valia, onde apareceram dispersos objectos dessas épocas [142].

O domínio romano estabeleceu-se largamente na Citânia — que MARTINS SARMENTO, em arreigada crença, povoou de Lígures [143]; Sabroso é mais velho, sem influência romana, datando-se seguramente da protòhistória [144]; a-pesar-de tudo foram encontrados alguns objectos de pedra polida, construções megalíticas e gravuras rupestres, quer na área da Citânia, quer em surpreendentes proximidades, demonstrando a existência de um povoado — de maior ou menor importância — na *Idade Neolítica.* O Prof. LEITE DE VASCONCELOS inclina-se a datar dessa época, dum modo geral, os *castros* portugueses [145]. Na Penha apareceu o mais completo espólio neolítico (eneolítico?), a maior parte descoberto por JOSÉ DE PINA, Professor do Liceu de MARTINS SARMENTO e director do Museu da Sociedade do mesmo nome; a êle se deve a a conservação dos achados e uma pequena memória na «Revista de Guimarães» [146]. MARTINS SARMENTO, como tivessem aparecido certos objectos naquele local, pensou na existência de um *castro* soterrado [147], o que agora se confirma por numerosa cerâmica incisa, bastantes machados de pedra e seixos rolados, além de elementos comprovativos de civilizações anteriores às *Idades do Bronze* e do *Ferro.*

Alguns objectos dêsse *castro,* evidentemente prèhistórico —

donde o homem serrano olhava o vale que se estendia a seus pés, talvez lobrigando no môrro do Castelo o povoado que antecedera a cristã *Vimaranes* — indicam práticas relacionadas com o assunto dêste trabalho. Apareceu parte de um *godet* ou almofariz de pedra (Fig. 22, 4); pela sua pequenês, deveria ter servido à trituração de matérias còrantes, usadas na tatuágem ou na pintura corporal; esta idéa é referendada pelo aparecimento, no mesmo local da escavação, de pedaços de ferro ologístico, conservados no Museu da cidade; também foi descoberto um pequeno cilindro de pedra (Fig. 22, 2), que comparo aos ídolos-cilindros da *Época Neolítica* — divindade simbolizada numa figura humana no máximo da estilização — e que tém aparecido noutros pontos, semelhantes aos que se vêem no Museu de Antropologia da Faculdade de Sciências do Pôrto, única escultura (?) vimaranense que conheço da *Idade lítica.* A existência de um disco de pedra com um orifício central e 4 raios incisos, que julgo posterior ao *neolítico,* parece evidenciar o culto do Sol (Fig. 22, 2). Os enormes rochedos, sôb alguns dos quais existem curiosas galerias abertas pela natureza, poderiam ter servido de abrigo a sepulturas.

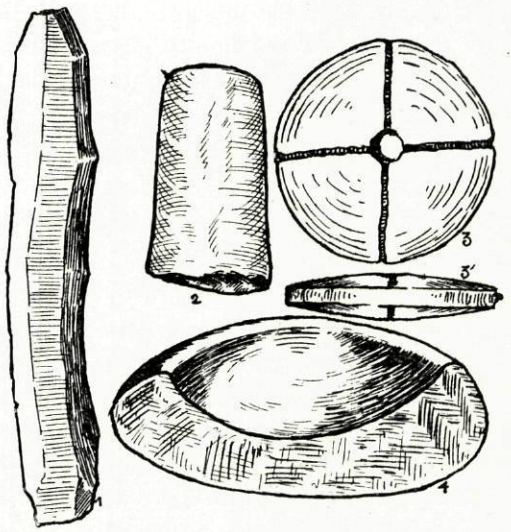


Fig. 22

1 – Faca de sílice róseo
2 – Ídolo-cilindro?
3 – Disco solar?
4 – *Godet* para trituração de substâncias còrantes. (Penha-Guimarães).

Dentro da área citadina, «... *no morro do Castello, onde não assentaria mal um castro* ...» [148], com as inteligentes e bem orientadas obras de desatêrro que o Município fez executar, alguma cousa tem vindo à luz que obriga a admitir a existência de um antigo povoado; assim o julgava também MARTINS SARMENTO; combatendo uma pretensa cidade *Araduca,* disse o

grande vimaranense que «*não faltariam provas doutra ordem para mostrarmos que êstes sitios já eram habitados muito antes do fatídico ano de 339, e provàvelmente por povos próximos parentes dos Turdetanos, mas sem mistura alguma da família Céltica*» [149]. A mesma idéa advém aos que meditarem sôbre a significação de umas 7 ou 8 fragas crivadas de cavidades arredondadas, de diâmetro variável entre 10 e 30 centímetros, irregularmente dispostas; numa delas, 5 dessas covas dispõem-se simétricamente à roda de uma outra das mesmas dimensões. Informaram-me que em algumas casas próximas do Castelo há silhares com vestígios dessas cavidades, demonstrando tal facto que foram quebrados mais alguns penedos para essa serventia; no pavimento do adarve sul do Castelo verifiquei a existência de lages ao certo provenientes de fragas semelhantes às citadas, que se vêem à flor da terra. Isso demonstra que, no princípio da nacionalidade — data da reconstrução e reforma do precioso monumento — essas rochas picadas de cavidades já existiam, sendo portanto anteriores; esta doutrina expendi já noutros trabalhos [150]. Julgo-as artificiais (gamelas ou *fossettes);* sendo assim, provam a existência de um povoado da *Idade neolítica* ou início da do *Bronze.* MARTINS SARMENTO conheceu um dêsses penedos com suas covas, que o povo diz serem *pias dos mouros,* próximo dos muros do Castelo; dizia que «*as pias são cavidades naturais*» [151]. Talvez que hoje, frente ao grupo das rochas que foram desenterradas — e quantos centos de anos estariam cobertas! — vendo as suas condições de jazida, semelhança e agrupamento, modificasse o parecer, ou, perplexo, nada adiantasse.

Como veremos dentro em pouco, há vestígios de povoação romana que ali acamparia. No local foram encontrados dois pedaços de cerâmica grosseira de rude pasta: um resto de asa de vasilha com orifícios feitos a punção, irregularmente dispostos, vasando-a de lado a lado, e um fragmento de borda de vaso onde se vêem impressas as primitivas dedadas; claramente que êstes vestígios são da *Época dos metais,* talvez da *Idade do Bronze* ou princípios da do *Ferro.*

¿O famoso *padrão das teigas,* bloco granítico em que estão abertas duas cavidades com orifício de comunicação, no fundo, para o exterior, não estará relacionado com o pretenso *castro*

do Castelo? Essa relíquia, olhada como medida para sal, assemelha-se a outras pedras assim insculpidas, descobertas em *castros* de várias localidades. Hoje guarda-se na capela de S. Miguel do Castelo. Sôbre a sua proveniência e história, nada se conta com segurança [152].

Que me seja perdoada esta digressão sôbre factos que se prendem com a orígem de Guimarães; assim fiz para poder demonstrar, ainda que incompletamente, as longínquas raízes da sua fundação e, por conseqüência, os seus primeiros povoadores, antes de, nos mesmos lugares — notável coïncidência que deve ser meditada! — assentar MUMADONA a sua reduzida sociedade.

A Antropologia dá-nos esclarecimentos sôbre a étnica da população actual que provém de outra remotíssima, como veremos. Deixo frisada esta nota: *A lenda de uma antiquíssima fundação em Guimarães, anterior aos Celtas — o que não repugnava a* SARMENTO *— deve ter já o seu quê de real; creio que, tarde ou cêdo, as críticas de* JOÃO DE MEIRA *aos que insuficientemente os alimentaram, não serão muito justas.*

Mais divagações seriam descabidas; acabo-as para seguir caminho.

Apareceram ainda por quási todo o concelho outros vestígios do *neolítico, eneolítico* e *bronze:* supostos dolmens e cistas ou seus restos (Ronfe, Salvador do Souto, etc.); pedras balouçantes (Pensêlo, Citânia[?], Infias); machados de pedra (Citânia, Sabroso, S. Jorge de Selho, Paraíso, Vizela — em relação com as águas termais?—, Silvares, Mascotelos); gravuras rupestres (Fig. 13): círculos concêntricos, simples ou cortados por sulcos radiais ou similares (Santa Leocádia e S. Salvador de Briteiros — Sabroso — Donim, Citânia); espirais (Citânia, Candoso), cruzes (Taboadelo, etc.), cruzes inscritas em círculos (Citânia), figura humana estilizada (Sabroso, S. Lourenço de Sande, Donim); mamôas, antas e antelas (Penha, Briteiros, Donim, Oleiros, Sabroso, Senhora do Monte, Campelos, Garfe, etc.); instrumentos de pedra lascada, fragmentos de punhais, pontas de seta e faca de sílice róseo (Sabroso e Penha [Fig. 22]); penedos com *fossettes* (Citânia, Santa Leocádia de Briteiros, Donim, Paraíso, Candoso, etc.) [153].

O que provadamente se pode relacionar com a *Idade do Bronze,* além de muitos dos elementos que incluí no referido

englobamento cronológico, são os machados dessa liga metálica. Encontraram-se de variadas formas: dois de talão com um só anel lateral (Corvite e Matamá;) e um de talão com duplo anel — *tipo ibérico* — (S. Jorge de Selho. Monte do Sino); um de alvado com dois aneis laterais (Oleiros); um machado votivo (Sabroso); um fragmento de machado ou machado chato (cobre?) e uma ponta de lança de bronze (Penha); alguns punhais de bronze — inteiros ou fragmentados (S. Cláudio do Barco?, Caldas das Taipas, Silvares?).

Eis ao que se resumem, dum modo geral, os achados arqueológicos do concelho de Guimarães, que marcam as referidas idades.

Não faço considerações sôbre a respectiva cerâmica para não sôbrecarregar estas páginas, já tam pesadas!

Desconhecem-se as práticas da medicina primitiva no território vimaranense; o mais que pode fazer-se é compará-la à que se sabe ter existido entre os diversos povos dessas épocas. Quero deixar marcada a importância do sol como agente terapêutico, possìvelmente nos tempos prèhistóricos, tal como hoje em pleno século xx. Se parte das gravuras rupestres (suásticas, círculos, etc.) que ornamentam algumas rochas do concelho representam êsse culto, não é difícil conjecturar como o seu papel aí foi notável.

A última época em que se divide a História da Humanidade e que fica imediatamente anterior à entrada dos Romanos na Península é a **Idade do Ferro,** assim denominada pelo aparecimento dêste metal na Europa. Tem duas fases: a de *Hallstatt* e a de *La Tène.* A primeira, que vai de 900 a 500 anos A. C., ramifica-se em períodos denominados: *I Hallstatt* (900 a 700 anos A. C.) e *II Hallstatt* (700 a 500 anos A. C.); a segunda fase, ou de *La Tène,* caracterizada pela expansão Céltica, desmembra-se também: *I* (500 a 300 anos A. C.), *II* (300 a 100 anos A. C.) e *III* (100 anos A. C. até à Era Cristã).

Como se depreende desta cronologia, o povo romano viera à Península ao terminar a fase de *La Tène,* dentro dos seus períodos *II* e *III.* Não porei balizas entre essas fases e períodos, nem tampouco entre as civilizações prè-romanas e romanas; a tal me obriga a sua seqüência bem marcada por provas histó-

ricas; assim, o desfiar das idades irá sem interrupção até à vinda dos Bárbaros no século v A. C.

A *Idade do Ferro* apresenta na Península duas culturas: a *Ibérica* (sul e leste) e a *post-Hallstattiana* (centro e oeste). Paralelamente, iam-se manifestando as civilizações *Cartaginesa* e *Grega;* esta última começara pelos séculos VII a VI A. C., com a instalação de várias colónias (Menaca, Abdera e Hemeroscopion), a que se seguiram outras (Emporiæ, Rhode, etc.). À cultura *post-Hallstattiana* corresponde o predomínio dos Celtas, que se derramaram pela Península, nela se fixando pelo século VI A. C. [154].

Para melhor se compreender até que ponto teriam influído nos usos e costumes dos habitantes da Ibéria os povos que a ela aportaram — particularmente na introdução de novas práticas médicas — ràpidamente os apresentarei:

— Parece que desde remotíssimos tempos a Península Ibérica conhecida dos Fenícios e talvez dos Assírios [155]; o Velho Testamento refere-se à região de Tartesso, que a ela pertencia. HOMERO (800 — 700 anos A. C. [?]), HESÍODO (século VI A. C.), HERÓDOTO de Heracléa (século V A. C.), DIODORO da Sicília (século I A. C.), AVIENO, ESTRABÃO, etc., dão-nos conta das terras peninsulares e seus habitantes. De tudo isso não sai bastante luz para a história da Península; as dúvidas subsistem, as hipóteses amontoam-se, sendo bem resumido o que pode dizer-se. Os historiadores antigos citam os *Tartéssios* como primeiros habitantes da Península — cujo conhecimento vém já da *Idade do Bronze* — baseando-se nas navegações fenícias para Tartesso [156]. Muitos arqueólogos, não admitindo a existência de populações indígenas, consideram da mesma forma os *Lígures,* cuja influência é tam contestada, e que SCHULTEN e BOSCH [157] relacionam com os *Oestrímnicos* (primitivos povoadores de *Ofiusa,* antiga denominação da Península); outros aínda mencionam os *Iberos,* já falados em alguns textos antigos, como os de HECATEU (século VI A. C.), HERÓDOTO, etc.

Os Fenícios, que iniciaram a colonização da Península com a fundação de Gades (século XII A. C.), e aos quais talvez devamos o alfabeto ibérico, não se teriam espalhado até Entre-Douro-e-Minho; sendo meridional a zona do seu derramamento,

chegaria a sua influência ao território vimaranense? No que respeita à sua medicina, é de crêr que se tivesse espalhado por tôda a Península. Segundo ESTRABÃO, grande foi a influência dêste povo no Entre-Tejo-e-Guadiana; FONSECA CARDOSO notou elementos semitò-fenícios na população da Póvoa de Varzim, que também se encontram noutros lugares do território português [158].

Êsses navegadores mediterrâneos tiveram que sustentar direitos e foros de soberania com outro povo não menos importante: os Gregos, a cuja visita à Península se refere HERÓDOTO, no século VII A. C.; diz ESTRABÃO que chegaram até às fozes dos rios Douro e Minho, afirmação combatida pelos Profs. LEITE DE VASCONCELOS e MENDES CORREIA [159].

Posteriormente pelos séculos VI e V A. C., dá-se a invasão dos Celtas, comprovada por HERÓDOTO, POLÍBIO (século II A. C.), PLÍNIO (século I A. C.), etc.; desnecessário é falar-se da sua influência na étnica portuguesa, pois dela especialmente tratam alguns trabalhos dos nossos modernos antropologistas, como os daqueles citados mestres [160]; SARMENTO, como disse, combatia o celticismo da nossa étnica e o distinto antropologista FONSECA CARDOSO não rebatia tal idéa.

SCHULTEN, firmado nos autores antigos, aponta os Cartagineses ocupando presumìvelmente territórios da Ibéria entre os anos 509 a 348 A. C.; no entanto, parece que se não estenderam para cima do Douro, não chegando porisso à região vimaranense [161].

Após os Cartagineses surgem os Romanos, quási ao agonizar da *Idade do Ferro;* as guerras romanò-cartaginesas começam entre os anos 215 e 210 A. C.; os habitantes dos territórios que mais tarde constituíram Portugal, guerreiam tenazmente os invasores. Da justificada rebeldia e do heroismo dos Lusitanos — pela primeira vez citados na história nos fins do século III A. C. — sob o comando do grande VIRIATO, veja-se o que SCHULTEN escreveu, baseado nos velhos textos [162]. A par dos Lusitanos rebelam-se, combatendo as legiões, os Caláicos, os Astures e os Cantábrios; firmam-se pazes; renovam-se lutas, que prosseguem até tarde, pacificando-se a Península com CÉSAR e AUGUSTO, pouco antes do alvorecer da Era Cristã.

Vejamos agora o que pode dizer-se sôbre o território e populações vimaranenses da protòhistória.

Como é sabido, o Entre-Douro-e-Minho — onde assenta o concelho de Guimarães — Trás-os-Montes e a moderna Galiza constituíam a *Callaecia,* região nortenha da Lusitânia [163]. Dos habitantes daquele território interamnense conhecem-se — baseando-nos na história e fugindo a hipóteses — *Caláicos, Caláicos Brácaros, Célticos* (fusão de Celtas e Caláicos), *Leuni, Seurbi* e *Gróvios* (ramo dos Célticos ou Celtici); *Caláicos, Brácaros* e *Gróvios* parece terem sido especificadamente os povoadores do moderno distrito de Braga e, portanto, do concelho de Guimarães. Poucas dúvidas haverá sôbre a localização dos *Brácaros,* mas não sucede o mesmo quanto à dos *Gróvios,* que SÍLIO ITÁLICO (25-101) diz serem de orígem grega, chamando-lhes *Gravii* [164]. O Prof. LEITE DE VASCONCELOS, estudando reminiscências daquele povo, encontrou, na toponímia de tôda a região em que os autores antigos os colocam, vocábulos que se relacionam com o nome *Grovii.* É curioso notar-se que no concelho vimaranense ou em terras mais ou menos próximas descobriu o citado Professor alguns dêsses nomes que andam ligados a lugares ou povoações como: *Grova* (Arosa-Guimarães, Santo Tirso, Póvoa de Lanhoso, etc.), *Groiva* (Fafe), *Gróvia* (Ponte do Lima), *Grovos* (Amares) e *Grovas* (Felgueiras) [165]. Além destas provas, refere-nos POMPÓNIO MELO (século II E. C.), factos geográficos que reforçam aquela opinião; diz que ao território por êles habitado pertenciam os rios *Avus, Celadus, Naebis, Limia* e *Minius.* O Ave ou *Avus* de MELO atravessa o concelho de Guimarães, bordejando as Caldas das Taipas. Não será demasiada fantasia supor que habitassem no concelho, além de outros povos, os *Brácaros* e os *Gróvios,* devendo notar-se que Braga — a *Bracara* de então, agraciada por AUGUSTO com o título de *Augusta* — fica aproximadamente a quatro léguas de Guimarães!

Sob os romanos, em tempo daquele imperador, o território ocupado foi dividido em três províncias: *Tarraconense, Bética* e *Lusitânia;* esta pertencia à província Ulterior. Em seguida a outra composição provincial, no tempo de CARACALA (século III), a diocese das Espanhas compreendia a *Tarraconense, Cartaginense, Galécia, Lusitânia, Bética* e *Mauritânia Tingitana* (África). Dos 7 *conventos* (povoações sédes da justiça provincial) da *Tarraconense* contava-se o de *Brácara,* que tinha 24

civitates; à certa que a êle estaria sujeito o povoado vimaranense.

Pouco ou nada pode dizer-se sôbre *Lígures* ou *Celtas* como ascendentes da actual população de Guimarães; as provas são em tam pequeno número, que a reserva cairá melhor neste ponto. Contudo, devo lembrar o que o Prof. MENDES CORREIA escreveu sôbre o habitante protòhistórico de Portugal [166]: — «*não deve falar-se duma raça* céltica, *como não deve falar-se duma raça* ligúrica *ou duma raça* ibérica. *O que se sabe da antropologia pre e proto-histórica conduz a pôr de parte a pretensão de identificar os povos proto-históricos com tipos somáticos característicos...*» e «*englobando sob o nome de Lusitanos a grande massa démica do território, o que é autorizado pela importância histórica daqueles, podemos dizê-los povos pre-célticos que sofreram a influência céltica*». Não deve negar-se um certo parentesco dêsses povos que os romanos vieram encontrar, com *Lígures* e *Iberos.* Em resumo «*a-pesar-de várias influências étnicas persistiram essencialmente populações e formas de cultura que já desde o neo e o eneolítico vinham existindo no território*».

Claramente que as influências étnicas citadas provieram dos diversos povos que acamparam na Península, tais os *Lígures, Iberos, Fenícios, Gregos, Celtas, Cartagineses, Romanos,* etc.

Como disse já, os únicos dados relativos à étnica vimaranense devem-se ao Prof. JOÃO DE MEIRA [167]. Infelizmente as escavações de MARTINS SARMENTO nada descobriram respeitante a peças osteológicas, que presentemente serviriam para a reconstituír. Êsse estudo, apoiado num só elemento antropológico, a *estatura* (1.238 observações), foi organizado em cotejo com os dados de FONSECA CARDOSO. Como êste antropologista chegou à conclusão que o minhoto de Entre Cávado e Âncora [168] tém raízes nos tipos de Cro-Magnon ou Baumes-Chaudes, Grenelle e Hallstatt (respectivamente representantes das raças pequena dolicocéfala, braquicéfala e alta-loura), quiz o Prof. MEIRA averiguar, por extensão, até que ponto êsses tipos subsistem no vimaranense; verificou, aproximando aínda os seus resultados com os que FONSECA CARDOSO achára na comparação com a gente de Castro Laboreiro [169], que no minhoto vimaranense não

predomina a influência das raças de maior estatura, pois encontrou a respectiva média inferior à daquele antropologista (minhotos e transmontanos); termina dizendo que o vimaranense é o representante do *Germano* (Hallstatt), *Celta* (Grenelle) e *Ligure* (Baumes-Chaudes), predominando êste tipo. Dizia FONSECA CARDOSO que o minhoto de Entre Cávado e Âncora «*seria Ligure influenciado por uma doságem do elemento Celta e uma parcela menor do sangue Galata*» [170].

De tudo isto se deduz que a velha questão *ligúrica* está longe do fim e que os dados do Prof. MEIRA são por demais incompletos para poder indicar-se com relativa segurança a étnica do vimaranense; essa justificável falta já lhe fôra apontada por FONSECA CARDOSO, que lembrou dois importantes caracteres esquecidos pelo saüdoso vimaranense: a côr dos olhos e dos cabelos [171]!

Nisto se resume o que há sôbre a antropologia do actual habitante do concelho. Se os tempos correrem à feição penso em trabalhar para êste magno estudo, que, por ora, não passa de embrionário.

Muito havia a dizer sôbre a civilização do mundo nesta época, mas o tempo escasseia; sòmente aproveitarei o que mais directamente se conjuga com o assunto dêste trabalho.

O que caracteriza esta idade, é, dum modo geral, a migração dos povos que demandam novas terras e as colónias que, por violência ou natural infiltração, constituíram nos territórios alheios. O mais derramado, não só pela Península, mas por quási todo o sul da Europa, vindo do norte, foi o *Celta,* belicoso e aventureiro; às regiões conquistadas, levaram as suas crenças e os seus variados costumes.

Começando pelas habitações, vê-se que se utilizavam de casas já construídas de pedra ou madeira, por vezes meio enterradas, arredondadas ou quadrangulares, mas de âmbito acanhado [172]. Escolhidos os cêrros, os dentes mais altos dos montes, aí vive a população, respirando o precioso ar da montanha, compensação única da sua humilde vida; assim se formaram os *castros* ou *oppida;* também se conhecem povoados construídos sôbre ilhotas artificiais (afinidade com as *palafitas),* como a aldeia de Glastonbury, na Bretanha. [173] Nos *castros,* nem sempre servindo

para habitação permanente, mas também para a defesa, viver-se-ia pobremente; a alguns, como à Citânia de Briteiros, trouxeram os romanos certos confôrtos e uma relativa beleza ornamental. A vida dos povos castrejos passar-se-ia na rude lavoura dos montes e da planície ou na guerra, ora abrindo sulcos para o germinar da semente, ora cavando fossos e erguendo muralhas para a defensiva dos lares.

A alimentação dos Gauleses, não seria muito melhor que a da idade passada, constando principalmente de pão, carne de boi, porco, javali, lebre e aves diversas, em abundância, assada ou cozida, que comiam sentados no chão nú ou sôbre peles de lobo e cabra. O sal, que continuou progressivamente a produzir-se, não faltaria como condimento — de que PLÍNIO exalta o valor — nem o vinho, que importavam envasilhado nas *enochoés* e *ânforas* e que parece ter sido muito apreciado; para a obtenção de melhor qualidade do mesmo, parece que lhe juntavam resina ou pês, o que, no dizer daquele antigo naturalista, o fazia encarecer extraordinàriamente [174]! Não desconheciam a preparação do azeite.

O vestuário era semelhante ao da *Idade do Bronze;* é natural que a introdução da indumentária romana o melhorasse. Usavam manto, a que os romanos deram o nome de *sagum;* embora os tecidos fôssem geralmente grosseiros, também os fabricavam leves e delicados «*qui par leur finesse rapellent nos toiles les plus légères*» [175]. Na fase de *La Tène* — consoante afirmam os escritores da antiguidade — o traje dos Celtas era mais completo, indo o luxo em certos personagens até aos bordados em ouro; o manto *(sagum)* era grosseiro (lã) no inverno e fino no verão (Celtas, Lígures, Lusitanos, etc.); traziam túnicas curtas, com mangas que não cobriam senão parte dos braços; alguns povos da Bretanha andavam nús [176].

Nesta época, a higiene corporal é mais esmerada. Os Celtas cortavam os cabelos com grosseiras tesouras *(forfex)* e rapavam a barba, deixando porém o bigode. Apareceram em algumas sepulturas (Hallstatt, Baviera, Boémia, Itália, etc.), utensílios de exíguas dimensões que seriam usados como objectos de toucador: pinças depilatórias, que serviam talvez em cirurgia, espátulas para a limpeza das unhas e do cerume do ouvido, pequenas limas e

microscópicos vasos ou cápsulas que encerravam perfumes ou substâncias còrantes para a pintura das faces [177]. ESTRABÃO, citando ARTEMIDORO, diz que as mulheres da Ibéria usavam altos toucados, para o equilíbrio dos quais traziam, cingido à cabeça, um curioso aparelho de ferro; para a confecção e sustentação do extravagante penteado — que havia de repetir-se, passados muitos centos de anos, nos séculos XVIII e XIX — tinham pentes, alfinetes e. . . espelhos (metálicos). Os pentes, como se depreende dos seus dentes muito espaçados, não poderiam servir para a limpeza dos parasitas da cabeça, que, a acreditar-se nos velhos autores, era uma floresta de cabelos! Em sepulturas de guerreiros gauleses também apareceram algumas daquelas «*trousses de toilette*», revelando que o ardor dos combates não fazia excluír a higiene e a garridice; sabe-se, por esculturas e pinturas encontradas, que os guerreiros, entre êles os Lusitanos, usavam braceletes, colares, aneis, etc. [178]. Ao tempo de CÉSAR, algumas populações da Bretanha, pintavam o corpo, de negro as mulheres, que apareciam nuas em determinadas cerimónias de culto; aínda se fazia a tatuágem, predominando as figuras de animais nos assuntos escolhidos para a mesma [179].

É exíguo o que se conhece do *modus-vivendi* dos povos desta idade que nos elucide claramente sôbre a higiene de então. Resta falar dos cemitérios e dos enterramentos; continuavam a fazer-se sôbre duas formas: incineração e inumação, parecendo mais vulgar a primeira, orígem da escassez de peças ósseas dêsse tempo, hoje tam valiosas para a antropologia. À inumação prendiam-se certas práticas religiosas, alimentadas pelos Druídas, na Gália, detentores de toda a sabedoria humana (médicos, astrólogos, etc.) [180]. Germanos e Romanos queimavam os seus mortos, espalhando êste costume pelos territórios conquistados.

Sôbre os Lusitanos (sua vida e seus costumes) alguma cousa há que dizer-se [181]. Os *Castros* — grande parte dos quais provém dos tempos prè- e protòhistóricos — de que é tam fértil o nosso país, foram os pontos escolhidos para moradia dos primeiros habitantes do território. Temos valiosos exemplares: *Citânia de Briteiros* (Fig. 23) — onde as civilizações lusitana e lusitanò-romana estão bem patentes — *Cidade Velha de Santa Luzia* (Viana do Castelo), *Castro de Cendufe* (Arcos de Val-de-

-vez), *Alfenim* (Bragança), etc. Aí construiram as suas habitações, semelhantes às já descritas [182]. Os aposentos eram de reduzidas dimensões; segundo parece, os estábulos não ficavam muito longe das vivendas, antes talvez em condenável promiscuïdade — como aínda hoje acontece nas casas de lavoura; os tetos de côlmo e os pavimentos térreos ou de argila, quando os têres do proprietário não davam para *mosáicos,* introduzidos pelos romanos, bem como a telha e o tejolo.

Nas ruas, muito estreitas, acumulavam-se os dejectos e os rebotalhos de cozinha.

Comiam e dormiam no solo. Alimentavam-se parcamente, sendo conhecida dos velhos autores a sobriedade gastronómica dos Lusitanos [183]; as refeições constavam de pão de bolota e castanha durante parte do ano, trigo, milho, cevada, centeio, caça (principalmente carne de bode), peixe e frutas [184]; como condimentos tinham o sal, a manteiga e o azeite. Embora usassem o vinho, diz ESTRABÃO que bebiam apenas água, cerveja de cevada e leite de cabra. Cuidavam muito da criação de gado, dando-lhes os rebanhos, além das peles para o vestuário e aconchego para a cama, o leite e a carne.

O abastecimento da água — obtida em cisternas, fontes e veios que serpentejavam perto — era reduzido; os romanos primavam na sua captação aínda que dum modo primitivo, sendo natural que a sua estada aqui melhorasse um pouco êsse sistema rudimentar; conhecem-se povoações que foram servidas por aquedutos, como *Conimbriga.*

Em muitos povoados a higiene corporal era descurada; no entanto, conhece-se o uso de banhos, mòrmente de águas minerais, talvez como terapêutica. Untavam o corpo de azeite e certos ungüentos, mas é duvidoso que se tatuassem [185]. Traziam quási sempre a cabeça descoberta e os cabelos, que deixavam crescer, soltos ou presos com uma fita.

Por influência grega, além de dansas e jogos guerreiros, adestravam-se e enrijavam o corpo com jogos *gímnicos, hoplíticos* e *hípicos* [186].

A-pesar-de tudo, conta DIODORO de Sicília, os Celtiberos e certos montanhêses lavavam o corpo e os dentes com urina [187]!

Enfim, as populações do nosso território civilizaram-se muito

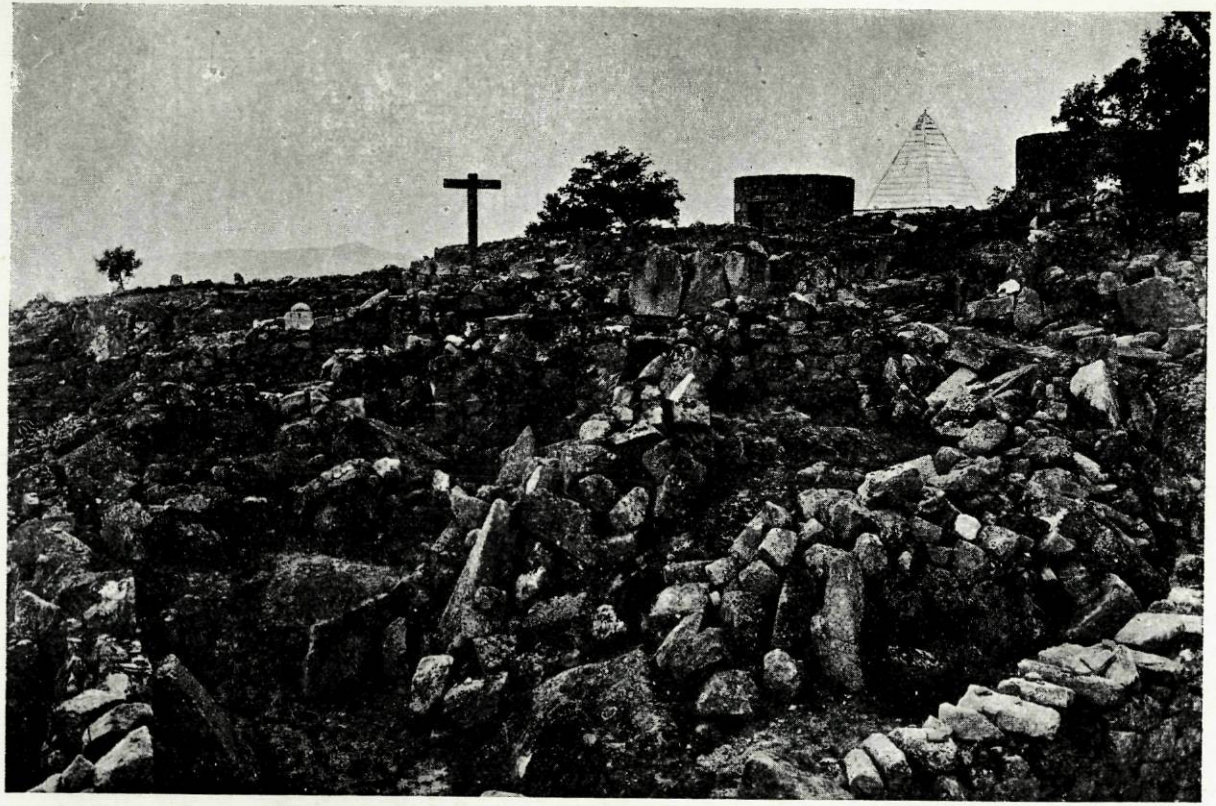


Fig. 23
Citânia de Briteiros

sob o domínio romano; a sua vida e os seus hábitos durante os centos de anos que sofreram o jugo itálico, indubitàvelmente seriam moldados pelos do povo dominador, como aconteceu com a língua, que se enraizou e perdurou pelos séculos fora. Anteriormente à invasão das legiões de Roma pode dizer-se que, se não eram *selvagens, ladrões* e *salteadores* como os apelidam os textos dos cantores das façanhas romanas [188], também não seriam muito civilizados; a êsse atrazo era propício o seu temperamento independente e orgulhoso; escondidos nos cerros, dêles não desciam fàcilmente, aínda que os atacassem, valorosas e enraivecidas, as hostes dos generais da Itália!

O que foi a Medicina dos povos do Oriente até cêrca de 900 anos A. C., e a sua possível influência nos povos ocidentais, já em páginas anteriores o disse resumidamente.

Àparte os presumíveis elementos comprovativos de conhecimentos médicos e cirúrgicos entre essas populações, muitos outros se poderiam colher estudando os que existem nas regiões não civilizadas, em que o homem, pelo seu atrazo, pode servir de modêlo dos que viveram nas *Idades prè-* e *protòhistórica.*

Resta dizer da arte médica no mundo então conhecido, desde 900 anos A. C. até à invasão dos Bárbaros do Norte (século v E. C.), correspondente à *Idade do Ferro* e à dominação romana (em Portugal fase *lusò-romana);* é menos pesada a tarefa, pois as notícias, aínda que pouco seguras, aparecem com relativa abundância. Depreende-se que, anteriormente ao grande HIPÓCRATES (460-400 anos A. C.), havia alguma experiência de terapêutica, cirurgia, etc., recheada dum natural empirismo, à mistura com práticas sobrenaturais originadas na religião e em supersticiosas idéas sôbre a orígem da vida e das doenças [189]; êste enlaçamento da religião com o maravilhoso — especialmente com a astrologia — vai encontrar-se aínda nos fins da Idade-Média. Nota-se uma certa identidade de concepções e práticas médicas entre os diversos povos que, na *Idade do Bronze* e no início da *Idade do Ferro* [190], possuíam uma medicina própria, tal como hoje se verifica na medicina popular de países por vezes muito distanciados.

Alguns autores consideram os poemas de HOMERO — sincrónicos do princípio da *Idade do Ferro* — como as mais antigas

fontes de referência à medicina; no entanto, aquela de que nos fala o imortal poeta era de carácter popular, reproduzindo ensinamentos dos séculos anteriores [191]. Os principais monumentos que nos revelam uma medicina digna dêsse nome são as obras de HIPÓCRATES, colectânea de conhecimentos precedentes à época em que viveu ou oriundos das Escolas de Cnido, Cós e Siciliana [192]. HIPÓCRATES não foi — no dizer de DIEPGEN — o fundador da medicina Hipocrática, mas o «*mais notável representante do Hipocratismo*» [193]; esta Escola recebeu a influência dos Filósofos Naturalistas, que viveram e espalharam as suas doutrinas pela Grécia, como TALES de Mileto (640-548 anos A. C.), ANAXIMANDRO de Mileto (620 anos A. C.), PITÁGORAS de Samos (580-510 anos A. C.), EMPÉDOCLES de Agrigento (504 anos A. C.), etc.; alguns escreveram sôbre Medicina.

Não poderá esquecer-se o papel desempenhado no mundo grego pelo religiosismo adstricto ao culto de *Esculápio* — e à sua maravilhosa serpente — considerado como fundador da medicina grega, pela primeira vez referido na *Ilíada* (século XI A. C.[?]). Êsse culto, segundo a lenda introduzida ao tempo da guerra de Tróia [194], foi imensamente acarinhado; os santuários que lhe dedicou o povo sofredor (Tricca, Epidauro, Cós, Cnido, Cirene, Telpousa, Messena, Atenas, etc.) [195] foram, não só templos em que os doentes rogavam a sua protecção, mas, por vezes, verdadeiros hospitais ou casas de saúde [196]; os sacerdotes atendiam e tratavam os enfermos guiados pelos conselhos do Mestre; eram práticas essencialmente teúrgicas, bem doseadas de taumaturgismo e magia. ARISTÓFANES, na comédia *Plutus,* narra com graça e aguçado espírito o que aí se passava entre doentes e médicos; PAUSÂNIAS deixou também uma bela descrição do templo de Epidauro [197]. O culto de *Esculápio* estendeu-se fora da Grécia, chegando até à Península Ibérica, onde o vamos encontrar na Lusitânia romana.

Após a entrada dos Romanos na Grécia, a Medicina Esculapiana perdeu muito do seu carácter religioso; a terapêutica modificou-se extraordinàriamente, prescrevendo-se aos doentes tratamentos racionais; os purgantes, as sangrias, os exercícios ginásticos, a psicò- e hidroterapia etc., são dignamente incluídas

no seu receituário. Diz FELIX REGNAULT que o deus passou a simples médico, completamente destronado depois pelo Cristianismo que nascera e se espalhara lentamente nas regiões mediterrâneas [198]. Outras divindades salutíferas adorou a Grécia, tais como *Apolo, Telésforo* (génio da cura), *Alexicacos* (médico dos deuses-*Peone), Artemide* (protectora das mulheres e crianças), *Higeia* ou *Higía* (Palla de Atena), etc. [199]; a esta última deusa foi dedicada uma lápide, perto de Braga *(Bracara Augusta),* de que tratarei mais adiante. Aproximam-se dêsses cultos os que os devotos cristãos alimentam pelos seus santos milagreiros que tém santuários onde acorrem, ao tempo das romarias, muitos doentes de diversa patologia [200].

A medicina grega, contudo, foi melhorando com os anos; embora impregnada de idéas caldáicas, egípcias e hindús, «*sobrepasava como un gigante a las restantes, y que, como la total cultura helénica, sigue influyendo todavía vitalmente y en multiples direcciones en los tiempos modernos*» [201]. Antes e depois de HIPÓCRATES grandes figuras estrelam o céu médico da Grécia; a par, florescem outras de intelectuais e artistas de génio, nessa terra escolhida, conjugando-se tudo para um ofuscante esplendor, contemporâneo do notável atraso na maioria dos demais países. Assim, vão aparecendo na História PLATÃO (427-347 anos A. C.), ARISTÓTELES de Estagira (384-322 anos A. C.), HERÓFILO (n. 300 anos A. C.), ERASISTRATO (n. 310 ou 300 anos A. C.), e tantos outros que, de certo modo, elevaram a medicina. Criaram-se importantes Escolas: as citadas de *Cós, Cnido* e *Siciliana;* as de *Crotona de Rodes* e *Cirene;* a de *Alexandria,* tam celebrada, no Egito; certas doutrinas grangearam fanáticos que se constituíam em grémios ou Escolas, como a de HERÓFILO em *Menos-Caru* (Laodicéa), desaparecida no século I da E. C. e a de ERASISTRATO, que aínda existia em Roma no século III da mesma Era [202].

Vejamos o que foi a medicina romana:—Três séculos depois de Cristo, sáem da Grécia alguns médicos de elevada condição e abundantes conhecimentos, que se estabelecem em Roma, onde a medicina era primitiva — popular e religiosa — como nas outras terras que não tinham aínda recebido o influxo da civilização helénica; anteriormente, outros menos sabedores e um tanto aventureiros, demandaram a *Urbs,* que dêles poucos benefícios

recebeu. Um dos médicos, porém, que mais contribuíu para transformar essa medicina foi *Asclepíades,* que trabalhava em Roma desde 91 anos A. C., e de cujas doutrinas nasceu a *Escola Metódica,* à qual pertenciam notáveis personalidades como THEMISON de Laodicéa e TESSALO de Tralles [203]; baseada em novas teorias, diversas das que serviam aos *Empíricos, Dogmáticos* e *Metódicos,* nasceu a *Escola Pneumática* com ATENEO de Attaléa. Pelo que fica dito se vê que a medicina romana foi um reflexo da que brilhava na Grécia [204].

Na religião de Roma havia, entre várias entidades divinas que podiam ser invocadas pelos doentes, algumas com carácter essencialmente médico, moldadas ao sabor das dos Gregos, como: *Carna,* (cit. por OVÍDIO), *Salus, Apolo, Marte, Febus, Mefitis, Carmenta, Lucina, Mutus-Tutunus, Uterina, Cumina* etc. [205]; também adoravam *Esculápio,* tendo-lhe o povo levantado um santuário na ilha do Tibre.

Fundamentada nas doutrinas hipocráticas, mais ou menos modificadas, a medicina grecò-romana continua a conquistar terreno até ao século II da E. C.; nessa altura surge outra grande figura médica: GALENO de Pérgamo, que foi — afirma-o DIEPGEN — como que o brilhante final da medicina antiga [206]. Como as suas doutrinas se firmaram e venceram desnecessário é dizê-lo; correram mundo e foram seguidas até muitos séculos depois da sua morte, como se verifica especialmente na sciência médica da Meia-idade. Esta medicina pode considerar-se iniciada no século V, pertencendo aínda à Idade antiga os dois séculos imediatamente posteriores a GALENO (decadência da Medicina Clássica) [207].

Vejamos agora as práticas e usos médicos dos povos Célticos, cuja influência, na Península Ibérica, chegara até aos Romanos [208]. Sob o nome de Gauleses são também conhecidos os Celtas; por qualquer das formas, indiferentemente, denominarei os primitivos habitantes da Gália.

Quando os exércitos de Roma lhes invadiram o território encontraram um povo bárbaro dirigido por *clans* de guerreiros e pelos *Druídas,* classe sacerdotal a que já me referi. O seu comércio estabeleceu-se principalmente com Etruscos e Cartagineses, com a Grã-Bretanha e a Germânia; de tais relações colhe-

riam os ensinamentos médicos correntes, mòrmente de Cartago, colónia da Fenícia que estava em comunicação com a Grécia, onde a medicina ia tomando vulto; é natural que também recebessem algumas indicações médicas dos Etruscos, originárias, principalmente, de Roma que lhes ficava vizinha. «*L'Etruria alle porte di Roma fu come l'Asia minore alle porte della Grecia*», diz PUCCINOTTI [209]. Todavia a Etrúria teve uma medicina característica e de tal forma que NIHEBUR e MICALI chamaram aos Etruscos «*os povos médicos*», tal como conta aquele historiador. Celtas e Iberos aceitaram influências cartaginesas e etruscas de outra ordem: ornamentação e factura da cerâmica, etc.

Os detentores da medicina na Gália — repetindo o que já escrevi — foram os *Druídas,* e talvez as *Druídezas* [210]; claramente que nela havia uma certa dose de ensinamentos colhidos em povos mais adiantados; teve o carácter da complicada religião prègada e alimentada pelos sacerdotes, politeísmo que deificava as fontes, os ventos, as tempestades, o fogo e demais forças da Natureza, prenhe de mistérios, inacessível aos profanos. Quiçá relacionados com essa medicina puramente teúrgica, aponto mais alguns factos. Entre as cerimónias funerárias dos chefes guerreiros salientavam-se os combates de pugilistas e as corridas de carros, tal como faziam na velha Grécia, para revigoramento do corpo [211]. Apareceram em certos túmulos pequenos recipientes ou vasos contendo substâncias odoríferas (balsamários [Fig. 24, 10]), talvez usados para usos terapêuticos ou determinados ritos funerários. O âmbar já procurado na Índia pelos Caldeus e Assírios, em roteiros através da Pérsia, bem como o coral, consideravam-se preciosos na terapêutica supersticiosa [212]. Atendendo ao culto que os Celtas dispensavam às fontes, é natural supôr que junto delas se praticavam actos rituais ou especializados tratamentos, balneòterapia, abluções, etc.

As práticas supersticiosas contavam-se em grande número, ligando-se parte delas a uma medicina empírica muito rudimentar. O uso de amuletos e *talismans* foi espalhadíssimo na Gália [213]; alguns são semelhantes aos dos tempos precedentes; outros, novos, podem citar-se: dentes de animais, pérolas e aneis de vidro, âmbar ou coral, diversas conchas, pequeninos machados, ossos, rodelas cranianas (Fig. 24, 3), figurinhas masculinas de

bronze (de carácter ictifálico) e femininas, reduzidas esculturas representando partes do corpo humano (pernas e pés, etc. [Fig. 24, 5 e 6]), que dão a idéa dos modernos *ex-votos* de cera que se vêem pendurados nas paredes dos santuários cristãos [214]; a virtude apotropáica e filactérica de semelhantes objectos parece demonstrada [215]. Aínda aparecem, como na *Idade do Bronze,* amuletos profiláticos e motivos ornamentais que se ligam ao culto do Sol: rodas (Fig. 24, 1 e 2), cruzes inscritas em

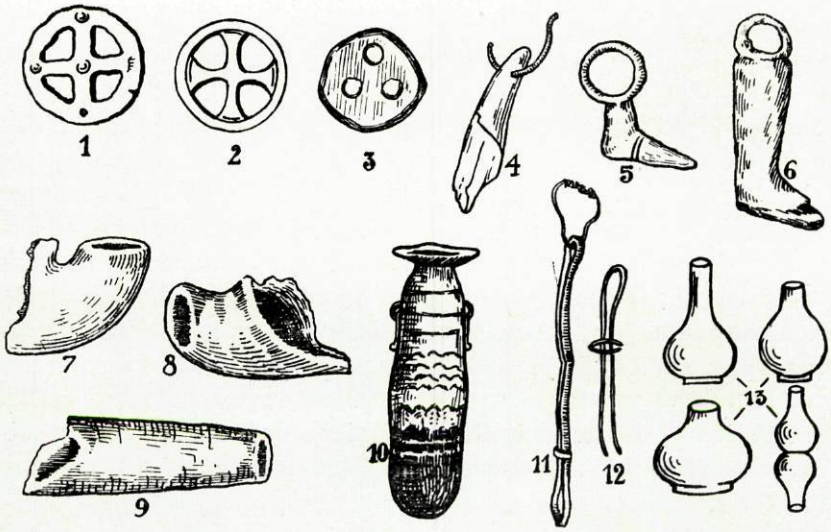


Fig. 24

1-2—Amuletos (Anfidena. Itália).
3—Amuleto-rodela craniana
4— » -dente
(Bergères-les-Vertus—Marne).
5-6—Amuletos em forma de pé (Stradonitz—Boémia e Unter-Lunkhofen—Argovie).
7-8-9—¿Bicos de *biberon?* (Citânia).
10—Balsamário de vidro (Bologne).
11-12—Pinças de cirurgia ou epilação (Santa Oláia—Maiorca).
13—Tipos de *biberons* galò-romanos, seg. Vesly (Rev. «Aesculape». 1912).

círculos, espirais, círculos concêntricos, suásticas e tantos outros. Após a romanização derrama-se pelo país o *phallus*-amuleto, que parece não ter sido usado como símbolo da fecundação, mas como preventivo do mau olhado e quejandas maldades imaginárias, tanta vez responsáveis, pelos povos de todos os tempos, das mais extravagantes moléstias [216]! Informa DÉCHELETTE que

fôra descoberto na estação de Pennes o único amuleto sôb a forma de *figa* conhecido ao norte dos Alpes; além de outras possíveis significações, aquele arqueólogo dá-lhe um carácter profilático [217]. O sinal em S, muito afim das espirais, foi, entre os Celtas, um motivo ornamental de grande valor filactérico. A rodela era aposta em diferentes objectos de ornamentação corporal (fíbulas, colares, cintos, etc.), facto que se tem relacionado com a protecção mágica que ela dispensava às regiões do corpo consideradas como *partes vitais* [218].

A trepanação do crânio, tanto em voga na *Idade neolítica,* continua a realizar-se na *Idade do Ferro;* algumas sepulturas gaulesas têm fornecido provas dessa operação, que parece ter-se propagado até à *Época merovíngea,* segundo afirmam MAURICOURT e SIMONEAU [219].

A utilização das águas termais na terapêutica dos Gauleses foi de-certo importante; já disse que a devida apreciação de tais fontes provinha dos tempos *neolíticos.* Das inúmeras estâncias de águas francesas, grande parte fôra depois explorada pelos Romanos, que as desenvolveram muitíssimo, quer na sua captação, quer edificando estabelecimentos próprios, como aconteceu em Portugal.

A juntar e êstes migalhos desordenados de indicações médicas da Gália, há tôda aquela medicina trazida pelos Romanos invasores.

Devo aínda referir-me ao culto dos seus variados deuses; para essas populações incultas e supersticiosas o divino poder de alguns teria determinado valor sôbre certas enfermidades, tal como se verifica em todos os povos e em tôdas as religões; hoje mesmo, a humanidade escolhe, do vasto rol dos Santos cristãos, especialistas consagrados para várias moléstias [220]!

Da terapêutica gaulesa resta falar do *agárico* ou *gui,* empregado pelos Druídas que o consideravam sagrado; com êle preparavam uma panacéa chamada *Gut-Hyl,* curando certas afecções com outras plantas, como a *selago* e a *verbena* [221].

Pouco há a dizer da medicina cartaginesa; sendo Cartago uma colónia fenícia, tôda a civilização da Pátria-Mãe devia estender-se-lhe o mais completamente possível, aínda que sofresse também a influência dos povos norte-africanos.

Falta-me apresentar, a largos traços, mais alguns dados sôbre a medicina dos *Fenícios.* Como disse, alguns navegadores tírios aportaram à Península Ibérica em remotíssimos tempos e por certo nela deixaram alguns dos seus usos e costumes. A sua arte-de-curar seria, com pequenas modalidades, a mesma que a da Grécia, Egito e Hebreia, pelas suas estreitas relações com êsses países; a terapêutica — diz-nos MOREJON — foi bárbaro-teocrática [222]. Embora relativamente civilizados, já magníficos industriais e artistas, a religião — que muito devia ter influído na sciência médica — era grosseira e sanguinária; em ocasiões de graves perigos, como nas epidemias, praticavam sacrifícios humanos, no intúito de os afugentar [223]!

Eis, em deficiente resumo, o que pode dizer-se sôbre a experiência médica dos povos que em arredadas eras vieram à Península, atraídos pelas suas riquezas naturais.

Em 1925 dizia o Prof. LEITE DE VASCONCELOS: «*Sendo a Arqueologia a fonte principal em que há-de beber quem tentar escrever a história da Medicina lusitana e estando ela um pouco mais adiantada do que nos dias do Dr. SOARES, não parecerá inoportuno retomar o assunto*» [224].

É certo; mas também devemos concordar que os conhecimentos que ela nos trouxe para a História Médica dos nossos antepassados não são de molde a reproduzi-la cabalmente; as escavações e respectivos estudos apenas revelam alguns factos que, na maior parte, dizem respeito a uma medicina popular, sacerdotal e supersticiosa — portanto muito primitiva — inferior àquela que, sincronicamente, íam ensinando e espalhando as Escolas. Algumas explorações mostraram objectos que possìvelmente se relacionam com a profissão médica, atestando a sua existência na Lusitânia em tam recuadas eras.

¿Mas, onde as crónicas de velhos historiadores, as inscrições, os achados arqueológicos que permitam fazer-se uma reconstituição da Medicina Lusitana, como se tem feito à da Grécia e de outros países da antiguidade?

Infelizmente, tais monumentos não existem e, assim, tudo o que sôbre ela se disser há-de forçosamente ser incompleto e as mais das vezes baseado em conjecturas; bem que estas se alicercem em determinadas provas e sejam manifestadas o mais inteli-

gentemente possível, não devemos deixar de notar-lhes a insuficiência.

Afinal, poder-se-à dizer como o Dr. J. M. SOARES: — «*Taes são as succintas noticias, que sobre a natureza da medicina Lusitana podémos descobrir no vasto pelago de incertezas e fabulas, em que fluctua a Historia de tão remota epoca*» [225].

O que se conhece da Medicina dos habitantes protòhistóricos do nosso país prende-se especialmente a usos de curandeirismo religioso. Devo recordar nêste momento o nome do grande arqueólogo português Prof. LEITE DE VASCONCELOS e a sua obra monumental «Religiões da Lusitânia», a cada passo meu guia nêste ingrato caminhar por tam espinhosas sendas.

O culto dos deuses lusitanos foi de-veras importante; a êles atribuíam o poder curador, recorrendo à sua bondade sempre que a doença lhes batia à porta. Entre tantos, primaciais e secundários, que se conhecem no seu extravagante Olimpo, tiveram fama de curandeiros *Endovélico, Atégina* e *Bormânico.* Além dêstes, a todos os outros, e não foram poucos, os *Lusitanos* recorriam nos momentos de desespêro; as lápides que lhes erigiram o demonstram.

Não me demoro com a divinização das fontes, de alguns animais, da lua, do sol, das montanhas, etc., nem sôbre a interpretação cultual de certos motivos de ornamento, como o suástica, as espirais, etc., bem que se compreenda terem existido práticas de curandeirismo ligadas a tais divindades e símbolos, como aínda hoje se observa na nossa medicina popular [226].

De todos os deuses foi certamente *Endovélico,* já referido em 1842 por MOREJON, que transcreve muitas lápides lusitanas, o mais procurado e o mais eficaz. Completamente tratou dêles o Prof. LEITE DE VASCONCELOS, deixando eu aqui referido o que pròpriamente nos interesse [227]. O seu templo ficava em S. Miguel da Mota (Alentejo); os monumentos que lhe levantaram foram em grande número, alguns dêles confirmando claramente o seu poder salutífero. Deve assemelhar-se a *Esculápio,* tanto mais que no seu santuário era consultado por meio de sonhos em que aparecia aos enfermos, tal como nos templos daquela divindade grega [228]. Os *ex-votos* ofertados eram em grande número. No entanto, tudo o mais que se diga sôbre as cerimónias cultuais no

recinto sagrado é puramente conjectural, não podendo nós identificá-las seguramente com as conhecidas dos templos médicos gregos e romanos.

Sabe-se que *Atégina* — talvez prè-céltica — algumas vezes semelhante a *Proserpina,* era procurada por enfermos, provando-o não só várias lápides erigidas *pro salute,* mas possìvelmente certas figuras de animais (cabras e bodes) representando ofertas dos agraciados.

De *Bormânico,* igualmente prè-céltico, falarei mais adiante quando tratar das Termas de Vizela, onde tinha o seu santuário, como deus tutelar das afamadas águas.

A êstes deuses deve juntar-se *Larisefio,* cujo nome se encontra numa lápide de Adaúfe (Braga), ao qual um devoto a erigira *pro salute sua et suorum* [229].

Passando agora ao período lusò-romano, nota-se que as idéas supersticiosas dos *Lusitanos* longe de diminuírem, aumentaram. Além dos deuses indígenas romanizados, novas divindades trouxe de Itália o invasor, algumas das quais, por sua vez, de proveniência grega, outras originárias de África e Ásia; conhecem-se inscrições com os nomes de *Júpiter, Diana, Apolo, Juno, Mercúrio,* etc.; das africanas e asiáticas há notícia de *Cibele* (Frígia), *Mithras* (Pérsia), *Isis* e *Serapis* (Egito) e *Caelestis* (Cartago); ao deus *Serapis* parece andar ligada a tradição de ser idêntico a *Esculápio.*

De tôda essa côrte de divindades lusitanas simplesmente nos interessam as que possuam qualidades terapêuticas, como *Esculápio, Higía* e *Salus; Vénus* e *Hércules* eram também solicitados para a cura de várias enfermidades; a êste respeito diz o Prof. LEITE DE VASCONCELOS: «*não se torna porém necessário que uma divindade o seja originàriamente da saúde, para ser invocada em doenças: a tôdas ou quási tôdas se recorre sem distinção*» [230].

Excluíndo os deuses que não tinham uma propriedade designadamente curativa, mas que se imagina terem servido aos devotos enfermos do mesmo modo que os de feição médica, vejamos o que se sabe de *Esculápio.* Dêle nos restam seis inscrições; em cinco aparece com o nome latino de *Aesculapius* e na restante com o grecò-latino *Asclepius.* Três apareceram

em Lisboa, revelando uma delas a possibilidade de lhe terem erigido um pequeno templo, em provável relação com as termas romanas da rua da Prata, descobertas há muitas dezenas de anos; duas pertenciam certamente às Caldas de Pedras Negras [231]. A existência do culto de *Esculápio* nas Termas existiu em Roma e na África romana. O nome de *Asclepius* foi achado junto ao de *Higía* numa lápide votiva (Braga). Citam já esta inscrição CHINCHILLA (1841) e MOREJON (1842) que a transcrevem nas suas obras sôbre história da Medicina Espanhola [232]. Estava também mencionado, como já disse, entre outras divindades, numa pedra muito notável, aparecida em Vizela e já perdida; a ela me referirei depois com mais amplitude.

A deusa *Salus* não nos interessa particularmente, porquanto as quatro inscrições que tém o seu nome pertenciam à Lusitânia espanhola. *Salus* e *Higía* são idênticas, significando ambas a mesma divindade da Saúde.

Os Lusitanos não se teriam afeiçoado em demasia aos deuses médicos grecò-romanos, recorrendo fielmente aos que já adoravam e aos quais atribuíam, a seu modo, o mesmo poder antimorbífico.

Devo agora referir-me às práticas supersticiosas, que poderiam ter sido aplicadas ao tratamento de muitas doenças e nas quais se encontrará talvez a orígem das que, modernamente, empregam para o mesmo fim as bruxas e as mulheres de virtude [233]. Na Lusitânia, segundo os textos históricos (Estrabão e Sílio Itálico), existiam sacerdotes que, em sacrifícios de vítimas humanas (amputação das mãos aos prisioneiros, exâme das vísceras e das veias do tronco), prediziam agouros: os *Gallaeci* tinham fama de adivinhos como os Estruscos [234]. Parece que o Druídismo céltico não se enxertou na religião dos Lusitanos, e as suas sacerdotizas não tiveram exemplares entre êles [235]. Tinham dansas religiosas e cânticos de louvòr ou imprecação às divindades; possìvelmente havia nos templos, talvez como no de *Endovélico,* interpretação de sonhos, bem como libações consagradas aos deuses.

Doentes aos quais as àguas curavam certas enfermidades, nelas lançavam, por gratidão, objectos com a forma das partes do corpo assim tornadas sãs.

As divindades oficiais romanas eram servidas, na Lusitânia, por sacerdotes de ambos os sexos denominados *flamines* e *flaminicae* e aínda pelos *augustais* e *seviros*. No *conventus Bracaraugustanus* existia um importante centro cultual de que eram encarregados similares sacerdotes; devia assentar em *Bracara Augusta* [236]. Aponto êste facto pela proximidade a que está de Guimarães, não deixando os costumes e usos dos seus habitantes de influír nos do povo da região que é o fulcro dêste trabalho. Tal como aconteceu com os eclesiásticos da Idade-Média, quási os únicos depositários da Medicina, êsses primitivos sacerdotes deviam tê-la praticado, aínda que teùrgicamente, ao lado de verdadeiros médicos, dos quais o Dr. J. MARIA SOARES [237] e o Prof. LEITE DE VASCONCELOS nos revelaram alguns nomes [238].

A comparar-se com o que se passava na classe médica sacerdotal dos templos helenos e romanos de *Esculápio,* os sacerdotes dos deuses curandeiros da Lusitânia — já não digo dos que não possuíam tais atributos — seriam os práticos da Medicina naqueles tempos. No entanto, como em algures escrevi, tudo é conjectural; a qualidade médica dos padres de antanho, bem como outros factos que se prendam a um antiquíssimo exercício da nossa profissão na Lusitânia, pelo menos anteriormente aos Romanos ou nos primeiros tempos do seu domínio, esperam aínda provas seguras e incontestáveis.

Além do papel protector da saúde desempenhado pelos deuses e que lhes era atribuído pelos devotos, não deixariam de ter importância — como aínda hoje a tem — os amuletos. Uns são semelhantes aos dos Celtas, já mencionados; outros, de orígem romana, parece terem sido usados freqüentemente, com carácter profilático alguns dêles; conhecem-se as *bullas,* recipientes em que se guardavam lâminas de prata com fórmulas mágicas gravadas, parecidas com os *escritos* (papeis onde se registam fórmulas do mesmo teor), que muita gente aínda usa como *talismans;* o *fascinum* ou *phallus* tinha o poder de destruír o quebranto, o mau olhado (Fig. 25, 9) e o condão de aumentar a função reprodutora dos órgãos fecundadores da pessoa que o trazia; FÉLIX ALVES PEREIRA dá-o como venerado símbolo da geração em Atenas e Roma [239]; e aínda as *lúnulas* e certas moedas,

dentes de javali e *figas* (Fig. 25, 6 e 7) [240]. Algumas estatuetas antropomorfas aparecidas no nosso território constituïriam *ex-votos;* o Prof. LEITE DE VASCONCELOS inclinando-se a considerá-las como tais, não encontrou provas para firmar essa suposição [241]. É curioso notar-se a semelhança que existe entre essas figuras e as actuais de cêra, algumas em tamanho natural, oferecidas pelos devotos aos Santos milagrosos, quando por seu intermédio cobram a almejada saúde [242].

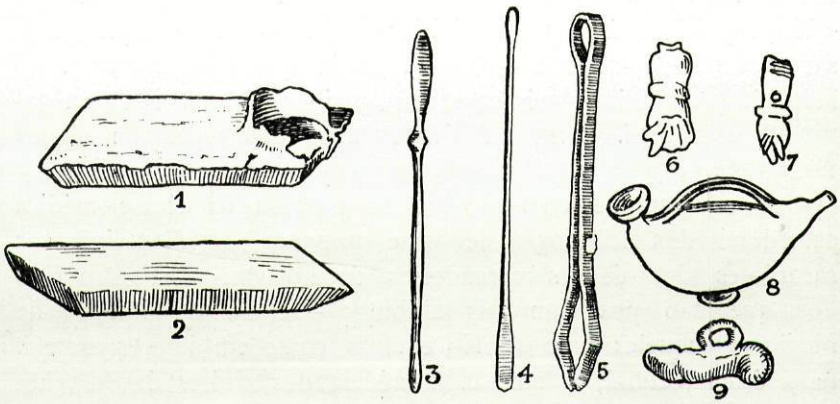


Fig. 25

1 e 2 — Pedras que serviram para afiar instrumentos cirúrgicos ou preparar ungüentos (lusò-romanas. Algarve).
3 a 5 — Instrumental cirúrgico lusò-romano (Algarve).
8 — Mamadeira ou *biberon* (orígem cartaginesa? — Tôrre de Ares. Algarve).
6, 7 e 9 — Amuletos profiláticos romanos.

Reprod. de «A Figa» e «Medicina dos Lusitanos» do Prof. J. L. de Vasconcelos.

A tôda esta Medicina bem pudera chamar-se sacerdotal, como avisadamente a apelidou o Dr. JOSÉ MARIA SOARES [243].

É tempo de dizer-se algo da influência dos povos que de longe vieram habitar a Península na civilização lusitana, no que concerne à Medicina. De todos êles, os que mais contribuíram para o seu progresso foram, em ordem crescente, os Gregos, os Celtas e os Romanos, como se depreende dos vestígios conhecidos e que seria fastidioso enumerar.

Para fazer a história médica da Lusitânia hei que socorrer-me, muito justificadamente, de tudo o que se conhece na visinha

Espanha, da qual existem mais completas referências, extraídas dos historiadores ou reveladas por monumentos arqueológicos.

As colonizações fenícia e cartaginesa, embora relativamente notáveis, não introduziriam na Península grandes innovações.

O uso de pôrem os Lusitanos os seus doentes nas estradas, passeios e ruas, na esperança de serem socorridos pelos conselhos médicos tradicionais dos que passavam, provém dos Fenícios que, por seu turno, o conheceram dos Babilónios e Assírios [244]; tal refere HERÓDOTO, secundado por ESTRABÃO. Mais algumas notícias se colhem no que nos transmitiu êste geógrafo [245]; por êle sabemos que os habitantes das margens do Douro, além das fricções com ungüentos e balneoterapia fria já citada, usavam um veneno que matava quási sem dor. Todavia, conta PLÍNIO que os *Vètões,* habitando perto do Tejo, conheciam certas ervas virtuosas, como a *betónica* e a *centáura,* que, depois de pulverizadas, se tomavam para *tonificar o estômago* e *aclarar a vista* [246]! Os *Cantabros* teriam descoberto a erva *cantábrica;* conheciam outros vegetais que secavam e reduziam a pó, usando-os depois para curar feridas; dêles faziam cosimentos indicados em diversas hemorragias; o azeite servia em fricções na *dor sciática, per os* como emético; além destas prescrições usavam-no em cataplasmas e pensos. O vinho era receitado nas doenças do sistema nervoso (paralisias), certas cardiòpatias e icterícia. Os mesmos *Vètões* já empregavam os pós, os cosimentos, os colírios e as tisanas [247].

Segundo MOREJON, os Fenícios, como os Egípcios, conheciam os purgantes e os clisteres, o que é fácil de acreditar [248].

As colónias gregas aqui estabelecidas não deixaram rastos comprovativos da sua medicina; porém a civilização helena chegou até ao Ocidente, aínda que em pequena dose, parecendo ter influído bastante na chamada *Cultura ibérica* [249]; a sua expansão pela costa lusitana — como diz ESTRABÃO — até ao Minho, bem como certos costumes dos nossos antepassados que se dizem aprendidos com êsse povo, vão perdendo o crédito. Os textos são escassos e os monumentos raros. HIPÓCRATES apontou um remédio possìvelmente de orígem peninsular, o *salsamentum gaditarum.*

CHINCHILLA cita RODRIGUEZ SILVA como autor destas palavras:

«*Habia en España la costumbre de poner los enfermos en las calles y de escribir sus historias, cuyas tablas se importabam á Grecia, y era el mayor obsequio que pudieron hacer a los templos*» [250]. Afirma aínda o primeiro historiador que, dos Gregos, não vieram sòmente comerciantes à Península, mas também médicos ilustres, como ALEXANDRE de Fralles, que nela aprenderam admiráveis remédios!

De tudo isto se vê que, à falta de concretas notícias, muita fantasia deve bordar-se a ponto de se darem os peninsulares como civilizadores dos Gregos, quando êstes, afinal, ao tempo da sua visita à Península já recebiam a luz da grande Escola dos Filósofos Naturalistas! O que pode dizer-se da acção das colónias fenícias, cartaginesas e gregas no progresso da Medicina Lusitana não passa de inocente devaneio, dada a escassez de provas.

Antes dos Romanos resta-me falar dos Celtas. Quando êstes povos invadiram a Península, não eram muito mais civilizados que os seus habitantes, podendo dizer-se que a sua medicina sacerdotal-druídica seria a única que nos mostrariam, se dela houvesse provas cabais no nosso território e a sua influência fôsse documentada. Àparte as crenças religiosas e alguns deuses que trouxeram, com a medicina a êles ligada, pouco mais lhes deveu a Lusitânia; o seu curto domínio não seria de molde a reformar, duma maneira notável, os habitos dos vencidos. Contudo, na região vimaranense, possìvelmente habitada pelos Gróvios, ramo celta, essa modificação seria mais acentuada; as opiniões sôbre a expansão céltica na Lusitânia são aínda contraditórias, sendo mais avisado não acumular hipóteses em bases tam frágeis. A êste respeito dizia MARTINS SARMENTO numa carta a MARTINS CAPELA (Outubro de 1895): «*Há muitos annos que ando absorvido pela mania de provar que não devemos nada aos celtas e vejo que estou a fallar no deserto*»; noutra, de Abril do mesmo ano, escreveu, a respeito das críticas do grande historiador e arqueólogo alemão HÜBNER: «*Olhe que o homem não costuma esconder muito as verdades. A mim já me chamou* hereje *em letra redonda — o que não faz com que eu me não afferrasse cada vez mais á minha heresia, a qual consiste em fazer tal assoada aos*

Celtas, que, se os não ponho fora da nossa terra é porque mais não posso » [251].

De todos os povos que assaltaram o nosso primitivo território, foram sem dúvida os Romanos os que mais vestígios deixaram da sua influência. Êsse povo conquistador, que ao tempo de AUGUSTO constituía um formidável império, modificou quási tudo na Península; sossegadas as tríbus vencidas, começou a dar-se lentamente a romanização das gentes lusitanas, tal como anteriormente se observara na celtização das mesmas. Caídos sob a alçada das leis de Roma, nada perderam com elas; a criação dos municípios, as regalias e distinções dadas pelos governadores, a regular administração da justiça, o desenvolvimento do comércio e indústrias indígenas e tantos outros factos políticos e económicos, elevaram tôda a Península a um alto grau de civilização que, por si só, não atingiria tam cedo [252].

Em demasia conhecidas as páginas doiradas sôbre êste assunto escritas por A. HERCULANO [253], FORTUNATO DE ALMEIDA [254], ALBERTO SAMPAIO [255], LEITE DE VASCONCELOS [256], VERGÍLIO CORREIA [257] e tantos outros, seria ocioso e sem proveito fazer mais considerações sôbre o domínio romano na Península.

Couraçados por uma teimosia arrogante, nascida do amor à terra que era sua, amor que lhes fazia alvorecer no coração o nobilíssimo sentimento da independência, os nossos antepassados viram, quási de-repente, brilhar ao sol, nas faldas dos seus *castros,* as lanças e os gládios das legiões de Roma. A defensiva era infrutífera, aínda que tenaz. Vencidos, descem à planície; os ódios aplacam-se, nasce a convivência; a fatal lei dos domínios seculares harmoniza os temperamentos; a conjugação de vencidos e vencedores, originando novos sêres, termina com as repugnâncias. Socializados, os Lusitanos conformam-se, serenando as tempestades das revoltas íntimas. E a nova sociedade *lusò-romana* renasce para o trabalho, quer laborando a terra, quer ajudando às conquistas.

De norte a sul de Portugal — se bem que para cima da riba direita do Douro a romanização fôsse mais dificultosa e lenta — encontram-se provas do poderio itálico em lápides, estátuas e mosáicos; nas ruínas das cidades e povoações; estradas e pontes, com seus marcos miliários; nos alicerces de circos e teatros, dos

templos e edifícios termais, muralhas e aquedutos; na cerâmica e na numismática, e em tantos outros achados arqueológicos que, na maior parte, recheiam os museus [258].

O que dos Romanos mais interessa êste trabalho é unicamente o que possa dar esclarecimentos sôbre a Medicina que trouxeram à Península, durante o longo período que vai desde a conquista até ao século v da nossa Era.

¿Como seria a medicina lusò-romana? Lògicamente, em parte, a mesma que já existia, a par da que trouxe o invasor. Poucos são os elementos com que possamos reconstituí-la, mas os factos conhecidos — embora em pequena quantidade — serão apontados em breve relato; todavia, pode desde já fazer-se esta idéa: a medicina devida à romanização moldára-se pela que se praticava em Roma. Os setecentos anos que os exércitos da Itália aqui demoraram obrigam a pensar dêste modo.

Desde GALENO até à renovação árabe, a Medicina, dum modo geral, pouco adianta; essa longa época de 200 a 800 anos D. de C. diz MEUNIER ser «*une période où il ne se fit rien de nouveau en médecine*» [259]; já atrás apontei, em resumo, algumas das suas particularidades. No entanto, devo lembrar que o Cristianismo nascente, começando a introduzir-se na Península aínda no tempo dos Romanos (principalmente do século III em diante), daria um golpe mortal a muitas das características sobrenaturais da medicina reinante, bem como nas suas práticas médicò-religiosas; mesmo assim, o efeito da nova religão não se faria sentir demasiadamente, atentas as perseguições que sofria; a tranqüilidade era pouca e a luta entre pagãos e cristãos não daria tempo a uma profunda reforma na crença dos primeiros. Por via romana foram, à certa, introduzidas no nosso território usanças que se prendem à higiene, como a construção de aquedutos para mais perfeita captação de águas; talvez o sistema de esgotos, bem que em menor escala, com modêlo nas célebres cloacas de Roma [260]; a pavimentação das habitações, primitivamente de terra ou lages, a ladrilho, mosáico ou tejolo; a cobertura das mesmas com telha, substituíndo a impropriedade dos cobêrtos de palha e, naturalmente, a balneação de limpeza que os Romanos não descuravam e para a qual existiam belas piscinas nas próprias casas particulares ou em estabelecimentos espe-

ciais. Deve notar-se que os banhos, terapêuticos ou de limpeza, se davam nos edifícios termais que tratarei dentro em pouco.

Acompanhando as legiões, vieram à Península os médicos militares, criados pelo imperador AUGUSTO [261]; pode imaginar-se que por aqui espalhariam a sua sciência, quer exercendo a profissão, quer ensinando-a; sabe-se que no século IV também existiam em Roma médicos da armada e municipais, já com certas regalias e posição na sociedade. . Os últimos teriam representantes nos municípios lusitanos criados pela nova administração romana; é natural supor que não houvesse Escolas de medicina nas cidades romanizadas da Lusitânia — como fantasiava o Dr. J. M. SOARES — mas simplesmente médicos urbanos a que se dava o nome de *arquiatras* [262].

Na antiga Roma a medicina estava na mão de escravos; o epíteto *libertos,* que se dava aos médicos, indica tam penosa e humílima situação; foram encontradas provas da existência de *médicos libertos* na Península [263].

Para o agasalho, pernoitamento e assistência médica das legiões eram dispostos, ao longo das vias militares, estabelecimentos com o nome de *mansiones* e *stationes* ou, por outra, albergarias, embriões das que se vão encontrar nos primeiros séculos da monarquia portuguesa; no entanto foram os Romanos os instituìdores dos Hospitais [264], que primeiro eram destinados exclusivamente aos legionários, permitindo-se depois que nêles se recolhessem os civis; a Grécia possuía estabelecimentos semelhantes, sob o nome de *iatreion,* geralmente anexos aos templos de *Esculápio* [265]. Dêsses hospitais militares ou *valetudinária,* construídos em território lusitano para serviço das tropas invasoras, nada se sabe, bem que fôsse possível haverem existido. ¿Não terão nêles a sua orígem as primeiras *albergarias* e *hospícios,* anexos aos conventos portugueses dos primeiros séculos da nacionalidade? Há razões para crê-lo. Seria interessante êsse estudo se o número desta página não me estivesse a lembrar a brevidade no texto!

De todos os factos médicos devidos a Roma aquele que está realmente provado é o da utilização das águas minerais na terapêutica. Deve saber-se que nos balneários se fazia tôda a espécie de tratamentos então conhecidos, como: balneo-

terapia quente, de vapor, ginástica [266], etc. As ruínas dos mesmos o demonstram claramente, como se verá. Tendo aparecido tantos vestígios de termas romanas, fica-se com a impressão de que os médicos dêsse tempo receitavam com extraordinária freqüência as suas águas, se é que os próprios doentes as não procuravam sem o *licet* dos nossos arcáicos e veneráveis colegas. Já em 1821 o Dr. J. M. SOARES falava de algumas construções termais romanas: Braga, Vizela, Chaves, Pedras Negras (Lisboa: rua da Prata) e Leiria (Monte Real) [267]. O Prof. LEITE DE VASCONCELOS ajunta que possìvelmente foram usadas pelos romanos as águas de Vidago, Monfortinho, Caldelas, Cabeço de Vide, Póvoa de Cós e Monchique (?) [268]. Isto não quere dizer que as águas minerò-medicinais fôssem desconhecidas antes; os homens da *Idade neolítica* conheceram e usaram algumas, como em outro lugar escrevi.

Certamente — como diz o Prof. LEITE DE VASCONCELOS [269] — o sôbrenatural não era excluído dos tratamentos nelas realizados, dêles fazendo parte integrante o auxílio rogado aos deuses; já falei de alguns, reservando para quando tratar das águas de Vizela outras curiosas notas dessa divina protecção.

Em Portugal as escavações tem fornecido alguns objectos comprovadores da existência de uma medicina exercida por profissionais, já arrolados pelo distinto Professor, na mór parte referentes a um estojo de variado instrumental, provàvelmente de um médico da romana *Balsa* (Torre de Ares — Antas) [270]: pinças, espátulas, legras, instiladores de colírios, escalpelos, sondas metálicas, etc. (Fig. 25, 1 a 5). Empregados pelos Lusitanos registam-se mamadeiras ou *biberons* de barro, quer para o aleitamento artificial, quer para os doentes impossibilitados de, por si, tomarem os líquidos alimentares ou medicamentosos (Fig. 25, 8), que parece terem sido bastante usados por tôda a parte, sob diferentes formas (Fig. 24, 13); sôbre êstes objectos escreveu o malogrado antropologista Dr. COSTA FERREIRA uma pequena notícia [271].

Eis, em escôrço, as provas dos conhecimentos médicos dos Lusò-Romanos, derivados de Itália e por seu turno bebidos na Grécia. Assim, diz COSTA DE MACEDO: «*A cultura das sciências companheiras inseparaveis das artes, e por conseqüência do luxo que as alimenta, lavrou por toda a Espanha; e como*

os conhecimentos scientíficos dos romanos eram moldados em prototipos gregos, a língua e literatura gregas, haviam necessàriamente de ser também cultivadas na Península Ibérica» [272].

Dessa medicina peninsular nos dão informações MOREJON e CHINCHILLA. O primeiro refere o uso das ervas medicinais pelos Romanos, de que já falei em resumo, bem como nomes de médicos nascidos ou exercendo a profissão no território que hoje constitue a Espanha. E diz, acertadamente, sem a paixão nacionalista do Dr. J. M. SOARES: «*No hubo, pues, escuelas em Espanha para el estudio de la medicina en estos tiempos, y los conocimientos medicos se transmitian de unos á otros, como sucede aun hoy con varias artes y oficios...*» [273]. CHINCHILLA, contando factos idênticos, chama *griega-española* à medicina dêste período [274].

Postas estas considerações, passo a estudar tudo o que nos elucide sôbre as noções médicas da população que nêsses tempos habitava a região do concelho vimaranense.

A região de Guimarães foi, na *Idade do Ferro* e no período *lusò-romano,* densamente povoada [275]. Pode dizer-se que não há freguesia no concelho que não tivesse dado a SARMENTO qualquer objecto dêsses tempos; mas os vestígios lusò-romanos foram, todavia, os que encontrou em maior número [276]. Há duas estações arqueológicas que demonstram bem a densidade da população nessa época longínqua: Citânia de Briteiros e Côto de Sabroso. Como disse, a primeira é caracterísiticamente lusò-romana; a segunda não teve a influência de Roma e pode considerar-se um *castro* puramente lusitano, embora existindo já na *Idade neolítica* [277]. Muitas outras localidades tém dado elementos arqueológicos demonstrativos do extenso derrame do povo romano. A ser assim, podemos afirmar que o concelho de Guimarães, ao tempo do seu domínio, sofreu intensamente a civilização de Roma, amoldando-se, portanto, aos seus usos e costumes.

As residências dos invasores, mais ou menos ricas, ficaram a chamar-se *villas* até muitos séculos depois da sua retirada, originando assim as Freguesias e os Lugares; os documentos históricos do século x em diante, respeitantes a Guimarães, citam-nas constantemente, bem como aos *palácios (palatium, palatiolo),*

sendo hoje mesmo vulgaríssimo encontrarmos tais nomes afectos a herdades e povoados [278].

Em verdade não é êste o lugar para fazer-se uma síntese completa de tudo o que se deve às escavações de MARTINS SARMENTO, e do mais que após a sua morte continuou a aparecer; contudo é necessário, para firmar idéas, traçar um rápido quadro dos achados, incidindo depois o meu trabalho sôbre os que se prendem a factos médicos, em maior ou menor relação [279].

Começarei pelo *castro* mais antigo: Sabroso. Como na Citânia e outros *oppidi,* as habitações são geralmente arredondadas, de acanhado âmbito, fechando a povoação, de diminuto recinto, uma única muralha; deixo de repetir outras particularidades desnecessárias ou que já relatei noutro lugar e passarei à Citânia.

Êste *castro* é maior e a sua população sofreu durante muito tempo, talvez até ao Imperador ADRIANO, a civilização romana [280].

Pode dizer-se que o que caracteriza o *oppidum* é exactamente êsse facto, que devia ter influído imenso nos povoados dos arredores. A Citânia seria como que o fulcro de tôda a civilização do território vimaranense, pela sua relativa grandeza, pelo seu poderio, pela sua gente. As casas circulares, oblongas e quadrangulares, eram da mesma forma pequenas, e as ruas, ou melhor vielas, muito estreitas e em reduzido número. O abastecimento da água afigura-se-me insuficiente, a julgar-se pela ausência de construções fontanárias, embora tivesse sido descoberta uma banal càleira, condutora da preciosa linfa até reservatórios apropriados. As habitações de pedra e madeira, antes dos romanos possuíam telhados de colmo, mas após a invasão imperial a telha substituiu a palha [281]; a pavimentação das casas, primeiramente constituída pelo próprio terreno ou camada de lages, deu lugar ao calcetamento a tejolo.

O espólio arqueológico dêstes dois *castros* é de natureza vária, indicando o da Citânia um relativo esplendor — devido em grande parte à civilização romana — demonstrado pela cerâmica (louça *arretina* em abundância), por fusaiolas *(verticilli),* e pêsos de tear *(pondera)* indicando o conhecimento da tecelagem — possìvelmente tecidos de linho [282]; por moedas de várias épocas, pedras com insculturas várias, etc. Na cerâmica de Sabroso — mais arcáica — contam-se cêrca de 35 temas ornamentais [283].

Apareceram muitos objectos de metal em ambos os castros: *fíbulas,* brincos, aneis, braceletes, pulseiras, fivelas, alfinetes para o penteado feminino, etc., etc. [284]

Preterindo tudo o que poderia fazer pecar por inoportuno esta prosa, deter-me-ei únicamente no relato de alguns achados que mais directamente nos prendam a atenção. Entre os objectos metálicos, quási todos de bronze, existe um pequeno instrumento que deve ser uma pinça de epilação ou cirurgia, semelhante a muitas das encontradas noutras estações desta idade; alguns restos de vasilhas em forma de tubo, como mostra a respectiva estampa (Fig. 24), deviam ter pertencido a *biberons,* que nesses tempos eram de múltiplas formas [285].

De Sabroso há muito pouco do que possa interessar êste estudo. Não tendo aí habitado os Romanos, o povo não conheceu melhoria de situação e condições de vida; a sua existência era a da *Idade do Ferro,* em geral; de seus usos religiosos, foi descoberta por SARMENTO uma prova do culto dos mortos: a curiosa cabeça de porco, semelhante a outras esculturas de animais (berrões, etc.), registados nas estações dessa época (Fig. 26); nem uma só inscrição apareceu [286]. Êste *castro* é, no entanto, mais precioso que o da Citânia, não só na sua antigüidade, como nos elementos arqueológicos de idades anteriores à do *Ferro,* que atrás referi. Em troca, a Citânia deu inscrições notáveis, pelo arcaísmo que revelam, infelizmente tam condensadas, quási se resumindo a indicar nomes próprios, talvez de orígem ibérica [287]. É abundante o espólio de pedras ornamentadas e esculturas; a significação de algumas, como a da Pedra Formosa, desconhece-se; a-pesar-de ter sido alvo de cuidadosos estudos — alguns de insubsistente diagnose — aquela pedra de feição romana continua a ser um enigma, embora muitos arqueólogos a considerem mêsa ou ara de sacrifícios [288]. Como tal a podemos considerar, enquanto a luz se não fizer sôbre o mistério que a cobre.

Talvez ligados a cultos supersticiosos e possìvelmente a práticas de curandeirismo fácil, hei que citar certos gravados e esculturas, como triscelos, tetrascelos (Fig. 26) e outras pedras, à certa lusò-romanas; uma figura feminina em granito, pode estar relacionada a idéas religiosas, pois é muito semelhante às representações das deusas-mães [289]. Contudo, isto não passa de

uma despretenciosa opinião, sendo curioso o facto de não terem aparecido na Citânia lápides erigidas a deuses conhecidos do Olimpo romano, havendo algumas noutros pontos do concelho! ¿Seria a população citaniense devotada às divindades naturalistas (culto do sol, etc.) e pouco afeiçoada às outras já mencionadas?

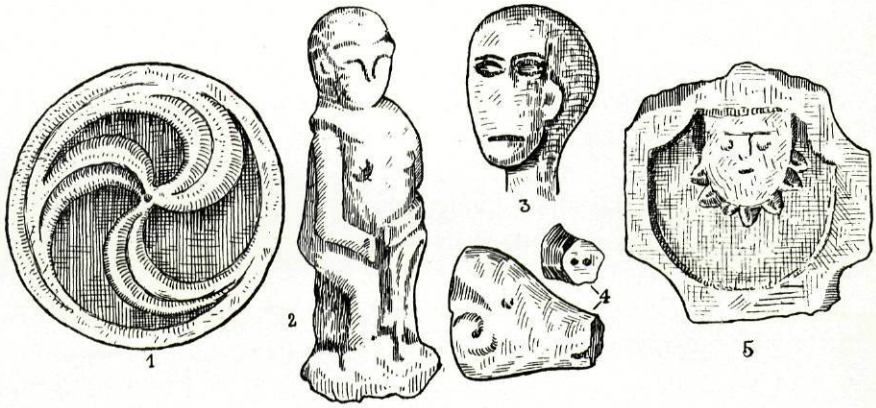


Fig. 26

1 — Triscelo (culto solar?) — Citânia de Briteiros.
2-3 — Divindades? — Citânia de Briteiros e Sabroso.
4 — Cabeça de porco (sagrado).
5 — Escultura representativa do Sol — Citânia de Briteiros.

Nas Caldas das Taipas — não muito distante da Citânia e Sabroso — onde os Romanos ergueram termas, aínda não apareceu lápide alguma relacionada com as águas, indicando o nome de qualquer deus grecò-romano. A zona compreendida entre Citânia, Caldas das Taipas e Sabroso foi, em meu entender, um dos locais preferidos — de tôda a região concelhia — pelas tríbus dos Caláicos ou Grávios para estacionamento e habitação; noutras freguesias encontram-se vestígios de povoados lusò-romanos, mais ou menos importantes e que ràpidamente passarei em revista para se aquilatar do gráu de densidade da população vimaranense em tempos da *Idade do Ferro* e a quando do domínio de Roma.

É natural que o rol dêsses achados peque por muitas deficiências; deve perdoar-se-me a tentativa — agora feita pela pri-

meira vez — de catalogar por forma tam resumida, as riquezas arqueológicas lusò-romanas do concelho de Guimarães, baseando-me em grande parte, nos escritos de SARMENTO, tam dispersos e de moroso arranjo [290].

MARTINS SARMENTO fala-nos de restos de povoados ou *castros,* mais ou menos importantes, nas seguintes freguesias:

S. Miguel do Paraíso (Monte da Santa), S. Pedro de Polvoreira (Monte de Polvoreira), Santo Estêvam de Urgezes (Monte da Fôrca), S. Pedro de Gominhães, Santa Eufémia (de Prazins?), S. Clemente de Sande (Lugar de Sever), Santa Cristina de Longos (Pedrais), S. Salvador ou Santa Maria de Souto (Castelo dos Mouros), Santa Maria de Guardizela (cercanias da Igreja), Santa Eulália de Nespereira (Senhora do Monte?), Santa Eulália de Fermentões (Monte de Santa Eulália), Santo Tirso de Prazins (Castro), S. Martinho de Candoso, O Salvador de Tagilde (Castros de Santo Adrião e de Regilde), Monte da Penha, Santa Maria de Matamá, S. Torcato (môrro do Mosteiro Velho), S. Tomé de Abação (Penedos Altos), S. Miguel do Castelo (môrro do Castelo?), S. João de Ponte (Ribeira e arredores) e S. Tiago de Pencêlo.

Da tradição de existência de *cidades antigas,* das quais topou vestígios, o insubstituível arqueólogo aponta:

Cidade de Santa Eufémia (S. Cláudio de Barco), de Pedráuca (Santa Cristina de Serzedelo), *cidade aluída* (O Salvador da Gandarela), e cidade de Vila-Cós (Santa Eulália de Fermentões).

Perto de Guimarães, na limítrofe freguesia de Fareja (Fafe) diz o povo ter existido uma *Citânia* [291].

De casas, muralhas e vestígios de *castros,* a êle se devem as indicações de:

muralhas e edifício isolado (O Salvador do Souto);
muralhas (Vila Nova de Sande, Outeiro do Monte da Fôrca — Castelo dos Mouros, Salvador do Souto — Santa Eulália de Fermentões, monte de Santa Eulália);
ruínas de habitações (S. Miguel de Creixomil, próximo a Santo Amaro);
casas circulares (S. Vicente de Mascotelos, Monte de Santo Amaro);
casa quadrangular (S. Cipriano de Taboadelo);
alicerces de construção indeterminada (Santa Cristina de Serzedelo, Campo dos Pinheiros);
vestígios de *castro* (Penha, Monte de Santo Antoninho?);
fornos (S. João de Ponte [292] e S. Vicente de Oleiros);
casas circulares (Santa Cristina de Longos, Pedrais);

casas e muralhas (S. Tiago de Pencêlo, Castro);
edificações - compartimentos quadrangulares (S. Vicente de Moscotelos);
edificações indefinidas (O Salvador de Tagilde);
alicerces de casas (S. Torcato);
alicerces de construções (S. Tomé de Abação, Penedos altos).

Apareceram em diversos locais vários objectos soltos. Assim, a telha romana — que aparece quási por tôda a parte — principalmente em:

S. João de Ponte, O Salvador do Souto, Santa Eulália de Fermentões, S. Miguel de Creixomil, S. Cláudio do Barco, S. Jorge de Selho, S. Miguel do Paraíso, S. Pedro de Polvoreira, S. Cipriano de Taboadelo, Santa Cristina de Serzedelo (Campo dos Pinheiros), O Salvador de Gominhães, Santo Estêvam de Urgezes, Santa Maria de Matamá, S. Torcato, Santa Maria de Prazins, S. Miguel de Gonça, Santa Maria de Silvares, S. Pedro de Azurei, Santa Maria de Guardizela, S. Martinho de Sande, Santa Cristina de Longos, S. Clemente de Sande, Santa Maria do Souto, Santa Eulália de Nespereira, S. Martinho do Conde, Senhora do Monte, Santa Maria de Infias, Santa Eufémia de Prazins, S. Tiago de Pencêlo, S. Martinho de Candôso e S. Tomé de Abação.

Além destas freguesias onde MARTINS SARMENTO colheu telha romana, em algumas com notável abundância, devo ainda mencionar a Penha e a freguesia de O Salvador de Pinheiro, onde tenho encontrado bastantes fragmentos de tejolo e telha romana *(imbrex* e *tegula);* o tejolo encontra-se quási tam freqüentemente como aquela e nos mesmos locais.

Forneceu a região concelhia algumas sepulturas lusò-romanas e seu habitual recheio (cinzas, *dolios,* pequenas vasilhas, objectos de metal, etc.). As de S. Paio de Moreira de Cónegos, abertas no saibro e com vestígios de terem guardado caixões funerários de madeira (existência de pregos em abundância), denunciando uma influência cristã [293], são as mais importantes, passando o seu número de duas dúzias; além dessas:

Uma, forrada de tejolo, em S. Cristóvam de Abação (no lugar da Fornalha, onde a tradição aponta terem sido queimados alguns cristãos); sepulturas cavadas na terra, cobertas de lages, em S. Miguel de Gonça; vestígios de sepultura de tejolo em Santa Maria de Silvares e S. João de Ponte; um poço funerário (?) na Cruz d'Argola (S. Mamede de Aldão?); 6 poços idênticos em S. Paio de Vizela;

sepultura de tejolo em S. Martinho de Leitões; um outro em O Salvador do Souto e restos de urnas funerárias em S. Tiago de Pencêlo (Antemil).

No môrro da Lapinha (Devesa escura), pertença da Serra da Penha, apareceu o ano passado uma fossa sepulcral que explorei, tendo encontrado apenas, além de duas *fusaiolas* e parte de uma mó giratória, os restos das vasilhas que o povo estilhaçara, desiludido por não encontrar dentro delas o desejado tesouro! Enviei êstes achados para o Museu da Sociedade MARTINS SARMENTO, onde se conservam. Apareceram noutros locais sepulturas cavadas no granito, de forma trapezoidal, cuja data é incerta, mas que se julga pertencerem aos primeiros tempos do cristianismo [294].

São inumeráveis as vasilhas e fragmentos de cerâmica lusò-romana descobertas:

S. Cláudio de Barco (asa cilíndrica, vasilhas); fragmentos de ânforas (S. Vicente de Mascotelos — Santo Amaro); pedaços de cerâmica (S. Páio de Moreira de Cónegos, S. Pedro de Polvoreira, S. Cipriano de Taboadelo, Santo Estêvam de Urgezes, Penha, S. Miguel do Castelo (cidade), S. Tiago de Pencêlo, O Salvador de Guardizela, O Salvador do Souto, Vila Nova de Sande, S. Clemente de Sande, Santo Tirso de Prazins, S. Miguel de Gonça e S. Jorge de Selho); asa de ânfora (Santa Maria de Silvares); vasilhas (S. Cristóvam de Abação, S. Torcato, S. Miguel de Gonça; louça pintada (S. Páio de Moreira de Cónegos, S. Torcato, S. João das Caldas — Vizela); fragmentos ornamentados com carranca em relêvo e motivos impressos na massa fresca ou a buril (S. Torcato?); com a representação em relêvo, dum animal (vaca [Atouguia, cidade]), etc. etc.

O recheio numismático do Museu da cidade é valioso; as moedas romanas são de diversos Imperadores — algumas já devidamente catalogadas [295] — aparecidas em várias localidades, principalmente na Citânia de Briteiros, onde MARTINS SARMENTO encontrou uma «*velha moeda lusitana*». Em Vizela (Lameira) encontrou-se um numisma celtibérico, muito curioso [296].

Memórias de várias esculturas devidas aos Romanos registou-as M. SARMENTO:

Arco e dois capiteis coríntios lavrados (Entre Lapinha e S. Tomé de Abação); dois capiteis análogos (S. Pedro de Gominhães); outro em S. Miguel de Gonça; em S. Páio de Moreira de Cónegos desco-

briu-se um capitel semelhante; o ilustre arqueólogo aponta-o como pertencendo à extinta igreja de S. Gião, sendo, portanto, românico e não romano; uma *pedra lavrada* (sic) em S. Torcato; em Santa Maria de Infias colheu a tradição de ali existir um templo a Diana, pois ao prepararem-se os alicerces da torre da igreja paroquial, apareceram numerosos fragmentos de mármore, que, a meu ver, fortalecem um pouco a tradição [297].

Objectos a que podem reportar-se certos cultos supersticiosos:

Uma colossal estátua de pedra, à certa relacionada com o culto fálico, em Pedralva — que não pertence ao concelho — mas que cito, não só por ter sido estudada por SARMENTO, como por se encontrar em sítio quási limítrofe do concelho, servindo para estudo de influências nas usanças e costumes dos povos desta região [298]; êste colosso — de um extraordinário valor — pertença do Museu de Guimarães, que tanto preocupara MARTINS SARMENTO, parece-me que jaz ainda no mesmo local, ao abandono, à espera de atrevidos que o escadracem a tiro de dinamite para esteios de ramadas! Mais: uma pedra *quási informe,* em S. Martinho de Gondomar, do aspecto da qual dizia o grande arqueólogo: «*se qualquer observador audacioso não se lembrar de lhe descobrir uma forma phallica*»; é curiosa a tradição que as mulheres alimentam sôbre essa pedra, existente na igreja da freguesia: com o pó que obtém por raspagem da mesma preparam uma tisana *eficacíssima* na esterilidade! Não me refiro nêste ponto às pedras esculpidas da Citânia de Briteiros; em breve tratarei delas.

Conhecem-se penedos a que estão ligadas curiosas tradições, dizendo respeito a práticas de curandeirismo, algumas oriundas, talvez, dos tempos prèhistóricos [299]:

Penedo dos Casamentos (Entre Prazins e S. Tiago de Pencêlo?); a rocha a que se encosta a igreja de S. Lourenço de Calvos, onde dizem ter aparecido a Senhora da Lapinha; uma penha nos Penedos altos (S. Tomé de Abação), onde colhi a lenda de ir sôbre ela pentear-se uma *menina muito linda;* na Lapinha, o Penedo do Santinho para o cansamento do peito; os Penedos do *Sino* e do *Escrivão* na Penha; o da *Orca,* em Travassós; alguns na Senhora do Monte, local já citado, e tantos outros de que é impossível dar notícia completa [300].

Aponto estas notas sôbre tais rochedos para mostrar a união que existe entre êles e certas práticas populares; certo é que êste facto mais pertence à Etnografia, mas a sua importância para a

Folcmedicina é marcante, dela dizendo SARMENTO em carta a BELINO: «*Mas há um outro ramo que me encheria agradàvelmente o tempo — são as tradições e lendas populares,* consideradas como restos da mytologia lusitana. *Ainda não provou desta ambrozia?* [301]»

Diversas localidades tém fornecido exemplares de mós ou seus restos:

> Citânia de Briteiros, S. Cipriano de Taboadelo, Gospilhães (?) S. Vicente de Oleiros, Santa Cristina de Longos, S. Tomé de Abação (Lapinha — Devesa Escura) [302], etc.

Encontraram-se isoladamente muitos objectos, e entre êles:

> Pesos de barro *(pondera),* alfinete de ouro (O Salvador do Souto), uma prateira de cobre (S. Páio de Moreira de Cónegos), armas e utensílios de ferro (Penha), etc.

É tempo de falar-se agora das célebres estátuas que parecem representar guerreiros lusitanos, devendo terem servido para lhes perpetuar a memória, erectas sôbre as sepulturas [303]; elas se apresentariam de incalculável valor para a antropologia dessa época se o escultor as talhasse no granito seguindo escrupulosamente o modêlo. Apareceram nas cercanias do concelho, fora do território vimaranense: Monte de Santo Ovídio (Fafe), onde existem restos de um *castro,* e S. Jorge de Vizela, localidades próximas. Demonstram que estas paragens foram talvez teatro de importantes lutas contra os invasores e portanto zona de povoado bem constituído e poderoso. ¡As estátuas dos guerreiros Lusitanos, heróicos antepassados dos vimaranenses, ali estariam a relembrar as glórias da independência lusa e os soldados que mais tarde ressuscitariam em Aljubarrota, em tenacíssima defesa da Pátria!

Para passar a outro assunto, tenho que falar de mais alguns vestígios do domínio romano: as pontes e as estradas. Das primeiras, que eu conheça, possui o concelho dois exemplares: uma sôbre o rio Vizela, perto da povoação, outra nas Caldas das Taipas, junto da sua ponte nova sôbre o Ave, da qual infelizmente pouco resta; aínda há meia dúzia de anos a vi bem segura sôbre os pègões centenários!

De todos os vestígios arqueológicos que o concelho de Guimarães apresenta e que mais interessam êste trabalho são, indubitàvelmente, as ruínas das Termas de Vizela e Caldas das Taipas, tam apreciadas e desenvolvidas pelos Romanos. De-certo não irei repetir neste lugar o que sôbre elas largamente se tem dito, quer em obras especializadas de águas minero-medicinais [304], quer em folhetos de propaganda, no que respeita à sua importância terapêutica; simplesmente desejo focar o seu valor em tempos do domínio de Roma. Já vimos que, nas *Idades neolítica* e do *Bronze,* as águas termais de Vizela, e quiçà as das Taipas, estariam no conhecimento dos habitantes da região vimaranense, procuradas talvez pelas populações que se acantonavam por aí; mas a utilização das afamadas águas pelos Romanos é incontestável.

Afigura-se-me terem sido as Termas de Vizela muito mais importantes que as das Taipas, porquanto nesta povoação os vestígios de termas romanas são menos abundantes e ricos. Outra particularidade há a notar-se, à qual já levemente me referi: a ausência de inscrições de qualquer espécie, tirante a da *ara de Nerva,* nas Caldas das Taipas; isto parece apontar-nos que as de Vizela eram mais procuradas e o seu efeito terapêutico de maior vulto, atendendo a algumas inscrições que adiante transcreverei; as de à beira do *Avus* estariam em menor conta para o povo de Roma; a consagração das de Vizela a certa divindade mostra-nos o alto conceito em que eram tidas.

Em 1779, o farmacêutico-botânico e carmelita descalço Frei Cristóvam dos Reis, expunha num pequeno livro as virtudes curativas das águas das Taipas, sitas no lugar de Canto (e não Couto, como escreve); diz então o patriótico frade — que fôra administrador da Botica de N. S.ª do Carmo, em Braga — como as fizera ressurgir; descobrindo-as em 1753, ei-lo a aplicá-las como panacéa às gentes da povoação e arredores «*que padecião Sarna, Frieiras, Eſcandecencias figadaes, para que ſe lavaſſem e tomaſſem Banhos nellas, fazendo Poço . . .*» [305]. Colhidos bons resultados, o boticário armado em médico alarga à vontade o quadro patológico que devia receber a benção salutífera da preciosa linfa: «*me parece que os Enfermos, de hum, e outro ſexo, de Temperamento calido, ſêcco, ardente, que padecerem Queixas cutaneas,*

como Sarna, Impigens, lepra ſêcca, aſperezas da pélle, dores de Pedra, Diabectica, Fluxos alvos, intemperanças do Figado, e em todas as mais Queixas, que forem cauſadas pelo calor, e ſecura, hão-de ter melhoras, ou ſarão com estes Banhos».

A êle se deve a ressurreição das águas a que chamava de Caldelas e conhecidas de todos como das Taipas, a-pesar-de muita da sua doutrina ser de tal forma exquisita que levou uma das maiores figuras intelectuais portuguesas, o Prof. RICARDO JORGE, a chamar aos processos e resultados do exame que o entusiasmado carmelita fez daquelas águas, «*a alchimia grotesca d'uma analyse phantastica da crase hydrologica*» [306].

Ao tempo de D. JOÃO VI parece que as termas receberam algum benefício. Existia perto do local dos Banhos romanos uma fonte, hoje destruída, que certos inexperientes e pouco escrupulosos guias do forasteiro em Guimarães e concelho atribuem a D. JOÃO I [307]; a arquitectura da mesma asseverava uma época de construção muito mais moderna; de resto, bastava ler bem o letreiro que a ladeava, *pondo as vírgulas no respectivo lugar:*

«*JOÃO, PRIMEIRO REI DO REINO UNIDO,*
(para que a morte mais trofeus não conte),
D'inexhaurivel, salutar bebida,
Esta levanta milagrosa fonte.»

E sôbre tudo isto, nem a data, 1820, os iluminou! A esta quadra outra se seguia mais insulsa aínda, a que PEREIRA CALDAS irònicamente chamava *melodiosissima* [308], comparando-as a uma outra das Caldas do Gerez baptisada por RICARDO JORGE de *imbecil,* acrescentando ao baptismo: «*o torto verso é a legitima epigraphe do torto estabelecimento balnear* [309]».

Um dos citados guias, a par de erradas indicações cronológicas sôbre vários monumentos da cidade e factos históricos vimaranenses, além de apontar como 1.º Rei do Reino-Unido de Portugal e Brasil a D. JOÃO I, obriga os incautos a crer que não fôra o bem intencionado carmelita de Braga o restaurador da fama das águas, mas muito antes, o glorioso Rei de Boa-Memória! A César o que é de César!

As primeiras e verdadeiras provas da existência de um balneário romano apareceram — nas Caldas das Taipas — em 1844: restos de piscinas e de um *hipocausto,* semelhante a outro descoberto no concelho, freguesia de S. Vicente de Oleiros, que a seu tempo apresentarei. A planta dessas ruínas, soterradas após o seu aparecimento por desastradas ordens do município de Guimarães, foi levantada por um culto médico oriundo de Vizela, antiquário ilustre, o citado Dr. PEREIRA CALDAS, então aluno da Universidade de Coimbra, depois distinto professor do Liceu de Braga [310]. Apresento-a na Fig. 27, decalcada sôbre outra que nos patenteia uma das obras do arqueólogo vimaranense ALBANO BELINO [311]. Por ela se vêem as diferentes secções das termas, que eram pobres e de minguada freqüência; existiam próximas de um pequeno ribeiro que as circundava, junto do balneário hoje denominado *Banhos Velhos.* Na planta vêem-se representados o depósito das águas termais, a tina circular, o *hipocausto* para o seu aquecimento, piscinas forradas a tejolo, canalização, etc. Diz MARTINS SARMENTO que, em 1883, novos vestígios termais romanos foram postos à vista [312]. Desejaria ser mais prolixo, mas o tempo e as páginas não mo permitem.

Outros elementos comprovativos da estada dos romanos apareceram naquêles lugares; ¿quem não conhece uma grande fraga ao lado da nova Igreja da povoação, tam nomeada por *penedo de Trajano?* Nêsse monumento está gravada uma inscrição que se relaciona com o balneário, segundo a opinião de SARMENTO e do sábio alemão EMÍLIO HÜBNER; o penedo, chamado *ara de Nerva,* poderia ter servido a pedestal da estátua do famoso Imperador romano, como pensou HÜBNER, que o admirára na companhia de SARMENTO [313].

Perto das Taipas passava a estrada romana que de Braga levaria até Vizela, parecendo que alguns elementos arqueológicos provam o seu prolongamento até estas Caldas; essa via — não militar — julga-se ter realmente existido, servindo-a a ponte já mencionada; ainda há poucos anos se viam, no lugar da Ribeira (S. João de Ponte), restos do seu lageamento [314]; essa estrada partiria de Braga, donde emergiam também outras vias militares para Astorga e Lisboa [315]. Deixando de lado a pretensa cidade *Avóbriga* [316], nas margens do Ave, referir-me-ei sòmente a factos

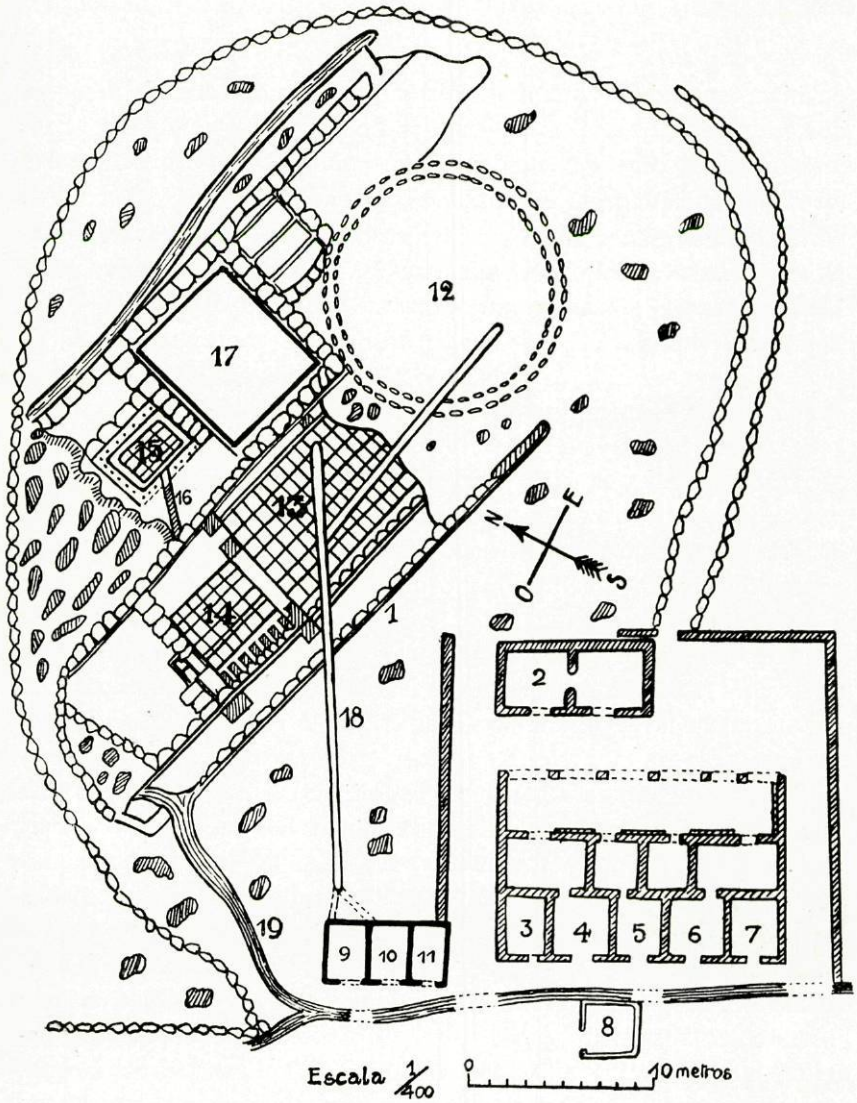


Fig. 27

Planta dos *Banhos Velhos* das Caldas das Taipas onde estão incluídas as Termas romanas (segundo Pereira Caldas).

1 — Muro que separa os *Banhos Velhos*, aínda em uso (a sul), das ruínas romanas (a norte).
2 — *Banho Novo*.
3 — Quarto do banheiro.
4 — *Banho do Salgueiro*.
5 — *Banho Quente*.
6 — *Banho do Carvalho*.
7 — *Banho da «Elefancia»*.
8 — *Banho Antigo*.
9 — *Banho do Norte*
10 — *Banho do Meio*
11 — *Banho do Sul*.
12 — Banho romano circular para banhágem em pé.
13 - 14 — Tanques romanos pavimentados a tejolo.
15 — Hipocausto romano.
16 — Cano de comunicação dos tanques 14 e 15.
17 — Tanque-depósito das águas termais.
18 — Cano de madeira condutor de água.
19 — Regato.

positivos que demonstram a existência dessa estrada de ligação, que, por certo, servia as povoações de Taipas e Vizela [317]. Esta idéa não é de regeitar, atendendo ao valor das respectivas Termas e enorme afluência de enfermos às afamadas águas; essa 6.ª via, partindo de *Bracara Augusta,* no dizer de A. BELINO, ía até Amarante, e passava perto de Guimarães [318]. MARTINS SARMENTO também se ocupou dela, referindo que seguia pelo Monte da Pena, Esporões (Brito?), e Ponte de S. João [319]; a confirmar esta hipótese existe uma inscrição num cipo miliário do tempo de TRAJANO, aparecida em Sande, próximo das Taipas, semelhante nos dizeres à citada *ara de Nerva* [320].

Claramente que não me preocupo neste lugar com *Caladuno, Araduca, Aradiva* e tantas outras cidades que alguns historiadores, sem provas que bastem e preencham os vácuos arqueológicos a contento dos estudiosos, tém feito corresponder à de Guimarães.

De tudo isto ressalta esta idéa: a existência de importantes povoações romanas em Taipas e Vizela, onde havia termas bastante conhecidas e procuradas, servidas por estrada própria.

Foi pela região vizelense que a tradição diz ter existido uma cidade muito antiga chamada *Suzana;* MARTINS SARMENTO diz que, pelo menos, ali se derramou um valioso povoado [321]. E não é de admirar, porquanto as suas águas eram conhecidas desde tempos muito anteriores aos Romanos e as mais cotadas do país, pelos séculos fora. Ao passo que o povo foi esquecendo as Caldas das Taipas — que ficaram ao abandono até ao século XVIII — as de Vizela continuaram a gozar de fama que justamente lhes é atribuída, quer no período imediatamente posterior aos Romanos e correspondente ao domínio bárbaro, quer no princípio da nacionalidade, como se pode ver nos insuspeitos documentos que guarda a Torre do Tombo, trazidos à luz pelo ABADE DE TÁGILDE [322].

Os primeiros vestígios das termas romanas foram notados nas freguesias de S. Miguel e S. João das Caldas, na segunda metade do século XVIII; o juiz MASCARENHAS NETO, que as vira a quando do desatêrro e continuou fazendo escavações ajudado por um rico proprietário, o Dr. RIBEIRO DE FREITAS, publicou então uma pequena memória sôbre elas (1792), que eu não pude con-

sultar. A êsse tempo, e mesmo antes, as águas eram levadas em pipas para Guimarães, Braga, Pôrto, etc. [323]; os banhos tomavam-se em piscinas, que não passavam de uns *charcos* descobertos; depois foram-se construíndo barracas, e mais tarde os balneários, sendo o último, aínda incompleto, já de grande merecimento.

Não posso, evidentemente, fazer o estudo das águas e a sua história mais moderna, pois tal emprêsa não cabe dentro dêste reduzido número de folhas; nem eu diria mais ou melhor do que o que está escrito por vários especialistas médicos [324]. Prendo-me apenas com a mais antiga história das Termas e isso mesmo brevemente.

Apareceram bastantes piscinas e fontes; aquelas tinham várias formas, desde a circular até à de meia-lua e octogonal. Diz-nos o Dr. PEREIRA CALDAS, que há muito perto de cem anos, os banhos e fontes conhecidos eram diversos: na *Lameira* os banhos do *Moreira,* do *Quarto crescente,* da *Lua-nova,* das *Quatro-cabeças, Contraforte,* da *Lua cheia,* da *Meia-lua,* da *Bomba branda, Grande,* da *Humanidade,* da *Bomba forte, Novo da bomba forte,* do *Provedor,* do *Sol* e da *Lameira,* além do *Tanque das pipas* e da *bica Lameira* (junto a esta, duas tinas romanas). No lugar do *Velmenso,* o banho do mesmo nome; no lugar do *Médico,* existiam a bica e o banho do *Médico* e outro aínda chamado da *Porta.* No lugar do *Mourisco* havia 3 banhos: um com essa mesma denominação, o banho *Segundo* ou *Baixo* e o *Novo* [325].

Segundo conta Frei CRISTÓVAM DOS REIS — que escrevia em 1779 — as águas estavam um tanto abandonadas, servindo-se delas a mór parte da gente em sua casa, para onde vinham nas mencionadas pipas; era conduzida a seis ou sete léguas de distância, sem arrefecer (!); mais diz o frade que o povo só aproveitava para o banho a dum grande tanque de «*quarenta palmos de comprido, trinta de largo, com affentos pela parte anterior*» [326].

As múltiplas nascentes estavam espalhadas pela região; num local, chamado da *Cascalheira,* jorrava uma delas, sendo curioso e importante notar-se que aí fôra descoberto um machado de pedra polida, como em outro ponto referi, o que reforça a idéa que se

tem sôbre o conhecimento e aproveitamento dessas águas pelos povos prè-romanos.

As piscinas e demais repartimentos das termas antigas denotam uma certa riqueza, algumas forradas a mosáico — de que existem desenhos aguarelados do Prof. JOSÉ DE PINA — outras a tejolo; parece ter sido o granito o material usado para as construir [327].

A juntar a êstes achados, há certas inscrições notáveis que revelam, não só a sua existência ao tempo do domínio itálico, mas a consagração das Caldas a um famoso deus, de remota orígem: *Bormânico.* Das lápides que a êle se referem, encontradas nos locais dos banhos, diz o seguinte a de mais comprido texto:

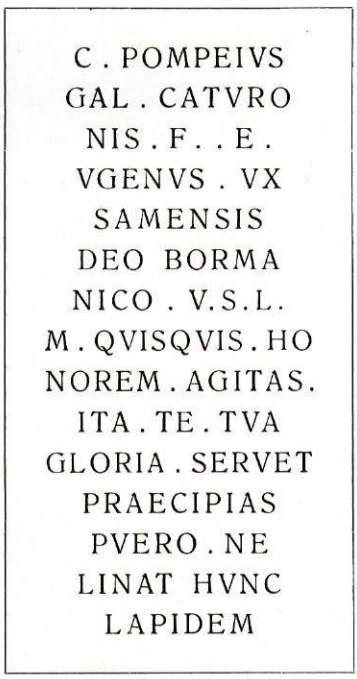


Fig. 28

ou:

G. Pompeius Gal*(eria)* Caturonis f*(ilius)* *(R)* e*(ct)* ugenus Uxamensis Deo Bormanico v*(otum)* l*(ibens)* m*(erito)*. Quisquis honorem agitas ita te tua gloria servet praecipias puero ne linat hunc lapidem.

Por aqui se vê que *C. Pompeu Rectugeno,* da tribu *Galeria* filho de *Caturo, Uxamense,* fez um voto ao deus *Bormânico,* pedindo que o garotio não a *profanasse* [328] (!)

A outra reza:

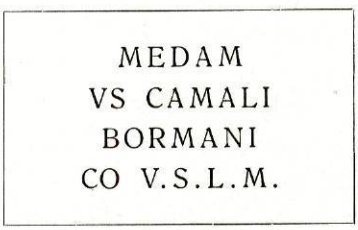


Fig. 29

ou:

Medamus Camali Bormanico v*(otum)* s*(olvit)* l*(ibens)* m*(erito)*.

É também um voto a *Bormânico* feito por *Medamo Camalo* [329].

Há três ou quatro séculos apareceu na Lameira uma outra inscrição, incompleta, gravada num bloco de granito com feitio de «*cimalha de portico*» — no dizer de PEREIRA CALDAS — que poderá significar uma dedicatória a qualquer divindade ou a determinado herói; é natural que servisse de padieira em qualquer porta do balneário romano, como imaginou o distinto arqueólogo e com êle MARTINS SARMENTO [330]. Aínda assim, tal se não pode afirmar. ¿A sê-lo, estaremos em presença do fundador de um dos balneários? Diz:

DEDICAVIT. T. FLAVIVS . ARCHELAVS . CLAV
DIANVS . LEG . AVG.

Fig. 30

ou:

Dedicou Tito Flávio Arquelau Claudiano, Legado Augustal [331].

Outra lápide, notabilíssima, que desleixadamente se perdeu, foi encontrada na *Casa do Sobrado* (S. Miguel das Caldas); a ela se referia MASCARENHAS NETO na citada memória; algumas páginas lhe consagrou o Prof. LEITE DE VASCONCELOS na sua obra «Religiões da Lusitânia» [332]. Segundo a leitura de HÜBNER, diz o seguinte a inscrição que ocupava as quatro faces do cipo em que foi gravada:

. . . *(Iunoni)* reginae, Minervae, Soli Lunae, diis omnipot *(entibus)*, Fortunae, Mercurio, Genio Iovis, Genio Martis, Aesculapio, Luci, Somno, Veneri Cupidini, Caelo, Castoribus, Cereri, Ge *(nio)* Victoriae, Genio meo, diis sedis perv . . .

Fig. 31

Não transcrevo outras palavras e sinais que nela apareceram, porquanto são ilegíveis, nada aumentando ao grande valor que tém as demais. Como se depreende, trata-se de um voto àque-

las divindades, evocadas em grande número; entre elas conta-se *Esculápio,* sendo o facto muito importante para a idéa que pode fazer-se sôbre a medicina do tempo entre as populações do concelho vimaranense. A ser aquela lápide, como penso, o voto de um enfermo que nas termas cobrara saúde, os deuses estarão ali como protectores das mesmas; alguns tém um certo poder salutífero; outros presidiam a determinadas funções orgânicas [333].

Como diz o Prof. LEITE DE VASCONCELOS, junto às Termas de Vizela existiu um santuário, talvez dedicado a *Bormânico,* arvorado em seu deus tutelar [334]. As lápides que apareceram reforçam esta hipótese; bem meditada a significação das mesmas, varrem-se quási tôdas as dúvidas, atentando no costume que havia entre os Romanos de santificar as águas medicinais, erigindo templos aos deuses que supunham protegê-las [335]. Onde e como fôsse o Santuário de Vizela é impossível saber-se.

Aquele Professor diz que os Lusitanos adoravam *Bormânico* como protector das águas vizelenses; os Romanos não derruíram o culto, antes o continuaram, pelo que se colhe das inscrições transcritas [336]. Portanto, desnecessário será dizer que o Balneário de Vizela foi um verdadeiro lugar de peregrinação; a afluência de gentes de tôdas as partes e de tôda a qualidade, entre os quais, ao certo, alguns médicos (se é que não existiam permanentemente nas próprias termas), teria influído muito na expansão dos conhecimentos médicos romanos por tôda a região vimaranense. Também não pecarei demasiado se conjecturar que no templo das termas de Vizela se praticava a medicina sôbrenatural, a par das prescrições das águas aos doentes que as demandavam.

No que respeita aos meios de comunicação com outras terras, já se falou de uma estrada que a ligaria às Taipas e Braga; uma lápide de Santa Eulália de Barrosas dá-nos o nome de um canteiro ou pisoeiro *Reburrinus, lapidarius,* o que parece indicar que êsse obreiro servira na construção de vias romanas, podendo o seu trabalho estar relacionado com a feitura daquela a que me estou referindo [337]. Devem ter existido por ali outras pedras com inscrições, indicadas na tradição popular, mas que MARTINS SARMENTO não viu [338]. Além de duas lápides funerárias aparecidas na falada *Casa do Sobrado* e em Santo Adrião de Vizela, há pelas freguesias de S. Miguel e S. João das Caldas

vestígios de cantaria lavrada, tejolos, sepulturas, etc., que provam —como disse o saüdoso arqueólogo—ter existido aí um povoado muito importante [339].

Tenho que referir-me às ruínas de um forno de aquecimento de águas ou banho de vapor *(hipocausto)*, por êle descoberto na freguesia de S. Vicente de Oleiros e de que dou a planta, decalcada sôbre a que o grande vimaranense levantou (Fig. 32);

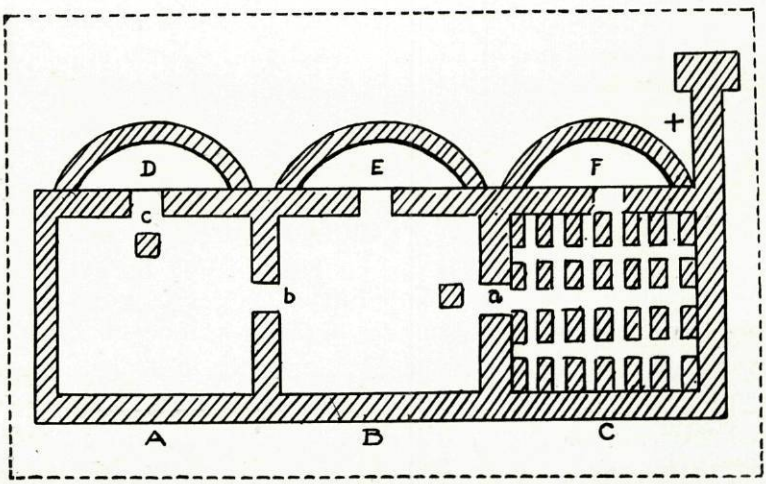


Fig. 32

Hippocaustum de S. Vicente de Oleiros — Guimarães

A, B, C, D, E, F—Câmaras de aquecimento.
a, b, c—Portas de comunicação muito baixas, medindo 0,80 e 0,90.
+ —Local onde se encontrou cinza e carvão.
Na câmara *C* os retângulos indicam pilastras que sustentariam qualquer pavimento.
Linha pontuada—Área da escavação.
Deviam existir mais câmaras. A construção era consideràvelmente maior, pela sondágem feita por M. Sarmento.

a sua descrição vai em resumo na respectiva legenda [340]; pertenceu, presumìvelmente, à *villa* ou *palatium* de algum potentado romano, que não se furtava a despesas para obter tôdas as comodidades.

Vou tentar reduzir a poucas páginas tudo o que aínda me ficou por dizer respeitante às religiões da população de Guimarães sob o domínio romano e a sua possível influência na Medi-

cina de então. Como disse, apareceu em Sabroso uma cabeça de porco talvez relacionada com o culto dos mortos e com práticas sôbrenaturais de curandeirismo; aínda hoje servem à medicina popular muitos outros animais [341]. Na Citânia, a mencionada escultura feminina representaria uma deusa à qual já recorreriam os enfermos devotos, adorando-a como divindade curandeira. Devo dizer que isto não passa de uma inocente fantasia, aliàs baseada em comparações com provados usos religiosos. Mas tudo irá por terra se fôr dada outra significação, à figureta, por alguém mais categorizado, absolutamente estranha à qualidade que lhe atribuí, um pouco arrastado por idêntica presunção que sôbre ela teve MARTINS SARMENTO [342].

Se a significação das espirais, triscelos e derivados, etc., revela o culto solar, a devoção pelo astro do fogo devia ser profunda. A pedra esculpida que representei na Fig. 26, 5, parece responder um pouco e esta interrogação, pois julgo ver nessa escultura uma espécie de ídolo, que estaria encimando algum pedestal ou encravado em qualquer parede ou cabeceira de fonte. ¿Uma cabeça de pedra, com aparência humana, encontrada em Santa Iria por MARTINS SARMENTO, representará outro deus? Chamava-lhe o povo a cabeça de Santa Iria; se essa tradição tém algum fundamento não é possível saber-se [343].

Outra curiosa escultura citaniense pode representar um acto realista de lascívia entre dois indivíduos de sexo diferente ou uma scena de perseguição de uma mulher por um homem, que parece bater-lhe com um cacete de razoáveis dimensões; contudo a primeira significação será mais plausível, relacionando-a com o culto fálico. Existem restos dêsse culto na actual população vimaranense, segundo julgo, na interessante festa de Santa Luzia, a dentro da Cidade; caracteriza essa pequena romaria a venda de sardões e pequenas aves de massa coberta de açúcar: os rapazes oferecem às raparigas os *sardões* e estas àqueles as *passarinhas,* como lhes chamam. A malícia é evidente! Noutros pontos do país — v. g. Amarante — há costumes análogos a êste, com a mesma orígem.

Apareceram pelo concelho outras inscrições relativas a divindades romanas; dentro do recinto da própria cidade, duas lápides dedicadas às *Ninfas* e a *Hercules* (?); a que se refere às

Ninfas foi encontrada não muito distante do môrro do Castelo, onde, com certeza, assentou um povoado romano, o que se depreende dos restos de telha e cerâmica que por lá tém sido encontrados e que dão consistência à opinião de que Guimarães, anteriormente a MUMADONA, não fôra completamente deserta, antes em sua área assentara, em tempos muito anteriores, qualquer população de que não conhecemos o nome, nem constituição, nem orígem [344]; foi descoberta outra inscrição referente a *Ninfas* (Lupianas) na freguesia de Tàgilde [345]; uma outra, da Citânia de Briteiros, diz o Prof. LEITE DE VASCONCELOS [346] ser indecifrável; por isso a deixo em interrogativa, tanto mais que afirmei atrás não ter aparecido naquela estância arqueológica nenhuma lápide consagrada a divindades romanas; PEREIRA CALDAS [347], no entanto, leu nela o nome de *Abelion,* um deus dos rebanhos. Pela forçada interpretação que lhe deu e pela crítica do Prof. LEITE DE VASCONCELOS, inclino-me também a crê-la indecifrável. Dedicado a *Durbedicus* descobriu-se um letreiro em Ronfe; outra inscrição encontrada na Citânia, poderá referir-se aos *deuses lares,* mas é tam curta e lacónica que a sua significação deve ficar em suspenso. Ao *Génio laquiniesi,* apareceu uma lápide em Vizela; outra a *Júpiter* em S. Faustino de Vizela; duas em Serzedelo a *Corono* e a *Júpiter* [348]. Outras lápides com inscrições mutiladas e de significação duvidosa ou impossível de descobrir, apareceram em S. Miguel de Creixomil, S. Miguel das Caldas, Vila-Fria (?), Citânia de Briteiros, S. Cláudio do Barco (num penedo) e S. Cristóvam da Abação. O Prof. LEITE DE VASCONCELOS considera *Durbedicus* e *Coronus* como deuses dos *Gróvios* [349]; o primeiro seria prè-céltico, o segundo de etimologia obscura. É mais uma prova da existência daquele ramo dos *Bracari* no concelho de Guimarães. De mais lápides, vulgarmente referidas pelo povo como *pedras com letras* e que se podem imaginar romanas, MARTINS SARMENTO recolheu a tradição de terem existido ou sido vistas em Vizela, S. Martinho de Sande e Airão [350].

Parece-me que fica assim bem demonstrada a extensão da civilização romana por todo o concelho de Guimarães e a abundante população do mesmo. Quanto aos usos médicos dêsses habitantes lusò-romanos, é fácil imaginar os que não

deixaram prova da sua existência; o que verdadeiramente se conhece é a grande dose de sôbrenatural que os acompanharia, podendo dizer-se que grande parte da medicina do concelho, em tempo dos Romanos, foi um fácil curandeirismo religioso, documentado pelo aparecimento das lápides em Vizela e outros achados arqueológicos já referidos.

Passamos agora ao tempo da **Invasão dos Bárbaros** (século v da E. C.) sôbre a qual nada há que dizer-se respeitante ao seu domínio na região vimaranense.

É por demais sabida a divisão dos povos bárbaros que vieram à Península, desejando apenas fixar o poderio dos *Suevos* e *Vândalos* na *Galiza* ou *Callaecia* e o dos *Alanos* na *Lusitânia* e *Cartaginense.* Que conheça, o concelho de Guimarães não revelou até hoje indícios da dominação bárbara. É de crer que a população, civilizadamente romana, se não subordinasse de pronto e completamente aos costumes dos invasores, menos civilizados que ela. «*A ocupação não foi plena, nem sequer nas províncias preferidas pelos invasores*», diz FORTUNATO DE ALMEIDA [351].

Poderemos destacar de tôda a história bárbara a existência dos suevos em *Bracara,* que foi côrte dos seus reis; no século VI dá-se a incorporação daquele nos estados visigóticos, levada a cabo por LEOVIGILDO. De resto, como diz o distinto historiador, «*a monarquia dos suevos também não representou papel digno de registo na história da civilisação peninsular*» [352]. Ao tempo destas invasões e dêstes domínios avançava o Cristianismo; à nova religião ràpidamente se converteram os invasores, incluíndo os próprios monarcas, como RECÁREDO, transformando-se assim o arianismo bárbaro em catolicismo mais ou menos puro.

Entrementes, a Península não vivia tranqüila. Incompletamente dominadores, os Bárbaros levaram os povos hispanò-romanos a guerreá-los tenazmente. A monarquia visigótica reinou até 710, data da invasão árabe, em grande parte originada pelas próprias incompatibilidades entre os visigodos. Como bem diz ALBERTO SAMPAIO «*os suevos e visigodos, apoderando-se dum paiz romanizado, não destruiram os costumes, nem alteraram o*

regime e limite das propriedades [353]». Há no país, entretanto, muitas provas indiscutíveis do domínio visigótico, e que não específico, para ser breve (moedas, monumentos, inscrições, etc.) [354].

Disto se depreende que, no respeitante à Medicina, nada teriam adiantado com êles os vencidos, dizendo o Prof. L. DE VASCONCELOS que ela foi «*supersticiosa, isto é, popular, como existe em todos os tempos*» [355]. Só no Código Visigótico, livro XI e Título 1.º, se colhe vária legislação sôbre a profissão médica; não a repito, por desnecessária, e por já estar bem transcrita e comentada pelo Dr. J. M. SOARES [356].

Não devo demorar-me com a existência dos Bárbaros em nossas terras, porquanto nada poderei dizer sôbre a sua influência no concelho de Guimarães; a não ser que, por extensão, se vejam entre a população vimaranense dêsse tempo os usos e costumes da côrte sueva de Braga; mas tudo é hipotético. A nota mais valiosa a apontar-se é, por certo, a influência das idéas cristãs na medicina peninsular. O cristianismo progredia admiràvelmente, tendo-se realizado 17 concílios nacionais desde a profissão de fé de RECÁREDO [357]. Estas assembleias, onde se discutiam e assentavam leis eclesiásticas e civis, influíram muitíssimo nos costumes do povo; e a medicina, já combalida por práticas religiosas vindas de há muitos séculos, menos científica se iria tornando desde que começou a ser exercida pelos eclesiásticos, ao tempo de inegável supremacia sôbre tôdas as classes; e assim continuaria pelos séculos fora, até ao fim da *Idade-Média,* a feição eclesiástica da nossa medicina [358].

Ao entrar na época da nossa história — a **Invasão dos Árabes** — sou a modos de um peregrino que, calcurriadas muitas centenas de léguas, sedento e ofegante chega às arribas da montanha onde no cimo alveja o casario derramado de uma grande e opulenta cidade, que fica aínda muito longe do lugar para onde vai; passando o limiar duma das suas portas, o romeiro deseja vê-la tôda, corrê-la palmo a palmo, prescrutar-lhe os meandros, entrar em todos os seus monumentos; mas limita-se a atravessá-la de-lés-a-lés, olhando à pressa para tudo o que o cerca, até alcançar o ponto de saída, na ânsia de breve descer a escarpa

do outro lado e seguir caminho até ao longínquo lugar santo que procura.

Tal me acontece neste momento; após a jornada feita pelo caminho coalhado de tantos séculos de civilizações diversas, almejaria dizer muito sôbre o que me oferece a invasão e o domínio islamita. Porém, vejo tam longe aínda o remate da tarefa! O ser demasiado breve apoquenta-me, mas tenho que sê-lo pela fôrça insuperável das circunstâncias.

Sob o domínio árabe esteve Portugal para cima de cinco séculos (711-1249), ao passo que a Espanha o sofreu durante cêrca de oitocentos anos (711-1491) [359]. Não pode negar-se àquele povo a influência que teve sôbre usos e costumes peninsulares. Basta lerem-se, no que respeita a Portugal, as eternas páginas de HERCULANO [360] e as do Prof. DAVID LOPES [361].

O que pròpriamente nos interessa, deixando de falar em legislação, arquitectura, etc., como documentário dessa influência, é a sua medicina e outras sciências auxiliares. Quanto à filosofia, que sempre acompanhou aquela, repito as palavras do distinto arabista, que tam bem condensam o seu juízo: «*A filosofia árabe procede da grega e por sua vez actuou na filosofia escolástica; e essa acção havemos de ver que se exerceu através da Hispânia; como foi por ela tambem que a sciência árabe foi revelada à Europa na Idade-Média*» [362]. Sôbre a sua medicina, afirma DIEPGEN que os árabes a vão colhendo dos gregos desde o século VIII, dando-se à faina da tradução dos textos médicos helenos; êsse afanoso trabalho compara-o êste historiador ao «*Renacimiento en los pueblos occidentales*» [363]; nêle se notabilizaram médicos árabes como: JUAN MESUE (777-857), JOHANNITIUS (809-873), e principalmente RHAZES (850-923) e IBN-SINA (980-1037).

Contudo, a medicina árabe conhece-se pouco; mas a ela se deve a tradição da medicina helena e a conservação das doutrinas de GALENO que sustentou e fez aceitar pelo mundo até ao agonizar da Idade-Média. Não resisto a transcrever sôbre êste assunto as palavras de MEUNIER: «*Les derniers représentants de la médecine grecque s'agenouillent devant Galien, comme devant une idole; les médecins arabes qui vont venir maintenant vont reprendre l'œuvre de Galien, la déformer un*

peu en l'amplifiant encore et augmenter l'admiration aveugle des générations qui vont suivre pour le médecin de Pergame. Il ne faudra moins que le rationalisme de Bacon pour dissiper ce mirage et réagir contre cette idolatrie» [364].

A par dos árabes, os judeus elevaram-se bastante acima do nível vulgar de cultura médica. Aínda que um pouco entusiasmado, MOREJON põe os médicos hebreus no seu devido lugar; entre êles cedo aparecem, pelo século VII, alguns já notáveis, como MASERJA-WAHIUS [365]. O Prof. DAVID LOPES também é justo para com os judeus, realçando o seu notável papel na cultura islámica da Península [366].

Da medicina que a população do território que mais tarde constituiu Portugal colheria duns e doutros, nada mais terei de acrescentar ao já mencionado pelo Prof. MAXIMIANO LEMOS nas preciosas páginas da sua obra tam valiosa [367]. A influência árabe e hebráica vai-se notando pelos séculos fora, até mesmo depois do nosso renascimento, na sciência médica, nos livros e no próprio ensino.

À invasão árabe reagem com ardor visigodos e hispanos. As lutas da reconquista absorvem a política peninsular, nelas figurando notáveis guerreiros como PELÁGIO, ORDONHO I, AFONSO III, etc., até FERNANDO MAGNO e AFONSO VI; ao tempo da morte dêste, em 1109, os árabes tinham perdido muito terreno, ficando mais sossegadas as monarquias cristãs do norte de Espanha. Não podendo falar, por falta de tempo, nos sucessos, aliás tam sabidos, da constituíção do território portucalense e criação do respectivo condado, entrarei pròpriamente na história de Guimarães que, repito, pode considerar-se começada no século X, sendo um burgo de reduzidas dimensões e desconhecida importância ao tempo do comêço do govêrno do Conde D. HENRIQUE, no fim do século XI. Para se aquilatar da história vimaranense dêste período leia-se a completa lição do Prof. JOÃO DE MEIRA na sua Dissertação Inaugural [368].

Nada terei a dizer da influência árabe no concelho de Guimarães, pois os achados arqueológicos fazem falta. Àparte a tradição de mouras e mouros encantados e outras lendas que com êles se relacionam, um ou outro nome de lugares de orígem árabe e a última descoberta de uma moeda do século VIII (721)

que estudei e sôbre a qual já em outro lugar escrevi algumas palavras, nada mais aponto [369]. A passagem da onda sarracena por terras de Guimarães e seu possível, ainda que instável, estacionamento, são muito prováveis, como disse nêsse trabalho. À falta de provas, não me demoro nêste ponto; desejo em seguida passar ao que conhecemos da medicina vimaranense nos princípios da nacionalidade.

É tempo de dizer que deve separar-se tôda a história médica do burgo de *Vimaranes* em 3 períodos:

I—Desde tempos remotos até à fundação do Mosteiro de *Vimaranes* pela Condessa MUMADONA (séc. X).

II—Do século X à criação da Confraria da Misericórdia (séc. XVI).

III—Do século XVI até meados do século XIX, pondo o remate dêste estudo no ano de 1850.

De todos êstes períodos, o primeiro é o menos baseado em provas; considero-o uma introdução ou apanhado de idéas gerais sôbre as civilizações mais remotas e respectivos conhecimentos, em maior ou menor relação com a medicina. Pecará por prolixo; outros o darão por desnecessário. Satisfaz-me a consciência o pensar que tentei arrolar os conhecimentos, em parte de muita ensombrada documentação, que o homem ía colhendo ao passo que se civilizava. Para avaliar o progresso intelectual da humanidade, tem o cronista de lhe traçar o ambiente, para que nêle se colham as razões dêsse mesmo progresso. Isto fiz; bem sei que mal e apoucadamente, mas para mais não dava meu reduzido engenho!

*

Chegamos agora ao tempo em que os documentos escritos iluminam com maior claridade a história vimaranense. São escassos os referentes aos primeiros séculos da monarquia; no entanto, por êles algo se pode dizer sôbre a medicina do burgo no alvorecer da nacionalidade.

Nascida Guimarães em plena Idade-Média, a vida dos seus burgueses, os seus usos e costumes, estavam naturalmente moldados pelos de tôda a parte. Repetindo o que em outro trabalho escrevi,

> «foi na *quintana de Vimaranes,* com seus ressaibos de vila romana, que uma condessa viuva e muito cristã, MUMADONA, aia e tia de RAMIRO II de Leão, fundou um mosteiro dedicado ao Salvador e à Virgem, que mais tarde passou a Colegiada (séc. XII); acontecia isto por meados do século X. Em volta do eremitério, cujos restos se vêem, aqui e ali, na igreja de N.ª Senhora da Oliveira, sôbre êle edificada, emerge o infalível casario. Hordas invasoras atacam o convento *duplex,* o que obriga a fundadora a construir, no sobranceiro *Monte Latito,* um pequeno castelo de defesa. É nêsse morro que hoje se vê o famoso Castelo de Guimarães, que os nossos primeiros Reis ergueram sôbre as ruínas daquêle. Em roda do Castelo, irrompe outro agregado humano. Dêste modo nascidas, as duas vilas existiam separadas, picando-se de vez em quando com mútuas querelas, arrufadas e irrequietas em seus pergaminhos, em seu valor, e em seus régios dons. O Rei de Boa-Memória obriga-as ao ósculo da paz, emenda-lhes as regalias, congraça as partes. Já então um cinto único de muralhas e tôrres as obrigava a juntar-se» [370].

Assim nasceu Guimarães. Pode afirmar-se que o burgo conheceu dois núcleos de orígem: o morro do Castelo e a *quintana de Vimaranes,* cá mais abaixo, na planura. Êsses dois agregados urbanos, repito, não eram amigos, contudo o povoado constituído pelas duas *vilas* apresenta-se trabalhador e activo. A população, sacrificada e humilde, sob o domínio de potentados que nada faziam, teria de arrancar da terra-mãe o bastante para alimento das mesas e recheio das uchas senhoriais; os artí-

fices, aparecidos muito cedo em Guimarães, labutavam, um pouco independentes, nas suas barulhentas oficinas.

Mas as pessoas principais da vila eram sem dúvida os eclesiásticos. E não admira: a povoação nascera de um mosteiro; os canteiros e demais artistas que o ergueram, cedo se amoldaram ao govêrno dos monges seus habitantes; os que depois vieram aumentar a população sujeitar-se-iam, inconsciente e infalìvelmente, ao domínio religioso. O mosteiro de Santa Maria tornara-se uma espécie de palácio de rei onde habitavam um poderoso monarca — o Abade e depois o D. Prior — e a sua côrte — as freiras e os frades! A multidão obedecia-lhes sem rancor, pelo menos na aparência; amimado pelos Reis, o mosteiro, depois Colegiada, ganhava com a protecção real maior ascendência sôbre o povo.

Já rico de cabedais e fazendas — espalhadas por Galiza e Leão — em tempo da sua fundadora, o mosteiro de Guimarães era o núcleo de tôda a vida do burgo. A ilustração dos seus monges devia ter sido notável, se repararmos na letra do testamento de MUMADONA, datado do ano de 959, que diz existirem no mosteiro:

> «Uiginti libros ecclesiasticos. Amtiphonarios III.es Organum. Comitum. et manuale Ordinum. psalterios Duos. passionum et precum. Biblioteca. Moralium. regulas IIas Canonem. Vitas-patrum cum gerenticon. Apocalisin. Etimologiarum. Istoria ecclesiastes. Dedeca psalmorum uirorum illustrorum. et sub una cortex regula beati pacomii. passionarii Ambrosii. Benedicti. Isidori. et Fructuosi. et regula puellarum et alium libellum quod continet id est regulas Benedicti. Isidori et Fructuosi. liber dialogorum. Institutionum beati effrem. Libello quod continet uita beati martini episcopi. et uirginitati beate marie uirgines. trayno...» [371].

A apreciação da livraria do mosteiro de Guimarães está feita por quem de autoridade na magnífica «História da Literatura Portuguesa Ilustrada»; aí se lêem estas palavras do Prof. JOAQUIM DE CARVALHO, a ela referentes: «*e temos por sem dúvida que os 20 códices de Mumadona, a mais antiga livraria de Portugal, legados em 959 ao convento de Guimarães, constituiam o fundo livresco da Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira*» [372]. A esta apreciação devo juntar a da saüdosa e ilustre Professora D. CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELOS, rela-

tiva à cultura artística do meio vimaranense: «*Guimarães seria o primeiro centro d'arte*», dizia no «Cancioneiro d'Ajuda», a respeito das cantigas de AFONSO X, o sábio, — avô do Rei-poeta D. DENÍS — nas quais encontrou provas para aquela afirmativa [373].

O burgo vimaranense foi, portanto, ao principiar da monarquia, um meio de relativa cultura; e, como se verá, a assistência pública era muito desenvolvida, tanto quanto podia sê-lo nesses tempos.

O que fôsse *Vimaranes* nos primeiros séculos, é fácil de imaginar-se; como quási tôdas as povoações importantes da *Idade-Média,* a vila era de recinto acanhado, ruas sem calcetamento, apertadas e tortuosas, cercadas por um cinto de fortes muralhas. As habitações, de reduzido âmbito, mal arejadas, seriam como as do século XV, bem descritas pelo Prof. JOÃO DE MEIRA, podendo nós compará-las a tôdas as construções medievais conhecidas [374].

Pode calcular-se o que seria a higiene; de resto, a água não existia a rodos, antes custava a extraí-la dos poços, que as fontes eram raras, principalmente na vila do Castelo [375]. Algumas dessas fontes medievais ficaram memoradas em documentos, como a do Abade, a da Praça da Oliveira, o Chafariz de Trás-do-Castelo, a do Banhadoiro, etc. [376]. A água era má, dum modo geral, pelo que se lê do relatório elaborado em 1894 por PAUL CHOFFAT, sôbre a de algumas fontes já existentes há centos de anos. Dizia êle então: «*Numa cidade tão antiga como Guimarães cujos despejos são colhidos em fossas pela maior parte não cimentadas, pode affirmar-se que o terreno forma desde seculos um reservatorio de microbios que vae crescendo com a população, e que esta ultima os ingere com a agua e com os alimentos*» [377]. Só no século XVI as águas começam a ser captadas na serra da Penha, levando a canalização muitos anos a construir.

Mas, tornando à vila, vejamos como era constituída a sua sociedade antes de D. HENRIQUE lhe dar foral, em 1096; não passaria de um amontoado de cabanas ou barracões em redor do mosteiro, onde viviam os artistas que o ergueram e um ou outro lavrador dos casais de MUMADONA. Cem anos depois da fundação do Convento o povoado começara a crescer; para tal contribuïria a vinda do Conde D. HENRIQUE com a sua côrte. Êste

facto é de indubitável interêsse para o progresso da vila. O povo olharia com espanto e terror a soldadesca espalhar-se por ela; os Senhores da companha do Conde apoderaram-se, com sua permissão, de algumas terras para nelas construirem suas moradas; aos cavaleiros franceses deu D. HENRIQUE certas regalias, chegando aqueles a ter igreja própria, conhecida desde 1191 [378]. Enfim, um facto de ordem guerreira veio continuar o efeito de um episódio religioso.

A vila de cima, por possuir o Castelo e ser ponto mais estratégico, foi escolhida para residência condal, e, portanto, do séquito e principais autoridades de D. HENRIQUE; a pequena igreja de S. Miguel, servia os seus fieis [379]. Assim vemos nós, ao tempo do Conde-Governador, duas vilas de carácter absolutamente oposto: aquela no môrro *Latito,* arrogantemente militar; a de *Vimaranes,* aninhada ao pé do mosteiro e igreja do Salvador e da Virgem, essencialmente religiosa e obreira. As duas vilas chegaram a ser independentes. A população de ambas, bem heterogénea, era uma curiosa mescla de monges, monjas, artífices, fidalgos, soldados e lavradores, e de alguns estrangeiros, principalmente franceses e judeus. Mais tarde veremos que êstes últimos foram em número razoável, chegando a possuír bairro e sinagoga, já inexistentes ao abrir do século XVI [380]. Aceitando os cálculos do Prof. MEIRA, havia nas duas vilas 2.500 habitantes no século XIII, 4.500 no século XV e 6.300 no século XVI [381].

As indústrias estavam florescentes quinhentos anos depois da fundação de Guimarães, provindo algumas desde muito longe, como a dos cortumes e, por certo, a da cutilaria [382]. O comércio desenvolvia-se; a gricultura era notável, a-pesar-de haver épocas em que decaía sensìvelmente.

Vivia o povo para o trabalho e para a igreja, repartindo a existência entre o labor e o culto, devoto como sempre fôra e seria no decorrer dos tempos. Pelo século XII tinha Deus em Guimarães as seguintes igrejas: do mosteiro de MUMADONA, já Colegiada, de S. Miguel do Castelo, de S. Tiago da Praça e de S. Páio, àparte talvez uma pequena capela, denominada do Serviço, já derruída imbecìlmente, porquanto constituia uma relíquia românica, aínda que modesta [383].

Para aumentar as crenças religiosas dos habitantes de Guimarães, outros factos especiais contribuiram, devendo dizer desde já que a assistência aos seus doentes nasceu da caridade cristã; entre êles aponto a construção de outros mosteiros no território vimaranense, posteriores ao de MUMADONA, tais os de Souto, S. Torcato, Serzedelo, Sande, Costa e os conventos de S. Francisco e S. Domingos; em muitos pontos, sédes de freguesias, elevam-se as igrejas rurais, grande parte construídas sôbre as ruínas de antigos *castros;* aínda hoje se encontram vestígios românicos em muitas delas [384].

À renovação monástica do século XIII, adiciono como razões de progressiva crendice da grei vimaranense, o próprio espírito religioso de D. HENRIQUE, que no burgo viveu algum tempo; sabe-se como peregrinou pela Terra-Santa (1103) e S. Tiago de Compostela (1097 a 1098) e também estão provados o seu parentesco e amisade com o Abade de Cluny, mosteiro donde irradiou para tôda a parte o ardor da fé cristã e das edificações românicas [385].

Contudo, nem só rezava e trabalhava, na oficina ou no campo, o povo de Guimarães; quando a vila era ameaçada pelos inimigos, o burguês largava a ferramenta para pegar nas armas; e não poucos serviços prestou aos nossos primeiros Reis [386].

Da sua permanência na vila nasceram modificações nos costumes de tam humilde sociedade. Mas, se de tal facto colhiam algumas comodidades e elementos de progresso ou civilização, muita vez se encontrou a arraia miúda a braços com a miséria, tais os sacrifícios que lhes pediam os reis quando dela necessitavam [387]; e o povo vimaranense tinha forçosamente de acudir às petições reais, em paga da protecção que os monarcas lhe dispensavam, e das muitas regalias distribuídas. Além disso, as revoluções políticas perturbavam freqüentemente aquela paz burguesa: o cêrco de Guimarães por AFONSO VII, a arrogante atitude do Arcebispo de Braga D. ESTÊVAM SOARES (1219), as cubiçosas investidas de AFONSO SANCHES (1222), a revolta do Infante AFONSO contra seu Pai D. DENÍS (1322), o cêrco de HENRIQUE de Trastâmara, etc., etc. [388] Eis, em curta revista, o que era Guimarães nos primeiros tempos da nacionalidade.

Vejamos agora tudo o que da sua história se pode colher

para a reconstituïção da vida médica do burgo. Como se sabe, a cultura era quási um exclusivo da classe eclesiástica; o ensino fazia-se nos mosteiros, armando-se em Mestres os sapientes frades. Diz MAXIMIANO LEMOS:

> «A instituição do seminario de D. Paterno, e mais tarde a do Mosteiro de Santa Cruz, onde só recebiam instrução individuos que se destinavam á carreira sacerdotal, mais reforçam a affirmação de que só nelles residia o conhecimento das sciências e mais particularmente da medicina.
>
> «... Esta influencia do clero na instrucção nacional torna-se bem evidente n'este primeiro periodo da nossa historia de medicina. A creação da Universidade foi devida especialmente aos esforços do clero portuguez. A organisação d'este estabelecimento e a sua feição caracteristica eram, como veremos, profundamente eclesiasticas. Este exercicio da medicina pelo clero não é facto peculiar apenas ao nosso paiz» [389].

É curioso notar-se que uma das maiores dignidades da Igreja que acorreu ao concílio de Montemór-o-Velho, onde se tratou da criação dos Estudos-gerais, foi D. PÁIO DOMINGUES, Prior da Colegiada de Guimarães, ligando por esta forma o nome dêste afamado estabelecimento religioso à fundação da primeira Universidade portuguesa [390].

No entanto, a demasiada influência religiosa no ensino das Universidades foi notada e criticada pelo próprio Papa, que em 1254 dera ordens no sentido de a moderar [391]. Mas de pouco valeu; a medicina, de feição já em grande parte sôbrenatural, passa a tornar-se quási que litúrgica, dando-se a práticas ligadas ao culto das relíquias dos Santos, aos túmulos e fontes Santas, a rezas complicadas e extraordinárias. A par do geito galenò-árabe da medicina do tempo, havia a alquimia, a astrologia, os encantamentos, os amuletos, a uroscopia, as tisanas inconcebíveis, etc. Assim, levavam-se os enfermos aos templos cristãos para cobrarem saúde, tal como na antiguidade aos santuários de *Esculápio,* conta DIEPGEN [392].

Porque os monges e cónegos regulares faziam a medicina em larga escala, colhendo nela extraordinários proventos, foi condenado tal facto no concílio de Reims, sôb o pontificado de INOCÊNCIO II (1131). Outros concílios combatem o ganancioso

procedimento dos eclesiasticos: Latrão (1139), Montpellier (1162) e Tours (1163), chegando os Pontífices a publicar decretais sôbre o mesmo assunto (HONÓRIO III e GREGÓRIO IX) [393]. Freqüentemente as próprias freiras eram médicas, mais por caridade, parece, que por desejo de auferirem compensadoras côngruas [394]. A medicina estava quási exclusivamente em mãos de cónegos e monges, em especial do Cabido de Coimbra e Mosteiro de Santa Cruz, entre os quais havia uma certa rivalidade [395]. Lia-se a medicina nessas casas de Deus, a par da Gramática, da Lógica e outras disciplinas. Assim foi o ensino até à fundação da Universidade, onde, no seu início, se professava com pouca regularidade e elevação. A carreira médica foi abraçada por altos dignitários eclesiásticos, alguns dos quais pertenceram ao Cabido da Colegiada de Guimarães, tal PEDRO JULIÃO ou PEDRO HISPANO. A par dos médicos-eclesiásticos existiam os laicos, que no princípio da monarquia não passariam de autênticos charlatães-barbeiros [396]. Portugal, além de PEDRO JULIÃO, deu ao mundo uma outra notabilidade médica que se chamou VALESCO de Taranto, formado em 1387 na Escola de Montpellier. Estas duas figuras absorvem a glória duma época, tam alto subiram em talento e fama [397]. Pena tenho não poder falar com mais largueza de PEDRO HISPANO (Fig. 33); algumas notas recolhi sôbre a sua biografia que anda muito crivada de mentiras e êrros, tanto por nacionais, como por estrangeiros. Contento-me em dar uma diminuta notícia respeitante à sua passagem pela cadeira prioral da Colegiada de Guimarães, que ocupou durante poucos anos. Reservarei, para quando o tempo mo permitir, um estudo mais completo sôbre a vida e obra do admirável autor das «Summulæ Logicales» e «Thesaurus pauperum».



Fig. 33

(Ext. da obra de Castiglioni «Istoria della medicina»).

Respeitante à hospitalização dos doentes nos primeiros sécu-

los da nacionalidade, vemo-la regularmente desenvolvida, fazendo-se de um modo muito primitivo em albergarias, gafarias e hospitais, pobres e de reduzido movimento. Quam longe estamos, a-pesar-do avanço de alguns séculos, dos hospitais militares romanos e das casas de saúde dos templos de *Esculápio,* alguns tam grandiosos [398]! Mas há desculpas para êsse atrazo; se para a construção e manutenção dêstes últimos concorriam, respectivamente, as bolsas dos Imperadores de Roma ou as dos milhares e milhares de enfermos que voluntàriamente acorriam aos santuários a implorar a protecção do deus, por intermédio dos sacerdotes, os hospitais civis da Idade-Média — pelo menos os portugueses — viviam, quer raramente à custa dos municípios, quer a expensas de bemfeitores, geralmente fervorosos cristãos, que em seus testamentos deixavam qualquer esmola, pequena ou grande, para a sustentação dos mesmos. Em Guimarães assim acontecia. A assistência pública no burgo, pode dizer-se afoitamente, estava tôda sob o divino manto da misericórdia cristã. Os hospitais, pobres e reduzidos, viviam de esmolas. Da assistência médica hospitalar nenhuma indicação nos ficou para inferirmos qualquer ensinamento; mas aos pobres enfermos, gemendo nos leitos sem confôrto e sem limpeza, não faltava a palavra de Deus, consoladoramente levada pelos frades de S. Francisco e S. Domingos, e por um ou outro desconhecido filantropo.

O papel dos frades menores nos hospitais de Guimarães foi notável; a êles se deve o que de bom pôde haver naquelas pobres casas. Não posso, infelizmente, repetir o já revelado noutra ocasião a propósito do valor dos Franciscanos e Dominicanos nos hospitais medievos de Guimarães; mas transcrevo as palavras de conclusão dêsse trabalho:

> «Guimarães foi, indubitàvelmente, não só uma povoação muitíssimo cristã, mas também, por isso mesmo, largamente acolhedora de tôdas as instituïções de beneficência, como Asilos e Hospitais. E se, ao cabo, não pode elevar-se a sua Medicina acima do nível comum, tampouco devemos deixar de reconhecer o velhíssimo burgo de Vimaranes como um dos meios melhor organizados no que respeita a hospitais, aínda mesmo modernamente. E no passado, a assistência hospitalar muito deve às ordens religiosas, mòrmente às de S. Francisco e S. Domingos» [399].

Diz CHARLES SINGER, ao tratar da medicina na Idade-Média: «*Undoubtedly an important development of medieval Medicine is its hospital system . . .*» [400]

Já MAXIMIANO LEMOS, colocando as Cruzadas como factos históricos de extraordinário alcance para o progresso dos países com elas relacionados, aponta-as como factores do aumento da lepra e da introdução de outras doenças em Portugal; daí também o crescer espantoso do número de casas hospitalares para recolhimento dos doentes, cujo rol aumentava assustadoramente [401]. A seu tempo falarei sôbre a expansão da lepra e hospitalização dos gafos em casas próprias, nomeadas gafarias. O Prof. MAXIMIANO LEMOS diz terem sido as albergarias os primeiros hospitais portugueses; a meu ver e pelo que colhi nos documentos, Guimarães possuiu, desde muito cedo, a par das albergarias, alguns hospitais de leprosos, ou melhor, soturnas penitenciárias. Gafarias e albergarias nasceram ao mesmo tempo e tenho para mim ser impossível dizer-se, por enquanto, qual das duas instituïções é mais antiga.

Vejamos o que se conhece da hospitalização de doentes em Guimarães na infância da nacionalidade. Viu-se ter sido o mosteiro de MUMADONA o núcleo à roda do qual se mexia tôda a vida do nascente burgo. Rico e poderoso, ajoujado de regalias, o ascetério foi dúplice, até data indeterminável; segundo MEIRA, em 1111 não existiam nêle as freiras, estando o mosteiro já transformado em Colegiada. Contudo Frei JOAQUIM DE SANTA ROSA DE VITERBO refere-se a um Escambo datado do ano de 1132, pelo qual se vê estarem aínda nêle as religiosas [402]. Por 1223 era espaçosa a fábrica da mesma: adega, celeiro, capítulo, refeitório, dormitório, via sacra e casa da consciência. Nos séculos X e XI apresentava-se, sem dúvida, mais reduzido. A primeira albergaria que se pode apontar em Guimarães existiria junto do mosteiro (Fig. 34); não encontrei nos documentos, assim denominada, qualquer das suas dependências; mas certas passagens de pergaminhos, adiante transcritas, fazem adivinhar que o mosteiro recolhia os pobres, os peregrinos, as viúvas e orfãos, etc. Sabe-se que, anexos aos conventos de Santa Cruz de Coimbra, Rocamador, Alcobaça e S. Vicente de Lisboa, existiam modestas dependências hospitalares, assistidas pelos monges [403]. Os religiosos

proviam a tôdas as necessidades dos recolhidos, amparando-os na miséria, confortando-os nas doenças, curando-lhes as chagas do corpo e da alma. Não eram pròpriamente albergarias-hospitais, mas a elas se podem comparar.

No testamento de MUMADONA, datado de 959, lê-se:

«ordinauit mihi coram omnibus presentibus ut omne quanta pars hereditatis nostre licentiam distribuendi haberem in pauperibus et peregrinis uiduis et orphanis uel sanctorum ecclesiis» [404].



Fig. 34

Igreja e Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira (mosteiro de Mumadona, junto do qual existiu uma albergaria).

Uma doação ao mosteiro de Guimarães, feita por GONÇALO MENDO em 983, encerra esta cláusula:

«vel sororum, servorum Dei, vel Ancillarum degentes, et normam Patrum deducentes in fundo Vimaranes, ad ipsius concedimus loco, pro tegumento omnium fratrum, uel sororum, advene, et peregrini, egeni, et pauperem, qui sub manu Abbatis de Vimaranes fuerint, tam, hospitum, quamquam etiam omne genus hominum habeant inde victum

et vestitum; habeant inde consolationem, simulque et tolerationem, vel illis sint adtributa licentia, et perfecta sempiterna clementia, et nos ante deum merces copiosa, et remuneratio digna usque in sempiterna per secula. . .» [405]

Por isto se vê que o mosteiro de Guimarães — a mais antiga casa religiosa do burgo — teve junto de si uma albergaria onde se hospedavam os pobres, estrangeiros, peregrinos, etc., aos quais não faltariam os monges com os necessários socorros, mesmo em caso de moléstia; foi, portanto, um hospital rudimentar.

A *Carta de Villacoua in Cauto de Moreira,* com data de 961, contém a passagem seguinte:

«Illa alia villa concedimus nobis ab integro cum omne sua prestancia que in se obtinet quantum ad prestitum hominis est ad ipsum locum sanctum et ad fratrum uel ancillarum dei ibidem in uita sancta perseuerauerint ut sis eis subsidium seu refrigerium et elemosina pauperum etiam hospitum et peregrinorum et juratione confirmo per deum et eius gloria regnum quia contra hunc factum meum nunquam ero uenturam» [406].

De poucos anos depois, 1008, existe a *Karta de Morteira et de Osgildi,* na qual se lê:

«condecimus ad fratrum et sororum eatenus ut in uita mea sint mihi in meo stipendio et in uictum atque tegumentum ospitum peregrinorum uel pauperum et post obitum meum omnia uobis sit traditum uobis ab integro uobis concessum» [407].

Por fim, a *Karta de Osgildi et Candanoso,* ano de 1058, diz:

«post obitum meum abba de hoc cenobio uel qui census regule sancte fuerint domino seruientes pro luminaribus altariorum sanctorum saltim elemosinis pauperum susceptione peregrinis uel aduentantum hospitum sint concesse et post scimiterii sancti confirmate» [408].

São êstes insuspeitos excertos a prova de que nos séculos X e XI era grande a caridade em Guimarães, sendo muito protegidos os pobres e peregrinos hospedados no Mosteiro. Creio não ser preciso documentar mais a opinião daquele ascetério ter sido uma casa de amparo não só moral, mas também físico, para quem a demandava.

A par dessa albergaria, ou pouco depois, parece ter existido uma outra, já denominada Hospital no testamento de D. Afonso

HENRIQUES, do ano de 1179 [409]. Hospital Novo lhe chama o documento; isto obriga a pensar que havia um outro, por conseqüência Velho.

¿Seria êste a albergaria do Mosteiro, ou existiriam, absolutamente distintas, duas casas de assistência nos séculos XI e XII? Tal se não pode pôr a limpo, à falta de documentos; mas sou levado a crer que, além da albergaria do mosteiro, houvesse no burgo outro hospital; assim o reclamava o aumento da população, para cujos doentes não chegariam os aposentos conventuais. Ao testamento que confirma a existência do Hospital Novo se refere também VITERBO no seu «Elucidário», ao tratar das moedas chamadas *mozmodís:*

> «Moeda, que corria nos principios deste Reino, e parece que erão *meios maravidís,* ou *Maravidís Menores.* No Codicillo ou Manda d'El-Rei D. Afonso Henriquez, que se acha Orig. no Cabido de Viseu feita em Fevereiro de 1179, dispoem o Monarcha a beneficio da su'alma de 22$000 *Maravidís,* que tinha em Santa Cruz de Coimbra. Depois de varios legados aos Pobres, ao *Hospital novo de Guimarães,* ao do Porto, e Lisboa, a Mosteiros, Igrejas, e até 3$000 *maravidís á Ponte do Douro* (para se fazer ou conservar)...» [410].

Êste hospital deve ser o mesmo de que tratam documentos posteriores ao testamento do nosso primeiro Rei; nêles é geralmente denominado Hospital do Concelho. As mais antigas letras que o referem datam de 1223, tiradas do testamento de um certo D. NUNO, entre outras respeitantes a várias doações:

> «mando . . . duos marauitinos pro cena de sabato tres marauitinos pro missis de treginta diebus quator marauitinos Spitalli Vimar . . .» [411].

Noutro ponto do mesmo testamento diz o Abade PEDRO, que o escreveu por ordem do bemfeitor:

> «mando canonicis Vimaranensis pro meo anniuersario medietatem de quanta hereditate habeo in Varziellas, et medietatem Spitalli Vimar» [412];

Lê-se nas Inquirições de D. AFONSO II (1258), a propósito da freguesia de Santa Marinha da Costa:

> «et tenet illam Hospitale pauperum Interrogatus quare de ipsa alia medietate ipsius vinee non dant inde porcionem, dixit quod audivit dicere quod Dominus Rex dedit ipsam medietatem ipsius vinee pauperibus Hospitalis» [413].

Em meu entender trata-se de bens do Hospital dos Pobres ou do Concelho. Outro documento, de 10 de Setembro de 1288, termo de permuta de herdades entre o Cabido da Colegiada e os frades de S. Francisco, dá-nos notícias sôbre o mesmo hospital:

> «item damus eidem Capitulo almuniam cum casa sua que fuit hospitalis Concilij.» . . . «Item damus eidem Capitulo herdamentum quod excolit Vicencius iohannis. quod quidem herdamentum fuit hospitalis Concilij Vimaranensis . . .» [414].

¿Que significação teria êste nome *Hospital do Concelho?* Certamente tal classificação lhe adviria por ser sustentado pelo município, pois foi destinado a agasalho de pobres.

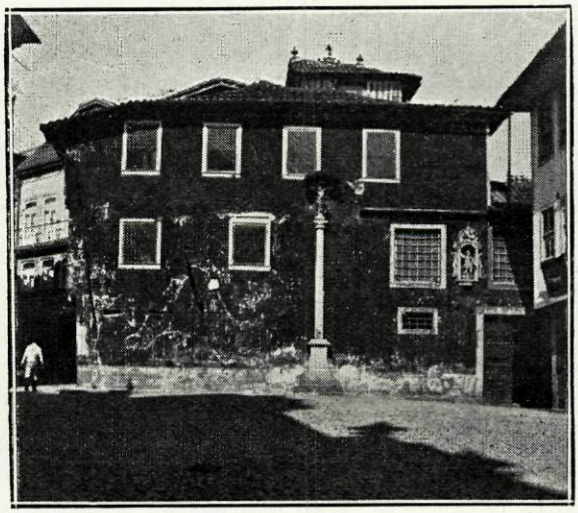


Fig. 35

Recolhimento do Anjo, onde esteve instalado o Hospital do Concelho, segundo alguns autores.

Tem havido dúvidas e insustentáveis interpretações documentais sôbre o local em que existiu. Uns vêem-no construído dentro da vila, no Recolhimento do Anjo, ao largo de S. Páio, chamando-lhe por isso Hospital do Anjo (Fig. 35); outros, fora de muros, muito próximo dêsse lugar. Esta última opinião, aliás baseada na letra dos papeis velhos, deve ser a mais exacta.

Geralmente, os hospitais eram construídos fora de portas; na planta de Guimarães apresentada na figura 40, pode verificar-se isto mesmo no que respeita aos do burgo. Mas como a fundação e vida do Hospital do Concelho se prende com a criação do convento de S. Francisco, vou narrar em poucas linhas como aqui se estabeleceram os frades menores [415].

Foi Guimarães uma das primeiras terras a receber a visita dos padres de S. Francisco, se é que o próprio Santo — não me parece fácil de aceitar a hipótese — a não visitou também, hospedando-se no mencionado Recolhimento do Anjo, casa de religião superiormente estudada pelo historiador vimaranense Dr. EDUARDO DE ALMEIDA, a quem se deve uma preciosa monografia da mesma [416]. D. URRACA protegia imenso a Ordem maravilhosamente nascida do coração do «Poverello» de ASSIS. Favorecidos por ela, vém a Portugal dois prègadores franciscanos, GUÁLTER e ZACARIAS. Chegados a nossas terras, após uma caminhada de milhares de quilómetros, separam-se os dois frades: ZACARIAS fica em Alenquer; GUÁLTER, com mais companheiros, segue para Guimarães, por volta do ano de 1216 [417].

S. Guálter, hoje advogado das *maleitas* no concelho de Guimarães, tornou-se famoso por seus milagres, cuja descrição encheu dois tomos, perdidos não sei como [418].

Na Fonte-Santa, delicioso recanto da encosta da serra de Santa Catarina, fronteiro à cidade, ergue o Santo o seu pobrezinho eremitério; a instâncias do povo, transfere-o para mais perto do burgo, instalando-se em Vila-Verde, lugar depois chamado S. Francisco-o-Velho.

Em 1271, caídos nas bôas graças da vila, oferece-lhes o govêrno dela, para aí viverem, o citado Hospital do Concelho, que a crónica de Frei MANUEL DA ESPERANÇA denomina albergaria, e diz ser administrado por aquela governança. Diz o texto da crónica:

> «Eſtava o hoſpital junto da villa, *juxta villam,* como diz o auto da dita posse, à roda dos muros della, *circa murum villae* conforme â doação, *propre portam, quae vocatur de turre veteri,* & perto da ſua porta, chamada da Torre Velha» [419].

Estas palavras não deixam dúvidas: o hospital assentava fora

das muralhas, mas perto delas, junto da porta da Torre Velha que ficava por alturas do local que enfrenta a actual igreja de S. Dâmaso (Fig. 36). O Cabido da Colegiada, invejoso da glória franciscana e cubiçoso dos bens que a Ordem ía colhendo por bemfeitorias de devotos, guerreia-a ferozmente; ao cabo, os frades tém de retirar-se do hospital onde viviam rezando, prègando e assistindo no necessário aos pobres enfermos, que tanto lhes deveram. Isto aconteceu 5 mêses e 9 dias depois da dita posse [420].

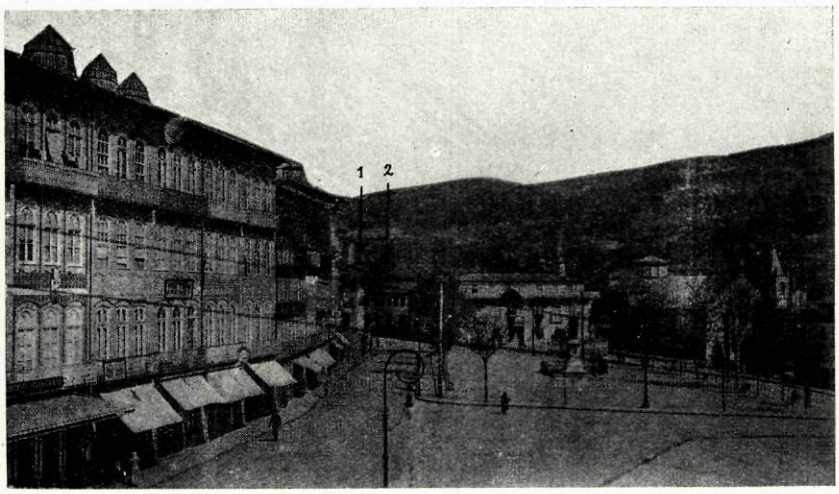


Fig. 36

1. Igreja de S. Dâmaso. — 2. Hospital do mesmo nome.

Neste local existiram outrora o Convento de S. Francisco e o Hospital do Concelho.

Em 1282 lançam a primeira pedra do seu convento, junto daquele hospital, ajudados por muita gente e protegidos pelo Arcebispo de Braga, D. TELO, pelo Bispo do Pôrto e pelo Rei, continuando por certo os menores a servir-se dêle. Mas a má sorte perseguia-os; como o convento tivesse servido de ponto estratégico de ataque aos muros da vila, por lhe ficar muito próximo, pelos partidários do Infante D. AFONSO, na sua revolta contra D. DENÍS, êste monarca manda-o derrubar; possìvelmente o hospital desapareceu também nessa demolição,

pois dêle não encontrei mais notícias desde essa memorável data (1322-1323). Mais tarde, eregem os frades o seu último convento, no local onde hoje se vê, ao fundo do terreiro de S. Francisco [421].

A história dos franciscanos está, pois, absolutamente ligada a um dos primeiros hospitais de Guimarães. Não foi êste hospital o único existente nos primitivos tempos da monarquia. Havia um outro, desde não se sabe quando, também oferecido pelo povo aos frades da nascente Ordem de S. Domingos. As crónicas de Frei LUÍS DE SOUSA [422] e CÁCEGAS [423] não explicam com bastante clareza êste facto; nelas se salienta, de onde a onde, uma pontinha de malquerença e inveja pelos frades de S. Francisco, senhores de mais glórias e mais proventos; para demonstrarem haver gozado a sua Ordem de tanta ou mais estima que a do Seráfico Estigmatizado, os dois cronistas narram, por vezes, os factos de tal maneira, que se fica a pensar num evidente propósito de ensombrá-los!

Na rua Travessa, um pouco abaixo do local onde hoje se levanta o moderno Hospital de S. Domingos, com sua Igreja quatrocentista, existiu, no princípio do século XIII, uma albergaria ou pequeno hospital onde foram recolhidos os frades de S. Domingos, em meio daquele século chegados a Guimarães. Essa albergaria fôra criada por uma irmandade composta de mancebos nobres, moradores na rua de Gatos, hoje D. JOÃO I, que parece ter existido até ao tempo de D. AFONSO III [424]. Nela se hospedaram os dominicanos S. GONÇALO DE AMARANTE e Frei PERO GONÇALVES, de afamadas virtudes. Conta assim o Padre FERREIRA CALDAS a história da albergaria:

> «... fundada por alguns mancebos d'esta villa, moradores na rua dos Gatos — hoje D. João I — os quaes entre outras obrigações tinham as seguintes no seu compromisso: de conduzir ou mandar conduzir para Guimarães qualquer confrade, que morresse ou se achasse doente entre o Douro e o Minho e desde a cidade do Porto á villa de Barroso: de assistirem de continuo dous confrades ao confrade doente, e de se reunirem todos junto delle, quando fallecido, não o deixando até á sepultura; e no caso que tal confrade deixasse filhos, impunha-se-lhes a obrigação de *guardal-os como a sy mesmo:* o confrade que *errasse ou falasse* contra o seu confrade, ficava obrigado *a entrar em capitulo vestido com uma camisa e um pano negro no rosto, recebendo*

cinco açoutes, provado o caso. Foram instituidores Payo Luiz, Payo Monyz, Gonçalo Calvario, Soeiro Pires, João Soares, D. Dorothêa, Pedro João e sua mâi, Pedro Martinho, filho, Mendes Pedro e sua mulher, João Pedro e sua mulher, Gonçalo Gomes e sua mulher» [425].

Êste hospital assentava onde hoje se erguem as casas do extinto convento de Santa Rosa de Lima (Fig. 37); com êle se deve relacionar a *Albergaria da Rua de Gatos, chamada de*



Fig. 37

Convento de Santa Rosa de Lima

Estas casas, onde viveram os frades Dominicanos, foram construídas sôbre as ruínas da albergaria de S. Domingos ou Hospital dos Peregrinos.

S. Domingos, citada num emprazamento de 1391 [426]; Frei Luís de Cácegas, cronista dominicano que me parece ter faltado um pouco à verdade, talvez por falsas informações, diz, a respeito da instalação naquele estabelecimento dos primeiros frades que chegaram a Guimarães:

«Por mayor mimo recolherão aos noſſos dentro da villa, e no ſeu Hoſpital que he caſa magnifica em edificio, e tratamento de enfermos. Não se eſpantarão os filhos de S. Domingos do gaſalhado, e companhia de pobres, antes a abracaram com goſto, aſſi pola occasião

que tinha de exercitar dobrada caridade com os enfermos quando vagavão horas da doutrina publica, como porque era regra que trazia de feus mayores, pera não ferem peſados a ninguem a particular, buſcarem os hoſpitaes, aſſentarem nelles orando, vigiando, e celebrando como em caſa propria, pois era dos deſemparados do mundo... Suppoſta eſta verdade não fica de eſpantar que fendo o hoſpital de Guimaraens caſa abundante de provimento, e de apoſento ſobejo fizeſſem delle morada, como fizerão, por mais de quarenta annos.... E deſte hoſpital ſahião, e a elle tornavão.... Provaſe eſta habitação continua (alem da conſtante, e publica tradição que em falta de eſcrituras tem baſtante credito) porque ſe pegou ao hoſpital o nome da Ordem de maneira que o titulo porque hoje ſe conhece, e nomea he de Hoſpital de S. Domingos: e como em caſa propria eſtá ſobre a porta, e entrada delle huma imagem do Santo pintada a freſco de tempo immemorial, e de feitio, e mão, que dá teſtemunho claro de altiſſima antiguidade» [427].

Pelo que se leu, CÁCEGAS põe o Hospital dentro da vila, e chama-lhe *hospital do concelho,* confundido-o, sem dúvida, com o que foi oferecido aos Franciscanos, tal como referi; ou então aquele de que tomaram conta, na rua Travessa, era o mais antigo do burgo, o Hospital Velho do concelho, pois ao tempo de AFONSO HENRIQUES já existia um Novo. Só mais tarde foi permitido aos Dominicanos instalarem-se perto dos muros da vila, como narra o próprio CÁCEGAS, contradizendo-se notòriamente [428].

Ao Hospital em questão chamou-se de S. Roque, dos Peregrinos, ou de S. Domingos; devia ter funcionado até muito tarde, pois em 1680 é tomado o Hospital pelas religiosas de S. Domingos, sob a condição de arranjarem casa para o transferirem; se essa mudança se realizou, não posso dizê-lo, mas é muito provável que, velho e sem confôrtos, deixasse de receber enfermos depois dêsse episódio, bem que se encontre mencionado alguns anos mais tarde. A êle se refere também a crónica de Frei LUCAS DE SANTA CATARINA, ao tratar da fundação, naquele ano, de um recolhimento para dominicas; já em 1699 passava a denominar-se Recolhimento das Freiras Dominicas de Santa Rosa:

«abrio caminho para o Recolhimento, e clauſura (que era o primeiro, a que ſe attendia) huma caſa, ainda que pequena, com diſpoſiçõens para o que ſe intentava; ſervia na villa (onde ſe vê) de Hoſpital de Peregrinos; fora nos tempos antigos, em que veyo a Ordem para eſtes Reynos, huma das pobres caſas della...» [429]

A mudança do Hospital para outras dependências, segundo a letra da passagem que vou citar, parece realmente ter sido feita, não nos elucidando sôbre se continuou ou não funcionando:

> «Superadas finalmente as mayores difficuldades no anno de 1680; entrando as eſmolas do Povo a facilitar o embaraço de dar em troca caſa aos Peregrinos . . .» [430]

Vê-se que Frei LUCAS está em desacôrdo com CÁCEGAS, quando se refere ao valor e tamanho do Hospital, pois que lhe chama *huma das pobres caſas* da villa; em 1680 já estavam a caír as suas paredes, pois Frei LUCAS, aludindo ao seu repovoamento pelas religiosas, nêsse ano, diz:

> «annuncio grande e ſegredo da Providencia, tornar depois de tantos ſeculos a povoar-ſe aquelle antigo seminario de virtudes, por huns eſpiritos que promettião reſtituir eſſe brazão àquellas quaſi arruinadas, mas veneraveis paredes» [431].

Eis o que pode dizer-se sôbre o Hospital que existiu ao mesmo tempo que o do Concelho e a propósito do qual mais haveria a contar-se, se o permitisse o espaço destas folhas.

Em tôda esta narração se descobre a importância da Ordem de S. Domingos no amparo prestado aos doentes do hospital onde viveram. Aos Franciscanos e Dominicanos, portanto, deveu Guimarães a melhor parte da sua assistência pública nos primeiros séculos da nacionalidade, pois os dois maiores e talvez melhores hospitais do burgo, ambos fora de portas, estiveram sob a sua alçada durante muitos lustros.

Desde cedo se constituíram confrarias em Guimarães; além dos serviços religiosos, geralmente base da sua existência, possuíam instalações que ficaram na história sob o nome de albergarias. Há notícia das confrarias dos Alfaiates e Sapateiros; a primeira, já mencionada em documentos do século XIII, estava sob a invocação de S. Vicente e possuiu uma albergaria para os doentes seus irmãos [432]. A ela se reporta uma doação de MARIA ANNES, dita *Cleriga, confrada* daquela colectividade, com data de 1308 [433]. Em 1315, os mestres sapateiros JOÃO e PEDRO BAIÃO fundaram uma outra confraria, denominada dos Sapateiros; pertencia-lhe um hospital ou albergaria conhecida pelo mesmo nome [434].

Ficava na rua Sapateira; dela sei notícias por documentos de 1284 (portanto anterior à data marcada como fundação da confraria), 1459, e 1674-1700. O mais antigo existe num dos livros de Testamentos e Doações do Arquivo da Colegiada [435]; outro encontrei-o no manuscrito de um cónego de nome MESQUITA [436]. Nesse livro, pertença do Arquivo, encontra-se isto:

> «Verba do contrato q̃ fez o Prior e Cabido, com a confraria dos Sapateiros. no ano de 1459. per q̃ conste irem por obra de misericordia acompanhar os finados, do hospital.
>
> . . . . . Aprouve mais aos sobreditos conegos e Cabido por bem fazer, e por obra de misericordia, e non por obriguação, q̃ quando se algũs infermos q̃ iouverem na dita Albergaria, finarem, e se mandarem lançar, en a dita Confraria ordenar q̃ se lançem, na dita egreia de S.ta Maria, q̃ os ditos conegos e Cabido vam por elle, ou se non poderem ir, dem tal . . . . . q̃ os clerigos choreiros vão por elle, e o tragam a dita Igreia, sendo os ditos conigos ou clerigos requeridos, por algũ ofiçial ou pesoa da dita confraria. ett. Outro contrato fez depois o Cabido com esta confraria no ano de 1492, em q̃ elle se obriguou a dizer-lhe etc. etc. . . . . e mais q̃ morrendo algũ pobre no hospital o Cabido o mande buscar para esta igreia com crus e clerigos. Tudo de graça. Som.te q̃ todallas pessoas do dito Cabido fossem confrades da dita confraria, sem paguarẽ pera cousa algũa!»

Êste documento refere-se, já o disse, à albergaria ou hospital dos Sapateiros. A data de 1315, marcada por alguns como orígem da Confraria, poderá estar certa se admitirmos que, antes de se congregarem, os sapateiros já tivessem o seu hospital, caso não muito provável.

No Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Guimarães existe um «Index das igrejas da Villa em que pedem os memposteiros» para a mesma, no qual se lê ter o Hospital da rua Sapateira pago a sua parte desde 1674 a 1700, o que garante existir aínda no fim do século XVII e começos do XVIII.

Desde tempos remotos, relacionado com a pequena igreja românica de S. Miguel do Castelo, citada pela primeira vez em 1191 [437], existiu um hospital, perto dêsse monumento, chamado de Santa Margarida ou de S. Miguel-o-Anjo (Fig. 38). O cavaleiro DIÔGO BORGES, contador dos «Resíduos e Capelas, Hospitais e Gafarias nas comarcas de Entre-Douro-e-Minho», comissionou o tabelião JOÃO DO PÔRTO e um tal JOÃO LUÍS,

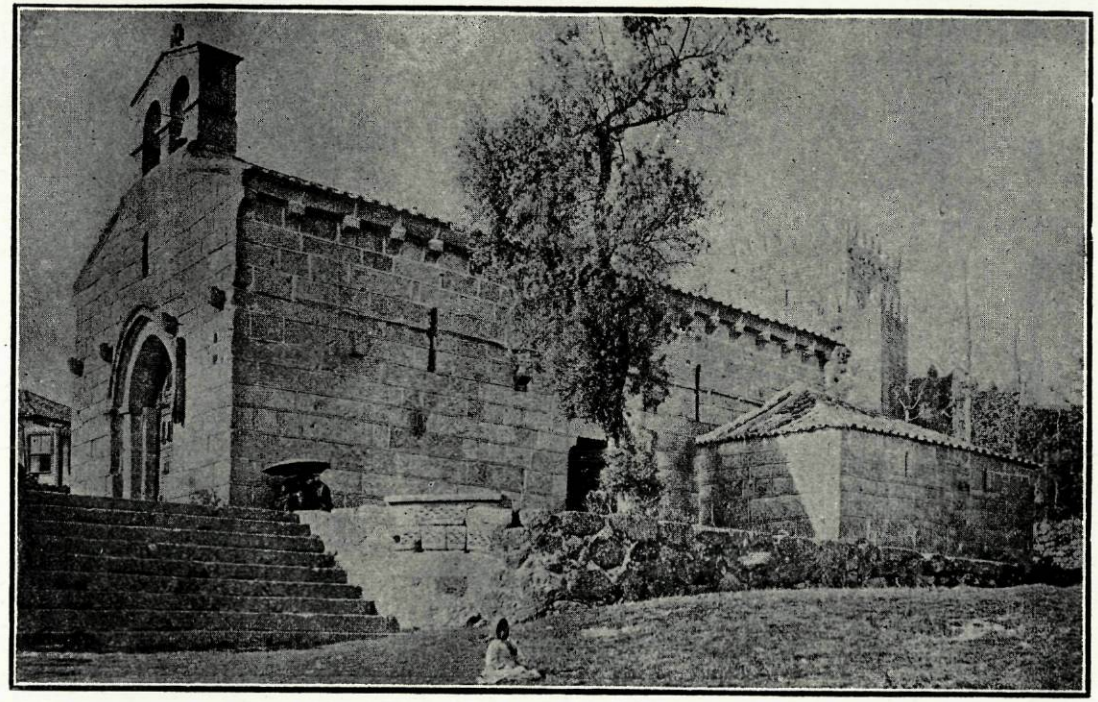


Fig. 38

Igreja de S. Miguel do Castelo, em frente da qual existiu o Hospital de S. Miguel-o-Anjo.

escudeiro, para procederem ao tomo dos bens dêsse hospital; data o arrolamento de 1498, onde se lê:

> «Primeiramente dentro do espital que está á porta de Santa Margarida da dita confraria está uma casa telhada terreira e tem de comprido da parte de dentro nove varas e de ancho seis varas e dentro na dita casa do espital tem duas camaras, repartidas de taboado e em uma d'ellas vive a espitaleira e a outra para os pobres que vem o qual espital tem um leito com sua cama que depois se escreverá no inventario . . . . . E este espital ao presente não tem roupas de cama somente uns trapos bem rotos e por assim não ter roupas se não escreveram aqui e ainda se achou estar n'ella uma mulher que se chama a Castinheira e disse que estava nelle por aluguer de cento e vinte reis por anno» [438].

Era uma casa humilde, quási ao abandono, prova da sua antiguidade; devia ter sido construída ao constituir-se a monarquia, pertencendo à confraria da igreja de S. Miguel e talvez servindo apenas a população da vila velha ou do Castelo. Um testamento de 1350 refere-se «*às albergarias e hospitais de Guimarães e Castelo*», cabendo esta designação à de S. Miguel-o-Anjo [439].

Aínda por êsse tempo existiu outra albergaria, chamada nos documentos albergaria do Goardal. Assim o frisou o testamento de Domingos João, datado de 1269:

> «Item mando meam medietatem domorum, et camporum qui sunt in vico de Ribo de Couros nostrae Albergariae de Goardal . . .» [440]

Assentaria nas proximidades do Largo de S. Páio (Rua do Guardal?) ou bairro dos Cortumes (Rio de Couros), em relação com a *quintana de Goardal,* mencionada nas Inquirições de D. Afonso III (1258) [441].

Em Vizela também houve albergaria, referida naquelas Inquirições. O texto do emprazamento dêsse hospício (1298) assim o faz crer:

> «Dom Denjs pela graça de deus Rey de portugal e do Algarue a quamtos esta carta virem faço saber que eu dou e outorgo a fforo pera todo sempre a uos pero domingues e a uossa molher e a todolos que de uos ueerem a minha albergaria das Caldas com todas sas perteenças assi como a auya Domjngos de vizela e dou uola por tal preito e comdiçom que uos o pobredes e lauredes e fruituuguedes

e dedes a mjm e aaqueles que de mjm ueerem o terço do pam e do vjnho e do ljnho que deus hj der e treze maraujdis uelhos e dous capões e non na deuedes a uender nem doar nem apenhorar nem alhear a caualeiro nem a Dona nem a ordjm nem a clerigo nen a outro homem poderoso. se non a atal homem que faça a mjm o meu foro assim como dito he. En testemũyo desto dey ende a uos esta mha carta. Dante em Santarem. VIIjº dias de março. El Rey o mamdou per joham Dacre joham martins a ffez. Era MCCC XXXVj anos» [442].

Nos começos da nacionalidade foi célebre uma rica confraria chamada do Serviço de Santa Maria, a melhor da vila, segundo li num documento [443]. Possuía essa agremiação a albergaria de Nossa Senhora do Serviço, à qual pertenceu uma humilde capela românica e do mesmo nome, estùpidamente arrazada há poucos anos (Fig. 39). O seu estilo prova a ancianidade da mesma



Fig. 39

Capela de Nossa Senhora do Serviço (românica), à qual esteve anexa a albergaria do mesmo nome.

capela e da citada albergaria; julgo terem já existido no século XII ou XIII. A confraria do Serviço era dos tabeliães, a ela se unindo a dos alfaiates, não sei quando [444].

Em 1333, ESTÊVAM VASQUES, rico devoto, deixa em testamento determinada quantia para a construção dum hospital para pobres. Tal se lê na seguinte efeméride publicada pelo presti-

moso vimaranense e antiquário Sr. JOÃO LOPES DE FARIA, num jornal de Guimarães:

> «Estevão Vasques faz testamento pelo qual manda... edificar um hospital albergue para recolher 10 pobres os quaes resem diariamente por el-rei D. Diniz e seu filho D. Affonso, Martim Barrosas e D. Geraldo, elle e sua esposa Florença Annes, a qual administraria o hospital e por morte d'ella passaria a administração para o convento da Costa, caso el-rei nisto consentisse o que elle muito lhe pedia. Fez um codecillo em 11 do mesmo mez e anno e a 13 dos ditos foram lidos na crasta de Santa Maria de Guimarães o testamento e o codecillo» [445].

Se êste hospital foi ou não construído, não posso dizê-lo. Documentos posteriores não o referem, sendo provável que os encarregados do mandato se não tivessem importado com tal ordem.

De outra albergaria, chamada de S. Torcato, fala um documento de 1423; existia na rua do Gado, segundo o resumo da letra do mesmo, feito pelo ABADE DE TÀGILDE:

> «Nota de emprazamento, em tres vidas, de casas e eixido sitas na rua do Gado, abaixo da albergaria de S. Torquato, que se comprometteu fazer o prior D. João Annes e convento de S. Torquato a Mem Sella com o foro annual de 4 libras de moeda antiga...» [446]

Foi escrito no mosteiro de S. Torcato.

Pelo século XV havia quatro albergarias ao cuidado dos Franciscanos, como diz ESPERANÇA na sua crónica:

> «Aos pobres da villa daução de comer em certos dias do anno, principalmente na feſta do meſmo ſanto Patriarcha, a os homens no clauſtro, & às mulheres no adro. Pera os outros, que paſſauão, tinhão quatro albergarias prouidas, nas quaes ſe lhe fez o que havião miſter. Erão eſtas, a da rua Caldeiroa, na Perrota, na rua do Gado, & junto da igreja de S. Paio» [447].

As referidas da rua do Gado e do Largo de S. Páio ou Rio de Couros, julgo serem as que já apontei com o nome de S. Torcato e do Goardal, respectivamente; das outras duas nada pude saber.

Intra-muros, houve um recolhimento chamado do Anjo, do

qual já tratei [448]. Êste recolhimento tem sido marcado como sede do Hospital do Concelho; o êrro parece-me evidente, porquanto lida e bem meditada a crónica de ESPERANÇA, assente em documentos precisos, se vê que o recolhimento, a já existir no ano de 1214 — assim o indicam papeis escritos por religiosas do mesmo — nada tém com o Hospital. Êste ficava indubitàvelmente fora de muralhas, como tentei provar noutro trabalho [449]; ora o recolhimento era dentro de muros, havendo entre as duas casas a barreira da muralha, que não seria obra de somenos. De tôda esta emmaranhada causa tratou EDUARDO DE ALMEIDA, não chegando contudo a uma conclusão firme:

> «O quanto possa haver de imaginoso ou verdadeiro — que assim remontamos a um dos pontos mais intrincados da história vimaranense — nesta ancestralidade, é hoje tarefa ingrata e quiçá perdida averiguar. A fundação do Recolhimento prende-se com os vários alicerces do *Convento de S. Francisco de Guimarães,* estudo em que pensara *Albano Belino,* mas que até agora não foi ainda inteiramente feito, com verdadeiro método de investigar» [450].

Sòmente pela crónica de ESPERANÇA e certos documentos de claras indicações julgo ter chegado a desvendar algumas das sombras que envolvem êste episódio. Até se ler o contrário em documento insuspeito, continuo afirmando serem o Recolhimento do Anjo e Hospital do Concelho, aínda que contemporâneos, duas instituïções separadas, com casa própria.

O referido historiador transcreve uma representação dessas religiosas, que julga ser dos meados de mil e setecentos. Deve notar-se ter o cronista ESPERANÇA escrito sôbre o mesmo assunto em 1656, sendo portanto mais de acreditar êsse narrador, por elas citado a miúde na referida representação. Nesta se diz ser o recolhimento muito antigo e ter o nome de Hospital do Anjo:

> «Aqui se ve claram.te q. junto atorre velha no hospital do Anjo esteve o comvento de S. Franc.co e q. forão lançados os Padres fora delle, por causa das guerras, q. teve com seu f.o o S.r Rey D. Diniz, e que depois disso entraram p.a o m.o hospital as Beatas da Ordem de S. Fran.co, e nam ha duvida e he tradição, q. entrarão logo q. sahirão os Padres, eq. ficaram sempre sugeitas aos mesmos e assim o diz o m.o Carv.o sup.a prox.e Cap. i6. pag. mihi. 60. infine. ibi» [451].

O Padre CARVALHO [452] e outros autores alimentaram a idéa de que o hospital era dentro da vila. Não posso estirar-me demasiado sôbre o facto, de que já tratei, se não com a desejada largueza, pelo menos com a necessária documentação, raciocinando liberto de sugestões [453]. Não termino êste assunto sem dizer que, a termos de compulsar documentos sôbre o Recolhimento do Anjo e Hospital do Concelho, pede a história que se acredite no texto dos mais antigos e mais sérios, como Frei MANUEL DA ESPERANÇA, cronista que, para fazer valer o seu trabalho, colheu informações seguras na doação que a vila fez do Hospital do Concelho aos frades menores, escritura que data de 1271 [454].

São estas as albergarias e hospitais que posso apresentar em Guimarães existentes nos primeiros séculos da monarquia.

Vou agora referir-me a hospitais onde apenas se recolhiam determinados doentes; pela asquereza do seu mal, a sociedade repelia-os, prendendo-os em míseros casarões donde jàmais podiam saír; êsses eram os *gafos, morféicos, lázaros* ou *leprosos,* existentes aos cardumes no alvorecer da nacionalidade. Deve-se ao Prof. JOÃO DE MEIRA um pequeno, mas completo estudo sôbre êsses hospitais de Guimarães, chamados *gafarias* [455]; todavia algumas notas e correcções necessárias tenho a adicionar-lhes, fundadas em estudos posteriores à sua morte.

Dizia o Prof. MEIRA que a lepra ou *gafeira* não se conhecia no nosso território antes do comêço do século XI, tendo sido importada pelas duas primeiras cruzadas; aponta o ano de 1177 como data da primeira referência a *gafos,* anterior 30 anos à de 1209, por outrem admitida; mas, ao tempo da 2.ª Cruzada, já havia leprosos no país, como o prova um documento de 1107, registado por VITERBO; êsse documento refere que um *gafo* herniário doou ao convento de Paço de Sousa uma certa quantia [456]:

> «Faciatis mihi caritate in vita mea, pro que ego sum misso in lepra et in fragicia.»

Esta data é anterior 70 anos à de 1177, apresentada como mais antiga pelo saüdoso Professor; devo lembrar que a lepra já assustava o povo do século X, pois o testamento de MUMA-

DONA, datado de 950, a ela se refere, pedindo-a, como castigo, para os que não cumprissem o que sagradamente determinava no texto do pergaminho; diz o seguinte a curiosa maldição:

> «Nulli homines pertinentes nobis filii uel nepti trinepo uel prosapie generis nostris aneptri hunc factum nostrum in aliquam euellere uel infringere temerare conauerit quisquis ille fuerit sit anathema in conspectu dei et sanctis apostolis ita ut partem non habeant in resurreccione prima sed iude traditoris domini particeps efectus pari luat pena per iudicio domini presenti euo plaga percussus a uertice capitis usque in uestigia pedum lepre corporis prouolutus scaturire uermis obtineat nec corpus nec sanguinis domini suscipiat et humani officia et ecclesia excomunicati uulgati permaneat» [457].

Na *Karta de Moreira de Ripa Auizella,* com data de 968, lê-se outra menção da *gafeira:*

> «..... ita ut nec ad diem extremum comunionem accipiat sed cum iuda domini proditore simul luat pena in perpetua dampnatione et antequam ad mortem deueniat que ac facere temptauerit in iudicio regis uel potestatibus terre ipsius oppressus uel afflictus exsoluat auri libras binas et omnia quod sursum resonat post parte monasterii duplatum et a capite capitis usque ad planta pedis lepre percussus ebuliens uermis careat amborum lumina ut uidentes terreant et audientes contremescant. et hunc factum nostrum cunctis obtineat roborem firmitatis perpetim» [458].

Destas passagens se depreende o horror e o medo causados pela lepra nesses tempos, constituíndo a base duma fórmula de maldição ou de castigo; essas linhas não deixam alguma dúvida sôbre a sua existência no nosso território, pelo menos desde o século X.

Não me preocupando, por míngua de tempo, com o estudo histórico da lepra, conhecida há mais de 2.000 anos na Pérsia e na Índia, como se lê nos escritos de SUSRUTAS e ARQUIGÉNIO, mencionada na «Bíblia» e «Papiro d'Ebers», vou referir-me ao que dela se conhece na Espanha e na França, para organizar o plano da sua indiscutível espansão até à nossa terra, em afastados tempos.

Datam do século VI as primeiras gafarias, leprosarias ou lazaretos em França, sendo a lepra aí introduzida por via pirenáica,

oriunda de Espanha, onde era endémica, pelos séculos VIII e IX [459]; uma das razões do seu desenvolvimento e propagação foi a afluência dos judeus à Península, pois conhecem-se bem as relações comerciais e religiosas dêsse povo com as paragens do Oriente, onde a lepra estava muito espalhada [460]. E tam abundantemente germinou o mal em Espanha, que MAZEYRIE e GUIART lhe chamam «*le pays lépreux*» [461]. Com tam mórbida visinhança, Portugal não deixou, indiscutìvelmente, de sofrer-lhe as conseqüências, tal como a França. As peregrinações de todo o mundo a S. Tiago de Compostela, onde acorriam doentes de vária patologia, pejadas as estradas de leprosos mendigos, não deixariam de influír na propagação da gafeira [462]; de resto, já no século VI um leproso galego obteve a graça da milagrosa cura da sua enfermidade, não sei a que Santo! O milagre é indicado pelo Prof. LEITE DE VASCONCELOS [463]; disso devemos concluír que muito antes da constituïção da monarquia portuguesa, e portanto também precedendo as Cruzadas, já a lepra era conhecida no nosso território, pois na Galiza se conhece pelo menos aquele caso [464].

Vejamos o que se sabe de Guimarães, respeitante à lepra e leprosarias. Devo notar terem sido as gafarias vimaranenses tôdas colocadas fora dos muros da vila, prova de que o isolamento ou exílio dos desgraçados gafos era particularmente cuidado; não só acontecia isto com os lazaretos: os próprios hospitais — pelo menos os dois maiores, já citados — ficavam da mesma maneira fora de portas, obedecendo já a um princípio de higiene urbana. Na planta da fig. 40 se pode verificar a situação dêsses hospitais e gafarias.

Que se conheçam, foram quatro as gafarias vimaranenses: Santo André de Bouças, Santo André (Urgezes), Santa Luzia e S. Lázaro. Qual fôsse a mais antiga não se sabe. O Prof. MEIRA [465] data a primeira referência dêsses hospitais da seguinte forma: das duas últimas, 1345, da de Bouças, 1258, e da de Urgezes, 1265. A de Santo André de Bouças ficava muito distante, cêrca de 10 quilómetros para nascente do burgo; a de Santa Luzia, para mulheres, existiu primeiramente, parece, no lugar d'Arcela (Cano — Cano das Gafas), bairro de Guimarães, sendo depois transferida para mais perto das muralhas da vila,

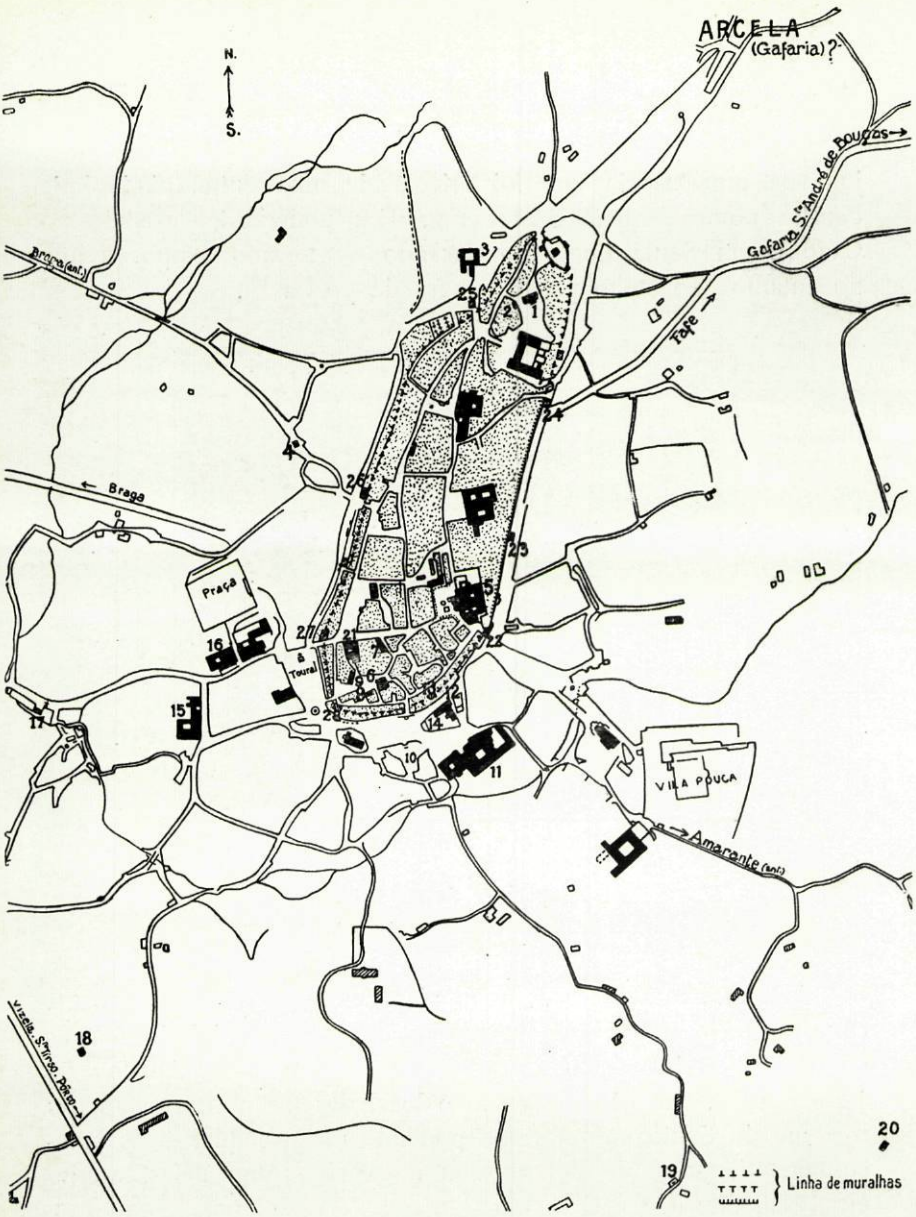


Fig. 40

Planta da cidade em 1863, com a reconstituïção da cintura de muralhas e suas tôrres.

1 – Igreja de S. Miguel do Castelo
2 – Albergue do Anjo – Hospital do Anjo
3 – Hospital da Misericórdia – Conv. dos Capuchos
4 – Capela de Santa Luzia – Gafaria
5 – Colegiada (Most. de Mumadona-Albergaria?)
6 – Recolhimento do Anjo
7 – Albergue de S. Crispim – Hospital ou Albergaria dos Sapateiros
8 – Albergue de N.a S.a do Serviço – Albergaria
9 – Largo de S. Páio
10 – Rio de Couros
11 – Hospital e Convento de S. Francisco
12 – Igreja de S. Dâmaso
13 – Tôrre Velha
14 – Hospital de S. Dâmaso
15 – Hospital dos Peregrinos (albergaria)
16 – Hospital de S. Domingos
17 – Igreja de S. Lázaro – Gafaria
18 – S. André – Gafaria
19 – Fonte Santa
20 – Ermida de S. Roque – Hospital de pestosos
21 – Primitivo Hospital da Misericórdia
22 – Tôrre da Guia
23 – Tôrre dos Cães
24 – Tôrre Freiria (Freira?)
25 – Tôrre da Garrida (Santo António)
26 – Tôrre de S. Bento
27 – Tôrre da Piedade
28 – Tôrre da Alfândega (perto ficavam a Tôrre e Porta do Anjo)

junto a uma capela que foi orígem de uma outra, aínda hoje com o nome daquela Santa (Fig. 41); poderia ter existido no Cano e em Santa Luzia um lazareto ao mesmo tempo, o que no entanto não tenho possibilidades de provar [466].

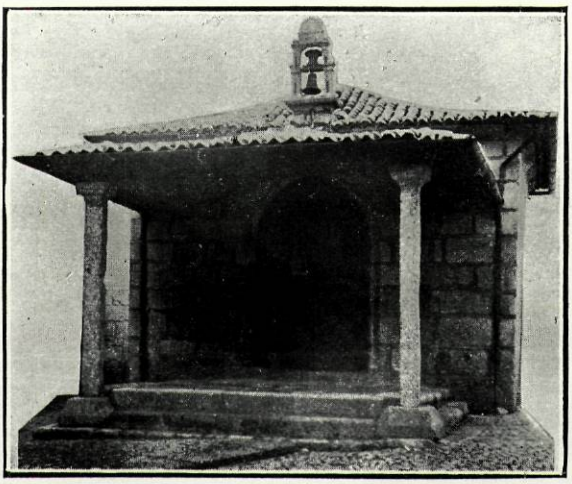


Fig. 41

Capela de Santa Luzia.

Neste lugar ficava a gafaria também assim chamada.

Anteriormente às datas apontadas pelo Prof. JOÃO DE MEIRA, como primeira referência às gafarias de Santo André de Bouças ou Santo André de Urgezes, existem documentos datados de 1226 e 1227, que não designam o local das mesmas, mas apenas o nome do Santo patrono, não podendo dizer-se qual delas mencionam. Trata-se de documentos insuspeitos; um dêles, escrito em 1226, diz:

> «. . . . . pro meo anniuersario ad Ecclesiam Sancti Pellagii et Sancti Jacobi, et Sancti Mickelis de Castello, et ad leprosos Sancti Andreae singullas quartas de marauitino, ...»

É o testamento de FERNANDUS PETRI, escrito na era «*millessima ducentissima sessagessima quarta in die Sancti Joannis Baptistae*» [467]. O outro documento encerra as disposições testamentárias de MAIOR PETRI, entre as quais se lê:

«Et mando unum lectum cum culcetra et cum chumazo quod iaceat in eo uir leprosus qui fuerit magis ulceratus in sancto Andree. et Bartolameo. II. Morabitinos» [468].

A benemérita criatura deixava um leito e enxerga ao leproso mais ulcerado da gafaria de Santo André (¿de Urgezes? de Bouças?); assim, entre a crueldade do tempo refulgia, de vez em quando, a chama bendita de uma sincera misericórdia! Êste testamento foi escrito na «E.ª M.ª CC.ª LX.ª V.ª» ou ano de Cristo de 1227. Ambos os documentos são indubitáveis provas da existência duma das gafarias de Santo André de Bouças e Santo André de Urgezes, anterior aos anos que o Prof. MEIRA aponta como primeira referência a qualquer das duas.

¿Até quando deram albergue aos infelizes lázaros? Ao certo não pudemos sabê-lo. Aquele Professor diz que a mais moderna referência a *gafos* data de 1362 (leprosos de Santo André) [469]; contudo, existem provas de que êsse lazareto, bem como o de Santa Luzia, aínda serviam em 1395 e 1467, muitos anos depois daquela data. De 1395 reza um testamento de LOURENÇO ANNES ter êste bemfeitor deixado às duas gafarias determinados legados [470]; dá-nos a outra prova Frei ESPERANÇA na sua «História Seráfica», ao tratar da assistência dos franciscanos nos hospitais da vila:

«Auia nella duas caſas dos ſobreditos leproſos: hũa de homens, chamada Santo André: outra de mulheres, por nome Santa Luzia; das quaes ambas fez menção Afonſo Pires no seu teſtamẽto, eſcrito a 10. d'Agoſto do anno de 1467 pelas palavras seguintes: *Mando á Ordem de Santa Luzia pera sempre em cada hum anno dez Soldos. E ſe por ventura não ouuer lazaras na dita ordem de S. Luzia, mando que as dèm por minha alma a proves.*»

No século XVI (1512) talvez existissem essas duas gafarias em Guimarães; julgo serem as indicadas por Mestre ANTÓNIO, físico e cirurgião vimaranense, que depois apresentarei, num curioso manuscrito guardado na Biblioteca Municipal do Pôrto [471]. Nesse ano, Mestre ANTÓNIO aponta também em Guimarães nada menos de cinco hospitais, além das duas mencionadas gafarias das quais não diz o nome. É possível que, em vez da de S. André, êle se referisse à de S. Lázaro, a qual no século XVII aínda funcionava; no ano de 1680 estava deserta [472].

É fácil de imaginar-se como fôssem êsses lazaretos, seguindo a reconstituição feita pelo Prof. JOÃO DE MEIRA; não passavam de míseros barracões, excepto o de S. Lázaro, de melhor fábrica e maior largueza (Fig. 42). Já lá vão todos, sob a fobia do município destruïdor ou assoladas pelos anos.

Da terapêutica nada se conhece, excepto umas ligeiras indicações documentárias sôbre banhos de leprosos em Vizela [473] e, possìvelmente, nas Taipas, onde há pouco havia uma tina para o banho da *elefancia.*

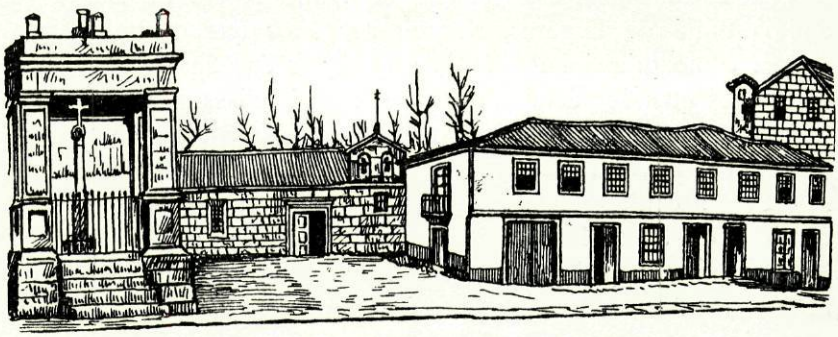


Fig. 42

Capela de S. Lázaro, junto da qual existiu a gafaria do nome daquele Santo.

Frei ESPERANÇA mostra que algumas velhas escrituras chamavam às gafarias de Guimarães *Casas de ordem,* não porque pertencessem a qualquer Ordem monástica, mas «*porq.' o seu gouerno andaua bẽ ordenado, & parecião cõuentos de gente religiosa . . .*» [474]. Isto demonstra simplesmente que, nas gafarias, se não se cuidava dos doentes com a solicitude devida, deixando-os apodrecer na sua miséria, ao menos zelava-se pela boa administração dos bens, o que já não era pouco! A gafaria de Santo André parece ter sido, no dizer do honesto cronista, muito cuidada pelos Terceiros seculares de S. Francisco, que nela chegaram também a residir.

Por tudo isto se fica sabendo que a existência de leprosos em Guimarães é mencionada pela primeira vez em 1177, sendo as gafarias sòmente referidas no século XIII. Disto se não pode deduzir a inexistência das mesmas muito antes do princípio

da monarquia; tal se não pode afirmar, porquanto o silêncio dos documentos, a êsse respeito, é total. A-pesar-de tudo, como disse o Prof. JOÃO DE MEIRA, a lepra não deixou por completo os vimaranenses; desmoronaram-se as casas dos pobres lázaros, mas «*afinal, os mais persistentes são ainda os gafos*».

Eis, neste rápido escôrço, o que foi a assistência pública no burgo de *Vimaranes,* ao correr dos quatro primeiros séculos depois da sua fundação. As notícias são poucas; nenhumas as que nos esclareçam sôbre as doutrinas médicas reinantes; mas estas não se afastavam, certamente, das que, ao tempo, corriam mundo. E, tendo falado dos hospitais, é tempo de falar dos médicos vimaranenses.

Não é raro encontrar-se nos documentos medievais o vocábulo *mestre,* junto a outros nomes; embora esta designação calhasse aos médicos e cirurgiões, aparece também indicando ofício mecânico ou homem muito sabedor de Teologia, Gramática ou Leis [475]; se um nome pessoal for precedido da palavra *mestre,* sem outra indicação reveladora da profissão do indivíduo, ficamos sem saber de quem se trata, pois essa designação pode caber a um sapateiro, a um gramático, a um médico, etc. Em Guimarães, encontra-se aquela palavra ligada a um médico-cirurgião, *mestre* GIL LOURENÇO, a um legista, *mestre* AFONSO, e a dois sapateiros, *mestres* BAIÃO [476]; no entanto era costume, pelo que vi nos documentos, apôr-se ao título *mestre* a designação do ofício, quando não eram físicos. Dizia-se: *mestre* F., das Leis; *mestre* F., alfaiate; *mestre* F., cantor; *mestre* de gramática, F. Por isso indico no rol dos médicos aqueles nomes ùnicamente precedidos de *mestre* e sem designação a acompanhá-los; no entanto, um ou outro assim apontado pode não ser físico nem cirurgião, mas nenhum esclarecimento encontrei que o provasse absolutamente.

A primeira referência a *mestre* li-a num documento do século XI, transcrito pelo ABADE DE TÀGILDE (*Carta de Moreira de hereditates quod habet in termino de Vilarino,* perto de Vizela); ao determinarem os limites de propriedades, citam-se as de *mestre* GALAMIRO:

> «et inuenimus illo in iure de filios de Gondesindo. et inuenimus in casal de ermiarie quomodo se leua de riu et fer in sepe de domo de magister galamirus et uai per sepe et fere in carraria et uai ad riu unde prius incoauimus» [477].

No século XII, 1104, encontra-se outro *mestre* entre as testemunhas de uma *Karta contramutationes:*

> «Aluitus testis. Sisnandus testis. Pelagius testis. Frogia archidiaconus quod uidit conf. Vimara archidiaconus conf. Magister Bernaldus conf. Pelagius prepositus conf.» [478].

Um outro físico aparece citado em muitos documentos, no século XII; refiro-me a PEDRO AMARELO, que mereceu um pequeno estudo a JOÃO DE MEIRA nos «Arquivos da História da Medicina» [479]. Nele traça uma rápida biografia do 5.º D. Prior da Colegiada de Guimarães, e não 1.º, como diziam; MEIRA apresentou provas para tal afirmar, negando, contudo, ter sido médico de D. HENRIQUE e de seu filho D. AFONSO HENRIQUES, como dizem certos cronistas e, com êles, MAXIMIANO LEMOS [480]. A sua profissão também foi posta em dúvida pelo Prof. JOÃO DE MEIRA, mas não pode contestar-se com bases firmes, tendo nós de admitir PEDRO AMARELO como um físico eclesiástico, o que no seu tempo era vulgar, até provas em contrário destruïrem completamente a tradição, em muitos casos respeitável.

PEDRO AMARELO ocupou a cadeira prioral de Guimarães desde 1170 a 1191 [481].

No século XIII aparecem-nos mais dois nomes, JOHANNES e SILUESTER, precedidos da palavra *magister;* o documento que os revela é um *pactum compositionis* datado de Maio da *Era millessima ducentessima quinquessima quinta:*

> «Judex Domnus Ramirus. Pretor Domnus Martinus. Gunçalu laici Vimar. Archidiaconus magister Siluester. Magister Johannes thesaurarius. Capellanus Gartia Petri. Domnus Rubertus.» [482].

Parece-nos duvidosa a qualidade de físicos destas personagens; aquele *magister* tanto poderá significar um médico ou cirurgião, como qualquer outro profissional.

Entre os inquiridores das devassas de D. AFONSO II (1220) encontra-se o nome de *magister* MENENDUS *frater Costensis* [483]. ¿Seria realmente êste monge da Costa um físico ou cirurgião, sabido como os frades se dedicavam à medicina e a exerciam em grande escala? Nos conventos era obrigatória a sangria dos religiosos em certas épocas, efectuada em aposento próprio *(san-*

guilexia), alguém se prestando a praticá-la em seus irmãos. ¿Seria *mestre* MENDO o cirurgião do convento? Como não posso reforçar esta opinião, passarei adiante.

Nas mesmas «Inquirições» encontra-se *mestre* MARTINHO como abade de Vizela (S. Miguel das Caldas):

> «I-De parrochia Sancti Michaelis de Caldis. Magister Martinus, prelatus, et Gunsalvus Menendi . . . . . » [484].

Aínda nas mesmas aparece o nome de *mestre* SILVESTRE em vários pontos:

> «Et istud tenet magister Silvester in prestimonio» [485].

> «. . . jurati dixerunt quod Rex habet ibi Xij. Casalia et sunt inde duo depopulati et alios duos tenet magistéer Silvester. . . » [486].

> «Et totum istud tenet domnus Fernandus Johannis, preter unum casale quod tenet magister Silvester» [487].

> «Et de quadam entrada de Sancto Martino de Conde, quod magister Silvester tenet in ista friiguisia. . . » [488].

¿Será êste *mestre* o mesmo atrás mencionado? Como se vê, possuía razoáveis cabedais.

Certo *mestre* MENDO apontam essas «Inquirições Reais», ao tratarem de um casal em S. Lourenço de Selho:

> «et magister Menendus tenet illum in prestimonio» [489].

Êste indivíduo pode ser *mestre* MENDO, frade do Convento da Costa, indicado há pouco.

Nada posso dizer sôbre as suas profissões, sòmente pela existência do qualificativo *mestre.* É muito possível êste nome ser o de um *físico,* tanto mais que, num meio absolutamente religioso como foi o de Guimarães nos primeiros séculos da monarquia, a medicina devia andar por mãos dos eclesiásticos; os documentos não citam outros mestres laicos aos quais se possa atribuír aquela profissão. A outros mais felizes mostre a fortuna as provas que ora me minguam.

Em 1225 depara-se com outro *magister,* êste verdadeiro físico, elevado à categoria de D. Prior de Guimarães, D. MARTI-

NHO, registado no rol dos D. Priores da Colegiada entre D. DIOGO e D. PÁIO [490]. Terceiro físico com aquela categoria eclesiástica tém existência comprovada em alguns documentos; o primeiro, datado de *quarta die mensis marcii* de 1243, apresenta-se entre os assistentes a determinado acto:

> «presentibus Martino Decano et capitullo ejusdem loci Magister Martinus Prior Vimaran. quodam instrumentum apertum exhibuit» [491]

outro, de Junho de 1248:

> «In Dei nomine. Haec est carta venditionis, et eternae firmitudinis quam jussi facere ego Mayor Petri una cum viro meo Petro Petri vobis Domno Magistro Martino Priori et Capitullo Vimar. de omni jure quod ego habeo et habere debeo in illo casalli de Villar de Caldellis . . .» [492]

o terceiro aponta-o uma transacção do casal de Arcusello (1255):

> «inter capitullum Vimar. et Petrum sueri vicarium magistri Martini Prioris ejusdem Ecclesiae ex una parte, et Joannem Joannis Rectorem Ecclesiae Sancti Vitentii de Sausa . . .» [493]

enfim, um pacto de composição, datado de 1256, indica *mestre* MARTINHO como uma das partes conciliatórias, se assim pode dizer-se [494]. Contudo, o ABADE DE TÀGILDE diz numa nota dos seus «Vimaranis Monumenta Historica»:

> «Não há pois razão para contar-se um novo D. Prior da Collegiada como fizemos na «Revista de Guimarães», vol. XIII, pág. 51. Este Prior Mestre Martinho é certamente o mesmo Martinho Geraldes e numerado no «Catalogo», de Craesbeeck, tomo XI da «Colleçam da Academia Real da Hist. Port.» [495].

A ser assim, os dois *mestres Martinho* são uma e a mesma pessoa. Tal se deverá provar um dia, após mais rebuscas necessárias.

Mestre MARTINHO GERALDES parece ter sido hábil político, pois que D. AFONSO III o escolhera para restabelecer a boa união entre a Coroa portuguesa e a Santa Sé. Eleito para Arcebispo de Braga, faleceu em Viterbo, na Itália [496].

Nas «Inquirições» de D. AFONSO III encontra-se o nome de

mestre GUNSALVUS entre as testemunhas da vila do Castelo [497]; naquelas «Inquirições» se diz também de um *Magistri* VICENCI, com terras em S. Tomé de Abação [498].

A D. MARTINHO GERALDES sucede, na cadeira do priorado de Guimarães (1273), uma notabilíssima personalidade da Idade-Média: PEDRO HISPANO ou PEDRO JULIÃO, depois Papa sob o nome de JOÃO XXI. PEDRO JULIÃO e PEDRO HISPANO são o mesmo indivíduo.

Diz CASTIGLIONI: «*L'identità di Pietro Hispano con Papa Giovanni XXI apparisce sempre più dubbia in seguito alle recenti ricerche*» [499]. Tal identidade não é de duvidar. PEDRO HISPANO foi, indiscutìvelmente, D. Prior de Guimarães, arcediago de Vermoím na Sé de Braga, Arcebispo da mesma diocese, Cardeal de Frascati, e enfim, Pontífice em 1276, morrendo horrorosamente, um ano depois, sob os escombros do Paço que andava construindo em Viterbo [500].

Sôbre o grande médico, eminente filósofo e bom matemático, escreveu o Prof. MAXIMIANO LEMOS algumas notas bibliográficas [501]. Numa recente revista espanhola lê-se um artigo do historiador MARTIN GRABMANN a propósito de algumas obras de PEDRO HISPANO, aparecidas na Biblioteca de Madrid, nos códices 3.314 e 1.877; entre elas conta-se «De anima» que classifica «*la Psicologia más ampliamente rica, acabada y systematizada de la florida escolástica*» [502]; das do códice 1.877 umas são filosóficas, outras médicas. Além da apreciação que faz sôbre a famosa obra «Summulæ logicales» — também referidas há pouco pelo Prof. J. A. PIRES DE LIMA [503] — analisa, num rápido bosquejo, a mentalidade de PEDRO JULIÃO: «*aparece a la luz de la investigación de los manuscritos, no sólo como célebre médico y lógico, sino también como uno de los más independientes y importantes psicólogos y uno de los más primitivos comentaristas de Aristóteles en el siglo XIII*».

Êste crítico tam conhecedor do nosso glorioso patrício, não duvida ter êle ocupado a cadeira de S. Pedro! E diz que êle e um outro PETRUS HISPANUS, êste professando medicina em Siena e também autor de algumas obras médicas, são o mesmo indivíduo. No manuscrito «De anima», PEDRO JULIÃO assina-se *Petrus Hispanus Portugalensis.*

Encontra-se citado algumas vezes em documentos respeitantes a Guimarães. Num datado da *Era M.ª CC.ª LXXX.ª VIIII.ª III° idus junii.* (1250), referente a côrtes reünidas em Guimarães, lê-se:

> «. . . . . responsionis Regis factos Vimarane ab ipso Rege in curia sua congregata ad plurima negotia regni expedienda per magistrum Petrum Juliani decanum ulixbonensem et archidiaconum bracarensem ex parte ipsius Regis datos in presencia multorum episcoporum procerum. . . . . » [504]

De um outro, datado de 1254, consta:

> «Era millesima ducentesima nonagesima secunda presentibus magistro petro iuliani Decano Ulixbonensis et archidiacono Bracarensis et Ricaldo guiillelmj Cantore Ulixbonnensis et Egea laurentij et R. petri super judice» [505].

Êste documento é uma carta de D. AFONSO ao Concelho de Guimarães. A terceira menção que se faz de PEDRO HISPANO existe na confirmação do foral de Guimarães, datada de 1254; lê-se o seu nome entre o dos presentes:

> «Presentibus magistro Petro iuliani Decano ulixbonensi et archidiacono bracarensi. Ricaldo gujllelmi Cantori ulixbonensi. Egea laurencij. Roderico petris superiudici. Stephano petris Spinel. Johane Suarii archidiacono Calagurritano» [506].

Devia contar PEDRO JULIÃO, nessa data, cêrca de 38 anos, ascendendo ao Papado por volta dos 60. Por agora, limito-me apenas a mostrar que Guimarães teve a honra de ver ocupada a cadeira de D. Prior da sua Real Colegiada por uma das maiores figuras medievais, que DANTE cantou na sua imortal «Divina Comédia»:

> «. . . . . Pietro Hispano
> le qual già luce in dodici libelli» [507].

Mas, por aqui não fica a lista dos médicos que ocuparam a mesma cadeira. Um trabalho do ABADE DE TÀGILDE refere-nos *mestre* PEDRO como D. Prior da Colegiada, apresentado em 19 de Setembro de 1315. Físico de D. AFONSO III e D. DENÍS,

cónego de Braga e Lisboa, terminou em 1324 o seu govêrno prioral. A êle se refere o seguinte trecho de uma carta do Rei-Lavrador, escrita em 1316:

> «Dom Dinis pella grassa de Deos Rey de Portugal e do Algarue a vos Alcaide e Juises de Guimaraes. Saude. Sabede que mestre Pedro meu fizico Prior da minha igreya de Santa Maria dessa Villa me disse que alguns ricos homems.....» [508]

Num emprazamento feito em 15 de Novembro de 1339 nomea-se um certo *mestre* JOHAM, possuidor do casal de Picoutas [509]. Sôbre êste *mestre,* certamente físico, nada mais sei dizer. ¿Será JOÃO LOURENÇO, o cirurgião de que a seguir vou tratar?

Por 1352 são citados num documento os irmãos JOÃO e MARTIM LOURENÇO, nêle donominados *celorgjaaes.* É esta a primeira e clara referência a cirurgiões, encontrada na letra das crónicas; o documento é uma escritura de posse da renda anual de 4 maravedis, imposta sôbre algumas casas, renda por êles entregue ao Cabido de Guimarães, como testamenteiros do cónego que a legara [510]. O testamento de JOÃO LOURENÇO foi publicado em 1365, servindo de testamenteiro seu irmão MARTIM; em 1379 aínda êste último realizava, junto do Cabido da Colegiada, uma das últimas disposições do finado [511]. MARTIM LOURENÇO faleceu em 1407, tendo feito testamento em 1393. Eram sobrinhos ou filhos do cónego GOMES LOURENÇO (falecido antes de 1352), ao qual ascende o vínculo da Casa Nova, nos claustros da Igreja de Nossa Senhora da Oliveira, cuja cabeça era o Casal da Casa Nova, numa freguesia de Cabeceiras de Basto. No seu testamento, MARTIM LOURENÇO lega a um dos netos — JOÃO — os seus livros de cirurgia; parece que êste não quiz seguir a carreira do avô [512].

De *mestre* VIVAS fala-nos o contracto de prazo entre o Cabido e ESTÊVAM MARTINS, correeiro, sôbre casas sitas na rua *Foria,* nas quais morava aquêle físico; foi o prazo escrito pelo tabelião FRANCISCO VICENTE, no dia 6 de Julho de 1356 [513].

Por 1368 — 8 de Agôsto — é nomeado D. Prior da Colegiada um outro físico, D. VICENTE, médico de el-rei D. FERNANDO. A êle se encontrou a seguinte referência numa carta de confirmação de privilégios dada à Igreja de Guimarães:

> «Esta carta, identica á de El-Rei D. Pedro foi dada, a requerimento de mestre Vicente, Prior da Igreja de Santa Maria de Guimarães, em Santarem a 25 de novembro da Era de 1406 por mandado d'El-Rei por Fernão Martins e Rodrigo Esteves, seus vassallos e feita por Fernando Mico» [514].

Uma outra carta de D. FERNANDO, que li no Arquivo da Colegiada, existente na Sociedade MARTINS SARMENTO, diz o seguinte:

> «..... sabede que Mestre Vicente Priol da minha Igreja de Santa Maria de Guimaraes, e meu fizico, me disse.....» [515]

O primeiro sangrador de Guimarães mencionado em documentos é AFONSO ANES, testemunha de um emprazamento datado de 1407 [516]. Algum tempo depois — 1409 — há referência a outro sangrador, ÁLVARO RODRIGUES [517].

Mestre AFONSO MARTINS é o nome de um físico que ascendeu também ao priorado de Guimarães, sôbre o qual P.e FERREIRA CALDAS [518] dá erradas informações cronológicas; diz *mestre* AFONSO nomeado Prior em 1410, não encontrando mais notícias a seu respeito. Todavia, certo é que, em 1409, AFONSO MARTINS é já D. Prior, consoante um emprazamento dêsse ano, onde figura como testemunha: «*Dom Mestre Affonso, pryol da dita Egreja*» [519]. Em 1414 é outra vez referido em análogo documento [520].

Do ano de 1412 existe um emprazamento realizado na capela de S. João, na Colegiada de Guimarães, feito pelo Cabido a um tal GIL LOURENÇO; entre as testemunhas conta-se «*Mestre Johane, fisico que cura do dito Gil Lourenço*». É mais um médico de que não pude obter outras informações [521].

É MIGUEL AFONSO o primeiro boticário vimaranense referido no texto de outro emprazamento escrito no ano de 1432, no qual serve de testemunha [522].

Em 1425 aparece-nos um físico judeu, num emprazamento, que lhe foi passado pelo Cabido, de bens situados na *quintãa dos Çapateiros,* onde morava ZAAQUE MARQUES, ourives; nêle é chamado *mestre* MARCOS, judeu [523].

Em idêntico documento de 16 de Dezembro de 1433 se menciona a testemunha GONÇALO FERNANDES, genro de *mestre*

MATHEUS [524]. Paroquiando a freguesia de Tàgilde esteve um outro físico, chamado *mestre* BUBERTE, do qual há notícia do ano de 1454. Dêstes físicos ou *mestres* indicados nada mais logrei colher para a sua biografia; são contudo importantes essas notícias comprovativas da sua existência em Guimarães.

O burgo, aínda que pequeno, não era de todo mal assistido pela medicina. Como se viu, alguns dêsses físicos foram D. Priores da Colegiada: D. PEDRO AMARELO, D. MARTINHO (?), D. MARTINHO GERALDES, D. PEDRO JULIÃO ou PEDRO HISPANO, D. PEDRO, D. VICENTE e D. AFONSO. A esta lista tenho de juntar mais nomes, aprendidos em citações documentárias estranhas aos arquivos vimaranenses.

SOUSA VITERBO, nos «Arquivos de História da Medicina» — devidos ao grandioso esfôrço dos Profs. MAXIMIANO LEMOS e JOÃO DE MEIRA — entre vários médicos portugueses ou que exerceram a sua profissão em Portugal, noticia a existência em Guimarães de um físico denominado JOÃO DA PAZ, ao qual fôra passada carta de cirurgia em 6 de Agôsto de 1490 (Chancelaria de D. MANUEL, L.º 14, fl. 55 v.). Refere-nos aínda o nome de *mestre* JUDAS, judeu, também morador em Guimarães; além de outras informações sôbre êste físico, que recebera carta de D. AFONSO V em 1475, confirmada por outra de D. JOÃO II em 1482, apresenta a seguinte:

> «Dom A.º &c. Carta de mestre Judas, morador em Guimarães, fisyco do duque da dita villa &c. em que o damos daqui em diante por escriuã dos nossos harabiis da cumuna dos judeus da judarya da nossa cidade do Porto e asy por escriuã da camara da dita cumuna, asy e pella guisa que atee qui foy Davi Boino hy morador, que o dito hoficyo tynha per nosa carta e se hora finou. E porem mãdamos aos arabiis que hora hi som e ao diante forem e aos vereadores e procuradores da dita cumuna &c. Dada em Çamora em x b j dias de nouembro — Gabriell Gill por Fernã d'Almeida ha fez — de mill III j c lXX b» [525].

Conhecem-se mais dois médicos do século XV, servindo o Duque de Guimarães: *mestres* ABAZ e ALI, judeus. O ducado de Guimarães foi organizado para o ambicioso D. AFONSO, filho natural de D. JOÃO I, depois legitimado; o paço ducal — hoje casarão militar (!) — magnífico na fábrica e esplendoroso em sua côrte principesca, assentava ao pé do Castelo, no môrro fronteiro

à cidade. Sem dúvida, aquêles dois físicos judeus viveram em Guimarães, ao menos durante a estada daquele Senhor no burgo. Dêles nos oferece esclarecimentos o Dr. SOUSA VITERBO; de MOUSSEM ALI diz que grangeara a carta de privilégio em Ceuta, aos 9 dias de Fevereiro de 1464 [526]; *mestre* ABAZ foi nomeado por carta régia de 23 de Outubro do ano de 1471 «*contador mor de todas as comunas dos reinos de Portugal*» [527].

Eis, em resumo, o que as rebuscas documentais me revelaram sôbre hospitais e médicos vimaranenses. Das notas patentes se depreende que a assistência pública em Guimarães, até à fundação da Misericórdia, andava dispersa por vários hospitais; êstes eram de reduzido tamanho, na mór parte pertencentes a confrarias religiosas. Em 1512, dizia o já referido *mestre* ANTÓNIO:

> «..... solamente nesta Villa de Guimarães antre Capellas que tem rendas boas, e confrarias ha vinte duas deque segovernão — cinquo Espritaes, e duas Guafarias, e coatro meceerias hua de homes e outra de Molheres» ..... afora muitas Mifas, que sedizem nas Capellas que ordenarom os que constituijrom, e asij tem rendas, e Capellas para os Ministradores dellas, e as Confrarias — para as Mifsas, e guovernamça dos Espritaes, e para a cera, que dão para os finados» [528].

Por esta passagem se fica sabendo que na alva do século XVI existiam em Guimarães 7 casas hospitalares, duas ainda para alojamento de gafos. Até quando funcionaram essas casas, é difícil sabê-lo; contudo a fundação do Hospital da Misericórdia, alguns anos mais tarde, seria uma das causas do desaparecimento de algumas.

Nenhum dos médicos de então, existindo permanentemente no burgo, se evidenciou na arte. No entanto, se não logravam a fama que cobria de um modo geral os físicos judeus, os designados médicos hebráicos teriam influenciado, por qualquer forma, a sciência dos seus colegas vimaranenses. A colónia judáica na vila era importante, possuïndo um bairro, nos documentos chamado *Judairia,* e sua Sinagoga, a *Esnoga* dos judeus. Parece que, por 1500, uma e outra tinham sido abandonadas; isto se julga de um emprazamento de 25 de Junho de 1500 onde se diz estarem estas casas na rua de «*Santo Spirito, que foi judiaria, junto á casa que foi esnoga*» [529]; uma transacção

de 1503 confirma êsse desaparecimento, ao referir-se a determinados imóveis sitos na rua de Santo Espirito «*honde soya de ser judaria, as quais traves atravessam a rua para a casa dos presos que soya de ser esnoga dos judeus*» [530].

À medicina exercida pelos físicos, devemos juntar a dimanada dos Santos, cujo dom de milagres fazia acorrer a seus pés a multidão ávida de cura. Nossa Senhora da Oliveira parece estar em primeiro lugar no rol da taumaturgia; os seus milagres foram sem conta, resumidamente memorados nos versos de uma quadra popular:

A Senhora da Oliveira
tem três mantos de virtude. . .

As relíquias dos Santos, guardadas em seu opulento tesouro, eram em grande número; a elas recorria o povo freqüentemente, no desejo de cobrar a perdida saúde. Entre essas relíquias — muitas já desaparecidas — conta-se o precioso calcâneo de S. Torcato, encastoado e fechado numa boceta de alto pé; existe no mesmo tesouro a calote craniana dum indivíduo considerado santo, guarnecida a prata e encerrada num cofre do mesmo metal, cabeça cuja história se lê num manuscrito do Arquivo da Colegiada:

> «Ouue hum homem virtuoso q̃ viveo em Villcoua iunto a Lixa pellos anos de mil e quatrocentos eoitenta, por cuias orações nosso sor dava saude a homens, e animaes mordidos de cães danados, e depois q̃ elle morreo, e foi enterrado, os deuotos do lugar, trouxeram a sua cabeça a Guimaraes, a casa de hum Ourives chamado Pedralves, q̃ foi auo do conigo Manoel da Silua, e de seu irmao Diogo da Silua. Este Ourives tirou hũ pedaço pequeno desta cabeça, e encastoado em prata a sua custa, adeu aos homens devotos q̃ a traziam, por lhe deixarem a demais, a qual guardou em sua casa, aonde os doentes a hiam tocar, e recebiam saude, E por sua morte ha mandou trazer pera a igreia de Nossa Srã da Oliueira, onde ao presente esta, na sancristia, guarnecida de prata, e metida em hũa caixa de marfim, e tem virtude pera sarar os mordidos de cães danados, e pera muitas outras infirmidades» [531].

Dizia-se que a *cabeça santa* pertencera a S. Rodrigo. Talvez se trate de um frade menor, muito virtuoso, falecido em 1381 [532]; é possível ter a tradição confundido os dois indivíduos, o homem de Vilacova e o santo franciscano. O certo é existir a relíquia

aínda hoje, tendo curado D. João I quando, mordido por um cão danado, passou sôbre ela as régias mãos, dizem as memórias dos velhos tempos [533].

S. Torcato, de tam conhecida fama, foi em eras remotas um grande taumaturgo; os milagres eram inúmeros e aínda agora a tampa de vidro do seu sepulcro cura os males das regiões do corpo que nela rocem [534]! S. Guálter (Fig. 43), como disse atrás, foi outro magnífico médico celeste; do seu sepulcro manava um óleo divinamente salutar, «*ataa que o seu corpo foy traladado, o qual dava a muytos enfermos remedio de saude*». No local do primeiro convento franciscano existia uma fonte — a Fonte Santa (Fig. 44) — em cuja água os doentes se banhavam; a milagrosa linfa era fanàticamente bebida, não tendo conta os enfermos por ela curados. As relíquias do santo guardadas num busto-relicário de banal feitura, seu caixão levado para o quarto dos doentes, seu corpo reproduzido em massa; uma bocetazinha de cristal, encerrando determinado ôsso do santo, trazida ao pescoço; as suas imagens pintadas, etc., obravam inexplicáveis milagres em condenadas moléstias [535].



Fig. 43
Estátua de S. Guálter
(Padrão da Oliveira)

A esta miraculosa medicina junta-se a exercida pela Duquesa Dona Constança, 2.ª mulher do 1.º Duque de Guimarães. Filha de D. Afonso, Conde de Noronha, passou desta vida no ano de 1480, com inegável glória de Santa [536]. Jaz sepultada em S. Francisco; arrumaram a sua estátua jacente para trás do altar-mór, fazendo companhia aos ratos, coberta de aranhas e castiçais velhos (Fig. 45). No terreiro de S. Francisco a relva era benta e chamava-se herva da Duquesa Santa, de cujas importantes virtudes terapêuticas aproveitavam os doentes na cura do *fastío;* para o mesmo mal servia um globo de vidro, que andava de mão em mão, usado, diz-se, por aquela fidalga. A terra do seu sepulcro, fechada em saquinhas de pano que se deitavam ao pescoço, era de valor em determinadas moléstias [537].

A Santo António [538], Santa Catarina de Sena (altar em S. Domingos), Frei PERO GONÇALVES (frade dominicano do convento vimaranense), e a S. Gonçalo de Amarante (nascido em Arriconha, Tàgilde, concelho de Guimarães) [539] — que algum tempo viveu no convento dominicano — rogou muita vez saúde a população da vila e termo. S. Cosme e S. Damião santos mártires



Fig. 44
Fonte-Santa (encosta da serra de Santa Catarina)
Reconstrução oitocentista

patronos dos médicos, são oragos de duas freguesias do concelho: Lobeira e Garfe [540]. Existiam já no século IX (ano 870) relíquias dêstes santos na igreja de Negrelos, conforme se lê na *Kartula de Sancto Michaele de Negrellus:*

> «Domnis inuictissimis ac triumphatoribus gloriosissimorum martirum uirginum et confessorum sancti michaeli archangeli sanctorum adriani et natalie Sanctorum sixti episcopi Laurenti archidiaconi Sanctorum cosmas et damianos Sancti donati presbiteri Sancti saluatoris et reliquias eorum corum baselica sita et fundata est in villa negrellus.....» [541]

Êste excerpto denota a estimação que havia pelos dois santos, em tam longes eras; contudo, a primeira referência às duas freguesias vimaranenses de S. Cosme e S. Damião de Garfe e de Lobeira data de 1220 («Inquirições» de D. AFONSO II) [542].



Fig. 45

Estátua tumular da Duquesa Santa D. Constança

Para completar o quadro médico dos cinco primeiros séculos da vida do burgo de Guimarães, aponho a estas notas as colhidas nos arquivos a respeito das pestes que o assolaram. Se PINHO LEAL é verdadeiro, a mais antiga epidemia conhecida no termo de Guimarães foi a que devastou o ocidente da Península nos meados do século IX [543]; ela fez debandar as hordas do mouro AL-CORAXI, vindo de muito longe atacar a povoação nascente e o próprio Mosteiro de MUMADONA. Após êle, ALMANSOR invadia também o território, sendo então construïdo pela Condessa o Castelo de S. Mamede. GAMA BARROS, ALBERTO SAMPAIO e JOÃO DE MEIRA não tém a mesma opinião, quanto a estas invasões; parece-lhes, razoàvelmente, terem sido Normandos, e não Sarracenos, aqueles inimigos, em desacôrdo com GASPAR ESTAÇO e FERREIRA CALDAS [544].

Qual fôsse aquela epidemia, não é fácil dizê-lo. Com o correr dos anos, outros males se espalharam no país; de tôdas as epidemias que feriram Portugal, não há notícias sôbre as chegadas a Guimarães. Já o ABADE DE TÀGILDE, referindo-se a estas, diz não haver indicações sôbre elas nos arquivos por êle consultados, anteriores ao século XIV. Todavia, é natural que a epidemia, no reinado de D. SANCHO I espalhada pela nação à roda dos anos de 1188 e

1192, não poupasse a vila, tanto mais que Braga a sofreu brutalmente [545]. Das epidemias de 1202, 1310 e 1333 não há menções documentárias em Guimarães; como é sabido, tais *pestes* são antes o resultado das grandes fomes havidas no reino [546]. A peste verdadeira atacou o país no ano de 1348, com sanhosa violência, sendo os cronistas todos unânimes nas apreciações feitas às suas horrorosas hecatombes [547].

Guimarães sofreu-a pagando-lhe um largo e doloroso tributo, de tal maneira que o ABADE DE TÀGILDE dizia: «*esta peste deixou por longos tempos funda impressão entre os vimaranenses*» [548]. Dela nos fala CASTIGLIONI:

> «Ma sovra tutte le altre appare degna di studio anche sotto questo riguardo quella spaventevole pandemia di peste bubbonica che fu conusciuta sotto il nome di «peste nera» e che rappresenta una delle più spaventevoli catastrofi dalle quali sia stata colpita l'umanità, con la distruzione di intere popolazioni» [549].

Refere-se aínda o Professor italiano a várias descrições da epidemia, devidas a G. DE CHAULIAC, MICHELE DI PIAZZA, CANTACUZENO, NICEFORO, GIOVANNI DE ALBERTIS DE CAPODISTRIA, etc. A mortandade foi pavorosa, calculando-se ter falecido em 5 anos a quarta parte dos habitantes da Europa, perdendo Florença 100.000 pessoas [550]!

Em vários documentos se encontram referências à peste assoladora de Guimarães — pelos sintomas chamada *dor de levadigas* — em termos tais que bem mostram o pavor deixado na memória dos habitantes. Além de dois apontados pelo ABADE DE TÀGILDE no designado trabalho sôbre epidemias [551], junto duas referências do mesmo facto; a mais antiga encontra-se num emprazamento de 9 de Novembro de 1356:

> «nom embargando de pestelença do ceo nem da terra nem outro ca- fortuito que acontesca.....» [552];

o segundo documento menciona-a nestas palavras: «*anno da pestelencia que foi em a era de 1386*» [553].

Poucos anos depois, Portugal sofre nova epidemia; no dizer de MAXIMIANO DE LEMOS, foi devida a grande fome [554]. Mas, em 1384, outra se desencadeia no país, também de peste bubó-

nica *(tramas)*, segundo J. DE MEIRA, notando-se que MAXIMIANO LEMOS, apoiado em VIEIRA DE MEIRELES, a apelida de tifo dos exércitos (tifo exantemático) [555]. Não há certeza de Guimarães ter padecido novo tormento com êsse mal, tam patèticamente descrito por FERNÃO LOPES, sendo no entanto admissível que não tivesse sido poupada. Até 1489, não há notícias de mais epidemias na vila, embora o reino fôsse corrido por muitas outras. Nesse ano, porém, a epidemia atacou Guimarães de um modo insólito. Dela trataram os Padres CARVALHO DA COSTA e TORCATO PEIXOTO, dizendo que nessa ocasião foi instituïda a procissão do *Rôlo,* do *Pavio,* da *Candeia,* ou das *Marafonas,* no intúito de aplacar as suas iras, deixando de efectuar-se por meados do século XIX [556]; era levado em triunfo um curioso andor, renovado pela Câmara todos os anos (Fig. 46), à frente do qual caminhavam raparigas com açafates cheios de pães bentos; em volta do andor enroscava-se o *Rôlo,* de comprimento igual ao das muralhas da antiga vila; o pão, depois de benzido, distribuïa-se pelo povo, sendo o rôlo ou pavío entregue à Confraria do Espírito Santo.



Fig. 46
Andor da procissão da Candeia

O P.e CARVALHO DA COSTA confirma a existência dum pergaminho do mosteiro de Pombeiro, perto de Guimarães, no qual se narra certo milagre feito na

pessoa de um religioso do dito mosteiro, MARTIM PIRES, que «*vivia enfermo que mais parecia tronco immovel*»; curou-o Nossa Senhora da Oliveira, tendo-o alguém levado à sua presença «*aos XVI. de Setembro ann. CCCLXXX. antes da pestelença...*» [557] ¿A que peste se refere o pergaminho? O ano mencionado é o de 1380; a epidemia foi posterior. ¿Tratar-se-há da de 1384? Dêle se deduz ter havido em Guimarães, pouco depois de 1380, outra epidemia, não se sabe de quê. Sôbre pestes, nada mais direi agora, porquanto outras mais conhecidas se desenvolveram nos séculos XVI e seguintes.

Passei em revista o que possa elucidar sôbre a assistência pública na vila, antes de nela existir a Confraria da Misericórdia. Da apaixonada canseira de Frei MIGUEL DE CONTRERAS e da devoção frutuosa da Raínha D. LEONOR nasceu, ao findar do século XV, uma das maiores e mais santas obras de caridade: a Misericórdia. O papel desta instituïção, mais tarde Irmandade, criada em 1498 na cidade de Lisboa, foi de incomensurável valor. Os seus hospitais foram, não só mansões de alívio para os males de tanto e tanto enfermo, mas pelos séculos fora, até hoje, verdadeiras Escolas de médicos. A elas deve a Medicina muito do seu progresso: veja-se o que se passava nos seus hospitais de Lisboa e Pôrto. O valor dêste último está largamente considerado em obra de vulto, devida ao Prof. HERNÂNI MONTEIRO [558]. Mas, não devemos esquecer as humildes Misericórdias da província, merecedoras da atenção dos que lhe devem ser gratos. Até à sua organização, os doentes dispersavam-se por albergarias, gafarias e modestos hospitais existentes no país.

Em Guimarães, como aconteceu no Pôrto e outras localidades, o Hospital da Misericórdia concentra a assistência pública, deixando gradualmente de existir outras casas de hospitalização; lucrou imenso a medicina com tal facto; médicos e cirurgiões confraternizam mais, moral e intelectualmente; abre-se então nova era para a prática médica e para os enfermos, cuja história constituïrá a terceira e última parte dêste trabalho.

*

Nenhum documento apareceu até hoje nos arquivos apontando-nos a data da fundação da Confraria da Misericórdia em Guimarães; sabe-se ùnicamente que já existia na vila, treze anos depois da sua criação em Lisboa no ano de 1498, e doze de ter sido instituïda no Pôrto em 1499 [559]. Não demoraram os vimaranenses em organizá-la, ciosos da sua terra, desejosos de praticarem sob a sua égide os divinos mandamentos do Compromisso da nascente obra de caridade. Em 1511, portanto, já existia na vila a Confraria da Misericórdia, segundo o testemunho de um pergaminho que encerra determinado prazo da Coraria; êsse documento diz ter sido escrito na *capela da Misericórdia, Misericórdia Velha,* depois sob a invocação de S. Brás, nome pelo qual também era denominada posteriormente [560]; a capela, depois pertença do Barão de Pombeiro de Riba Vizela, existia no claustro de Nossa Senhora da Oliveira (Fig. 47), reünindo-se os confrades na dita capela até possuïrem casa própria. Compunha-se de Provedor (o 1.º foi D. FULGÊNCIO, Prior da Colegiada) e 12 Irmãos, constituïndo a governança. Mais tarde, 1585, transforma-se em Irmandade, rasgando, assim, novos campos de acção.

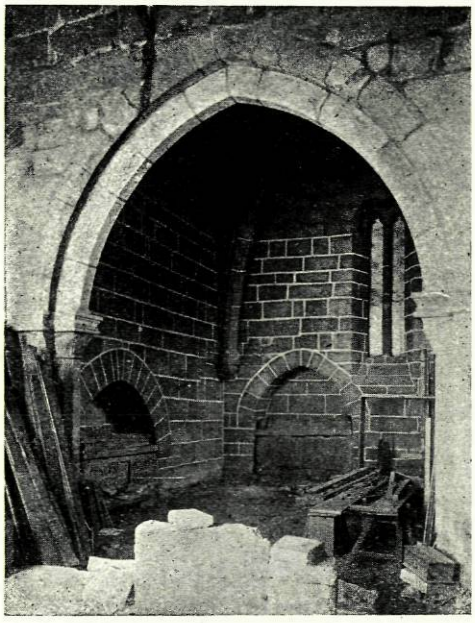


Fig. 47
Capela de S. Brás ou da Misericórdia Velha
(Colegiada)

FILIPE I, em provisão de 1587, confirma o seguinte:

> «acordo que se fez em camara pelo juíz vereadores e officiaes e pessoas da governança dessa dita villa, porque todos foram contentes de darem d'esmola á casa da Misericordia que n'essa villa se ha-de fazer quinhentos cruzados. . . . . » [561]

Nesse ano, aínda não tinha a Irmandade casa sua; em 1588 comprava ela a BALTAZAR DA ROCHA, da cidade de Braga, prédios que custaram 90$000 réis, para onde depois se transferiu. Tudo isto se lê no «Livro de Assentos n.º 12», do Arquivo da Misericórdia, sob a rúbrica *Título de despeza;* aí se encontra o registo de certos gastos com as obras de instalação, tais os referentes a carretos, pedreiros, trabalhadores, mantimentos dos mesmos, salários, etc. Do gasto dos 500 cruzados

> «que sua Magestade fez mercê à Misericórdia d'esta Villa para as obras della como consta da provisão do dito Senhor que anda no principio d'este livro. . . . . »

pede contas o desembargador de el-rei PERO DA SILVA; por elas se verifica que, «*à conta das pedras grandes que trouxe para o alicerce cujas pedras que há-de dar*», recebeu o pedreiro ANTÓNIO GONÇALVES 3$000 réis; a despeza total foi de 200$462 réis. Em 1588 já a Misericórdia se estava construïndo, com esta ajuda da côrte e do município.

Como a Irmandade tivesse pedido ao Rei a pedra de certa parte da Tôrre da Garrida, informa contràriamente S. Magestade, e a veneranda tôrre das muralhas não se desmorona. Nesse requerimento do Provedor e Irmãos

> «pedindo a pedra d'uma tapagem que estava dentro dos muros da villa, no rocio da banda de dentro da porta da Garrida, que, por já ser desnecessaria, o povo derribou um pedaço, de que se fizera uma porção de calçada para tornar a usar das serventias que de antes que ella fosse feita se servia; pedindo a que restava e que chegava para maior parte da egreja e casa da Misericordia que andavam construindo no meio da rua Sapateira que era a principal de Guimarães, etc.»,

riscou terminantemente a mão real filipina «*não podem ser providos visto a informação*» [562].

O alvará régio permitindo a expropriação de prédios afim de

se construïr a casa e a igreja, data de 1588. Vejamos, porém, o que se sabe da fundação do Hospital da Misericórdia. Quando ainda Confraria, a governança, por não possuí-lo, levava aos enfermos e necessitados os indispensáveis socorros. Nada pude saber do papel dos médicos nessa assistência domiciliária. Em 1590 já a Irmandade tratava da construção de um hospital, pelo que se depreende de uma efeméride de J. L. DE FARIA; é um Alvará Régio, dado em Lisboa,

> «para que o provedor e irmãos da Misericordia possam mandar pedir esmolas para a mesma em toda a comarca e correição da villa de Guimarães, por tempo de dois annos. O requerimento diz que tinham começado uma casa da Misericordia (hospital) e solicita provisão para pedir para a mesma por todo Entre-Douro e Minho e que cada lavrador dos de dentro da villa trouxesse de graça um carro de pedra para o serviço desta obra, por uma só vez, não lhe valendo previlegio algum» [563].

Conseqüentemente, o Hospital da Misericórdia foi dos primeiros construídos no reino, dependentes daquela Irmandade. Desconhece-se o ano em que nêle começou a fazer-se o internamento dos doentes; todavia, em 1604 o hospital já possuía alguns enfermos, pois um termo da Mêsa dêsse ano assim o declara; por êle se resolve serem os enfermos confessados no dia da entrada ou, extraordinàriamente, no dia seguinte [564]; quanto à Irmandade, só em 1606 se transferiu da Capela de S. Brás para a igreja da Misericórdia, principiada em 1588 (Fig. 48).

Deve notar-se que, no Pôrto, só em 1605 se lança a primeira pedra do Hospital da Misericórdia, conforme se lê na inscrição descoberta por CHERUBINO LAGÔA [565] e apresentada pelo Prof. HERNÂNI MONTEIRO na sua obra «Origens da Cirurgia Portuense». Até então possuía a Irmandade, além das Albergarias entregues por D. MANUEL, o hospital estabelecido na de Roque Amador, ampliado e protegido por D. LOPO DE ALMEIDA. Ao tempo da fundação do novo hospital de D. LOPO, já a Misericórdia de Guimarães recebia doentes no seu, ainda incompleto.

As obras prosseguiam, como se lê no traslado do «Livro de Termos — 2», do respectivo tombo:

> «Eu elRej faco saber aos q̃ esta prouisão uirem q̃ avendo arespeito a me enuiarem dizer por sua carta os officiães da Camara



Fig. 48

Igreja da Misericórdia e primitivo Hospital da Irmandade.

da Villa de Gẽs q̃ auia mães de oitenta annos a esta parte q̃ os Reis deste Reino meus predecessores fizerão merce conceder imposição na Vila de hum ceitil en cada quartilho de vinho, asseite e arratel de carne E peixe e pescado para ajuda das despezas ordinarias e m^to necessarias por não auer Rendimento na... camara da dita villa para se poderem satisfazer, da qual imposição se davão a casa da Miã della a 3ª p.^te para se acabarem suas obras.....»

Data esta provisão de 16 de Fevereiro de 1634; por ela se vê que, além das directas ajudas monetárias, o Rei concedia aquela parte do imposto à Misericórdia da vila.

Da primitiva assistência domiciliária nada se conhece; e só do século XVII existem notícias seguras sôbre a vida médica da Santa Casa.

Vejamos o que se sabe das restantes casas hospitalares de Guimarães, no século anterior. Existe na Biblioteca Municipal do Pôrto um curioso manuscrito a que já me referi, encabeçado pelo título de: «*Historia Geografica de varias partes do mundo E huma breve notícia de algumas couzas mais raras delle tudo Por Mestre Amtonyo Fisyquo, e Colorgião natural e morador de Guimaraens em 1512*». Divide-se em 4 partes, assim intituladas: «1.ª *Tratado sobre a provincia d'Antre Douro, e Minho e suas avondanças.* 2.ª *Tratado segundo sobre A Provincia de Armenia.* 3.ª *Noticia breve do Paraiso Terreal segundo Valera.* 4.ª *Tratado 4º emqueda huma boa notisia das Indias e do Preste João*».

À roda do nome e da obra dêste mestre ANTÓNIO têm-se escrito cousas nem sempre verdadeiras. Pena tenho não poder alargar-me, como desejava, sôbre o assunto, que deixo para outra ocasião. Embora negada a sua naturalidade por alguns, entre êles INOCÊNCIO DA SILVA [566], existe a prova escrita pelo punho de mestre ANTÓNIO na obra que apresento. Foi publicada muitos anos depois, com títulos que não correspondem à verdade [567]. Vejamos o que HERCULANO diz a seu respeito:

«Parece que os fados de Ruy de Pina eram ganhar nome e celebridade à custa do trabalho alheio: ajudou elle o seu destino em quanto vivo; ajudaram-lh'o outros depois de morto. Em 1608 publicou-se em Lisboa um volume em 8.º com o titulo de *Compendio das grandezas e cousas notaveis d'entre Douro e Minho,* obra que no

frontispicio é attribuida a Ruy de Pina. Este livro, porém, nada mais é do que o que compoz mestre Antonio, *fisiquo e solorgiam,* natural de Guimarães, e que em antigos codices anda junto ás chronicas de Ruy de Pina, bastando ler uma pagina d'elle para nos convencermos de que é escripto em um periodo de lingua anterior á epocha d'este chronista, e que elle talvez não fez mais que copial-o, com intento de lhe chamar seu, podendo-se-lhe applicar aquelle distico francez:

Pour tout esprit que le bon homme avait,
Il compilait, compilait, compilait.» [568]

Por certas provas documentárias, livres de tôda a suspeita, se vê que mestre ANTÓNIO passou a vida na sua terra natal. Figura como testemunha de testamento em 1504 (L.º II dos Testamentos e Doações do Arquivo da Colegiada, fl. 149 v.º), onde se diz *fisico e çelurgião;* em 1508 era mordomo da Confraria do Serviço de Santa Maria, já referida, consoante se verifica num prazo e doação do Casal da Cova, feita por MARIA NUNES à mesma, datado de 6 de Março, onde é designado por *mestre* [569]*;* em 1512, segundo êle próprio escreveu no seu pequeno volume, era *morador de Guimaraens;* no «Livro I das Vereações da Câmara», existe registada uma petição para licença de venda dumas casas a *mestre Antonio, fisico morador na dita villa,* que tém a data de 30 de Junho de 1531. Estas letras documentais não deixam dúvidas sôbre a permanência do discutido *mestre* em Guimarães; ESTAÇO, nas suas «Várias Antiguidades de Portugal», diz viver aínda em 1533 aquele físico [570].

Dêste personágem fazem, alguns autores, cirurgião-mór de D. JOÃO II, como BARBOSA na «Biblioteca Lusitana» [571], e INOCÊNCIO DA SILVA no seu «Diccionario Bibliographico Portuguez», dando-o êste nascido em Torres Novas. Da nevoenta questão um só ponto se tira a limpo: *Mestre* ANTÓNIO de Guimarães foi contemporâneo de um outro *mestre* ANTÓNIO de Torres Novas.

Espero solucionar um dia êste assunto, ajudado pelas provas que possuo. Abaixo do título do Tratado segundo, diz êle na citada obra:

«Tratados varios de varias historias assim de terras como de Fontes como de Aves Serpentes Pedras ervas e Animaes Ferozes com a explicasão das suas raras vertudes quimiquas Tudo efcrito por mestre Antonio Fisyquo e Colorgiao da Provincia do Minho em 1512».

O Dr. SILVA CARVALHO [572] regista o seu nome como o do autor de um manuscrito do século XVIII, «*n.º 245 do Fundo Antigo da Bibliotheca Nacional de Lisboa, in folio de 14 pag.*», cujo título, com leves diferenças, é o mesmo do manuscrito do século XVI da Biblioteca do Pôrto.

É nesta obra que o cirurgião vimaranense nos diz serem 7 os hospitais da vila, em 1512, contando 2 gafarias, sustentados por algumas das 22 Capelas e Confrarias nela existentes, além de 4 *meceerias*. Quais fôssem essas casas hospitalares não posso dizê-lo com segurança; todavia, entre elas se contariam a de S. Roque ou dos Peregrinos, a dos Sapateiros e a de S. Miguel-o-Anjo; as 2 restantes seriam quaisquer das albergarias já estudadas (N.ª S.ª do Serviço). Os lazaretos poderiam ser o de Santa Luzia e Santo André ou S. Lázaro.

A sua existência neste século confirma a abundância de leprosos na região, aliás verificada em nossos dias por JOÃO DE MEIRA e ZEFERINO FALCÃO [573]. Segundo êste, a lepra é muito abundante nas cercanias de Fafe, devendo notar-se que a gafaria de Santo André de Bouças, mencionada em documentos dos primeiros séculos da monarquia, existiu nos arredores daquela vila. No entanto, os pobres lázaros, em 1531, queixam-se à Câmara do abandono em que jaziam, desprovidos de tudo [574]. Ôntem, afinal, como hoje!

É curta a lista de médicos do século XVI, naturais ou não de Guimarães, aí exercendo a profissão. Além de *mestre* ANTÓNIO, aponto outra notável figura médica, também vimaranense: o Dr. BALTAZAR D'AZEREDO, intitulado o *Hipócrates* e *Galêno português,* tam douto se apresentava aos seus compatriotas. Filho de JORGE D'AZEREDO e MÉCIA DA FONSECA, foi lente de *Crisibus,* de *Avicena* e de *Prima,* na qual se jubilou por Carta de 4 de Dezembro de 1604, sendo reconduzido em Janeiro de 1605, comendador de Cristo e fidalgo da Casa Real. A data da morte dêste médico, que foi físico-mór, é duvidosa (1631?) [575]. Foi reitor do Real Colégio de S. Paulo, de Coimbra. Em seu testamento, êsse famoso latinista contemplou a Santa Casa da Misericórdia com abundantes legados («Index das Notas», Arq. da mesma).

Outro médico distinto foi o Dr. CRISTÓVAM DE AZEVEDO,

de Guimarães, também físico-mór do reino, nomeado em 1614 Colegial de S. Paulo, em Coimbra [576].

Do físico SEBASTIÃO FRANCISCO nos dão contas os «Livros das visitações» da Colegiada; uma delas, feita pelo Arcebispo-Cardeal D. HENRIQUE em 17 de Setembro de 1538, mostra que o futuro Rei ordenava aos seus curas

> «e aos outros da dita Vila q euitem da igreja e diuinos offiçios a Sebastiam Frco fisico mor na praça e Pedreanes çapateiro p alcunha barbas de folle e Johã do loureyro argueyreyro e pedralvez de Faria homem solteyro e Susana Glz e Violante Glz. . . . . E a estes acyma ditos notificarã p tays euitados nas outras Igrejas e mosteiros da dita Villa pª q la sejam euitados e dados de participantes Respeituamente como dito he. . .»

É natural que o Dr. LUÍS GOMES MEDEIROS, pai do poeta MANUEL TOMÁS, aos 80 anos assassinado na ilha da Madeira pelo filho dum ferrador, em 1665, clinicasse em Guimarães, parecendo ser desta vila tôda a família. Contudo, nenhuma indicação encontrei que me habilite a provar esta hipótese, aliás razoável.

Resta-me falar do sangrador PERO BORGES, cujo nome copiei da lista dos Irmãos da Santa Casa da Misericórdia, feita em 21 de Setembro de 1597.

De outros médicos, sangradores e boticários poderia dar, neste ponto, algumas notícias; reservo-as para mais longe, pois as primeiras referências que lhes são feitas datam do século XVII, embora alguns já exercessem a sua profissão no século anterior.

Passo a relatar as penas em que incorriam os médicos da vila, caso não obrigassem os seus doentes a cumprir as determinações da Igreja, isto é, confessar-se e comungar antes do médico os observar, costume verificado também no século XVII; tal se fazia em obediência às decretais dos Papas INOCÊNCIO IV (no Concílio Lateranense) e PIO V, bem como às decisões do Concílio Provincial Bracarense [577].

Na visitação efectuada por D. Fr. BARTOLOMEU DOS MÁRTIRES à Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, aí deixou escrito o bondoso Arcebispo em 12 de Novembro de 1565:

> «mandamos a todos os fisicos e cirurgiões desta villa que d'aqui em deante sendo chamados para que visitem e curem quaesquer enfermos, lhes amostrem com muita instancia como de direito são obrigados

que logo se confessem, e recebam o SS.mo Sacramento, e sendo n'isso remissos em tal caso lhe mandamos sob pena de obediencia que passados dous dias depois que a primeira vez os visitarem lhes não façam outra visitação até com effecto se confessarem e receberem o SS.mo Sacramento e lhes encarregamos suas consciencias que parecendo-lhes que em dentro nos ditos dous dias, se os taes enfermos se não confessarem estarão em perigo de se falecerem sem confissão lhes amoestem que logo com brevidade o façam, pondo-lhe deante o perigo em que estão, e o façam outro sim saber aos curas das freguesias em que forem moradores para que os venham logo ouvir de confissão».

Salvo êrro, naquele mesmo registo de visita do Cardeal D. HENRIQUE há várias disposições que permitem deduzir a existência de médicos pertencentes à Colegiada, dos quais não colhi os nomes, e a obrigação de se sujeitarem a uma rigorosa observação clínica os cónegos que, por doença, deixassem de cumprir os seus deveres:

«§ Daquy em diante os que se mandarem contar p(or) doẽtes mais de tres dias seram visitados por dous conegos ajuramentados com hum fisico ou dous outrosy ajuramẽtados e achando q̃ a sua enfermidade os empide a nam poderem vyr ao coro sem euidente detrimento das suas pessoas seram escusos. . . »

Num outro registo de visitação, feita não sei por quem a 22 de Julho de 1583, dão-se análogas ordens, não só para os membros do Cabido, como para todos os cristãos:

«Qualquer beneficiado q̃ estiver mal desposto o pode mandar dizer ao contador do choro, o qual por sua verdade o contara os dous dias q̃ se seguem, des de aquella hora em q̃ lhe deram o recado e isto pode fazer ate duas vezes em quada mes, e ao terceiro dia, por todo o dia mandam escrito do medico, ou sorogião q̃ o cura, e nao o mandando o contador. . . O doente he obriguado a primeira ves q̃ sae fora de sua casa, ir direito a igreia vençer o Dia, ou mandar dahi dizer ao contador, q̃ lhe ponha dia de graça, so pena de ser riscado. . . . . E o nosso medico sera obriguado dizer ao Doente a primeira ves q̃ o visitar, q̃ se confesse e q̃ esta obriguado a lhe fazer esta lembrança por obriguação, q̃ fez ao Cabido. E q̃ nosso so'r tera conta com sua saude, tendoa elle com sua alma. O qual iltem se executara naquelles de quem se tiver entendido q̃ folguarã ser visitados nesta forma. . . . . »

No citado manuscrito do cónego MESQUITA, a pág. 198.

PEDRO DE AZEVEDO, nos «Arquivos da Historia da Medicina» (1914, 5.º ano), apresenta-nos um físico natural do Pôrto, mas morador em Guimarães ao tempo da peste de 1599, conforme um documento que transcreve, onde se lê:

> « ..... acolheu-se aesta igreja de São Frausto hum Luis Gomez fizico morador que era em Guimarães e assi troixe sua familia o qual era viuvo e ouui dizer ser natural do Porto homde naquelle tempo ao que demonstraua seria de sinquoenta para sesenta anos de idade pouquo mais ou menos, tinha muitas branquas ao parecer na barba era de rosto uermelho, aboborado e dizião ser do figuado, tinha filhos legitimos e filhos bastardos ou naturaes, a molher foi de Guimarães e leuantandosse a bandeira de saude na dita villa se tornou pera a villa de Guimarães no tempo da prisão dos da nação antes do perdão que cuido ser na era de 1602 se absentou para fora do reino e querião dizer para França ..... »

Como no século pretérito, as epidemias fizeram algumas vezes estragos em Guimarães, com maior ou menor violência. Das que MAXIMIANO LEMOS e BERNARDINO GOMES [578] registam, em grande número, há notícias na vila das de 1507 a 1509, 1531, 1569, 1575, 1595 e 1599.

Das primeiras, diz o P.e TORCATO PEIXOTO ser o desbaste de tal ordem que no burgo «*não ficou cousa vivente*» [579]! Os mortos eram enterrados no lugar de S. Roque, onde mais tarde se ergueu, por causa de outra peste, uma ermida àquele Santo. Para se calmarem os furores da epidemia — não mencionada por MAXIMIANO LEMOS, nem BERNARDINO GOMES — instituiram-se três dias de Ladaínhas: um dia a S. Miguel de Creixomil, outro à ermida de Santo André, outro à de S. Torcato; a respectiva procissão, chamada das Ladaínhas, saía da Colegiada, levando à frente, no dizer do P.e TORCATO, «*muitos homens com bandeirinhas em umas varas compridas, dançando e cantando:*

S. Miguel de Creixomil
Dai-nos favas e perrichil.
Castanhinhas temol'as nós.
Senhor Deus ouvi-nos a nós.
Santiago que de Christo apostolo és,
Magdalena roga por nós,
E rogai a Deus por nós.»

Conta o mesmo historiador: «*quando o povo da villa se quiz recolher a suas casas por estar applacado o contagio da peste, primeiro encheram a povoação por alguns dias dos gados dos contornos, para que com seu bafo sanassem as partes infeccionadas*». Estas foram as únicas medidas higiénicas então lançadas em prática; contudo, nas pestes seguintes os cuidados são maiores e melhores, consoante os preceitos sanitários da época, como se verá.

Em 1531 a Câmara, aflita com más notícias de nova peste na Galiza, previne-se, cortando as relações de Guimarães com aquela província; os *guardas da saúde,* fiscalizando essa medida, castigavam a sua infracção com grandes penalidades. Tendo a epidemia conquistado o reino pouco depois desta precaução, a Câmara inicia mais apertada vigilância, tomando deliberações em sessão de 12 de Abril do mesmo ano, na presença dos maiores e notáveis da vila. Transcreve o ABADE DE TÀGILDE o termo dessa assembleia municipal, que, por ser um notável documento para a higiene das epidemias em Portugal, copio na integra:

> «Primeiramente que na villa haja dois guardas móres cada mez dos honrados da villa e pessoas que hajam juramento e que tenham muito cuidado da villa e arrabaldes e que nenhuma pessoa não entre na villa e arrabaldes sem licença dos guardas como passar d'um dia que estiverem fora com pena de cincoenta rs. aos do povo e... e aos estranhos e d'aquella qualidade e d'ahi para cima cem rs. e aos que vierem do termo sómente haverão juramento na porta porque quizerem entrar e os que vierem de fora do termo e d'outras partes não entrarão sem licença do guarda mór sob a pena sobredita e mais outra qualquer que os guardas móres decidirem segundo a qualidade da obrigação em que os acharem.
>
> Que as portas da villa que hão-de ser abertas serão as de S. Domingos, onde ha de ser o juramento dos guardas móres, e as do Postigo e Torre Velha e Santas Luzia e Margarida e não guardarão mulheres as portas e os guardas móres lhes mandarão que entre quatro mulheres paguem a guarda d'um homem por dia e não serão... mas que... que se não constranger de guardar e pagar.
>
> Que ordenarão passagem os guardas-móres por fora da villa e arrabaldes por onde passem os que não houverem d'entrar na villa e arrabaldes.
>
> Que toda a pessoa de fora do termo que vier á villa não possa entrar na villa e arrabaldes sem licença do guarda-mór e não passarão a bandeira sem haverem juramento na bandeira do guarda que

guardar a bandeira que lhe fará exame donde seja e donde vem e informado que vem desimpedido o mandará á porta de S. Domingos onde haverá outro juramento do guarda-mór sem pagarem dinheiro os quaes serão dos concelhos nossos comarcãos que não hão de trazer recordação porque os das cidades e villas do reino não entrarão sem trazerem recordação que serão vistas e examinadas por os guardas móres e que os guardas das bandeiras sejam homens e pessoas que o fação bem.

Que nenhuma pessoa de qualquer estado e condição que seja agasalhe nem recolha em sua casa creados seus nem d'outras quaesquer pessoas que de fóra do termo vierem sem licença dos guardas-móres sob pena de quinhentos reis e o que em sua casa entrar seja preso e da cadeia se fará . . . como que por rasão e justiça.

Que os guardas móres possam levar de cada recordação um real e isto (?) não levarão dinheiro senão das recordações dos lugares que se levam. . . e tornaram a dizer que não levem dinheiro e assim o mandaram quanto aos guardas da villa porque aos que forem rondar pelo termo se ordenará o que deve de haver quando lá fôr para seu mantimento.

Que qualquer pessoa que se intrometter a despachar como guarda sem ser ellegido n'esta camara pagará dez cruzados e será preso segundo a qualidade de sua pessoa e além da pena do mandado d'El-rei Nosso Senhor e que tudo se apregoe e a pena de dez cruzados será para o concelho e captivos.

Accordaram que sejam guardas móres para servirem no termo este mez d'abril os mesmos que agora serão (?) e assim na villa e guardem este regimento e que não entre no termo nenhuma pessoa que de fóra vier dos moradores d'elle ou seus filhos, parentes e creados, sem licença dos guardas móres do termo ou d'aquelles que tiverem poder para isto por mandado dos ditos guardas sob pena de pagar cem reis cada vez que entrar e outro tanto o que o recolher e agasalhar e se vierem de lugar impedido ou vierem impedidos pagarão mil reis assim os que vierem como os que os recolherem e os jurados e quadrilheiros virão dar parte aos guardas sob a dita pena.

Accordaram que para o mez de maio sejam guardas na villa e arrabaldes Antonio Martins e Vasco da Costa e o Riconado, e não seja duvida riscar Antonio Martins porque disse que estava impedido.

Para o termo accordaram que Francisco Torres e Antonio Gomes e Affonso Fernandes e Alvaro Rebello o sejam o dito mez de maio e lhes serão repartidas as freguezias, e o mandaram assim escrever e. . . que eu João Vieira o escrevi e corrigi outros. . .

E mais accordaram que se for necessario mais accordãos para melhor ordenação dos guardas que os juizes e vereadores o accordem e façam fazer.

Que quando vier peste de fóra para a villa e termo que n'este caso os guardas não dêm despacho sem os juizes e vereadores.

> Que os ditos senhores alcaide mór e D. Fernando e Pero de Castro e assim o snr. Martim Vaz possam mandar guardar para o termo homem seu escudeiro cada vez que virem que é necessario como guardas móres porque para isso lhes dão poder e deram logo juramento ao alcaide-mór e D. Fernando e Pero de Castro e mandaram que se certifique ao snr. Martim Vaz e lhe dêm juramento e assim o mandaram escrever, e tambem foi dado juramento a Vasco da Costa e ao Riconado e Antonio Gomes e Diogo Fernandes que bem e verdadeiramente o façam e assim o prometteram fazer. João Vieira o escrevi» [580].

Infelizmente, como acontecera ao erudito Abade, não logrei descobrir documento algum que nos elucide sôbre os resultados destas medidas ou os efeitos da peste na vila e termo.

Diz aquele historiador não haver notícias de epidemias até 1599, negando uma de 1575 apontada pelo P.e CALDAS; MAXIMIANO LEMOS indica nesse ano uma epidemia em Guimarães e V. DE MEIRELES fala de uma outra em 1574, originada na fome e miséria do reino, que HENRIQUE HENRIQUES afirma serem horríveis entre 1574 e 1575 [581]. Espantava-se o ABADE DE TÀGILDE com a mortandade causada pela epidemia de 1575, transferindo-a para o ano de 1599, dizendo que ela só existira na imaginação do referido P.e CALDAS. Porém, atendendo aos informes dos citados historiadores médicos, essa epidemia existiu no reino, embora o Abade diga que nenhum escritor a regista! Comprovando êsse facto, existe uma lápide conservada no Museu da Sociedade MARTINS SARMENTO (Fig. 49).

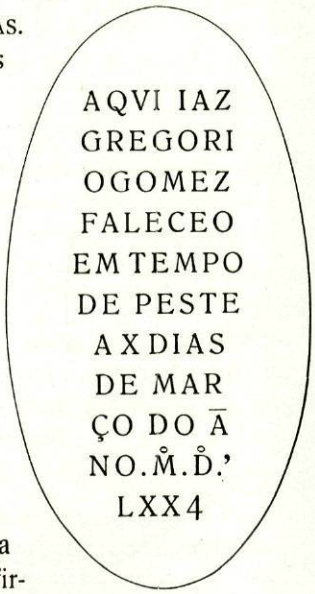


Fig. 49

Esta lápide, segundo me informaram, é proveniente de Braga; mesmo assim, confirma o que disse, pois se refere ao *tempo de peste,* com a data de 1574. Não pertence a Guimarães a inscrição, é certo, mas permite-nos afirmar ter a peste existido nesta vila, reparando-se que tam próximo ia ceifando a vida dos outros habitantes do distrito. Afirma P.e TORCATO morrerem dessa epidemia,

na vila, «*passante de duas mil pessoas e no Termo cinco mil*», sendo o mal originado em grandes fomes, suposição também aprovada por CARVALHO DA COSTA [582]; estas notícias conjugam-se com as citadas de HENRIQUE HENRIQUES.

Lê-se numa *Obrigação dos Freguezes de S. Seb.ão,* 1 de Junho de 1580, incluída no «Livro de Contractos e Posses» (Arq. da Colegiada):

> «ainda hoje em dia ha ares corruptos e mãos de peste de que Deos Nosso Senhor nos goarde e livre nestes Reinos de Portugal. . . . . por causa da dita peste as ditas portas desta villa se cerram e fechão e as não abrem senão muito tarde de dia e ainda por mandado de Justiça pello que os enfermos. . . . . »

Quere dizer, nesse ano novamente a peste ameaçava Guimarães; as medidas de isolamento continuaram, semelhantes, por certo, às que o Dr. DIOGO SALEMA, guarda-mór da saúde, aconselhava de Lisboa, onde a peste bubónica se ateara assustadoramente, derramando-se por todo o Alentejo e ganhando em breve o Pôrto, em 1582 dizimado com violência; por 1586 o velho burgo do Douro mostrava «*pestiferos incendios de hum pavoroso contagio*» [583]. Guimarães não ficaria indemne nesta epidemia, porquanto em 1586, por sentença da Relação do Pôrto, é consentido aos mercadores da vila fazerem também a *bandeira da saúde;* possìvelmente, com as precauções tomadas, a peste não causou estragos de maior. Destas epidemias, 1580 e 1586, nada conta o ABADE DE TÀGILDE.

Em 1595 desenvolve-se outra epidemia em Guimarães, parecendo não ter sido de muito más conseqüências; diz o P.e TORCATO PEIXOTO que essa não foi tam mortal, pois todos se defendiam cuidadosamente: guardas nas casas dos que morriam, queima de vários perfumes e vestuários de bocaxim; «*os serviços da gente da villa, e dos de fora se obravam com cautellas por pessoas conhecidas, não entrando huns, nem sahindo os outros por quanto eram impellidos pelos guardas das portas, os quais eram as pessoas mais qualificadas. . .*» Durou esta peste, ao que parece, três mêses; dela falaram o Prof. MAXIMIANO LEMOS e o ABADE DE TÀGILDE [584].

Em 1599 a peste bubónica matava milhares de portugueses;

Chegada a Guimarães, a vila paga-lhe doloroso tributo; em S. Roque, cemitério das vitimas de 1507-1509, como disse, na colina da Penha, estabelece-se o Hospital dos pestosos ou *Casa de Saúde,* chamada o *Monte,* semelhante às instituïdas em Lisboa (Alcântara), Coímbra (Santo António dos Olivais), etc. Põem-se em uso as medidas indicadas pelos higienistas da época; roga-se com fervor o auxílio do céu; S. Roque é chamado a proteger os habitantes contra a peste, entoando-se-lhe hinos, dedicando-se-lhe procissões, erigindo-se-lhe capelas. Os frades de S. Francisco, a-pesar-de no seu convento ter entrado a doença, vão para a rua e para a *Casa de Saúde* cuidar dos enfermos e prestar-lhes os socorros espirituais:

> «Abrazaua-fe a villa & ardia o conuento no qual erão ja fallecidos Sinquo frades. . . . . O que vendo frei Ioão de S. Ioseph, & todos os facerdotes mancebos, nos quaes feruia o sangue da caridade chriſtaam, pedirão, & alcãçarão em 12. do mez de Iulho licença do Arcebiſpo de Braga pera adminiſtrarem aos feridos todos os trez facramẽtos. . . . . & rompendo animoſos pelas eſpadas da morte, aſſi na villa, como na caſa da saude, que ſe chamaua o *monte* fizerão grandes maravilhas.»

Isto diz Frei ESPERANÇA na sua «História Seráfica».

Fugiram os habitantes da vila, imitando os vereadores da Câmara que se recolheram em Polvoreira, freguesia próxima. Junto à *Casa de Saúde* foi edificada uma capela a S. Roque; donde algumas vezes saíu em procissão à vila, quando as epidemias invadiram posteriormente o concelho; vê-se aínda, num aposento abandonado da igreja do Mosteiro de Santa Marinha da Costa, uma imágem de S. Roque, talvez a primitiva, que descia à vila nessas procissões; da sua ermida trata uma curiosa monografia do Dr. EDUARDO DE ALMEIDA, inserta no n.º XXXIII da «Revista de Guimarães».

Dos efeitos dessa peste, dizem as lápides funerárias das figuras 50 e 51. A primeira apareceu no terreiro de S. Francisco em Guimarães, a segunda no lugar do Assento (S. Torcato), pertencente a um cruzeiro próximo da igreja paroquial; está quebrada desaparecendo por isso algumas letras. Assim as apresenta o ABADE DE TÀGILDE («Rev. de Guimarães» n.º XXIII — 3 e 4).

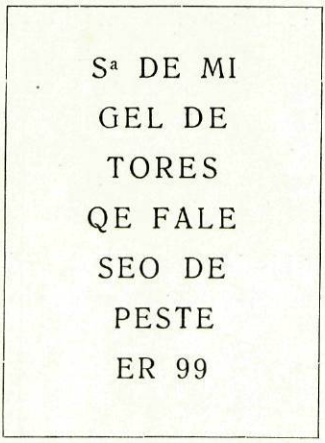


Fig. 50

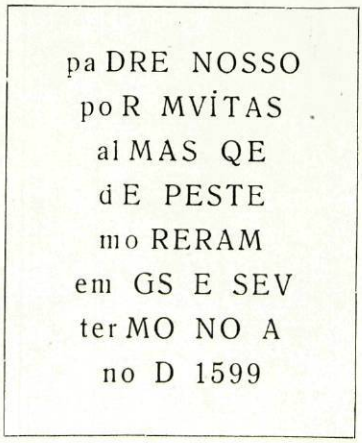


Fig. 51

É natural que desde a peste de 1489 saísse a *procissão da Candeia* ou *do Rôlo,* sempre que as epidemias se aninhassem na vila. A seguinte provisão da Câmara (« L. das Provisões ») comprova tal facto (séc. XVI):

> «Dizem o juiz vereador e procurador desta villa de Guimarães que Vossa Magestade lhes manda por sua Provisão que não fação despeza da renda da camara em sera das procissões nem em prégações e porque os moradores desta villa por voto antigo reformão quada anno hũa candea do espirito sancto que he tamanha como a cerqua desta villa que em hũa peste prometteram de renouarem com procição solemne uespera do dito dia à Igreja principal diante da porta della e a benzerem com muitos cestos de bolos, para enfermos, a qual faz de custo hum ano por outro até sinquoenta cruzados e nas procições que se fazem por mandado dos reis passados como he dia de S. Sebastião em que a villa dá pregador e algũs cirios e na de Corpus Christi e paga a clerigos que leuam a charola e na de Santa Isabel e do Anio Custodio e vespera de Nossa Senhora dagosto e o domingo de Ramos e os uão benzer fora da villa e assi são per todos seis sermões de que ha annos está em costume dar — P. a Vossa Magestade aia por bem lhes fazer mercê que possam fazer as ditas cousas asima declaradas . . . . . » 585

Antes de passar ao século XVII, devo referir-me a uma das medidas higiénicas de maior importância para a vila, já mencionada: a obtenção da água da Serra da Penha para abastecimento dos tanques e chafarizes da vila. Apresentei a opinião de

CHOFFAT sôbre a pureza das águas de tais fontes, sendo indiscutível o valor da sua captação naquela serra, que data dos fins do século XVI; o encanamento, ao começar o século XVIII, já precisava de reforma, sendo principiada em 1764 essa notável reparação. De tudo o que respeita à situação, dimensões, fábrica e conservação dos canos nos informa o ABADE DE TÀGILDE, num curioso trabalho de há 26 anos [586].

Aqui deixo, de um modo geral, a história médica de Guimarães no século XVI; embora a apresente resumidamente exposta, julgo ficar bem esclarecida.

Ao desabrochar do século XVII contam-se em Guimarães, além do da Misericórdia, sito na rua Sapateira, os hospitais de S. Roque, na rua Travessa, o do Anjo ou dos Sapateiros, o de S. Páio (Albergaria do Serviço) e o do Anjo, em S. Miguel do Castelo. A gafaria de S. Lázaro continuaria a receber os infelizes leprosos, para a qual entrou, ainda em 1619, uma pobre mulher examinada por dois físicos, que ali resolveram interná-la [587]. Contudo, excepto o da Misericórdia, aqueles hospitais eram de reduzidas dimensões, albergando poucos doentes; tendendo a diminuir no acolhimento dos enfermos, êstes demandavam em grande número o da Santa Casa, que possuía um corpo clínico permanente e outras vantagens indiscutíveis.

Vejamos como êste hospital ia progredindo com o passar dos anos. Instituído numas casas construídas entre a actual igreja da Misericórdia e a viela da Arrochela, estava longe de corresponder às necessidades de uma Casa com êsse nome; por isso a reforma, pouco depois da sua fundação, principiou a inquietar o espírito dos Mesários. Deve-se ao arquitecto JOÃO LOPES DE AMORIM—depois nomeado Irmão da Santa Casa, tendo feito parte da Mesa em 1620 e 1627—a traça do edifício. Em 1642 estavam concluídas várias obras que tinham resolvido efectuar na Casa do Hospital [588]: cunhal, frontispício, arco, chafariz do páteo, escadaria, casa do despacho e outras oficinas (Fig. 52) «*que correm des o canto da Igreja athe o canto da rua da Rochella pella trasa feita pelo dito João Lopes*». No «Livro das Esmolas» da Santa Casa lê-se que, de 1594 a 1608, o poder

real lhes concedeu, para as obras, o provento das imposições sôbre certos géneros alimentícios; no entanto, em 29 de Junho de 1622, a Mesa delibera pará-las, pois o seu estado financeiro a isso obrigava; parece que nesse ano estava muito empenhada [589]. Já atrás indiquei outros socorros dispensados pelos reis à nascente instituïção.

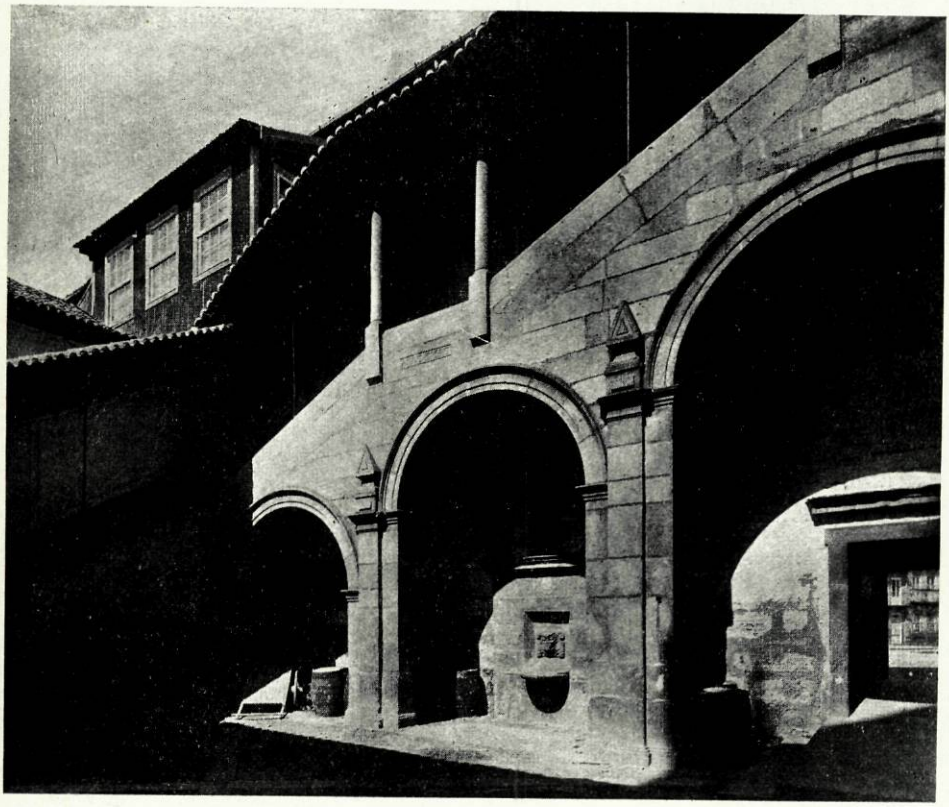


Fig. 52

Pátio, escadaria e chafariz do primeiro Hospital da Misericórdia.

Em 1672, a Mesa da Misericórdia («L.º das Lembranç.» 1661)

«alugou a Camera os baxos da Caza do *hospital novo* p.ª melhor se fazerem as audiencias como se fazem, não tratam de pagar nem se dispoem a isso...»

O aluguer era de 6.000 rs. anuais; sòmente em 1679 a Câmara se rezolve a pagar o seu débito, que ascendia a 80.000 rs. Aquelas dependências nos *baxos* do *hospital novo* eram o rés-do-chão do edifício da casa hospitalar da Misericórdia.

A afluência de doentes ao hospital recém-construído era de vulto. Tal se verifica numa petição feita à Câmara pela Santa Casa para lhe ser cedida determinada pena de água, o que se realizou em 1624:

> «esta villa, alem dos muitos romeiros e doentes que a ella concorriam com devota peregrinação a S. Gualter, era passagem para S. Thiago de Galliza e S. Gonçalo d'Amarante, pelo que ao seu hospital minguava agua para limpeza e bebida» [590].

Diz o Dr. JOAQUIM DE MEIRA que em 1610 existiam no Hospital da Misericórdia 5 doentes pobres, como se declara numa visita feita ao mesmo pela Mesa, em dia de Santa Isabel; êsse número deve referir-se a doentes recebidos exclusivamente por esmola, mas creio bem existirem muitos outros, pois a passagem transcrita claramente o indica; assim devia ser porque em 1703 os doentes atingiam o considerável número de 200 por ano, que foi aumentando até hoje.

Tendo escrito estas notas gerais sôbre o Hospital da Misericórdia nos começos do século XVII, direi alguma cousa sôbre os outros hospitais. Segundo uma efeméride de J. LOPES DE FARIA, em 1607 e 1608 os oficiais das casas hospitalares do Anjo da rua Sapateira, de S. Roque da rua Travessa e do Anjo de S. Miguel do Castelo, fazem uma procuração na nota de ADRIANO DE SAMPÁIO, não se sabe para que fim [591]; isto demonstra a existência dêstes hospitais no comêço do século. Parece que a Santa Casa teve em vista unir sob a sua administração os hospitais da vila; se tal se realizou não sei dizê-lo, contudo, na sessão da Mesa de 23 de Março de 1608, como consta do respectivo registo, foram admoestados dois Irmãos, por se opôrem a essa tentativa [592]. No «Index» das igrejas da vila, anteriormente citado, estão registados pagamentos do Hospital da rua Sapateira, feitos de 1674 a 1700, e do de S. Roque, de 1674 a 1701.

Quanto às gafarias, provou o Prof. MEIRA a existência de uma, apenas, no século XVII, a de S. Lázaro, passada em 1680

para a administração da Santa Casa, «*porque agora não havia o mal de S. Lazaro*» [593]. Sôbre a assistência médica e vida íntima dêste lazareto e dos outros hospitais, nada se colhe nos documentos. Refiro o que no Arquivo da Misericórdia se fica sabendo a êsse respeito, adicionando-lhe a relação de factos e nomes que se prendem à restante história médica da vila.

No rol dos Irmãos, anteriormente existentes (1597), lê-se o nome do Sangrador PERO BORGES; não sei se prestava serviços aos enfermos que a Misericórdia socorria nos domicílios. Em Abril de 1600 a Mesa nomeia outros Irmãos «*de menor condisão por morerẽm de peste...*» muitos outros, que irão substituir.

Em 1607 encontramos registados como Irmãos os médicos BALTAZAR GONÇALVES (B.ar glz') e RODRIGO DE MEIRELES, êste então já falecido, e o cirurgião GERVÁSIO LEITE, nesse ano também já passado do mundo. Do rol dos Irmãos, em número de 150 no ano de 1613 — aumentado depois para 170 — foi riscado em 1614 o Dr. BALTAZAR GONÇALVES, médico da Santa Casa, o primeiro que encontrei assim claramente indicado. Deu motivo à expulsão a sua falta de caridade e amor para com os pobres; um dia, foi visitar certa doente, «*o quelle fez loguo com o olho no em terese, E antes detomar ho pulso... lhedise lhe auya de dar quoatro vinteis, a qual não tinha deseu mais que dous vinteis de esmola, para mezinhas...*»; quando os doentes pobres lhe não pagavam, arrepelava-se todo «*chamando-lhe ladrões, E outras palavras*» e, assim, «*morrerão algũs podeser ao desemparo*». Sendo por tal admoestado, respondeu à Mesa com os maiores descaro e atrevimento, insultando-a; não contente aínda, corre ao Toural onde, numa roda de amigos e curiosos, a chacoteia bravamente.

Lê-se no «Livro dos Ordenados» terem sido eleitos, em 21 de Setembro de 1614, médico e cirurgião da Santa Casa, respectivamente JOÃO PEIXOTO GOLIAS e ANTÓNIO PACHECO PINTO; pelo «*Titulo do que dão aos capellães, & servientes da Caza*» se vê que os seus proventos em 1624 eram: «*quarenta alqueires de milho ao primeiro e vinte ao segundo, pago aos quarteis*». Com PEIXOTO GOLIAS fazia serviço um outro médico, Dr. ROQUE COELHO, auferindo os mesmos lucros; foi eleito Irmão juntamente com o cirurgião ANTÓNIO PACHECO em 1625, «*auendo respto ao*

m.to trabalho q̃ tinh̃ cõ os doentes». Anteriormente, já PEIXOTO GOLIAS gozava dessa regalia, requerida por servir muitos anos, com dedicação, a Santa Casa.

O barbeiro DOMINGOS LUÍS, sangradror do Hospital, aparece nos livros como «*homem de forte e rija condição e mui teimoso e escandaloso, como é publico em todo este povo tido e havido por isso; e sendo chamado por alguns irmãos que quizesse ir Sangrar alguns pobres do Rol, por serviço de Nosso Senhor, o não quiz fazer*» (1630). Sendo ferido o bravo sangrador por um seu inimigo, foi o criminoso mandado a degrêdo; pessoas amigas pedem o seu perdão ao agredido; DOMINGOS LUÍS apoquenta-se, torce-se de raivas, vomita injúrias aos suplicantes e ao próprio crucifixo que levavam, na esperança de o amolentarem com a sua presença, e por fim, nega o perdão [594]! A Mesa da Misericórdia risca-o de Irmão e sangrador em 3 de Março de 1630.

No «*Libro, dos Ordenadenados, do, RS.º Padre, Capellam, Medico & Surgiam, e mais, seruentes...*», datado de 1642, vamos encontrar ainda, prestando serviços à Casa, o Dr. ROQUE COELHO e o cirurgião PACHECO PINTO. Além dêstes, há pagamentos ao Licenciado JERÓNIMO MEIRELES BARBOSA (1643) e aos cirurgiões SEBASTIÃO VILELA (1644) e JOSÉ MARQUES BARBOSA (1645). Parece que os médicos recebiam 5$000 réis anuais e os cirurgiões 4$000 réis.

Noutro «Livro 14.º de ordenados», principiado em 1657, estão patentes os nomes dos médicos da Casa, Drs. ANTÓNIO DE MORAIS, JERÓNIMO MEIRELES e GREGÓRIO LOPES DE ARAÚJO, cada um com seu ordenado de 4$000 réis. O primeiro também foi médico da Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, conforme se lê no seu «Livro dos Previlégios», em 1664. O terceiro daqueles médicos parece não ter sido uma figura banal, a dar-se crédito ao modo como BRÁS LUÍS DE ABREU se lhe refere no capítulo em que apresenta observações sôbre o *Phrenefi*, colhidas pelos «*mais celebres, e famigerados medicos de Portugal*»; diz na observação 7, parágrafo 143 da sua obra «Portugal médico» [595]:

> «O D. Gregorio Lopes medico expertiſſimo, & de eſpeculação profunda, & nervoſa; reſidente na famoſa Villa de Guimaraens, affiſtio a huma molher; que mal repurgada de hum ſobreparto, cahio de

repente em hum grave delirio, que paſſou a phrenefi legitimo. Elle a mandava fangrar; mas pella dezordenada inquietação, & movimentos da enferma commutou o remedio das fangrias em ventosas farjadas nas homoplatas, & nas pernas; acompanhou eſte remedio com algumas emborcaçoens feitas a Cabeça de cozimento de ervas attemperantes, & capitais; & logo mandou applicar a meſma parte algumas galinhas eſcalladas, & pulverizadas com pos de ſandalos vermelhos; cujos remedios aproveitaraõ de forte; que vencido o phrenefi com quatorze horas de ſomno, & quietação profunda, acabou de vencer a febre com alguns julepes attemperantes, & humectantes».

A-pesar-do elogio do célebre *Olho de Vidro,* a Mesa da Santa Casa risca-o de irmão e de médico, por desacreditar a mesma: «*contra a forma do Compromisso, alem das palavras affrontosas que contra ella anda proferindo nas casas do jogo e lugares publicos foi posto a ferros e sahio com onze negras...*» («L.º dos Assentos», n.º 9). Contudo, em 1698 estava GREGÓRIO LOPES readmitido, como prova um assento feito pela Mesa, propondo o ordenado de 20$000 réis para êle e para um outro médico, o Dr. PINTO FERREIRA, servindo ambos apenas um semestre.

A vida hospitalar do Dr. LOPES não foi muito sossegada. Como vimos, depois de 1657 já era médico da Casa; por 1665 aínda aí prestava os seus serviços, pois nesse ano era admitido como médico o Dr. DOMINGOS PINTO FERREIRA para o ajudar («L.º dos Assentos dos Serventes», 15 de Outubro); por certo o Dr. LOPES se retirou ou fizeram retirar do Hospital pouco depois dêste facto, porque em 18 de Junho de 1673, por falecimento do Dr. JERÓNIMO DE MEIRELES BARBOSA reünia a Mesa para que «*se enlegese ao doutor Gregorio Lopes p.ª assistir no ospital e fora delle a cura dos pobres da Casa..... e se lhe desse o ordenado costumado q̃ sao coatro mil rẽs cada anno*». É a segunda vez que êste médico é eleito para o quadro clínico do Hospital da Misericórdia; não deve ser estranho a isso o resolvido em 20 de Junho de 1671 pela Mesa e pelo Definitório a respeito da expulsão dos médicos, cirurgiões, boticários, etc.: «*se ordenou que a Meza os não pudesse botar fora senão por erros de seu officio*», tal como legisla o Compromisso da Misericórdia, de 1637; para aquela resolução a Mesa pede aos vindoiros todo o seu cuidado («L.º das Lembranças», 1671). Julgo terem sido motivos muito diversos duma incapacidade profissio-

nal os que levaram os mesários a combatêr mais de uma vez o Dr. GREGÓRIO, visto ABREU lhe chamar claramente «*medico expertiſſimo, & de eſpeculação profunda, & nervoſa*». Em 1698 aínda era médico da Misericórdia, desconhecendo eu a data do seu falecimento.

Após a criação do seu Hospital não tardou muito a Santa Casa a possuír o partido de boticário; já em 1657 estava vago, por morte de JOSÉ MARQUES DE ARAÚJO, provido a seguir na pessoa de ANTÓNIO COELHO, com loja de drogas na Praça. A eleição fez-se por «*favas Branquas e Negras na forma que se costuma*», em 9 de Setembro daquele ano.

No dia 1 de Agosto de 1660 elegeu a Mesa para *Votiquairo* do Hospital DIOGO PEIXOTO DE AZEVEDO, que em 1664 aínda exercia o cargo.

Lêem-se no «Livro dos Assentos dos Serventes», os nomes do Dr. ANTÓNIO DE MORAIS e do *sorgião* JOSÉ MARQUES, já apontados, como recebendo o ordenado de 4$000 réis cada um; não havia, portanto, diferença alguma de honorários entre médicos e cirurgiões. JOSÉ MARQUES aínda exercia a sua profissão no Hospital em 1674 («L.º das Eleições», 1658-1683), tendo servido a Casa mais de 30 anos. Foi eleito naquela data o cirurgião FRANCISCO RIBEIRO, para servir no ano imediato.

O Dr. DOMINGOS PINTO FERREIRA, citado em 1665 como eleito para médico da Misericórdia, fôra por certo dispensado do serviço, não sei em que ano, porquanto aos 19 de Julho de 1682, dezassete anos depois da sua primeira entrada como clínico, no Hospital, a Mesa elegia-o novamente com as seguintes condições:

> «a 1ª que este anno em que servia o sr. D. Prior de..... não queria sallario, nem partido algũ. 2ª que serviria aos mezes com o Dr. Gregorio Lopes de Araujo e que cada hũ. contaria suas receitas nos seus mezes. 3ª que na casa dos galicados receitaria as purgas que lhe..... parecessem respeitando sempre a pobreza desta S.ta Casa».

Como da primeira vez, o Dr. PINTO FERREIRA entrou para alternar o serviço com o Dr. GREGÓRIO LOPES; por 1691 aínda cuidava dos enfermos da Santa Casa.

Outro médico, o Dr. ANTÓNIO DE BARROS DE FIGUEIREDO,

assistia no Hospital com o Dr. GREGÓRIO LOPES, segundo o «Livro dos Assentos dos Serventes»; o «Livro dos Ordenados» aínda o refere em 1691.

Neste mesmo ano reünia a Mesa para admoestar o Dr. MANUEL PINTO PINHEIRO — cuja eleição não pude ver registada — por faltar algumas vezes ao serviço da Casa.

Cêrca de 1680 um assento de pagamentos indica, além dos nomes dos cirurgiões já referidos, FRANCISCO RIBEIRO e JOSÉ MARQUES, com 4$000 cada um (?): «*despendeuſe com o doutor Martinho de Azevedo, de alguas vezes que vejo curar os pobres do hospital... 1200*». ¿Quem era êste médico que a Santa Casa chamava para tratar dos seus enfermos? Um clínico sabedor e carinhoso, gozando de tal forma das simpatias de todos, que alguns vimaranenses, atendendo às suas boas qualidades e à muita família que tinha para sustentar, fizeram, a seu respeito, o seguinte contracto:

> «Antonio de Souza Cirne, etc., etc. moradores na villa e termo, conhecedores, por experiencia que tinham, das lettras, zello e caridade do doutor Martinho de Azevedo, e conveniencia que rezultava á villa e termo da sua assistencia, pelo amor e cuidado com que curava e assistia aos doentes e o pouco lucro que tirava de tão grande trabalho não ser capaz para o sustentar com a muita familia que tinha, por cuja causa se lhe arbitrára na camara do anno passado 50$000 rs de partido que S. A. lhe confirmava no cabeção das cisas por alvará seu, o qual lhe fôra impugnado na execução por alguma parte do povo, mais por comtemplação de outros medicos e pessoas que eram affectas, elles por evitarem o prejuizo e o escandalo que disto podia resultar, pediram ao dito Dr. Martinho quizesse desistir da defferição do dito alvará que elles se obrigavam por suas pessoas a lhe darem cada anno 56.500 rs com que se quotizaram, enquanto aqui estivesse curando de graça os pobres miseraveis que não fossem do rol da Misericordia e tivessem razões para se não irem curar ao seu hospital; o dr. Martinho a tudo acedeu...» [596].

Nestas palavras se colhem bastantes provas do bom carácter e da sabedoria do Dr. AZEVEDO. O alvará real que o provia no partido da Câmara e do qual os amigos e admiradores o fizeram desistir, data de 27 de Agosto de 1675. A Santa Casa, porém, não perdeu ocasião de o chamar para o quadro clínico do seu hospital; em 1 de Setembro de 1682 reüniam os Irmãos da Mesa, resolvendo que «*aceitavão por medico desta S.ta Casa com o*

partido de quatro mil rs. ao D.or Martinho de Azevedo por sentirem ser em utilidade desta S.ta Caza e os pobres doentes melhor assistidos...». A sua fama não diminuía com o passar dos anos, antes se firmava cada vez mais; aínda em 1683 era clínico da Misericórdia («L.º dos Ordenados»), não logrando notícias do ano do seu trespasse.

Em 1686 pagava a Santa Casa a dois sangradores, BENTO FRANCISCO, barbeiro, e DOMINGOS GOMES NETO, cujo serviço devia ser alternado; receberam 4$000 rs., não especificando o termo de pagamento se essa quantia representava o ordenado de cada um; se assim fôsse — o que duvido — os honorários dos médicos seriam iguais aos dos barbeiros-sangradores. Aqueles ganhavam essa anuïdade, igual à dos cirurgiões, de costume menor, tal como se fazia no Hospital da Misericórdia do Pôrto.

Nada mais pude saber do que respeita ao quadro clínico do Hospital da Santa Casa, neste século. Porém, junto algumas notícias às que deixo registadas, dizendo respeito aos serviços hospitalares.

Os mesários cessantes escreveram num «Livro de Lembranças»:

> «Tenhase m.to cuidado cõ os enfermos do hospital afsim acerca da limpeza, como no comer que selhe dá, porq̃. nos mostrou a experiencia que por mal assistidos padessiam, o q. se remediou bem este anno que acabou, cõ hũa mossa que por sua devoçam assistia cõ grande cuidado assim aos enfermos como aos moribundos».

Nesse mesmo livro se anotou a obrigação da Santa Casa zelar pelos Lázaros ou antes, pelas rendas da gafaria de S. Lázaro, sem doentes alguns, nesse ano de 1680, como já se disse.

Parece que a Casa não viveu ao princípio com grande desafôgo. Em 1698 os médicos queixam-se da pequenês dos honorários, aumentados depois pela Mesa, que exige também mais cuidado e trabalho dos interessados; ganhavam 12$000 rs., ficando assente

> «que se desse vintee mil rs. de ordenado a dois medicos que seriam o Dr. Gregorio Lopes e ao Dr. D.os pinto ferreira que cada um delles assistiria neste ospital e aos doentes delles seis mezes e fazendo qual-

quer delles falta nesta villa assistirião sempre hũ em o Lugar do outro..... que nunca se faltasse a Caridade e assistencia aos doentes como declaração que se pello tempo adiante algũ delles regeitasse este partido, em tal caso nunqua se daria ahũ medico só os vinte mil reis e só lhe darião dose mil Rs.»

Da vida médica e dos doentes da Santa Casa da Misericórdia, pouco se pode dizer. A nota mais curiosa encontrada respeitante à terapêutica das doenças venéreas foi o seguinte assento «*q̃ se tomou em mesa sobre a cura dos doentes de umor galico*», aos 10 dias do mês de Março de 1677; nessa reünião da Mesa ficou

«asentado q pelos inconvenientes q̃ a esta Sant.ª Casa se segue de que a cura dos doentes de umor galico se faca com salsa pela muita despesa q. se faz com os ditos doentes e tão bem por. q̃ a dita salsa se acha nas boticas já m.to velha..... os medicos desta S.ta Caza achão ser mais conveniente asi ao bem dela como dos ditos doentes q̃ a dita cura se faca com pau santo e que p.ª a dita cura o medico fara hum regim.to na forma q̃ se hade fazer o coall se fixara em hua taboa nesta casa do despacho e nenhum irmão dest.ª mesa de maior ou menor condição podera satisfazer ao boticario desta S.ta Caza as receitas de coalquer calidade dachaques sem serem prim.o asinadas e revistas pelo mediquo...»

Bem procurei qualquer dêsses *recipes* entre a papelada solta do Arquivo da Misericórdia, mas nem um só apareceu! Nota-se no referido Tombo a falta de memoriais que nos elucidem sôbre a estatística de doentes e doenças que no século XVII passaram pelo Hospital da Santa Casa. Essa falta continuará a notar-se nos subseqüentes anos, se bem que menos sensível, dela se tendo queixado já o Dr. JOAQUIM DE MEIRA [597]. Os doentes de tinha parece terem sido tratados sempre fora do hospital por certos curiosos, aos quais a Santa Casa pagava. Assim um tal *Tudesquo, da rua de Gatos,* curava em sua casa os doentes que a Misericórdia lhe enviava; mais tarde, no século XIX, havia também uma *mulher encarregada do curativo dos tinhosos.* Mas não se julgue que isto acontecia em Guimarães sòmente: no Pôrto, por exemplo, o mesmo se fez, entregando a Santa Casa tais doentes a êsses *especialistas,* como conta o Prof. HERNÂNI MONTEIRO [598]. Tal facto, dizia o Dr. JOAQUIM DE MEIRA, «*dava*

orígem a esta situação pouco lisongeira para os créditos e para a dignidade dos facultativos do hospital» [599]. Nos primeiros tempos, o quadro clínico da Santa Casa era constituído por 2 médicos, 2 cirurgiões e 1 sangrador, dum modo geral; porém, chegou a contar 3 médicos, 3 cirurgiões e 2 sangradores; noutras épocas, o número descia a 1 médico, 1 cirurgião e 1 sangrador.

Tenho de referir agora mais alguns médicos, cirurgiões, boticários e sangradores que, não pertencendo ao quadro do Hospital da Misericórdia, exerciam contudo a sua profissão em Guimarães. É possível que um ou outro dos apresentados tivessem servido igualmente a Santa Casa, não podendo garantir tal suposição, atenta a carência de notícias a seu respeito nos Livros do Arquivo. No princípio do século XVII vivia em Guimarães o médico ANTÓNIO LOPES, cristão novo, natural do Fundão; após 4 anos de residência na vila, onde exerceu clínica, teve de abandoná-la, acolhendo-se a Terena, perseguido pelo Santo Ofício [600]. Diz um dos documentos que narram a sua fuga:

> «Antonio Lopes que se intitula Doutor, medico, irmão de Gaspar lopes boticario do fundão, aueria quatro annos que risedia em Guimarães exercitando o officio de medico, foi se do Fundão tendo vindo de Guimarães com Lianor Rodriguez sua mai que la tinha e hũa sua Irmã e hum seu cunhado. absentou-se em o mesmo dia em que seu irmão se absentou que forão em novembro de 1612, será de 32 annos de boa estatura, seco do rosto, muito alegre ao pareçer a barba sobre loura, de grave falava cicioso não o tendo de natureza dizem está em Therena e agora dizem estar casado com hũa filha do dito seu irmão boticario posto que se não sabe de certo; foi em sua companhia a dita Lianor Rodrigues sua may e o dito seu cunhado N. Soares que era natural de Guimarães com sua molher N. Lopes, irmã delle dito Antonio Lopes, a qual era uiuva de hum medico que faleceo em Ciudad Rodriguo e o dito Gaspar lopes buticairo com sua molher Lionarda da Cunha. Este Antonio lopes foi causa de todos estes seus parentes se absentarem do Fundão por se absentar em tempo que no Fundão se disse prenderão em Guimarães algũas pessoas pelo Santo officio e todos se absentaram do fundão. Está em Therena exercitando o fficio de medico». (Tôrre do Tombo, maço 7.º, n.º 2585).

Como tantos outros, o Dr. ANTÓNIO LOPES andou emigrado, sofrendo o exílio em terras de Espanha e França, como assevera

outro documento escrito a seu respeito em Guimarães (Freguesia da Senhora da Oliveira):

> «Lianor Rodriguez, viuva mai deste Manuel rodriguez assima que veo para aqui do Fundão e dizem foi molher de hum boticario se foi desta villa depois da prizão de Jorge Fernandez Rachão alguns mezes mas sabida a prizão loguo ella e hum filho seu solteiro medico se tratarão e esta foi a causa de sua ida porque comesarão loguo a vender e prepararse e dizem que cheguando ao Fundão, se forão loguo, e com elles hum filho desta viuva casado no mesmo Fundão que era boticario e se chamava João Lopes e lançarão fama hião para Madrid e assi mo escreueo o filho seu medico a que chamavão o Doutor Antonio Lopes e querendo eu saber isto achei que elles cheguarão a Madrid. e dahi se forão e não sabem pera onde, tem se por lá estarem em França porque escreueo elle hũa carta a esta terra que o embaixador de França o leuaua consiguo para la por seu medico, no que quis corar a sua ida por nao dizerem se hia por outro respeito sendo assi que hé falso o que se dis e mo disserão mercadores. . . . . » [601].

Esta inquirição contém novos informes sôbre o físico dêste Doutor: «*o filho medico he alto de corpo, rosto escorado, magro e comprido pouqua barba, será de trinta e hum anos*» (maço 7, n.º 2627).

Em 1618 a Mesa da Misericórdia elege irmão o sangrador NICOLAU DO COUTO; mais dois sangradores pertenciam à Irmandade: PEDRO ÁLVARES e FRANCISCO SOARES, que alguns anos serviram de Definidores (1638, 1639, 1640). Do boticário de Guimarães ANTÓNIO COELHO há notícias de 1633; no dia 28 de Agosto dêsse ano a Mesa risca-o da Irmandade, pois que o vaidoso boticário dizia achar-se em nível superior ao de Irmão de 2.ª condição, que lhe tinha sido dado! Em 1613, a Câmara de Guimarães (sessão de 1 de Junho) inteira-se da provisão que o Cirurgião-mór concedia a BASTIÃO GONÇALVES, das Aldeias (Termo da Vila), a qual lhe permitia «*concertar braços e pernas desmanchadas ou outra qualquer parte quebrada*». Vê-se por ela que BASTIÃO GONÇALVES há muitos anos exercia a sua profissão de *algebrista;* prestou juramento em 24 de Julho do mesmo ano («L.º das Vereações»). As já referidas medidas da Igreja sôbre os deveres dos médicos junto dos doentes, continuam neste século a ser postas em ordenações pelas auctoridades

eclesiásticas. D. AFONSO FURTADO DE MENDONÇA, arcebispo de Braga, em sua visitação à Colegiada feita em 3 de março de 1624, dizia:

> «mandamos em virtude de obediencia e sob pena de excomunhão maior e de dois mil reis por cada vez aos medicos e cirurgiões que na primeira visita que fizerem aos enfermos que estiverem em cama os admoestem que se confessem logo e comumguem porque de mais de assi convir muito não somente a salvação da alma mas ainda a saude do corpo a enfermidade da qual procede. muitas vezes da enfermidade da alma . . . »

No restante, a visitação assemelha-se às já mencionadas no século passado.

Do «*Livro dos Acordãos desta Camara da villa de Guimarães feytos no anno de 1692*» («L.º 15 das Vereações») destaco algumas passagens sôbre medidas sanitárias resolvidas em uma das sessões:

> «Todas as pessoas que tiuerem quintaes junto das ruas desta villa cortem os matos em forma que não fassa empedimento a passagem»
>
> — «que nenhũa pessoa laue no chafariz do Toural, nem da Praça, nem na fonte da Dourada. roupas ou meadas, sebolas ou alfaces ou outra algua cousa com que suge a agoa com pena de . . . »
>
> — «que nenhũa pessoa de coalquer calidade que seja bulla nos cannos da agoa que vem da Serra para esta villa, nem nas arcas della, nem laurem, nem cauem junto as dittas arcas e canos em distancia de dez palmos junto às dittas arcas e canos, nem outrosim plãtem aruores dentro da ditta distanfia . . . »
>
> — «tenham as mangedouras limpas, e com amparo de um palmo, e não consintam porcos, nem galinhas. nas estrebarias . . . »
>
> — «Nenhũa pessoa no termo desta villa traga cam solto desde o primeyro de Agosto até o primeiro dia do mes de Novembro com pena de que o cam que for achado solto paguar seu dono por cada vez quinhentos reis . . . »

Vejamos as epidemias dêste século. Existia em Guimarães desde o século XV o uso de se realizar uma procissão a S. Tomé, quando na vila fôsse levantada a bandeira da saúde; essa procissão saíu no ano de 1608 em virtude do *alevantamento* da bandeira, facto representativo do findar duma epidemia! Assim

nos diz o ABADE DE TÀGILDE na «Revista de Guimarães» [602]; contudo, não informa sôbre a qualidade do andaço. MAXIMIANO LEMOS refere-se a várias epidemias do século XVII, sendo impossível identificar alguma delas com a de Guimarães. À roda de 1608 nenhuma se verificou no país; sabe-se do recrudescimento da peste de 1599, nos anos mais acercados daquele, extinta em Lisboa aí por 1603. Com esta se deve relacionar aquela de que tratamos; extinta em 1603, não deixaria de ir fazendo seus estragos na Província aínda durante muito tempo, até se considerar de todo acabada em 1608. Àparte as epidemias de garrotilho em Font'Arcada (antes de 1626) e a febre tifóide em Lisboa (1631), a primeira peste do século XVII principia no Algarve em 1645, não podendo reportar-se-lhe a festa de S. Tomé em 1608. É mais um advogado de pestes a juntar-se a S. Roque e S. Sebastião, como tais bem festejados em Portugal!

Em 1617 a Câmara de Guimarães preocupa-se com as más novas oriundas da Bélgica e Holanda; nesse ano grassava aí a peste, tendo os Vereadores pedido informações à Câmara do Pôrto sôbre o que houvesse; o Município portuense respondeu:

> «De algũs dias a esta parte tiuemos noua de como, em abstradam se morre de peste. E da villa de Viana, tiuemos carta de auiso da náo que ahi chegou, que aqui tomou porto. Com ella se fazem as diligencias necesarias, com muito cuidado, e aduertencia, a gente toda bem diz basta, e comtudo temos a náo em degredo onde se vão benefeciando as fasendas, que todas estão postas em degredo, em Valdamores, com muitas guardas, todos os dias acistem os guardas mores, cõtinuando pessoalmente com esta diligençia.
>
> E o mesmo temos nós, muitas vezes, e o corregedor da comarqua, porque tudo se requere pera tão grande mal. E quanto a diligençia que Vs. Mercês fazem nas fasendas de Flandres, nesta cidade se não despacharão nenhũas ha muitos dias, e as que della vão são das antigas, em que não ha sospeita algũa, pello que té o presente podem Vs. Mercês estar seguros dellas, que as q̃ vierem, e as chegadas de nouo, não se hão de vender sem muita cautella, e exame como se faz. »

Alguns anos depois, por 1625, a Inglaterra ameaçava a Europa com a peste. De novo a Câmara do Pôrto avisa a de Guimarães, para que houvesse cuidado nos panos importados dessa nação. Conta o ABADE DE TÀGILDE ter a Câmara nomeado guarda-mór,

em sessão de 17 de Junho, o Vereador mais idoso GONÇALO MAÇOULAS DE CASTRO, para «*correr com a boa guarda da saude da villa*» [603].

Os beneficiados do Cabido foram isentos de *guardar a saude* no ano de 1637; isto demonstra que, para o privilégio ser oportuno, houve nesse ano qualquer epidemia no burgo. Essas regalias são firmadas mais tarde em 1662, por D. DIOGO DA SILVEIRA, Prior da Colegiada; nos *Estatutos* da mesma, por êle organizados, um dos Capítulos dispensa os Cónegos de estarem na vila, de assistirem ao serviço da Igreja, etc., para não serem atacados do mal.

Nada se sabe de uma epidemia existente no Pôrto em 1671, não citada pelo Prof. MAXIMIANO LEMOS, no que respeita à sua extensão até Guimarães. Certo é, porém, ter o Senado vimaranense, por avisos do Município daquela cidade, tomado as suas precauções, nomeando desde logo guarda-móres e guarda-menores. Nos lugares escolhidos por estas autoridades sanitárias foram postas bandeiras de saúde, «*visto que no Porto e outras terras circumvisinhas já estavam postas*».

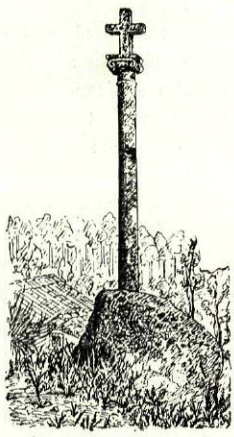


Fig. 53
Cruzeiro de S. Roque

Por 1676 chegam prevenções da Côrte; tomam-se medidas; além dos guarda-móres, nomeia a Câmara, para os serviços profiláticos, dois meirinhos, dois guarda-menores e um escrivão da saúde. Quatro e seis anos depois, 1680 e 1682, volta o município a eleger as autoridades necessárias, para prevenir a vila contra possíveis ataques epidémicos. Lá em cima, no monte, S. Roque continuou sendo o patrono dos pestosos; a multidão apavorada contava com as virtudes do Santo, rojando-se de joelhos à roda da sua capelinha e do seu cruzeiro, hoje já modificado, em parte, no primitivo estilo (Fig. 53). Numa nota, datada de 1763, escrita à margem no livro «Guimarães agradecido» (Biblioteca da Sociedade MARTINS SARMENTO), lê-se que noventa anos antes viera nesse ano à vila S. Roque da Serra (Fig. 54), por causa de indeterminada epidemia (varíola? febre tifóide?), que começara na opulenta Casa de Villa-Pouca; organizou-se uma solene pro-

cissão em dia de S. Pedro de Rates, nela se encorporando tôdas as Irmandades e algumas Comunidades da Vila e Termo. A imagem esteve nove dias no Convento do Carmo, durante os quais recebeu as preces dos fieis, voltando à sua capelinha em dia da Vizitação de Santa Isabel, fazendo-lhe então o povo outra festa:

«e dizem alguas pessoas q. haviam 90 anos q. tinha vindo a V.ª por hua peste semelhante pursisam 4 anjos cantando a seguinte letra em solfa. . .

Ja se retira ao dezerto
Roque felliz porq. save
q. as pizadas q. nos deixa
ficam cheias de Saudade.

Ficara sempre
do Vosso abrigo
o Nosso objecto
con respondido.

Da Vossa Irmida frondosa
Sacro Frances perigrino
Defendei este orizonte
dos Torpes ares malignos.»

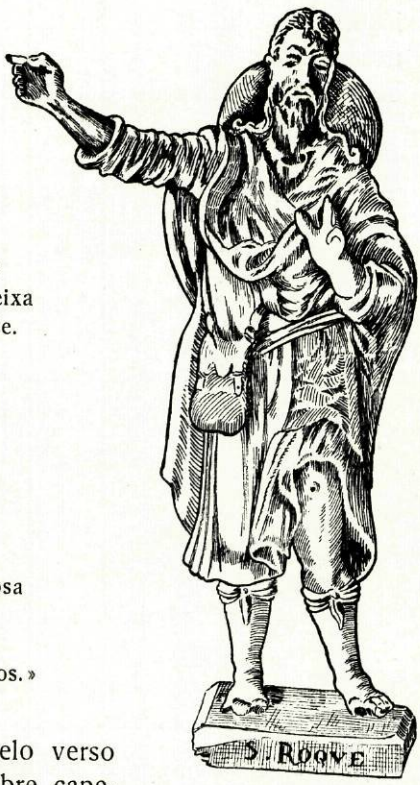


Fig. 54
Imagem processional
(Igreja da Costa)

A *Irmida frondoza* cantada pelo verso nada mais é que a modesta e pobre capelinha já referida e apresentada na fig. 55. Não pude saber qual fôsse a epidemia memorada pelas palavras *Torpes ares malignos;* o ABADE DE TÀGILDE inclina-se a crer saída a procissão para aplacar a seca do ano de 1683. Não me parece, contudo, ter sido êsse o motivo da descida de S. Roque, em triunfo, ao povoado.

Nada mais encontrei que pudesse melhorar as notícias sôbre êste assunto; de um modo geral, a profilaxia era a seguida em tôda a parte, cingida às determinações das obras médicas.

Da intercessão do sobrenatural na terapêutica das pestes verifica-se a identidade de invocações aos santos, especialmente a S. Roque, em muitas terras portuguesas.

Neste século, funda-se em Guimarães um novo hospital, chamado de S. Dâmaso ou do Cordão e Chagas. Foi LUCAS REBELO, abade da freguesia de Santa Comba de Regilde, o seu instituïdor, que determinou serem nêle recebidos eclesiásticos necessitados e pobres da referida freguesia. Legando todos os bens à Irmandade do Cordão e Chagas de S. Francisco, o bom

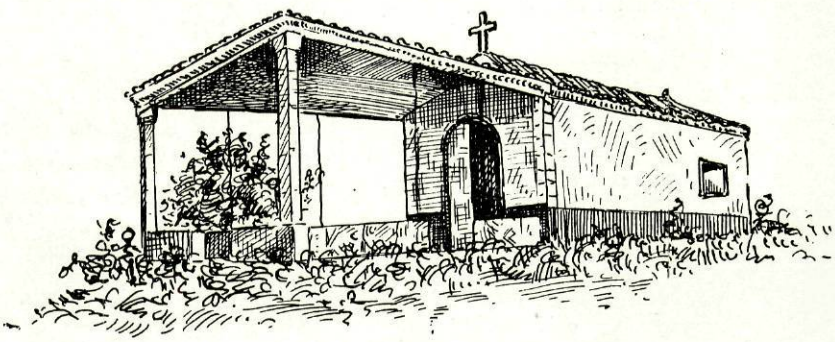


Fig. 55
Ermida de S. Roque

abade ordenava também a construção de uma igreja dedicada a S. Dâmaso; parece que tudo começou a edificar-se em 1641. Em 1644, segundo uma efeméride de J. LOPES DE FARIA, no n.º 236 do jornal de Guimarães «O Independente», aquela Irmandade

> «contracta na nota de Francisco Velloso com o mestre d'obras de pedraria, Domingos de Freitas, morador na rua da Caldeirôa, para lhe construir o corpo da Igreja do seu hospital por já serem fallecidos os mestres Domingos Coelho e Christovão Fernandes que lhe haviam feito a Capella-mór da mesma igreja».

É possível que o hospital ainda não estivesse terminado nesse ano, atendendo a que a igreja, nessa data, só possuía o altar-mór! Como diz o P.e CALDAS, em 1679 o hospital e a igreja estavam por concluir; contudo, aquele já recebia doentes nesse ano; o número dêstes foi sempre diminuto, visto os rendi-

mentos não chegarem para o que desejava o fundador. Hoje não funciona (Fig. 56).

O P.e CARVALHO DA COSTA, escrevendo em 1706, diz que

> «He o Hoſpital de S. Damaſo bem aſſiſtido de todo o neceſſario para remedio da ſaude de ſeus enfermos, que nelle ſe curão com toda a limpeza, que como foy inſtituido para Clerigos, paſſageiros, & neceſſitados, razão era que foſſe differente dos cõmuns».



Fig. 56

Hospital de S. Dâmaso

Julgo que o bem intencionado P.e CARVALHO exagerava um tanto! A propósito da fundação do hospital, lê-se na «Historia Seráfica»:

> «outro irmão de S. Franciſco, chamado Lucas Rabello, & Abbade de Santa Comba de Rigilde no valle freſco de Viſella, o qual a 9. de Iunho de 1619. leuantou hũa inſigne memoria da piedade chriſtaam Inſtituïo primeiramẽte herdeira univerſal a irmandade das chagas de noſſo Padre ſantiſſimo, disendo que o fazia aſſi pela *deuação, que*

sempre tive à Ordem do Serafico são Franciſco, do qual ſou irmão. Os encargos forão eſtes. Hum hoſpital pera cura de enfermos, o qual ella adminiſtra: o dote de duas orfans, ecc. . . . . O Hospital ſe vai fazendo naquelle meſmo lugar, onde foi a noſſa ſegunda caſa, recompenſando cõ elle as chagas de são Franciſco o outro, que então nos deu a villa, & dellas deuia ser por direito o ſeu titulo. Mas o pouo, confiado na deuação, que nos tem, fez titular a são Damaſo, a quem por ſeu natural confeſſa obrigações.»

Esta passagem esclarece dois factos: o de se estar construïndo o Hospital ao tempo em que foi escrita a «Historia Seráfica» — 1656 — e a situação do primitivo Hospital do Concelho; dizendo o cronista que o de S. Dâmaso se estava edificando «*naquelle meſmo lugar, onde foi a noſſa ſegunda caſa*» e sendo esta assente no Hospital do Concelho, claro é que ficava no local onde hoje se vê o de S. Dâmaso. Êste hospital aínda conserva a seguinte lápide comemorativa da sua fundação, idêntica no sentido a duas do interior da igreja, revelando as virtudes do fundador:

«Cum patrio Damaso templum constructa proseucha
Pauperibus Lucas prorsus in astra ferunt
Arte quidem mira construxid limina dupla
Ut Dominum bina colligat ipse fore
Im templum Christum specie nam suscipit escæ
Pauperis informa colligit hospitio
Catholici fructus operum cæmenta dedere
Sic docet expendi quomodo sacra decet.»

Fig. 57

Eram seus administradores os confrades da Irmandade das Chagas e Cordão de S. Francisco. A escolha de S. Dâmaso para patrono do hospital e da igreja obedeceu ao que dizem as crónicas, pois é tradição arreigadamente mantida ser aquele Santo e Papa natural de Guimarães lusò-romana (século IV) [604].

JOÃO DE MEIRA não admitia essa idéa e terminantemente a julgou esquadraçar num dos seus referidos trabalhos, quando

disse, no final, que Guimarães nunca poderia «*ter sido a Araduca de Ptolomeu*» e portanto pátria do glorioso Pontífice. Já vimos que, até hoje, se não há suficientes provas para acreditar-se num povoado mais ou menos valioso, representante, em tam longínqua idade, da moderna *Vimaranes,* também aínda se não descobriram elementos que o neguem. Mas, voltemos ao caminho perdido.

Aponto aínda a seguinte notícia respeitante ao hospital ou albergue de S. Páio, atrás citado:

> «O D. Prior, D. Diogo Lobo da Silveira, usando da sua jurisdição prelacial, entrega a communidade da Curaria o hospital ou albergue de S. Paio (e que ainda hoje recolhe oito mulheres pobres) e todos os mais bens da Confraria de Nossa Senhora do Serviço, erecta no claustro da Collegiada, a qual se achava extincta por falta de irmãos para que a dita curaria administrasse os ditos bens e cumprisse seus legados. . .» (J. L. de Faria. Efeméride in «O Progresso», de Guimarães, n.º 213).

O trecho agora reproduzido refere-se à antiqüíssima albergaria do Serviço; a sua entrega à Curaria realizou-se no ano de 1665. Ao tempo do ABADE DE TÀGILDE escrever o seu volume «Guimarães e Santa Maria», isto é, em 1904, aquela casa recolhia aínda as 8 pobres. Parece-me, todavia, que a parte da primitiva fábrica representada na fig. 39 vem a ser a porta da capela anexa ao albergue, e não a dêste. P.e T. PEIXOTO afirma que dessa capela nem vestígios existiam quando escreveu a sua já mencionada obra — 1692.

De tudo isto se fica sabendo que a albergaria do Serviço, acolhendo já pobres e doentes nos séculos XII ou XIII, continuou recebendo-os até meados do século XVII; daí por diante, ao que consta, albergou simplesmente mulheres indigentes.

Começarei relatando os factos médicos do século XVIII em Guimarães, ocupando-me do Hospital da Misericórdia. Progredindo, nêle se concentra a assistência pública dispersa por outras casas hospitalares da vila, que, sem condições e inferiores em vantagens, iam cedendo terreno à obra santa da Misericórdia.

Para se verificar como crescia o número dos doentes por ela socorridos, veja-se o seguinte quadro estatístico, organizado pelo Dr. JOAQUIM DE MEIRA [605], relativo ao século XVIII e referente a lustros, obtidos apròximadamente de vinte em vinte anos:

ANOS	DOENTES	ÓBITOS	MÉDIA ANUAL DOS DOENTES	MÉDIA ANUAL DOS ÓBITOS
1712	201	12		
1713	212	16		
1714	306	24	247 3/5	18 4/5
1715	258	23		
1716	261	19		
1732	322	—		
1733	330	—		
1734	330	—	364	—
1735	435	—		
1736	403	—		
1750	339	—		
1751	442	—		
1752	584	—	518 4/5	—
1753	530	—		
1754	699	—		
1771	662	—		
1772	594	—		
1773	473	—	620 4/5	—
1775	774	—		
1776	601	—		
1790	1007	—		
1791	765	—		
1792	679	—	749 2/5	—
1793	717	—		
1794	579	—		

É curiosa esta observação: em 1914-15 o número de doentes hospitalizados era de 787 homens, 1092 mulheres e 140 crianças. Segundo a nota que me foi fornecida pelo digno Cartorário da Misericórdia sr. SIMÃO NEVES, o movimento nosográfico do hos-

pital, em 1925, acusa êstes números: 384 homens, 354 mulheres; falecidos, 49. Verifica-se que a entrada de enfermos se fez já em maior escala, não deixando de aumentar o seu número até ao presente, a-pesar-de algumas oscilações apresentar a respectiva estatística. No que respeita a tratamentos, utilizo aínda algumas palavras daquele distinto médico vimaranense, escritas a propósito da cura do *morbo gálico,* que absorvia muitas camas, tempo e dinheiro à Misericórdia de Guimarães:

> «havia enfermarias geraes de doenças communs para homens e mulheres, e enfermarias privativas de doenças venereas. Estas ultimas, sendo situadas no andar baixo do edifício e recebendo a luz e o ar por pequenas frestas, eram de todas as peores. Os doentes da primeira categoria eram admittidos e tratados em qualquer época do anno, sempre que o requeressem e houvesse lugar. Aquelles, porém, que soffressem de *morbo gallico,* como se dizia, só podiam ser aceites em épocas determinadas, começando todos o tratamento no mesmo dia. Ao principio havia uma época só para esse fim, que começava pouco mais ou menos no meio do mez de maio. Mas, sendo grande a affluencia de doentes d'esta especie e não comportando as enfermarias proprias numero tão avultado aceitavam-se cada época em *duas camadas;* uma que dava entrada em abril, e a outra que começava o tratamento depois da primeira durante o mez immediato. Assim se praticou no anno de 1715 e outros. Mais adiante, não sabemos porque motivo, em vez de duas camadas, houve por algum tempo duas épocas de tratamento; uma durante o mez de setembro, e a outra no mez de maio.» [606].

No «Livro do Regimento dos servos», começado em 11 de Janeiro de 1722, lêem-se as *Obrigações* que patenteiam alguma cousa dos serviços médicos da Casa e demais assistência aos doentes:

> *Obrigações do Hospitaleiro:*
>
> . . . . . .
>
> 3 — Não tera porco pella pouca Limpeza q̃ cauza, e Galinhas, pella desconfiança q̃ dahi pode rezultar.
>
> . . . . . .
>
> 5 — Todos os dias pella manham, e de tarde hira adispenssa dar p^te dos doentes, a q̃ o medico, e Surgião mandar dar Galinha, ou Carneiro, p.^a assim lhe dar as Ressõis, e p.^a este efeito sempre os acompanhara.

6 — Tera cuidado de dar p.te ao Irmão do Mes, todos os gentares e seias, dos doentes que não comem as suas ressõis, pª q̃ lhe acuda com outra couza, e as guardara. . . »

No que respeita à divisão do Hospital, êste regulamento fala do Hospital de Cima e de Baixo: aquele, nas casas pegadas à Igreja da Misericórdia e 1.º andar das mesmas, êste no rés-do-chão, como se disse.

No *Espital de Cima,* o hospitaleiro:

. . . . . .

8 — Nunca dezemparara o Espital, de dia, e de noite, vigiando sempre os infermos, pª dar informação ao Medico, e Surgião, do modo em q̃ passarão.

9 — Deitara ajudas aos homens as horas, q̃ o Medico, e Surgião lhas mandar dar p. . . .

10 — Fara a cama aos homens de dois em dois dias.

11 — Assistira as sangrias dos homens.

12 — Se algum infermo estiver pª morrer, asendera a lus e dara p.te . . . . .

13 — Se falecer algum infermo, tanto q̃ arefesser, o Embrulhara, e pora na Tumba 24 oras na Ig.ª com duas Luzes, e passadas ellas lhe ira abrir a sepultura, no Claustro de Nossa I. e tangera osigno piqueno pª ajuntar os cocos, edara p.te ao s. christão p.ª o irem emterrar.

. . . . . .

15 — Tera o Espital sempre fichado pª q̃. não sahia nenhũ infermo, sem ordem do Escrivão, ou Irmão do mes, nem entrem mulheres agolhofiar com os infermos, nem homens agolhofiar com as infermas.

16 — Não consentira q̃ entre no Espital nenhũ parente dos infermos, sem pr.º ver se lhe levão algũa couza q̃ lhe possa fazer mal, reprovadas pello Medico e Surgião.

17 — Irá buscar bestas pa.ª cabalgaduras p.ª os infermos coando o Irmão o mandar.

Espital de Baixo:

. . . . . .

22 — Não emprestara cama, nem roupa p.ª fora do Espital.

23 — Dara as unçois aos homens.

24 — Tera cuidado coando sahirem os infermos do Galico, mandar lauar as roupas, e dobrallas e goardallas a bom recado.»

Neste *Espital de Baixo* eram feitos os tratamentos do *venéreo,* segundo a ordem já referida; como o indica o regulamento dêsse hospital, agora apresentado, para a cura do *morbo gálico*

existiam doentes internados; outros enfermos, como é óbvio, eram da clínica externa. No que interesse a dietas e preparação das mesmas, ouçamos as obrigações da *Espitaleira:*

> «2 — Fara os comeres asim degalinha, como de carneiro e baca separados de modo q̃ o Surgião e Medico os mandar fazer e q̃ não sejão salgados.
>
> . . . . . .
>
> 5 — Terá cuidado deter os comeres prontos, pª o gentar e sea, p.ª sedar decomer aos doentes, as horas, costumadas, como tambem agoa quente e linpa pª beberem e se lauarem antes q̃ comam.»

Quanto à *Enfermeira,* diz o regulamento:

> «1 — Será branda, passifica, alegre e discreta p.ª fazer bem a sua obrigação.
>
> 3 — Assistirá ao Medico e Surgião coando vizitarem os infermos. . . . .
>
> 4 — Deitará ajudas as Molheres as horas q̃ o Medico lhas mandar dar; e lhe dara as uncois na ocaziam do Galico.
>
> 6 — Assistirá as sangrias dos homens e Molheres.
>
> 16 — Dará agoa quente aos Irmãos infermos, antes de comer e depois.
>
> 17 — Dará panos aos infermos p.ª se alimparem ao gentar e sea. . . .
>
> . . . . . .»

Quanto à Servente, «*será sezuda, cortes, fiel e ligeira*». Não resisto à tentação de transcrever a seguinte «*Lembrança q̃ fica p.ª a Mencas vindoura*», num caderno de 1722 (?); essa lembrança elucida-nos sôbre particularidades da cura do gálico e mais da pouca honestidade do *Espitaleiro:*

> «O Espitaleiro Antº Ribrº se botou fora emais a molher q̃ era Espitaleira, e ainfermeira, por serem *3* unidos e hum corpo, e serião mais de prejuizo aesta caza do q. proveito, e p.ª q. se não torne em tempo algum aseitar p.ª o tal oficio direi aqui as causas: O Espitaleiro por sequerer fazer senhor desta Caza mais do q̃ o P.dor e menssas, alugando as roupas e camas do Espital de Baixo a pessoas de fora q̃ sequirião curar do Galico sem licença curando na mancão da cura do Galico q̃ se fazia nesta Caza, com as mesmas Medicinas q̃ pidia demais com capa da Caza; a pessoas particulares de fora, aos coais tambem mandava reção de galinha, e sopas, q̃ estava distinada p.ª os pobres; vendendo caldos de galinha p.ª fora, e aos doentes dava agoa clara, e galinha mal cuzida; trocando as galinhas que o irmão lhe dava p.ª matar aos doentes por outras mais rũis e as mandava vender fora

> m.tas vezes a revender.....?..... ao Irmão do Mes; não fasendo a sua obrigação de assistir aos doentes, nem de dia, nem de noite em tal forma q̃ m.tas vezes se achauão mortos ao desemparo e sem Sacramtos. Goardandolhe os vestidos e dinheiros, e se falecião se deixava ficar com tudo, sem dar conta ao irmão, emfim fazendo o q̃ absolutamente queria, e não o q̃ lhe mandauão descompondo os Irmãos e pegando de armas p.a elles fasendo com capa de Espitaleiro mil excessos edezaforos por fora, fazendo mas absencias aos Irmãos da Mez. emtas vezes falando contra o seu credito, e m.tas cousas q̃ aqui não Escrevo.....»

Que refinadíssimo tratante não era o dito hospitaleiro!

A cura do gálico sofreu a seguinte transformação, decretada em Mesa (sessão de 7 de Março de 1719):

> «foram chamados os medicos da Caza Mel Lopes de Araujo e Joaqm (?) fr.a e oserugião della Hym.o dAlmeida e asim mais omedico João Botelho e..... a quem pelos dittos irmãos foi preposto em aosencia do Provedor se se devião *curar* (?) os doentes do gualico com os fumos do sinabre ou com as unturas do Azougue, em 2.o logar.....»

A propósito desta innovação, critica o Dr. JOAQUIM DE MEIRA: «*O primeiro destes factos mostra que a alteração d'um tratamento usual, posto o corpo medico a julgasse vantajosa, não podia ser posta em vigor sem a sancção da mesa; e o segundo demonstra do mesmo modo que nem sempre a iniciativa dum tratamento novo partia da sua legitima origem...*»

Já me referi à cura da tinha executada fora do hospital, por curiosos. Num livro de entradas de doentes, datado de 1741, lê-se:

> «aos 30 de Julho do d.o anno comecei a curar de tinha Joze Filho de Plaxedes Maria cuja cura apostei com agueda Fran.a de o curar por desoito tostois pagos depois decurado e visto por mim. Ant.o de Frt.as».

Trata-se de singular aposta entre o assentador do nome dos enfermos, António de Freitas, e talvez a mulher que o tratava, Águeda Francisca. Aínda em meados do século XIX se verificava na Misericórdia o uso de entregar-se a cura da tinha a criaturas habilidosas, como se disse; no arquivo do Hospital encontra-se um livro dos «enfermos da tinha», datado de 1849-1856.

No «Livro dos assentos dos pobres que se vem curar ao hospital», 1733, encontram-se registados os nomes das moléstias tratadas no mesmo, a seguir à identidade dos doentes. Geralmente, o assento dizia que os enfermos «*entraram para se curar de...*»; a esta frase, invariável, seguia-se a espécie nosológica:

> «mão furada, pontada, ersipela, olhos, estamago, defluxo, defluxão, supreção de hua perna, febre, galico, oupelosa, p.ª se purgar, queda, maleitas, figado, enflamação de um olho, perna cobrada, chaga, curar de febre, sangrar de febre, sangrar de hua queda, sangrar dos olhos, oupilasão, achaques, tiro, sangrar de hua queixa que tinha, curar de hũ golpe na cabeça e ser sangrado, opillação, sangrar da falta de ouvir, e não ver de hũ olho, queixa galica, hũa queixa, fistulas, enfermidade galica, emchaços, fluxo de sangue, emchação e opilaçam, p.ª se curar e emxarupar, etc. . . . . »

Em idêntico registo de 1761, encontram-se citados os seguintes males:

> «Bexigas, estupor, sezoes, rusmatismo, chagas, temores, omor reimatico, emzipela, sirviz, etc.»

Noutro, datado de 1760-1761, lê-se à frente da frase sacramental que indica o motivo da entrada na Santa Casa:

> «sangrar e purgar dos olhos, para por emplastros, enxacom do ventre, sangrar e purgar de um froixo branco, purgar de dores do ventre, febre da garganta, queimaduras, pleurïs, sufecação, sietica (sangrar de...), sangrar de dores, sezões de maleitas, sangrar dos olhos, p.ª ser sangrada e desotruida, piquadella de hum dedo, entrar a comer avelão (!?), sangrar de febre cauzada de recahida, ostrução, etc...»

Finalmente, nos assentos de 1741:

> «febre lenta, queixa de edropega, curar de peito, achaque de peito, curar de uma perna inchada, hidropezia, pernas cobradas, braço cobrado, chaga na cabeça, no pé, inchação do corpo e pernas, cangro no nariz, fenda que tem na cara, erzipela, de um peito, cascadella, purgar de maleitas, de uma grande queda que deu de uma arvore abaixo e ficou desacordado, hũm gualeguo sem fala q veio em hũm caro, curar de tizico, escacadella, postema nas costas, esquenenssa, garrotilho, estrucois, febre malina, emdrolpezia, sezois no juizo, extrusão, cachecia, chaga na garganta, parotea q tem na garganta, flatos, lepra, vertigens, humores, etc.»

Êstes assentos são muito curiosos, não só pela indicação que podem dar sôbre a qualidade das doenças entradas no hospital, como pela terminologia médica usada, tanto mais que o registo era feito por um empregado da Casa, leigo portanto, que chamava às enfermidades aquilo que entendia dever chamar ou o próprio doente classificava. O diagnóstico era pôsto antes do exâme clínico, de forma que após aquele o rótulo tinha de ser substituído inúmeras vezes! No que respeita à *cura do gálico,* sabe-se que em 22 de Maio de 1758 entraram no hospital para dêle beneficiarem, 31 homens e 49 mulheres; em 14 do mesmo mês do ano de 1762 o número é menor: 16 homens e 29 mulheres, do concelho e de fora. As mulheres davam maior percentagem, como se vê! Não devo deixar de referir-me aos *recipes* dos venerandos colegas oitocentistas. A título de curiosidade scientífica e aprazível amostra, transcrevo algumas:

1797 - 1798.

P.ª segunda feira

It. R. tartaro emeteco graos tres agoa commua duas onças e mª p.ª Custodia ——— 30
It. repito a purga de Joanna de Sousa ——— 800
It. repito o purgante p.ª Josefa Thereza 400
It. repito as tizanas simples the dezoito 1$800

P.ª sexta feira

It. tizana de erva solutiva com tamarindos onças sinco desfassa de mana onça 1 e mª pª Marta ——— 350
It. repita o Cord. de Anna M.ª 510

P.ª segunda feira

It. tisana de avea simples libras iiij 400
It. agoa vienense onças iiij, a qual acrescente 640
po de jalapa gr. xx 660

P.ª segunda feira

It. Repita atezana Antevenerea de Boarhave de Joze da Costa 600
It. Repita o cosim.to Ante febril de ? de Pedro Ribr.º ——— 1$920
It. Ung.to da sarna tres oncas ——— 150

P.ª sexta

It. Chicolate sem leite meja libra he p.ª Jose fran.co	60
It. Triaga magna hua onca he p.ª ommo asima	240
It. ung.to de Alegrim duas oncas	80

A terapêutica usada, pelas amostras que apresentei, não diferia da escrita nos tratados da época, mòrmente naquelas farmacopeias mais afamadas e tanta vez referidas. As drogas eram obtidas, até 1702, nas boticas que, por concurso, serviam a Santa Casa. Nesse ano, porém, aparece, numa sessão da Mesa (6 de Dezembro de 1702) o boticário MANUEL PEREIRA GUIMARÃES, da Praça do Peixe, que insinúa aos Mesários a possibilidade de vender os remédios mais baratos que o marcado no regimento; o dito boticário, nessa sessão,

> «mostrando os preços que as Drogas da Bottica custavão na primeira mão e o q̃ emportavão dipois vendidas pello Regim.to pª da-hi em ferir a Mẽza o q̃ se perdia ou ganhava, Pedia em cõclizão a mẽza q̃ coando o Botticairo Diogo Peixoto q̃ o era da Caza nao quizesse fazer os medicamentos para os Pobres pella a mettade do q̃ o Regim.to lhe contava elle requeria o lugar afazellos pella ditta metade, o q̃ ouvido portodos se asentou por maior numero de botos q̃ aqui asignarão se deixaçe a Bottica da Caza na mão de quem a trazia pella terça parte como sempre andava por não dar ocasião a que o baratto ao dipois viesse a sair caro aos Pobres, ede como asim o diçerão e nottarão. . . . . »

Todavia o assunto não foi descurado; a Mesa, desejando beneficiar o mais possível os pobres e a própria bolsa, lança nesse mesmo ano a idéa da fundação duma botica que pertencesse inteiramente à Santa Casa:

> «Aos onze dias do mez d Julho d mil esette centos e dois annos nesta nossa Caza da Santa Misericordia, etc. . . . . foi perposto que querendo fazer nesta S.ta Caza hũma Botica, vendo os. . . . . que com os medicamtos q̃. Esta S.ta Caza tinha eatendendo as conveniencias q̃ podião rezultar asim nos medicam.tos q noospital se guardão como nos rendimentos e lucros que da tal Bottica por tempo podia resultar a Caza, resolveo com a meza e defenitorio e assentarão todos nemine discrepante que se fizesse atal Bottica e decomo asim. . . »

Deve notar-se que esta sessão da Mesa se fez com a assistência do Definitório.

Agradàvelmente admitida por tôda a Mesa a idéa da criação duma botica no Hospital

> «em que aCharidade dos Irmãos desta Caza se tem animado a curar de Galico, mais doenças e a achaques, q̃ todo anno neste se remedeão ofereceu-se o Provedor a emprestar o dr.º a esta S.ta Caza sem ganhos p.a que mais folgadam.te a casa os possa ter da obra q̃ lhe pareceu pia, de por nela hua botica . . . »

Isto se combinou em Mesa de 27 de Abril de 1703 (Inventário da Botica), sendo Provedor MANUEL FERREIRA DE EÇA, que emprestou o dinheiro necessário para a obra, sem querer receber os competentes lucros de juros, como no termo se diz. A idéa tomou vulto; para organizar-se a botica gastaram 1.909$000 rs. Transcreverei a lista completa do que se comprou então; a tal me impele o desejo de mostrar, com êsse inventário, o que era a farmácia na vila de Guimarães, semelhante à de tôda a parte, nos princípios do século XVIII. Recordo, neste momento, o que dizia CUNHA RIVARA ao fazer o traslado de «A pauta das mézinhas na India em 1573», trasladado no volume VI dos «Archivos de História da Medicina Portuguesa» (1896): «*Pelo estado da pharmacia conhece-se o estado da therapeutica, e por esta se avalia a sciencia medica*». E assim é, de facto. Devo remeter o leitor à terceira das «Memórias» que sôbre a evolução da farmácia em Portugal escreveu o paciente PEDRO JOSÉ DA SILVA [607]. A páginas 120 lê-se o seguinte título dum dos artigos: «*Preços das drogas em fins do século XVIII*», 1777. Êsses preços são em primeira mão e referem-se ao mercado de Lisboa; quatro páginas ocupa o rol das drogas que PEDRO DA SILVA copiou; cotejando-o com o que transcrevo a seguir, verifica-se que a Misericórdia de Guimarães devia orgulhar-se da compra que fez, pois no citado inventário se apresenta uma botica tam completa quanto possível, descriminado o recheio desde os potes e panelas, às drogas e livros que ensinavam a técnica farmacológica, por vezes complicadíssima. Para maior importância ser dada ao mencionado inventário, os preços acompanham os objectos e os medicamentos.

Rol doq̃ se comprou pª abotica com odr.º do Provedor, oqual foi com aprovação da Meza dispendido, como constará dos rois, que ficão nesta Caza, eda assinatura dos d.os Irmãos . . .

Louça

Cento e cincoenta e tres peças chamadas potes, e panellas q̃ vierão do Porto como consta do recibo de Him.o Lopes Antunes, q̃ pagou por ordem do Provedor a Fran.co Frr.a Lima aos 8 de M.co d 1703 a preço de tostão huma por outra q̃ fazem soma de quinze mil trezentos rs	15$300

Peneiras

Hum tamis grande coatrocentos e cincoenta,	450
Hum tamis pequeno tres tostõis	300
duas poneiras finas dous tostois	200
tres peneiras grossas nove vintens	180
tres sedassas nove vintens	180
hum sedasso p.a os oleos hum tostão	100
monta mil coatro centos e des rs	1$410

Pedras

hua pedra piquena q̃ se comprou a Andre Carv.o no Porto q̃ custou dose tostois	1$200
hum gral de pedra coatro centos rs	400
	1$600

Canastras e outras miudezas

Seis canastras de carga seiscentos esessenta	660
da passagem dellas e direitos oitenta rs	80
hua cesta em q̃ veio o arame seis vintens	120
duas canastras p.a as drogas doze vintens	240
mais duas canastras p.a o mesmo doze vintens	240
duas esteiras p.a cobrir as drogas cento e noventa rs	190
mais duas canastras p.a as drogas doze vintens	240
m.a arroba de pez negro cinco tostois	500
m.a arroba de pez grego trezentos e setenta e cinco rs	375
hua garrafinha e dous bohois de folha nove vintens	180
hua peneira hum tostão	100

Cobres

Pezarão tres tachos e hum fugareiro 35 arrates em.o a preço de 340 rs	12$070
Dous alambiques p.a as agoas, dous mil duztos e cincoenta	2$250
duas coadeiras tres tostois	300
dous tachinhos meãos doze tostois	1$20
hũa panella p.a os cordiaes q pezou 6 arrates a 340	2.040
dous tachinhos pequeninos quinhentos e cincoenta rs	550
de estanhar dous tachos trezentos esessenta rs	360
	18$770

Arames

duas cassetas coatro mil rs	4$000
duas onças seis tostois	600
coatro espatollas grandes setecentos e vinte rs	720
duas piquenas doze vintens	240
duas colheres coatrocentos e oitenta rs	480
hum funil coatrocentos e cincoenta rs	450
duas medidas de libra em.a oito tostois	800
hum almofariz o arratel a 320 mil novecentos e vinte rs	1920
hum pequenino hum cruzado	400
hum candieiro com sua bolla mil novecentos rs	1$900
hum registo p.a a agua sette tostois	700
hum almofariz de chumbo mil novecentos rs	1$900
	14$220

hum almofariz de metal q pezou duas arrobas em.ª q. a preço de des mil e quinhentos importou Este almofariz quebrou mandouce fundir outro, ficou empezo de 2 arobas menos sinco arateis emeyo	26$250

Vidraria de Castella q se comprou ao Castelhano João Morino, como consta da sua paga, e são os vidros seguintes

Redomas grandes, q̃ levarão pouco mais ou menos meyo alm.ª trinta e duas	
Redomas de segda condição q̃ levarão coatro canadas, vinte	
Vidros de terceira condição q̃ levarão tres canadas, vinte e sete	
Vidros de quarta condição, q̃ levarão duas canadas, trinta e nove	
Vidros de quinta condição, q̃ levarão canada. . .?. . . sette	
Sessenta e sete asucareiros	
Faz tudo soma de *222* vidros, q̃ pezarão coatrocentos e noventa arrates, q a preco d *140* o arratel monta sessenta e oito mil e seiscentos rs	68$600
em que entrão mais dous lambiques de vidro p.ª o q. se deu trezentos rs por faltarem p.ª toda a soma asima	300
fim do casco	68$900

Rol dos simples p.ª abotica

Ao castelhano q̃ trouxe os vidros se comprarão duas arrobas e seis arrates, q̃ somarão cinco mil seiscentos rs, de trementina comũa	5$600
Comprouse mais hum arratel de asafrão, que custou coatro mil rs	4$000
	9 600

Rol das drogas q̃ se comprarão no Porto ao drogueiro M.l Pr.ª Campos pello boticairo Him.º Lopes Antunes

Alvayade meya arroba seiscentos e quarenta rs	640
Pedra hume meya arroba seiscentos e quarenta rs	640
Enxofre oito arrates trezentos evinte rs	320
Noz moscada meyo arratel hua pataca	750
Canella hum arratel mil coatrocentos rs	1400
Cravo da India mº arratel mil e cem rs	1100
herva doce sinco arrates hua pataca	750
Pimenta negra hu arratel duzentos e quarenta rs	240
Cominhos gengibre e caparroza tres tostois	300
Assucar candil hũ arratel duzentos e sessenta rs	260
Rezina hua arroba novecentos esessenta rs	960
	7$360

Simples q̃ se comprarão a diferentes pessoas no Porto pello boticario Him.º Lopes

Bolo armenio meya arroba a 40 rs o arratel seiscentos e sessenta rs	660
Dromideiras brancas tres arrates a *150*	450
Pedra Amatitis hum arratel doze vintens	240
Malvaisco vinte e coatro arrates a *150*	3$600
Ruipentizo (?) meyo arratel doze vintens	240
Alcacanjes (?) hum arratel coatrocentos e oitenta rs	480
Zaragatoa hum arratel trezentos e quarenta rs	340
Quintilio tres onças a 150	450
Rom. mº arratel a onça a 100	800
Rais de. . .?. . . Campanha tres onças cento e cincoenta rs	150
Semente de muimendro m.º arratel dusentos e quarenta rs	240
Scordio seis vintens	120
Agrimonia doze vintens	240
Marcella centauria seis vintens	120
Bolos de Rosa seis vintens	120
Bolos de outras ervas oito vintens	160

de infusão solutiva oito arrates digo quartilhos	960
hũ livro de ouro hua pataca	750
hũ de prata cento e sincoenta rs	150
M.ª arroba de passas de uvas coatrosentos e oitenta rs	480
M.ª arroba de ameixas coatrosentos e cincoenta rs	450
Salitre tres arrates a 340 o arratel	1$020
Alfazema oito arrates a 100	800
duas arrobas de asucar a 3375	6$750
Coatro sacos p.ª as passas, ameixas, asucar, e alfarema coatrosentos e v.te rs	420
Coatro arrates, e quarta de salva comũa a 240	1$020
duas resmas de papel pª cobrir nove tostois	900
hua peneira e porte de duas panellas oito vintens	160
Coatro arrates de azougues tres mil e duzentos rs	3200
dois ponois pª os azougues corenta rs	40
	25$490

Drogas, q̃ comprou no Porto Fran.co de Souza de Carv.o a Simão Gomes da Costa

Rais da China oito arrates a 700	3$700
rais de genciana hum arratel sete tostois	700
de piretro coatro arrates a 300	1$200
de galanga hum arratel trezentos e cincoenta rs	350
de turb dous arrates tres tostois	300
de rais de alcaparra dous arrates a 300	600
de rais de Zaduaria hum arratel coatrosentos e oitenta rs	480
de laudano de bexiga coatro arrates a 480	1$920
de goma gomilemi dous arrates a 400	800
de galbano oito arrates a 480	1$600
de bedelio hum arratel oito tostois	800
de azebar coatro arrates a 350	1$400
de beijoim hum arratel mil e novecentos rs	1$900
de alguetira coatro arrates a 350	1$400
de tromentina fina des arrates a 250	2$500
de sangue de drago tres arrates a 450	1$350
de agridio paracelso duas onças sette tostois	700
de rezina de jalapa tres onças mileoito centos rs	1800
de alcanfor m.º arratel seis tostois	600
de incenso cinco arrates a 300	1$500
de goma Arabia hũ arratel seis vintens	120
de ambar duas oitavas a 2250	4$500
de confeição alquermes coatro onças mil e seiscentos rs	1$600
de sumo de alcassus hum arratel trezentos e cincoenta rs	350
de sene seis arrates a 600	3$600
de cartamo arratel m.º	600
de galia cristi m.º arratel setenta e cinco rs	75
de Lix.ª dous arrates dous mil rs	2000
de cabeças de dromideiras dous arrates coatrocentos e oitenta rs	480
de Lapis Lazuli tres onças a 400	1$200
de coral v.º tres arrates a 250	750
depedra lipis tres arrates mil coatro sentos e quar.ta rs	1.440
de terra sigillada dous arrates seis tostois	600
de cremor tartari hum arratel duz.tos e cincoenta rs	250
de aristoloquia hum arratel duz.tos e cincoenta rs	250
de sponja m.º arratel trezentos e cincoenta rs	350
de pionia hum arratel cento e sincoenta	150
de sandallos brancos coatro arrates mil e seiscentos rs	1$600
de asafetida dous arrates mil e oitocentos rs	1$800
de cubeba (?) hum arratel oito tostois	800
de masois oito onças a 300 rs	2$400
de coralina hum arratel doze vintens	240
de azebar secotrino hum arratel setecentos e cincoenta rs	750
de cardamomo hum arratel oito tostois	800
m.º arratel de ditamo real doze vintens	240
Sandallos setrinos tres arrates mil e cincoenta rs	1$050
pedra cordeal hua onça oitocentos e cincoenta rs	850
pedra vazao (?) m.º onça tres mil rs	3000
	62$233

Mais drogas q̃ comprou Franc.º de Souza de Carv.º no Porto a Simão Gomes da Costa

dous vidros da agoa da Rainha da Ungria dose tostois	1$200
de craneo humano coatro onças a 50 rs	200
de olhos de caranguejo coatro onças seis tostois	600
de extratum colle hũa onça hum ?	400
de rais de sipó coatro onças seis tostois	600
de catto hum arratel dose tostois	1$200
de sublimado m.º arratel dous mil coatrocentos rs	2$400
de sustancia de Mechoacão coatro onças dous tostois	200
de pastilhas do Curvo cinco onças des mil rs	10$000
de colla de peixe hum arratel mil e trezentos rs	1$300
de asafrão m.º arratel tres mil rs	3$000
de agoa forte dous arrates em º mil equinhentos rs	1$500
de galhas hum arratel cento e sincoenta rs	150
de pedra Iman hum arratel coatrosentos e oitenta rs	480
de sibas m.º arratel doze vintens	240
de epitamo hum arratel dous tostois	200
de raiz de alcaparra hũ arratel coatrosentos e oitenta rs	480
de rezina de jalapa duas onças mil e quinhentos rs	1$500
de almiscar hũa oitava novecentos e sessenta rs	960
de leite de enxofar duas onças tres tostois	300
	26$910

Drogas q comprou Franc.º de Souza de Carv.º no Porto a Gaspar Vernes

Rhabarbo meyo arratel coatro mil e oitocentos rs	4$800
Agarico arratel emeyo a mil eseiscentos rs	2$400
Jalapa tres arrates a seis tostois	1$800
Pao Santo desasseis arrates acento e vinte rs	1$920
Cascas do dº pao santo coatro arrateis a 300 rs	1$200
Clibro (?) branco e negro arratel em.º a 300 rs	450
Hermodatiles tres arrates a 300 rs	900
Lyrio florentino hum arratel tres tostois	300
Calamo aromatico hum arratel hum cruzado	400
Visco guereiro hum arratel hum cruzado	400
Polipodio tres arrates dous tostois	200
Alcassus trinta e dous arrates desoito tostois	1$800
Sandallos vermelhos doze arrates desoito tostois	1$800
Alambre hum arratel tres tostois	300
Dictamo de Creta hum arratel oito tostois	800
Rais de Angelica hum arratel dous tostois	200
Tacamagna hum arratel cinco tostois	500
Almesega fina dous arrates a 550	1$100
Almesega comũa hum arratel dous tostois	200
Graixa almesega dous arrates a 300 rs	600
Leuplurbio dous arrates a 300 rs	600
Goma laca hum arratel seis tostois	600
Goma armoniaca dous arrates a 600 rs	1$200
poponaco arratel em.º sete tostois	700
Sarapino arratel em.º a 600 rs	900
Goma Hedera arratel em.º a 400 rs	1$200
Storaque calamita hum arratel seis tostois	600
Floraque liquido dous arrates a 550 rs	200
Sarcacolla hum arratel seiscentos e cincoenta rs	650
Mumia dous arrates a 400 rs	800
Schinanto meyo arratel tres tostois	300
Pao de Aguilla hum arratel cento e sinq.ta rs	150
Violas dous arrates a 400 rs	800
Opio coatro onças sete tostois	700
Berberis hum arratel dous tostois	200
Agnus castus hum arratel hum tostão	100
Pimenta branca hum arratel cinco tostois	500
Pimenta longa meyo arratel tres tostois	300
Milium solis meyo arratel dous tostois	200
Cominhos rusticos dous arrates hũ cruzado	400
Paparras hum arratel doze vintens	240
Alforfas des arrates nove tostois	900
Semente de pionia meyo arratel hum tostão	100

Balaustrias hum arratel cinco tostois	500
Grana tintorum meyo arratel tres tostois	300
Canafistolla doze arrates mil e coatro sentos rs	1$400
Tamarindos coatro arrates quinhentos cincoenta rs	550
De todos os Mirabolanos oito arrates a 250	2$000
Jujubas arratel em.º a 300 rs	450
Coloquintidas hum arratel quinhentos e cincoenta rs	550
Smeraldas meyo arratel mil e seiscentos rs	1$600
Safiras coatro honças seis tostois	600
Rubins coatro honças oito tostois	800
Hjacintos meyo arratel seis tostois	600
Topazios coatro onças tres tostois	300
Granadas meyo arratel cinco tostois	500
Coral branco meyo arratel cento e sincoenta rs	150
Tutia dous arrates a 600 rs	1$200
Ver dete meyo arratel coatrocentos e cincoenta rs	450
Antimonio cru coatro arrates novecentos e sessenta rs	960
Fezes de ouro desasseis arrates novecentos esessenta rs	960
Minio seis arrates tres tostois	300
Rezidos de agoa forte cinco arrates sete tostois	700
Cato hum arratel nove tostois	900
Mercurio dôce coatro honças novecentos e sessenta rs	960
Cantaridas meyo arratel seis tostois	600
Pos Joanes de Vigo meyo arratel	1$200
Scarsiomira trinta e dous arrates dous mil rs	2$000
Amendoas doces trinta e dous arrates dous mil rs	2$000
Amargas oito arrates sete tostois	700
Castorio coatro honças mil e seis centos rs	1$600
Lixo de Lagarto coatro honças coatrocentos e oitenta rs	480
Spiritus vitriolo hum arratel mil e novecentos rs	1$900
Oleo de Tromentina meyo arratel sete vintens	140
Sal de Lopia duas onças seis tostois	600
Salgema meyo arratel dous tostois	200
Sal armoniaco coatro onças seis vintens	120
Sal tartaro meyo arratel digo hũ arratel tres tostois	300
Caparroza branca coatro onças seis vintens	120
Azougue tres arrates tres mil e oitocentos rs	3800
Rais contra? (Sarna?) coatro onças quinhentos rs	500
Calamelanos Turquescos hua onça hum cruzado	400
Maná bom dous arrates a 1250	2$500
Maná comú tres arrates a 950	2$850
Salsa parrilha boa coatro arrates dous mil duz.tos e cinq.ta	2$250
Aljofar coatro onças dous mil e duzentos rs	2$200
Ouro pimenta meio arratel cento e sinq.ta rs	150
hua botija de tromentina comua seis tostois	600
Scamonia coatro onças hua pataca	750
quina quina hum arratel treze tostois	1$300
	79$800

A seguir a esta lista de compras estão registadas outras, posteriores, de:

«assucar, alguidares, linhaça, maós de pau para almofarizes e duas cestas. Gral de pedra. Azougue, etc. . .
Hua canada de Xarope Rey e Persico
Infuzão persica, olio de Mathiolo, olio de aparicio, agua rozada, agua de flor, *tres l.os de escoridas fonte perolla e Luiz de o Viedo,* infusão persica, 1 vidro de olio, goma apoponacy, alfenim, pirollas de servantes, Sal de castas de favas, mexoachão, Laudano opiado, viollas, copicanardo e mirha, douradinha, hũa canastra, o vidro do sal, flores de enxofre, hua boceta grande para o alfenim, hua esteira, dous quartos, hua corda, figos panados, hua boceta pequena, pastas de rosa n.º 30, hum marco de arratel, balanças, duas ceiras a ferir o marco, varias ervas. (O thesoureiro a seguir dispende): = cera branca, viado, louça fina, vinagre, hum avanador, azeite, cantaros e *emfuzas,* estopa, espatulla, garrafas de vidros, talhas para as infusões, agoas compradas ao boticario de S. Domingos, carvão, livro p.a a botica, quintilio, xaropes, louça vidrada, aguas destiliadas, pós de Joanes, bichas, medidas e funil de folha de Flandres.

Devo dizer que, nêste extracto, poupei a grafia do escrivão e os êrros de nomenclatura, fàcilmente verificáveis. Mais adiante está apontada a «*Despeza que fez o Provedor. . . . e trouxe o Sirugião P.º Gomes a sua orde- comprado a João Curvo Sem medo, como consta do rol.*»; as compras constavam de: «*Perolas ante febril, arcano contra cameras, trocistos contra froixos de sangue, pirolas de Alcaes.*» A Dionizio Vernes, da rua do Almada, do Pôrto, mercaram «*simente* (?) *de Sidra* e *triagua magna*». Além do arrolamento das despezas de pintura da botica, estantes e arranjo interno, o livro donde copio estas curiosas notas mostra-nos, num outro inventário um pouco posterior, a biblioteca da mesma, composta de:

Farmacopia de Vigier	480 rs
Farmacopia de D. Caetano, sig.da parte —	1.500 rs
Compendio offiçina Medicorum	1.600 rs
Luis de Ovido	960 rs
Fonte perola	600 rs
Dioscorid uzado	2.600 rs

Como se sabe, VIGIER foi o autor do «Thesouro Apollineo», 1714 e duma «Historia das plantas», 1718. Quanto a D. CAETANO, sabido é ter escrito a «Pharmacopea bateana na qual se contem quasi oytocentos medicamentos tirados da pratica de Jorge Bateo, etc. . . .», 1713. A Farmacopeia de VIGIER, citada no rol, deve ser a «Ulyssiponense, Galenica e Chimica, etc.», saída à luz em 1716. Não me podendo demorar com apreciações sôbre a terapêutica oitocentista, transporto o desejo do leitor para os escritos de PEDRO JOSÉ DA SILVA («Memorias» cit.) e MAXIMIANO LEMOS («História da Medicina em Portugal», vol. II, pag. 169-191).

A botica da Santa Casa nem sempre esteve governada pela Mesa da mesma, sofrendo várias transformações, quer no recheio, quer na administração, como no decorrer dêste trabalho se verá. Várias notas posso registar agora respeitantes a obras e melhoramentos no hospital; em 1709, a feitura da roupa branca, que foi renovada completamente, entregou-a a Mesa às religiosas de Santa Rosa de Lima («Index das Notas»). Passados 14 anos é concedida à Misericórdia de Guimarães a terça parte

das imposições «*no azeite, vinho, carne e pescado para as suas obras*» (J. L. DE FARIA. Efeméride. «O Independente», n.º 285). A enfermaria de mulheres precisava de concêrto em 1758, pois com o carpinteiro MANUEL FRANCISCO foi ajustada a sua «*reedificação... somente no tecto*». No «L.º 11 dos Termos» regista-se o concêrto da enfermaria ou hospital dos homens, bem como renovamento da encanação da água (27-7-1763); um ano depois compra a Santa Casa umas dependências fronteiras á igreja de S. Páio, onde estabeleceu a *Casa de Convalescença dos Pobres*. Contudo, ao mear do século XVIII, não primava na limpeza o Hospital da Misericórdia; lê-se no «*Termo que se fez a respeito de se mandarem faser comuas pª as enfermarias dos doentes de baixo e desima, de homens e molheres*» (5-3-1766):

> «..... falta de limpesa que ha nas enfermarias do Hospital por por falta de necessarias servia (?) de damno aos doentes tanto que os Medicos do mesmo Hospital tinhão requerido era preciso evitarçe este damno». («Livro 12 dos Termos»).

Em 1772 resolve a Mesa pintar o Hospital; dêste benefício lucraram, à certa, as enfermarias; na *armação* das mesmas, pela festa de Santa Isabel dêsse ano, fizeram-se grandes despesas, diz outro termo registado naquele livro; no 13.º encontra-se o seguinte termo:

> «por onde se mandou concertar e preparar o solho da Ante caza da Sachristia, fazer alcobas no Hospital, e camas, extinguir as comuas e establecer ordenado p.ª a mer da Limpeza, etc. ..... o prejuizo q. resultava da subsistencia das comuas do Hospital não tom.... (?) por cauza dos maos cheiros, mas pela corrução (?) que causarião, como receavão os *Professores da Medicina,* e q por isso convinha extinguillas, tornando-se a faser como antes a limpesa no rio ..... foi preposto que no Hospital se podião acrecer algumas alcobas, p.ª não estarem os enfermos no chão ..... e se fizessem cortinas de pano branco pª as mulheres como tinhão os Homens...»

Lavrou-se êste termo aos 18 de Janeiro de 1784; um ano antes, parece, já o médico da casa SEBASTIÃO NAVARRO reparava na falta de vidros nas janelas do Hospital, à qual a Mesa poz termo, atendendo ao dano que tal causava ao doentes.

Por 1791 faziam-se obras nas casas da viela da Arrochela, obras que a Santa Casa, pelo prejuízo causado ao seu hospital, não viu com bons olhos. Digna de atenção esta passagem do Termo em que ficaram registados os motivos do pedido de embargo das obras a S. Magestade:

> «na trabeça ou viella da Arrochella se andavão renovando as cazas em toda a extenção da d.ª viella, ou trabeça, as quaes fasião frente para o Toural, e no sitio onde estava o muro da villa, porem como as ditas cazas, que se pertendem faser, sobem fora do risco, e o que já se ve em alguas m.to asima das antigas casas, e muro, he sem duvida ser prejudiçial ás infermarias deste Hospital, não só por ficarem escuras, mas por lhe tulher o ár ambiente e novo que intrava nas mesmas infermarias, que ficando faltas do dito ár pela altura a que querem condusir as ditas obras, he de reçear se siga hua epedemia nas ditas infermarias, do que resulta damno universal a toda a villa, alem do prejuiso certo que se ficará sentindo no deficultoso curativo dos mesmos doentes em huas infermarias escuras e faltas de ar; o que ouvido por todos os Mensarios que seachavão presentes, uniformem.te asentarão e votarão que este cazo era digno de toda a ponderação e pedia a mais pronta providençia e que para isto foçem convocados os Médicos desta villa para de Libararem sobre este caso, e verem secom effeito se seguiria damno, que se teme ás ditas infermarias com as sobred.as obras. E logo sendo chamados o Dr. Seb.am Navarro de And.e = o Dr. João Rodrigo Cordr.o = o Dr. José Antonio de Freitas = o Dr. Miguel Rebello = e o Dr. Francisco Teixy.a todos concordarão que o dito cazo era digno de hua infalivel providença e que o per juizo era certo, não só aos doentes do Hosp.al mas que do mesmo modo sepodia originar hua epedemia transçendente a toda esta villa . . . . . »

Estas medidas, aliás dignas de todo o elogio, trouxeram desgostos e inquietações, como é natural. Seis anos depois as demandas continuavam, tal se vê neste excerto dum Termo de 25 de Julho de 1797:

> «havendo-se expedido deste Hosp.al o cirurgião João Rodr.o Borges Gayvoto por causa de alguas intrigas q̃ acontecerão, por conta das causas e demandas, que esta casa tras com os edificantes das novas obras do Toural . . . . . votarão e nomiarão a Antonio José Ribr.o ».

Tudo isto demonstra o zêlo da Mesa da Santa Casa pelo bom serviço do Hospital, que desejava fôsse o melhor possível.

Registarei agora informações sôbre o pessoal da Casa no século XVIII. Em 1711 achamos notícia do boticário MANUEL DA COSTA LUÍS, ao qual a Mesa entregou 110.880 rs. para inteirar «*o casco da botica*», nessa quantia prejudicado pelo falecido boticário AMARO LOBATO, ao qual sucedia aquele no arrendamento da mesma, feito pela Santa Casa. Anteriormente, no ano de 1702, aínda se encontra notícia do boticário da Casa, já mencionado, DIOGO PEIXOTO, como fiador de certa quantia emprestada pela Casa a determinado indivíduo («Index das Notas»). Como se viu no inventário da Farmácia já transcrito, o boticário da Casa era, em 1703, JERÓNIMO LOPES ANTUNES. A 1 de Julho de 1704 assinava contracto com a Santa Casa novo boticário, MANUEL CORREIA («I. das Notas»). Dum praticante de farmácia colhemos informes naquele «Index», em 1705; trata-se de DAMIÃO DA COSTA, que com AMARO LOBATO, boticário acima referido, é nesse ano contractado pela Mesa.

No «Livro das Eleições», principiado em 1702, vê-se que foram nomeados irmãos da Misericórdia: ANTÓNIO DE SOUZA FILGUEIRAS, boticário da Casa (desconheço a data de admissão); JOÃO PEREIRA, sangrador, admitido em 1705 (?); FRANCISCO RIBEIRO, cirurgião (idem), falecido em 1706; MANUEL DA COSTA, sangrador, admit. em 1717; MANUEL MARQUES, cirurgião, falecido em 1719; MANUEL DA COSTA BARROSO (ignoro a data da eleição), falec. em 1742; e MANUEL COELHO DE FIGUEIREDO, cirurgião, admitido entre 1740 e 1745. Nem todos êstes indivíduos serviram a Santa Casa, fora da sua qualidade de Irmãos, como se verá. No dia 2 de Junho de 1703 aceitou a Mesa, como cirurgiões, PEDRO GOMES CORREIA, natural de Lisboa e morador em Guimarães, e JERÓNIMO DE ALMEIDA GOMES, êste na falta do cirurgião FRANCISCO RIBEIRO, há pouco citado. O primeiro dêsses cirurgiões, PEDRO GOMES, é referido no rol da botica apresentado atrás.

Nos «Livros dos Ordenados» encontram-se os nomes dos médicos, cirurgiões e sangradores que serviam a Casa no século de que estou tratando, e sôbre os quais darei, em seguida, mais completas notícias. Êsses nomes são: médicos JOÃO FERREIRA PINTO (1.ª notícia de 1701), MANUEL GOMES DE ARAÚJO (idem de 1702), ANTÓNIO DA COSTA FERREIRA (id. 1748), MANUEL GOMES

DE ANDRADE (id. 1752), SEBASTIÃO NAVARRO DE ANDRADE (id. 1752), RODRIGO ALVARES DE ALMEIDA (id. 1756) e VICENTE NAVARRO DE ANDRADE (id. 1799); os cirurgiões eram: JERÓNIMO DE ALMEIDA GOMES (id. 1722), ANTÓNIO DA COSTA E SILVA (id. 1730), ANTÓNIO TEIXEIRA MONTEIRO (id. 1734), JOSÉ VAZ VIEIRA (id. 1736), MANUEL MARQUES PEREIRA (id. 1740?), MANUEL DE FIGUEIREDO (id. 1740?), DOMINGOS DA SILVA (id. 1745) e BENTO GOMES (id. 1790); os sangradores-barbeiros foram: D. GOMES NETO (id. 1722), PEDRO GOMES GONÇALVES [?] (id. 1723), DOMINGOS DE OLIVEIRA (id. 1738?), TADEU DE OLIVEIRA (id. 1748), FRANCISCO MENDES TEIXEIRA (id. 1748. Serviu de graça, diz uma nota do escriturário), DOMINGOS DA SILVA FERREIRA (id. 1750?), ANTÓNIO BARBOSA (id. 1750) e INÁCIO PEREIRA (id. 1750).

Em 6 de Setembro de 1726, a Mesa aceita a oferta do Irmão ANTÓNIO DA COSTA que, por *serviço de Deus,* desejava curar os enfermos da secção cirúrgica do Hospital ou os que a êle viessem tratar-se de fracturas de *pernas, braços e costelas.* (J. L. DE FARIA. Efem. de «O Progresso» N.º 296). Em 1739 é aceite como cirurgião, com metade dos honorários, MANUEL COELHO DE FIGUEIREDO, já mencionado. No «*Termo q̃ se fez em meza*» a 2 de Julho de 1748, se lê que

> «por ter falle.do o D.or João Ferreira e ficar vago se houve per aceito p.a sostestir no d.o logar vago e servindo medico da Caza o D.or Anto da Costa Pereira e sera obrigado a curar emais seu companheiro cada hum delles assistira a curar os pobres do espital emfermeiros e emfermaria dos achaques. . .»

Por outro de 19 de Julho de 1733 se fica sabendo que existia no quadro clínico da Santa Casa o cirurgião ANTÓNIO DA COSTA E SILVA, com o encargo de curar, por 15$000 réis, os pobres do Hospital; tendo falecido, talvez, o lugar e os proventos despertaram a cubiça noutros cirurgiões; e assim, nesse ano de 1733, dirigem-se à Mesa os cirurgiões JOSÉ VAZ VIEIRA, ANTÓNIO TEIXEIRA MONTEIRO e DOMINGOS MARTINS GONÇALVES, pedindo-lhe que ela os deixe curar os mesmos pobres, «*dividindo-se o dito istipendio por todos*». De facto, são recebidos sob tal condição, ficando o Hospital a ser servido nada menos que por 3 cirurgiões! O Termo confirmativo dessa aceitação diz isto:

> «cada hũ deles asistirá a curar os pobres do hospital coatro mezes efaltando algũ na terra a vir curar os ditos pobres e emformarenos dos achaques que pelo Provedor e mais irmãos lhe forem pedidos. . . serão obrigados a curar. . . . os prezos que esta S.ta Miz.a livra e cura e serão caritativos com todos o que tudo se espera de suas obras pelo temor de Deus. . . .».

O ordenado era de 5$000 réis a cada um, pago no fim do ano. O já citado sangrador DOMINGOS DE OLIVEIRA foi aceite em 1736 (19 de Fevereiro), ficando a existir dois sangradores, como se lê do Termo respectivo:

> «foi porposto q. haviã grande. . . ? . . quantia de doente neste ospital e que hũ sangra dor hera pouco p.a milhor servir esta S.ta Caza hera nesesario outro easim perpunha com ametade do partido ao Mestre Barbeiro D.os de Oliv.a p.a com Pedro Gomes servirem cada um os trez meses coando lhe convirem. . .»

Nesta altura — prova-o êste excerto — o número de doentes no Hospital era grande. O Termo de 26 de Setembro de 1738 diz-nos ter já falecido o cirurgião DOMINGOS MARTINS, cujo lugar foi ocupado pelo *surgião academico* MANUEL MARQUES PEREIRA,

> «com o mesmo ordenado e logo foi chamado a d.ta Meza e por elle foi d.to se obrigava a fazer todas as curas q̃ pertencesse a sua Arte, e aos prezos do Rol da d.ta S.ta Caza e aos pobres q̃ esta S.ta Caza mandar Vizitar e aos servos da Caza e os dois de fora. . . . . .»

De tal se depreende que, além de doentes hospitalizados, a Misericórdia continuava prestando socorros médicos domiciliários, como ao tempo da *governança,* no século XVI. Um ano depois de ser nomeado aquele cirurgião, elegeu MANUEL COELHO FIGUEIRO (Figueiredo?) «*por a meza o achar capaz*», com a metade do ordenado. Tendo desistido do lugar o cirurgião ANTÓNIO TEIXEIRA, concorre ao mesmo DOMINGOS DA SILVA «*Surgião aprovado*»; a Mesa aceitou-o «*p.a meyo partido com o mesmo ordenado*». Em 1748 era já passado desta vida o sangrador PEDRO GOMES, substituïdo em 15 de Dezembro do mesmo ano por FRANCISCO MENDES TEIXEIRA. No entanto, corrido meio ano, o lugar já estava vago, preenchendo-o o *mestre sangrador* ANTÓNIO BARBOSA (23 de Julho de 1749). Por votos de tôda

a Mesa, foi aceite no 1.º de Dezembro dêsse ano o *cirurgião aprovado* FRANCISCO JOSÉ TEIXEIRA, em substituïção de DOMINGOS DA SILVA, que falecera. O lugar de sangrador era muitíssimo instável, pois que durava pouco o seu preenchimento, quási de ano a ano; assim é que não tinham decorrido doze mêses após a eleição de ANTÓNIO BARBOSA e já vagava o lugar, para o qual a Mesa nomeia INÁCIO PEREIRA BARBOSA, «*aprovado desta v.ª*» (Abril de 1750). O Dr. MANUEL LOPES DE ARAUJO despedira-se, não sei porquê, em 1751, indo ocupar o seu posto o Dr. MANUEL GOMES DE ANDRADE (22 de Agosto); havia dois lugares ou partidos de médico no Hospital, sendo o Dr. ANDRADE obrigado a curar os enfermos juntamente com o clínico do outro partido. Ausente o cirurgião FRANCISCO JOSÉ TEIXEIRA, vai substituï-lo PEDRO ANTÓNIO MARINHO, cuja aceitação data de 16 de Abril de 1753. Não durou muitos anos o Dr. ANDRADE após a sua nomeação em 1751; morre passado um lustro sòmente, sendo a vaga ocupada pelo Dr. RODRIGO ALVARES DE ALMEIDA. A 22 de Novembro de 1751 era também aceite o Dr. SEBASTIÃO NAVARRO DE ANDRADE, por morte do médico ANTÓNIO DA COSTA.

Aquele clínico era pai de eminentes figuras em vários ramos das Sciências e das Letras. Foram elas: JOÃO DE CAMPOS NAVARRO DE ANDRADE, lente de Medicina em Coímbra e médico de D. JOÃO VI. Tendo-se dedicado à Anatomia com muito zêlo, professou-a na velha Universidade. Doutor de Capelo (1788), comendador da Ordem de Cristo, fidalgo Cavaleiro, do Conselho de Sua Magestade, físico-mór do Reino e barão de Sande, faleceu em 7 de Março de 1846. Conta MAXIMIANO, na sua «Historia da Medicina em Portugal», que JOÃO NAVARRO sucedera a JOSÉ CORREIA PICANÇO, discípulo por sua vez do insigne MANUEL CONSTÂNCIO, na cadeira de Anatomia. Em 1818 renunciava ao cargo de Director da Faculdade de Medicina de Coímbra a favor de seu irmão JOAQUIM NAVARRO DE ANDRADE. Diz MAXIMIANO:

> «Deixou Navarro boa reputação como medico e como operador; uma testemunha contemporanea affirma que os seus conhecimentos anatomicos e medico-cirurgicos eram superiores a todo o elogio».

Foi a êste ilustre professor de medicina que o grande SOARES

FRANCO dedicou os «Elementos de Anatomia», denunciando a sua admiração pelo talento de NAVARRO; JOAQUIM NAVARRO DE ANDRADE foi lente naquela mesma Faculdade das Cátedras de Instituïções, Aforismos e Vespera, depois seu director e decano. Dirigiu a Academia Literária de Marinha e Comércio do Pôrto dêsde 1817 até, pelo menos, 1824; foi deputado às Constituïntes em 1821 e sócio da Academia Real das Sciências. Escreveu algumas obras que, por escassez de tempo, não registo, indicando o «Dicionário Bibliográfico Português», de INOCÊNCIO DA SILVA, para o leitor que deseje notícias mais completas àcêrca dos filhos do Dr. SEBASTIÃO NAVARRO; mais se podem colher na «Resenha das Famílias Titulares», Tomo II, na «Enciclopédia Portuguesa», dirigida por MAXIMIANO LEMOS e na «Historia da Medicina Portuguesa». Diz a seu respeito, nesta obra, aquele Professor, citando a opinião doutrem (SERRA DE MIRABEAU, in «Memoria historica e commemorativa da Faculdade de medicina», Coimbra, 1875):

> «Considerado como theorico e eloquente, sobresae entre os principaes professores que se têm sentado nas cadeiras universitarias. Os contemporaneos distinguiram-no, chamando-lhe por antonomasia *Lingua de Prata.* Pena é que de tão abalisado engenho pouco mais ficasse para lhe perpetuar a memoria do que a tradição que ainda hoje permanece viva na Universidade». «A êste auctorizado juizo, accrescentaremos a opinão que de Navarro formavam os contemporaneos. No *Investigador portuguez,* de Dezembro de 1811, era elle considerado talvez o mais habil physiologista da Europa e um dos mais eruditos litteratos de Portugal».

Outro filho de SEBASTIÃO NAVARRO, VICENTE NAVARRO DE ANDRADE, fôra encarregado, em 1804 de ir estudar medicina na Faculdade de Paris. Daí, a quando da invasão francesa, foi para o Rio de Janeiro, sendo incumbido por D. JOÃO VI de organizar o plano duma Escola Médicò-Cirúrgica, publicado em 1811. Foi professor na mesma de *higiene patológica* (1813), médico da Real Câmara, barão de Inhomerim e sócio da Academia Real das Sciências; a êle me referirei mais adiante. Além dêstes, outros NAVARROS DE ANDRADE, todos irmãos, se evidenciaram na Sociedade: ANTÓNIO, abade de Gondarém e bacharel em cânones; JOSÉ, desembargador da Casa da Suplicação no Rio de

Janeiro; SEBASTIÃO, doutor em filosofia e bacharel em medicina; JACINTO, doutor em teologia e cónego em Lisboa; e RODRIGO, barão de Vila Sêca e embaixador a várias nações, todos como se vê, alçados a lugares de alta distinção. Foi o Dr. SEBASTIÃO NAVARRO DE ANDRADE, tronco ilustre desta distinta geração, médico da Santa Casa da Misericórdia; àlém disso, assistiu clìnicamente às freiras do convento de Santa Clara. Transcreve ALBERTO BRAGA, no seu curioso trabalho «Os doces de Santa Clara» («Rev. Gil Vicente». Guimarães, 1927), documentos em que mostra receberem prendas de doçaria todos os anos os médicos das religiosas; um livro de contas dos meados do século XVIII diz: «*deu-se repolho inteyro a todas as Religiosas, capelão, confessor, medico, Sangrador, letrado, procurador, camyseiro, lavadeira, serva do conv.to e ao S. Christão...*» Uma outra nota do mesmo livro refere-se ao médico Dr. MANUEL LOPES DE ARAÚJO e ao sangrador da mesma, que todos os anos recebiam, aquele «*uma caixa e 4 covilhetes*», êste «*dois covilhetes*». Deve notar-se que as caixas eram de *ladrilhos* e pezavam 6 arráteis! É provável que o Dr. SEBASTIÃO NAVARRO recebesse, no seu tempo, estas *doces* demonstrações de gratidão e carinho das dedicadas claristas; contudo, não deixou de se agastar com elas e elas com êle, a termos de o despedirem. Foi o caso de ter aquele médico protegido a admissão no convento de certa dama separada judicialmente do marido, o que a abadessa D. JERÓNIMA QUITÉRIA DE S. JOSÉ não podia de forma alguma tolerar. A queixa da pudibunda freira chegou aos ouvidos do Arcebispo de Braga, acusando-se o Dr. NAVARRO de ter «*violado a clausura, insultado a abbadessa, promovido a desordem no mosteiro angariando partido entre as religiosas, protegido relações ilícitas, etc.*» [608]. Além destas acusações, o Dr. NAVARRO aparecia na queixa como tendo entrado no convento vestido de mulher, para assim poder violar as ordens de terminante proïbição que lhe fôra dada de lá pôr os pés. Todavia, as protecções eram muitas e o honrado médico saiu do processo sem culpa, dando-lhe licença o Arcebispo para continuar curando as freiras «*em attenção as informações havidas, tanto a respeito de litteratura como de procedimento...*» Não sei se as freirinhas, no fim de todo o escândalo, continuaram ou não a dar-lhe o *repolho*

inteyro e os *covilhetes,* como antes o faziam a outros médicos! Num papel escrito por aquele médico, que copiei por obséquio do sr. J. L. DE FARIA, lê-se o seguinte conselho dado pelo Dr. NAVARRO:

> «Sebastião Navarro de Andrade medico approvado pella Universidade de Coimbra nesta villa de Guimarans attesto que a Secular D. Bahianna Josefa Calheiros (?) asistente no Recolhimento do Anjo da mesma á meses se acha padecendo hũa nottavel intomescencia no rosto que dã indicios de ser producto de obstruccoens, e tendo eu tentado o uso de remedios em varias formas, nenhũ delles conserva, e..... e apresenta pouco alivio na dicta Queixa, motivo porque paresse tem algũ lugar lerem-sselhe os Exorssismos..... ao menos para consolação da mesma enferma, alem de que na minha pratica tenho experimentado dêlles bons effeitos em casos asim extraordinarios, e por ser verdade, e este me ser pedido o passo, que sendo necessário, affirmo sub-gradus mei juramento Guimarães 24 de Outubro de 1779.»

Êste documento prova-nos bem a feição scientífica do espírito dêste médico que tanto cria na virtude dos exorcismos! A não ser que estas palavras mostrem, mais uma vez, a faceta galhofeira e irónica do seu temperamento!

Voltemos à série dos clínicos da Santa Casa e demais serventuários de medicina. Em 1756, tendo vagado o lugar de médico pela morte do Dr. MANUEL GOMES DE ANDRADE, elege a Mesa o Dr. RODRIGO ALVARES DE ALMEIDA, aos 20 dias de Maio; em Junho do mesmo ano preenche a Mesa outra vaga de cirurgião, deixada pelo falecido PEDRO ANTÓNIO TEIXEIRA, na pessoa de MANUEL GOMES SOUSA. Em Maio de 1760 é provido no lugar de MANUEL MARQUES o cirurgião MANUEL ANTÓNIO DE SOUZA, «*aprovado em toda a cyrurgia*». A botica da Casa ia acudindo às necessidades, uns anos melhor, outros pior. Em 19 de Outubro de 1755 («Index das Notas»), assina a Mesa contracto com o boticário DIONÍSIO ANTÓNIO DE GOUVEIA; no ano de 1763 resolve procurar um boticário inteligente que a dirija, administrando-a de outra forma; por isso foi nomeado JOÃO MARCOS, o qual, atendendo à letra do termo, era um dos bons farmacêuticos da vila. A escritura dêste contrato foi renovada em 1764. No ano seguinte a êste, morto o Dr. RODRIGO DE ALMEIDA,

«por informação q̃ havia e era notoria a capacid.e do Dr. Jose M.el da Costa Palha medico desta V.a se acceitou p.a medico do Hospital, e na forma do costume com o partido q̃ se dava ao medico fallecido...»

¿Quais eram então os honorários? O termo da sessão de 18 de Agosto de 1765 diz ser hábito pagar-se a cada médico 12.800 por ano, sendo nessa reünião

«resolvido a acrecentaçe alem da d.a q.ta sete mil e dusentos e que ficaçem em vinte mil R cada anno a cada hu...»

Falecido o Dr. JOSÉ DA COSTA PALHA, era necessário prover-se o partido de médico

«e tratandosse esta materia por enformação q̃ habia e era notoria a capacid.e do Dr. Fr.o Thomaz Lopes de Abreu Medico desta V.a se aceitou p.a medico deste hospital...»

em 11 do primeiro mês do ano de 1770. A 21 do mesmo mês e ano, a Mesa nomeia boticário da Casa MANUEL JOSÉ DE MACEDO, pagando êste 90$000 reis pelo contracto. Em 18 de Maio dêsse ano

«por fallecimento de Manoel Gomes sirurgião desta Santa Casa se achava sem quem em seu logar supriçe ao curativo em lugar do d.to e fazendo petição á mesma meza José Antonio Varella e Az.do cirurgião aprovado por S. Mag.de e fasendosse averiguaçois neçessarias da sua capacidde e Ciencia; foy proposto pello Provedor desta Santa Caza e prossedendoçe aescortino sahio aprovado...»

O termo de Mesa que passo a copiar informa-nos sôbre a «*stricta obrigasão q̃ tem os Medicos, Chirurgioms i Sangrador no curativo dos prezos.*»:

«Aos vinte e sinco de Agosto do corr.te anno de 1771 estando em mesa..... foi requerido nella pelo irmão actual do mez Antonio Rib.o da Sylva, q̃ dizendo ao Chirurgião da Casa Manuel Antonio José com elle a cadeya da corr.am desta Villa examinar a molestia de hua pobre presa p.a lhe mandar assistir com remedios e rezão este lhe respondeu q̃ não era da sua obrigação e que como ezte nem o companheiro, medicos, e sangrador nunca duvidarão em o fazer, requeria se lhe dese a providensia q̃ fossem servidos; e mandandose logo examinar os tr.os da aceitação dos d.os Chirurgioens medicos e sangrador e senão achar especeficado...?... mais que a de vizitarem aos doentes da S.ta Casa tal vez por se reputarem, como reputão pellas

nossas instituissoens os pobres doentes prezos como os dos hospitaes della donde não consta ouvese. . . ?. . . duvida nem falta de assistencia dos sobreditos assim como nos proprios hospitaes asentavão se fisesse termo disto mesmo, e os sobreditos foram chamados p.ª assignarem p.ª cesar qualquer duvida q̃ se pudesse mover por falta de assistencia aos ditos prezos doentes da mesma forma q̃ aos dos hospitaes desta S.ta Casa como sempre se praticou de baixo das penas. . . ?. . . e os q̃ duvidarem assignar serem exclusos e se nomearem outros. . . »

Passado pouco tempo, em 4 de Novembro do mesmo ano, a Mesa reüne para tratar aínda do mesmo assunto:

«tendo assentado no tr.º retro de q̃ os Medicos do hosp.al fosem por obrig.am curar os prezos as cadeyas, do castello e corr.am os quais se disculparão q̃ era nova imposição q se lhe punha por q̃ sò por caridade o fasião q.do podião e não constar dos tr.os dos seus juram.os essa obrig.am; e por oura parte ver a necessid.de do curativo dos pobres prezos e ser possível acudirem digo impossível ser bem curados estando sugeitos ao hosp.al e vesitar particulares em q̃ se ocuparão; e pretenderem novo acrescimo aos antiguos partidos pella nova obrig.am não sendo isto conveniente assim p.ª a. . . . . assistencia do curativo dos prezos, a q̃ a caza he obrigada, na forma do compromisso, e de caridade, como pelo novo acrescimo, se estabelecer um medico privativo, p.ª os dos prezos; não tendo a caza prejuiso em eleger um partidista com aquelle mo estipendio, q̃ os medicos do hosp.al pertendião se lhe acrescentace. . . »

Assim ficou arrumada a questão, elegendo a Mesa por moeda e meia cada ano, para o curativo dos prezos das cadeias — originando-se desta forma novo partido no quadro médico da mesma — o Dr. BENTO BROCHADO em quem concorriam, diz aquele termo, «*as necessarias circunstancias p.ª o d.º partido*»! Cinco dias depois o Dr. BROCHADO tomou conta do «*partido dos prezos das Cadeyas do Castelo e Corr.am*», lavrando-se termo das suas obrigações, que o dito assinou. Mas tal se não conservou muito tempo, porquanto em 1772 reünia novamente a Mesa, lavrando o seguinte termo de «*declaração da obrigasão dos Chirurgioens desta Caza e Sangrador pª evitar alguas duvidas q̃ se ofercerão a respº da mª obrig.am*»:

«Aos quatro dias do mez de Fev.º de mil e setecentos e setenta e dous annos . . . . . foram a ella chamados o Chirurgião Mel Ant.º

> e José Anto de Azevedo e o Sangrador Ignacio Pera e a elles lhe foi declarada a obrig.am de ser obrigados a curar os enfermos do hospital e sangrar aos mos como tambem aos prezos e todo aquelle pobre q estaS.ta Caza m.dar curar e este fora sempre o estilo antiguo de seus antecessores como consta dos Livros antiguos da ma irmde. . .»

E desta vez, parece, o assunto ficou definitivamente liquidado! O Dr. FRANCISCO TOMÁS era falecido no ano de 1773 e por isso foi nomeado *nemine discrepante,* em 15 de Agosto dêsse ano, para o lugar de médico da Casa, o Dr. JOÃO RODRIGO CORDEIRO DA SILVA, «*por concorrer no dito D.or todos os requisitos de prudencia, douto, e mais virtudes pa hũ medico perfeito. . .*»! Sòmente volto a encontrar notícias das sessões da Mesa em 1781, pois na de 3 de Junho dêsse ano foi

> «proposto, que a Botica se achava com pouco aseyo, e carecia de algũ concerto, e de ser pintada de novo; como tambem que o Boticairo actual Mel Jose de Macedo quer á sua custa dar os potes todos de barro branco novos em igual numero, dandoselhe os velhos com descarga no inventr.o de huns e intrada de outros e atendendo á otelid.de que se seguia de coiza nova por velha, e á precizão que avia de ser redificada a dta loge e botica. . .»

Quer-me parecer que êste boticário não fôra um desinteressado benfeitor, antes perfeito homem de negócio, lobrigando na velhice daqueles vasos — talvez os da primitiva botica — um motivo de ganho, passando-os a qualquer antiquário, ganho que sobrava para comprar e dar à Casa outros novos. Não posso dizer se êste espírito ganancioso se revelava também na administração da botica! No entanto, fazia já onze anos que servia a Casa, acto demonstrativo do seu valor, quando não moral, pelo menos scientífico!

Um termo de 7 de Março de 1784, mostra-nos que a Mesa aprovou o que segue:

> «sendo o objecto desta ma Caza ou hum delles o curativo dos enfermos com toda a perfeição e zello, succedia o não haver hum enfermeiro proprio pa os Homens, resultando disso o não ser bem trattados e trocar a enfermeira os remedios e não haver q.m assista ao curativo das feridas e atte ser isto mo por si escandallozo, *de q. fasião queixas os professores,* e q parecia mais util atalhar esta desordem com estabelecerse hum emfermeiro com ordenado certo, diminuindo ao Hospitaleiro. . .»

Assim foi nomeado o enfermeiro do hospital, ficando também a haver na Casa o lugar de enfermeira.

A Mesa da Misericórdia, se algumas vezes era intolerante, e até injusta, com o seu corpo clínico, quási que desrespeitando-o em certos ocasiões, outras vezes procedia dignamente, recompensando, como devia, os que por tam pequenos honorários tratavam os seus doentes. Assim aconteceu em 1786; reünida a Mesa no dia 19 de Março

> «foi preposto que Manoel Antonio de Sz.ª hũ dos cirurgiões do Hospital desta Miz.ª se achava velho e com molestias, por cujo motivo nos seos meses não podia cumprir inteiram.te com a sua obrigação mas porque não era justo deixar de o conservar atendendo ao bem e muitos annos, que tinha servido era rezão se nomeasse outro que o ajudaçe ficando elle com a metade do seu partido e a outra ametade pª o novo nomeado . . . »

Êste foi o cirurgião JOÃO RODRIGO BORGES DA CUNHA GAIVOTO, que ficaria cobrando todo o ordenado após o falecimento de MANUEL DE SOUZA. Em 1789 (28 de Junho) a Mesa resolve dar-lhe o ordenado por inteiro, visto não aparecer pelo hospital o velho MANUEL ANTÓNIO, que não assistia a um só doente. GAIVOTO foi Comissário da *Real Junta do Protomedicato,* pois na sua presença, em 1802, fazia exame de dentista um pretendente à respectiva carta, como adiante se mostrará. Já tive ocasião de dizer que JOÃO GAIVOTO se despedira do Hospital por causa das obras que se estavam fazendo, na última década do século XVIII, nas casas da viela da Arrochela; nessa altura foi nomeado, para o seu lugar, o cirurgião ANTÓNIO JOSÉ RIREIRO (25-7-1797). Readmitido depois, serviu o Dr. GAIVOTO muitos anos a Misericórdia, pois em 1823, trinta e sete anos após a sua entrada no quadro clínico da mesma, era aposentado com os honorários de 30.000 rs.! É autor dum folheto de 12 páginas intitulado: «*Remedio contra os embaraços e constricções da uretra, com o nome de carnosidades, pela applicação das velinhas medicamentosas de composição particular*». Pôrto. Typografia da Viuva Alvares Ribeiro & Filhos, 1816. Nessa obra intitula-se GAIVOTO «*Cirurgião Anathomico do Partido dos Expostos, e do Hospital de Guimarães*». Fazendo rèclame às suas vèlinhas, diz contudo o cirurgião: «*Declaramos, como homem de bem, e christão,*

que fallamos com a devida sinceridade...»; e mais longe: «*o bem do Genero Humano he o nosso mais poderoso estimulo; e que jamais o interesse nos tem feito escapar, nem fará nunca huma phrase, que possa macular-se com o negro ferrete da hyperbólica exaggeração dos Charlatães...*» À franqueza, aliava o Dr. GAIVOTO a honestidade! Da virtude do seu remédio apresenta atestados comprovadores no fim da obrazinha; um é do cirurgião JOSÉ ANTÓNIO VARELA, que chama ao autor «*sugeito de inteiros conhecimentos nesta Arte*» e ao remédio, esplêndido, «*fundindo as fungosidades do membro na Blenorrena desenvolvida e ulcerada, como dilatando o mesmo canal pela sua força mechanica...*»; a outra atestação escreveu-a o Dr. JOÃO EVANGELISTA DE MORAIS SARMENTO, Juiz Comissário Subdelegado do Físico-mór do Reino, em 1813; além de recomendar os ungüentos do Dr. GAIVOTO e suas vèlinhas, dizia: «*este Author não deve ser confundido com os farfantes gabos dos impostores, e fanaticos, que para tudo assoalhão a utilidade dos seus remedios...*» A 30 de Dezembro de 1799, tendo já falecido o Dr. SEBASTIÃO NAVARRO, foi nomeado pela Mesa médico da Santa Casa o Dr. VICENTE NAVARRO DE ANDRADE, seu filho, mais tarde barão de Inhomerim e médico de D. JOÃO VI. Elegeu-o a Mesa «*por constar da sua literatura, capacid.de e zello p.a bem exercer o seu ministerio*», diz o respectivo termo. O Dr. VICENTE NAVARRO ausentava-se de Guimarães em 1804, época provável da sua partida para Paris, sendo nomeado em seu lugar o Dr. JOSÉ ANTÓNIO LOPES DE ABREU E FREITAS (sessão de 6 de Maio). Em sessão da Mesa de 28 de Junho de 1789 foi eleito cirurgião do Hospital JOSÉ BATISTA DE FREITAS MACHADO, em vez de JOSÉ ANTÓNIO VARELA

> «sem voto algũ contra iso por nelle concorrem os requezitos precizos p.a a boa asistençia e curativo dos doentes...»

Em Dezembro do mesmo ano, tendo-se escusado do encargo JOSÉ FREITAS MACHADO, reünia a Mesa, saíndo eleito, «*sem voto algũ contrário*», o cirurgião BENTO GOMES.

Um outro cirurgião, ANTÓNIO JOSÉ RIBEIRO, foi nomeado para a Misericórdia no lugar de GAIVOTO, quando êste se despediu, em 1797, em virtude das intrigas movidas à roda das citadas

obras da Arrochela. No mesmo ano, o sangrador GASPAR RIBEIRO é eleito para substituir um seu colega que já não podia fazer o serviço por falta de vista; RIBEIRO parece ter sido a melhor lanceta da vila e, por isso, o escolhido. («L.º de Termos. 13»).

É esta a lista dos médicos, cirurgiões, sangradores e boticários que serviram o Hospital da Misericórdia no século XVIII; a história da Casa, neste século, fica assim narrada, lastimando eu que o Arquivo da mesma não me tivesse fornecido outras indicações mais completas sôbre o valor da medicina exercida em seu hospital que, contudo, se pode vislumbrar através destas notas. Devo falar agora da vida médica de Guimarães, estranha à Santa Casa, registando os nomes daqueles que praticaram a medicina nos seus diversos graus. No ano de 1744, a 5 de Abril, prestou juramento na Câmara da Vila a parteira ANA MARIA, a primeira que encontrei citada nos documentos compulsados:

> «ahi aparesseo Anna Maria parteira desta villa a Coal elle doutor Juiz defora evereadores derão o juramento dos Santos evangelhos edeBaixo delle lheemcarregarão bem everdadeiramente usasse do dito oficio de parteira de que aprezentava sua Carta. . . . . » («Livro das Vereações, 75»).

A essa mesma sessão municipal foi presente DOMINGOS DA SILVA, filho de JERÓNIMO MENDES, da freguesia de Tàgilde; apresentou «*hũa Carta deMeya sorgia eselhe deu o juramento*». Deve ser o mesmo que serviu a Santa Casa e que já registei na devida altura.

No «Livro 68 das Vereações», que começa em 1707, menciona-se o *surgião* BENTO DE BARROS, morador na rua do Mestre Escola. Êste cirurgião viveu em Guimarães nos princípios do século XVIII, de que estamos tratando. Num dos Livros de Testamentos do Arquivo da Misericórdia lê-se o do cirurgião MANUEL COELHO DE FIGUEIRÔ ou FIGUEIREDO, já atrás referido, que o fizera aos 5 dias de Julho de 1742 anos. No «Livro 71 das Vereações Camarárias» existe o termo

> «de juram.to q' toomou Manoel Frz Neves da freg.a de Brito p.a uzar doseuofiçio de sangrador. . . . . tudo na forma da sua Carta que apresentou de fizico-mor».

Êste sangrador MANUEL FERNANDES NEVES jurou perante os vereadores, aos dois de Maio de 1725, tal como diz aquele excerto do respectivo termo. Entre as muitas pessoas a quem a Misericórdia emprestava dinheiro a juros, lê-se no «Index das notas» o nome dum boticário que me parece não ter servido a Casa, MIGUEL DE CASTRO FREITAS; a data do emprestimo é 28 de Fevereiro de 1723; entre as referidas pessoas encontra-se um outro boticário chamado BERNARDO DA COSTA, ao qual a Santa Casa favoreceu monetariamente, a juros, no dia 13 de Fevereiro de 1738. No indicado «Livro das Vereações n.º 68» existe registado o nome de um outro boticário, PEDRO RIBEIRO MAGALHÃES, do qual nada mais sei. Doutro ainda se encontra notícia no «Livro de Registos e Testamentos de Santa Marinha da Costa» (séc. XVIII); chama-se o boticário MANUEL DE CASTRO (Inf. de ALBERTO BRAGA). Num manuscrito de 1737, cujo autor foi Frei FRANCISCO XAVIER, da Congregação dos Monges de Portugal, frade do Convento da Costa, de Guimarães, obra intitulada «Necrologio da congregaçam dos monges de Portugal, do doutor maximo N. P. S. Jeronimo desde o anno de 1670» e oferecida «*ao senhor dos vivos, e mortos*», lê-se o que segue [609]:

> «O Irmão Dr. Joam de S. Jeronymo, natural de Evora, formado em medicina cuja faculdade exercitou nos seus principios em Basto, razão porque sempre conservou o apellido de Medico de Basto, ainda depois de assistir muitos annos nesta Villa de Guimarães, em que teve o partido deste Mosteiro. Foi cazado e depois de alguns annos de viuvo se recolheo a esta caza, tomando nella a roupeta de donato a 5 de Março de 1722, porem permanecendo pouco na clauzura até á morte, aonde conservado tinha as cazas de aluguer em que que vivera, e a Ama que o servira. Foi esta aos 12 de Janejro de 1736, contando de idade 78 annos, e de Donato 14. Está sepultado no canto do Claustro que fica para parte do Refeitorio. Cantou-se-lhe officio de nove Lições».

Não sei quem fôsse, no século, o Dr. JOÃO DE S. JERÓNIMO, tam simplesmente alcunhado de médico de Basto, nem conheço até ao presente as razões da sua clausura. O que se verifica é ter o médico-frade, como diz aquela crónica, prestado os seus serviços aos irmãos do Convento da Costa!

É já tempo de referir-me a um outro facto importante da

vida médica de Guimarães no final do século XVIII: a fundação do Hospital da V. O. T. P. de S. Francisco. Data, é certo, o estabelecimento do hospital dos princípios do século passado; contudo, a idéa da sua criação é anterior. No «Livro de Termos n.º 3», do Arquivo daquela Ordem, principiado em 1790, lê-se no registo da sessão efectuada em 20 de Janeiro de 1792:

> «ahi pelo dito Irmão Ministro foi proposto, que seachavão pendentes alguns negocios na Corte interessantes desta Ordem..... acrescendo mais outro req.to respeito afundação do Hospital p.a serem curados os nosso Irmãos pobres nas suas enfermidades...»

Ver-se-há como no século XIX a idéa foi tomando vulto até se transformar numa esplêndida realidade. Devo dizer que o Hospital da Misericórdia, e mais tarde o de S. Francisco, foram também hospitais militares. A propósito daquele, lê-se num termo da Mesa de 25 de Junho de 1797, em que fôra nomeado o referido GASPAR RIBEIRO para sangrador do mesmo, dada a impossibilidade do que o servia:

> «pelos seos annos e principalm.te pela falta de vista, que padeçia..... as respectivas queixas, que disso se fazião, *tanto os doentes militares,* como os mais do povo».

A assistência médica da Vila, em resumo, fazia-se no Hospital da Misericórdia, sem dúvida o mais importante, nos de S. Roque, S. Páio, dos Sapateiros e do Anjo. Êste último hospital deve ser o Recolhimento do mesmo nome, no Largo de S. Páio, o qual já mencionei noutro lugar. Dêsse hospital, privativo das religiosas aí recolhidas, tratou já, no seu trabalho sôbre aquela Casa, o Dr. EDUARDO D'ALMEIDA. No «Livro da Comunidade da Choraria» — Eleições — de 1743 há esta nota

> «por me constar por repetidas queixas, q. o P.e Prioste nao administra com justiça e caridade os lugares do Hospital do Anjo, de S. Paio, e os está dando a molheres de mao procedimento, e conhecida desenvoltura, no modo de vida, e consentindoas, com escandalo das pessoas q. estranhão tão mao governo, por preterir as velhas e aleijadas, para as quaes foi instituida esta hospitalidade» [610].

Quanto ao Hospital de S. Roque sabe-se que, em 1735, a Confraria dos Caseiros do mesmo, mercê de provisão régia, passam

a administração daquela antiga casa e os bens da Confraria para as mãos das recolhidas dominicanas. (J. L. DE FARIA. Efem. Jorn. «Independente», n.º 146, Guim.). Do hospital de S. Miguel o Anjo, em frente à capela do mesmo Santo, junto ao Castelo, nada posso dizer respeitante ao século XVIII; ao certo não passaria já de um mais que modesto recolhimento de mulheres pobres. O hospital dos Sapateiros (Anjo, a S. Crispim), continuava protegendo artífices doentes; os que aí morriam eram levados para os Claustros da Colegiada pelos cónegos da mesma e aí enterrados [611]. Êsse hospital existia aínda em 1824, pois a êle se referem os Estatutos da Confraria dos Sapateiros, datados de tal ano. Além de hospital, possuíam nessa época uma albergaria e uma capela, que subsistiu até nossos dias. Do Hospital de S. Dâmaso não me deu a fortuna ensejo de recolher mais notícias àlém das já apresentadas no século XVII.

Não devo deixar de fazer algumas considerações sôbre o tratamento e criação dos Expostos. Desde muito tempo eram os infelizes engeitados socorridos por um médico ou cirurgião, constituïndo-se assim o *partido* dos Expostos, a que terei ocasião de referir-me noutras páginas. A roda dos Engeitados já existia no século XVII; a sua freqüência era demasiada, para tal concorrendo, além da sociedade laica desmoralizada, a classe religiosa prevertida. Quem deseje conhecer a verdade desta afirmação leia o trabalho de ALBERTO BRAGA «Curiosidades de Guimarães». Lá diz o etnógrafo vimaranense: «*A relaxação dos costumes era grande também entre o clero, vivendo dentro do vício dos tempos, que vinha desde o princípio do século XV*», e, noutro ponto «*a classe da Conezia, desde 1642 a 1690, ou mais aínda, foi das subidas em rebeldia; foi entre o clero, a mais desmanchada de vida e de costumes. A classe, com excepções, é claro. Os grossos volumes das devassas da Colegiada, provam-no sobejamente*». Pois é num edital de D. DOMINGOS DE PORTUGAL E GAMA, D. Prior de Guimarães, que se lêem suas piedosas objurgatórias contra os pecados de seus cónegos, e penalidades conseqüentes; assim, tôda a pessoa que não comparecesse às vizitas por êle feitas à Colegiada, e não contasse do que sabia a respeito dos desmandos do Cabido, era excomungado — *ipso facto incurrenda* — e pagava trezentos cruzados «*aplicados p.ª o*

Hospital desta Vila»; o público tinha de contar ao vizitador, entre outros pecados conhecidos e praticados pelos eclesiásticos, o de uzarem de *superstições* e «*se são mutiladores; ou que procurassem alguns abortos com medicamentos*». Mas se os filhos vingassem, esperava-os a boca hiante da tenebrosa Roda. Esta foi abolida em 1865, sendo criados então os Hospícios de Expostos. Para o sustento dos mesmos, pagamento às amas, etc., havia certas imposições camarárias, tais as dos *cabeções das sizas.* Existe na Câmara um livro denominado «Repartição da terca parte que se fixou ás frg.as do termo desta Villa e se..... desta villa pera aCriação dos engeitados...», datado de 1707. A assistência médica infantil pode dizer-se que não foi de todo má em Guimarães, no que respeita àqueles desventurados. É curioso cotejar-se as cifras das percentagens de mortalidade nos Hospícios dos Engeitados de Pôrto e Guimarães (1878), que P.e FERREIRA CALDAS anota no seu «Guimarães»: Pôrto, mortalidade anual nos expostos de leite, 37,8 %; nos desmamados, 9,1 %; nos subsidiados, 8,5 %; Guimarães, respectivamente, 23,7 %, 7,1 % e 3,4 %. Êstes números demonstram que a mortalidade entre os Expostos do Pôrto era maior que a dos de Guimarães, provando tal facto melhores passadío ou assistência médica dos últimos. A Câmara de Guimarães, «*como era costume*», por meados do século XVIII acudia com uma pensão a tôda a mulher que tivesse dois filhos gêmeos, diz um termo de vereação dessa época (L.º 79).

Passo agora a referir-me às epidemias que devastaram a vila neste século XVIII. Em 1720, dia 19 de Outubro («L.º de Vereações, n.º 70»), a Câmara nomeia Guarda-móres da Saúde e toma as necessárias providências contra a invasão da peste; não há documentos que elucidem sôbre a epidemia, sendo de crer que ela não chegasse a Guimarães. As medidas profiláticas são, com leves diferenças, as mesmas do século anterior. Sòmente, diz o ABADE DE TÀGILDE,

> «foi nomeado um guarda-mór incumbido d'expedir os passaportes a quem pretendesse sahir da Villa ou por ella passasse; de receber dos medicos, cirurgiões e sangradores as participações das doenças existentes que piquem contagio, ou a qualidade d'ellas, e ainda a nota das doenças, que lhe seria enviada pelos *cabeças* de saude da

> villa e termo, devendo dar conta de tudo ao Provedor-mór da saude da côrte e reino. . . . . A todos os medicos e cirurgioes que então havia em Guimarães . . . . foi ordenado o cumprimento das prescripções do regimento de saude na parte em que mandava passar certidões das doenças, sua qualidade, pique e contagio e envia-las, ao Guarda-mór, que, pela sua parte, devia em caso de doença suspeita avisar o juiz de fóra afim de que este com a Camara tomasse as providencias. . .»

Entre os anos de 1755 e 1756 a vila sofreu a invasão de uma epidemia, não sei de quê, para a extinção da qual houve preces e procissão de espavento. Já me referi à epidemia de malinas — febres malignas — que assolou Guimarães em 1763, e da descida de S. Roque da Serra à vila. Conta, no entanto, o ABADE DE TÀGILDE, que com S. Roque foi levado em triunfo na procissão citada a imagem de prata de S. Sebastião, pertencente à Colegiada. Poucos anos depois, por 1769 e 1770, as malignas fizeram novamente estragos, sendo então construïdo um novo cemitério, hoje chamado *velho,* pois que o antigo não estava em condições por ser pequeno e existir no centro da vila.

Tais são as notícias que pude colher e colecionar, respeitantes ao século XVIII.

Resta-me historiar a vida médica de Guimarães na primeira metade do século XIX. Começá-la-ei relatando o que pude averiguar sôbre o ensino da Cirurgia no seu Hospital da Misericórdia. É sabido que, nas terras da província, como em Lisboa e Pôrto, antes da fundação das suas Escolas de Cirurgia, esta aprendia-se sumàriamente nos Hospitais, onde se procedia a exames pelos quais os candidatos obtinham suas cartas de profissão.

O que fôssem tais mestres, tais discípulos e tais exames muito bem e singularmente no-lo contam os Professores MAXIMIANO LEMOS e HERNÂNI MONTEIRO [612]. Limito-me a indicar sòmente o que a tal respeito se passava em Guimarães. Anteriormente àquelas Escolas, funcionavam em Chaves, Tavira, Elvas, Braga, etc., outras de menor condição e de vida fugaz. Mas nos diversos hospitais da província a prática da cirurgia fazia-se em larga escala, desde muitíssimos anos, como disse; bom ou

mau, devemos tam singelo ensino aos hospitais da Misericórdia e justo é que tal não seja esquecido. No de Guimarães funcionou também numa dessas rudimentares Escolas, contra as quais se insurgia denodadamente o grande Professor VICENTE JOSÉ DE CARVALHO, na sua «Oração inaugural» de 1849. Contudo, só encontrei indubitável referência ao ensino da Cirurgia no Hospital de Guimarães num termo da Misericórdia datado de 1801; trata-se da admissão de ANTÓNIO JOSÉ RIBEIRO para cirurgião do mesmo, sob a condição de não admitir «*praticante de cirurgia á sangria, antes querendo algum dos praticantes aprender a sangrar, aprendera com o sangrador q̃ for do m.mo Hospital*». Por esta curta informação se fica conhecendo que no Hospital de Guimarães os cirurgiões e os sangradores tinham discípulos consentidos pela Mesa da Misericórdia. Como veremos no seguimento dêste trabalho, êsse ensino continuou fazendo-se da mesma maneira no decorrer dos anos. Serviu também o hospital da Misericórdia para os exames de cirurgia e medicina práticas. De algum dêles existem os autos na Biblioteca da Faculdade de Medicina do Pôrto, datados de 1815 a 1824.

Já referidos pelos Professores MAXIMIANO LEMOS e HERNÂNI MONTEIRO, êsses autos dão-nos a conhecer o modo como tais exames se faziam, e como obtinham licença os cirurgiões, depois de a êles se sujeitarem, para fazerem também medicina na falta de médico [613]. Os autos são bastantes e vária a naturalidade dos examinados. Transcrevo a seguir, como documento curioso, um dêles:

Treslado dos proprios Autos de Exáme de Medeſsina pratica que neste Juizo fês Antonio Jose Basto Junior Cirurgião Mór do Regimento deMelicias desta Villa de Guimaraens, emorador noLugar daPortéla, freguesia deSão Thiago doPinheiro Concelho deFelgueiras desta Comarca.

Ordem de Com-miſsão

o Doutor Custodio Luis de Miranda, Medico pella Univercidade deCuimbra Juis Delegado doFyzico Mór do

Rejno, nas tres Provincias do Norte deste Rejno dePortugal, pêllo Princepe Regente Nosso Senhor que Deos Guarde etc[a]. Faço saber que Antonio Jose Basto Junior cirurgião Mór do Regimento deMelicias de Guimaraens, me Requereo que omandace Examinar deMedeſsina pratica, para Substituir afalta de Medicos pedindo Commiſsão para fazer oseu Exáme perante omeu Subdelegado, damesma Villa eComarca pello não puder vir fazer perante mim pella Longitude. E atendendo aoseu Requerimento dipois defeito oDepozito pertencente ao Illustriſsimo Concilheiro Fizyco Mór do Rejno, comaquantia dequatro mileoito Centos reis, que se carregarão sobre o Thezoureiro por termo no Livro Competente nandei paſsar aprezente Com-miſsão pello qual concedo todos osmeus poderes aoDoutor João Evangelista deMoraes Sarmento, Medico naVilla de Guimaraens, enellà eSua Comarca meu Subdelegado; Oqual com dous Medicos que nomiará para Examinadores, eaquem deferirá ojuramento dos Santos Evangelhos, prosederá ao Exame de Medeſina pratica deque setrata naforma detreminada noparagrafo vinte ehum, e vinte edous doAlvará deRegimento devinte edous deJaneiro demil oito Centos edés, efeito o Exáme mandará pêllo seu Escrivão fazer hum auto dopé desta Comiſsão aſignado pello dito meu Subdelegado, eMedicos Examinadores que remeterá apoder do Escrivão que esta paſsou empuder dequem o Examinando poderá procurar oseu Competente titelo para com-êlle requerer a Sua Competente Licença do Illustriſsimo Concilheiro. Fizyco Mór do Rejno; O que Cumprirá, etc.[a] Porto deFebreiro demil oito Centos edezasseis eEu Manoel Amtonio deSouza Cunha o escrevj. Custodio Luis de Miranda. — »

Auto de Exáme

Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jezus Christo demil oito Centos edezaseis. Aos dés dias doMez deFebreiro dodito anno nesta Villa deGuimaraens eno Hospi-

tal Real d'ella onde foi vindo oDoutor João Evangelista deMoraes Sarmento, Medico pella Univercidade deCuimbra Juis Subdelegado do Illustrifsimo Fizijco Mór do Reino, na Repartição, desta dita Villa Seutermo eComarca nomiado pello Doutor Custodio Luis de Miranda Medico pêlla mesma Univercidade Juis Delegado dodito Illustrissimo Fizijco Mór doReino nas tres Provincias do Norte deste Rejno dePortugal, pello Princepe Regente Nosso Senhor que Deos Guarde, etc Comigo Escrivão; e Examinadores os Doutores Antonio JosedeSouza Basto, eBernardino Cardozo, ambos desta Villa, para ifeito deprosederem ao Exáme deMedessina pratica que Requereo o Supplicante Antonio Jose Basto Junior, Cirurgião Mor do Regimento deMelicias desta Villa Guimaraens, morador noLugar da Portella freguezia deSão Thiago doPinheiro Concelho deFelgueiras desta Comarca que prezente seachava; eSendo asim prezentes os dittos Examinadores, êlle dito Juis Subdelegado lhe deferio ojuramento dos Santos Evangelhos para que bem̃ enaverdade sem afeição depefsoa alguma prosedezem aodito Exáme eporêlles foi dito que debaixo do dito juramento aSim oprometião fazer; E com-ifeito porêlles dittos Examinadores, eemprezença do Doutor Juiz Subdelegado, forão mostrados dous duentes dos que seachavão neste dito Hospital, comdifrentes Molestias. Elogo pêllo mesmo forão estes vistos e Examinados, para servir deMateria aoprezente Exáme; eentrando cada hum dos ditos Examinadores, afazerlhe as preguntas necefsarias por-espaço detres quartos dehora, Marcados a cada hum, vistas as Respostas que omesmo deu, sendo consultado porelle dito Juis; eExaminadores, omercimento dodito Examinando, o que mandou proseder avotos, deSimplici, Duplici, triplici com Laude em-esCortino fichado; Oqual sendo aberto seacharão osvotos de Aprovado triplici, com Laude, enostermos, deRequerer aSua Carta de Exáme deque dou fé; efis este Auto que aSignarão elles Doutores Juis Subdelegado e Examinadores, e Eu Antonio JozedeMadureira Escrivão desta Repartição da dita Villa termo eComarca deGuimaráens

que o escrevj = Antonio Joze de Madureira = João Evangelista de Moraes Sarmento = Antonio Jose de Souza Basto = Bernardino Cardozo».

Em 1815, 1816 e 1824 fizeram idêntico exame no Hospital da Misericórdia de Guimarães (Hospital Real, segundo a letra dos autos) os seguintes cirurgiões, dêles constantes:

NOME	NATURALIDADE	DATA
Joaquim José da Cunha	—	28 - 2 - 1815
Francisco António Rebelo	Monte Longo	28 - 2 - 1815
António José Rodrigues Vieira	Vieira	1 - 3 - 1815
João de Oliveira	Monte Longo	1 - 3 - 1815
Miguel António Soares	Fafe	1 - 3 - 1815
José António	Cepães	1 - 3 - 1815
Vicente José Penha	Cabec. de Basto	1 - 3 - 1815
Bernardo António Ribeiro	—	2 - 3 - 1815
Francisco Gonçalves Cardoso	Rôças	2 - 3 - 1815
Custódio Luís Leite	Arões	13 - 3 - 1815
José António Gomes de Oliveira	S. João das Caldas	13 - 3 - 1815
António José Ribeiro	Celorico de Basto	24 - 4 - 1815
Manuel de Andrade Machado	Cab. de Basto	24 - 4 - 1815
António Fernandes	Castelões	12 - 8 - 1815
Manuel José Ferreira	Oleiros	12 - 8 - 1815
Domingos José Fernandes	Sande	19 - 8 - 1815
José Manuel de Carvalho Silva	Vieira	30 - 10 - 1815
António Filipe Vieira	Póvoa de Lanhoso	27 - 1 - 1816
José António da Silva Azevedo	Ribeira de Soas	27 - 1 - 1816
José António Lopes	Aguas Santas	7 - 2 - 1816
Manuel Luís Lopes de Carvalho	Celorico de Basto	13 - 2 - 1816
Manuel António da Silva	Serzedelo	16 - 2 - 1816
Bento da Costa Sampaio	Refojos de Basto	6 - 3 - 1816
Geraldo da Cunha	Celorico de Basto	23 - 3 - 1816
António José Gonçalves	Cab. de Basto	23 - 3 - 1816
Manuel José de Moura	Celorico de Basto	11 - 6 - 1816
António Soares da Costa	Covelas	3 - 9 - 1816
Bento José Nogueira e Moura	Celorico de Basto	1 - 10 - 1816
Francisco Lopes Monteiro	Guimarães	12 - 8 - 1824
João José Gomes da Costa	Braga	12 - 8 - 1824
Francisco José de Azevedo Varela	Guimarães	12 - 8 - 1824

O interrogatório era feito na presença do Juiz Sub-delegado do Físico-mór do Reino na comarca de Guimarães, naqueles anos o Dr. JOÃO EVANGELISTA DE MORAIS SARMENTO, do qual falarei mais largamente noutro lugar; os argüentes, dois para cada examinando, foram os médicos JOSÉ CARLOS DA SILVA PACHECO, ANTÓNIO JOSÉ DE SOUSA BASTO, BERNARDINO CARDOSO e MANUEL JOSÉ DO SOUTO COELHO E OLIVEIRA. Ao primeiro, SILVA PACHECO, mestre na Escola de Cirurgia de Braga, se referiram ùltimamente os Professores J. A. PIRES DE LIMA [614] e HERNÂNI MONTEIRO [615]. O último foi pai do Professor da Faculdade de Medicina do Pôrto Dr. AGOSTINHO ANTÓNIO DO SOUTO, natural de Guimarães, falecido em 1911. Guardam-se na Biblioteca daquela Faculdade alguns autos de Exame de Farmácia, aos quais a seu tempo hei que referir-me, realizados também em Guimarães, desde 1807 a 1832. Por um termo de Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Guimarães, datado de 10 de Novembro de 1833, se fica sabendo já não ser o seu hospital escola aberta de Sangradores e Cirurgiões, pois que:

> «em consequencia da representacão, q̃ a ella dirigirão os Cirurgiões do Hospital desta Santa Caza [em que expunhão nao poderem continuar a fazer as sangrias aos doentes do mesmo, porq̃ supposto tivessem tomado sobre si esse trabalho era em razão de terem discipulos, e Praticantes que nellas os ajudavão, e agora em virtude das ultimas determinações nem os tinhão, nem podião ter] que se nomeasse um Sangrador e Ajudante de Cirurgia e que tendo-se offerecido.... etc.».

Indubitàvelmente, as leis começavam a ser cumpridas, para bem da medicina e dos doentes.

Passo agora a registar aquilo que pude colher sôbre a vida médica do Hospital da Misericórdia, para em seguida tratar de mais duas casas hospitalares que na primeira metade do século findo se abriram em Guimarães: S. Francisco e S. Domingos.

Não descurava a Mesa da Misericórdia o bom tratamento dos enfermos que protegia, ao mesmo tempo que regulava com ageitada canceira as condições económicas por êles abaladas. Em sessão de 2 de Junho de 1811 foi proposto

> «que a cura dos causticos, e das feridas consumia grande parte dos lençoes da Casa, e em grave damno, e dispeza, que se devia prover,

> Resolverão se posessem a giro os Irmaons, que acompanhados de servos, e campainha de noute á maneira do Porto, se fisesse peditorio pera remediar tão grande mal. . .»

Ficou resolvido sair o bando de quinze em quinze dias, «*a noute a horas de Trindades*». Mais aprovou a Mesa que

> «quaesquer pessoas que tivessem devoção de dar dose mil e oito centos Reis de esmola pª os pobres do Hospital por obsequio e gratidão sera acompanhado com a Tumba dos Irmaos sendo esta esmola dada na o casião do seu fallecimento. . . . . .»

Não posso deixar de transcrever o excerto do belo trabalho de EDUARDO DE ALMEIDA («Rev. de Guim.», n.º 4, 1923. «S. Torcato — Algumas notas dispersas») referente àquele peditório de fios e trapo para o curativo dos enfermos hospitalizados:

> «À noite, o burgo muito enrodilhado em carvão, fechando-se a sete chaves, o enfermeiro Almeida, que servia na Misericórdia, com o tocador da campainha e um ou dois servos, sem batinas, apenas com a capa comprida de azul-escuro, um criado com a ceira, outro com o lampeão, alarmava a piedade com a voz cava e terrorista, de calafrios, bramindo «*Quem se lembra de dar panos e fios para curar as feridas dos pobres do hospital? Quem puder, será pelo amor de Deus!*» — Corriam-se as vidraças, ao alto, na humidade suja, aparecia uma candeia, estendia-se um braço e a mão largava os fios que, aos domingos, as Criadas, depois do Senhor em S. Domingos, puxavam, com as donas, dos velhos panos em desuso».

Como se vê, o costume subsistiu até muito tarde!

O partido dos Expostos — já a êle me referi — foi anexo à Santa Casa nos princípios do século XIX; em Mesa de 12-12-1812, sendo Mordomo dos mesmos o Irmão da Santa Casa JOÃO LOPES DA CUNHA VELHO, por êle foi proposto, em conformidade com o Alvará de 18-10-1806,

> «o quanto era util e neçeçario Representarce a sua Alteza Real que o partido de Medico e Sirurgião dos mesmos Espostos andaçe unido ao partido dos Medicos e Sirurgioens deste Hospital resultando desta União o serem os ditos Expostos tratados e assistidos prontamente não so nesta Casa e seu Hospital porem m.mo porque vinha a rezultar a outra utelidade de ser provido estes partidos em profecores haveis como são aquelles que servem a m.ma S.ta Casa e seu Hospital».

Dous anos depois, a 29 de Maio, a Mesa aprova

> «que ao mesmo Mordomo se deve partecipar que o Hospital fica pronto eos Senhores Irmãos dos Mezes na intelegência de reçeberem nelle os Expostos que pello m.mo Mordomo forem destinados. dipois de exzeminados pelos referidos Facultativos devendo os mesmos Irmãos dos Meses tratalos como os mais doentes do Hospital e com aquele melindere proprio as suas tenras hidades».

Esta resolução indica a criação, no Hospital da Misericórdia, de uma enfermaria infantil, começando, portanto, a fazer-se clínica pediátrica naquela Casa socorrendo-se os engeitados doentes que a Roda acolhia abundosamente. Quando, nesse mesmo ano, o médico ANTÓNIO JOSÉ DE SOUSA BASTO requere à Mesa o partido dos expostos, igualmente por si pedido a S. Alteza Real, já êstes estavam *perpetuamente* anexados à Santa Casa «*com aobrigação de se mandar tratar os Expostos pellos Medicos desta mesma Santa Caza*» («L.° de Termos», 14-A.); tal foi determinado por uma provisão régia a instâncias do mesmo estabelecimento. Já tive ocasião de dizer que, em tempos, foi militar o Hospital da Misericórdia. Um termo de 5 de Janeiro de 1815 diz:

> «prezentem.te hia creçendo o numaro dos duentes tanto Melitares como pobres de maneira que ja não havia lugar para as camas nas Infermarias e que era nessessario providemcia afim de observar o que sua Alteza Real tem detterminado para que os Melitares sejão curados neste Hospital e ao mesmo tempo satisfazemos a nossa obrigação pello q̃ respeita ao curativo da pobreza inferma que elle Provedor se lembrava que se ria munto util o redeficar-se a Infermaria chamada Hospital de baixo rasgando-çe janelas nas friestas que actualmente tem e solhando-çe de novo e mesmo forrandoçe por sima sendo necessario e finalmente reduzindoçe o dito Hospital de baixo a hua Infermaria que serviçe o mais comodo possivel de suplimento as outras Infermarias de Sima o que lhe parecia isto mais util por ser hua obra munto nessessaria mesmo porque ficava ainda que findaçe o curativo dos Melitares servindo com limpeza e aceio p.a o curativo venereo . . .»

De certa passagem dêste termo se depreende o ruïnoso estado e as péssimas condições em que se encontrava aquela secção do Hospital da Misericórdia; o soalho estava pôdre

> «e incapaz de sustentar o mesmo pezo das camas do curativo do mal venerio cujo Hospital de Baixo por ser abselutam^te escuro e falto de ar agora com novas ginelas que se abrão fica munto milhorado . . .»

Parte do material da secção hospitalar militar da Misericórdia veio de idêntico hospital de Braga. A Mesa nutria desejos de cuidar bem dos soldados doentes; para seu alojamento, foi resolvido, em 14 de Abril de 1815, unir-se as 2 enfermarias das mulheres e dos homens, derrubando as alcovas necessárias para que o salão rezultante ficasse sendo a Enfermaria Militar («L.° de T.», 14-A.). Além de louça, mesas, roupas, *vasos das retrétes,* etc., a Mesa aprovou (Id., 2-5-1815)

> «se mandaçe vir Agoa das Caldas p^a alguns Duentes Melitares thomarem Vanhos no que tinha vontade o medico deste Hospital . . . se pagaçe a despesa da condução da Agoa das Caldas carregando-çe a mesma em devito ao Hospital melitar a fim de se continuar . . .»

A letra dum termo dêsse ano, julgo eu, indica-nos mais uma vez as desastradas circunstâncias higiénicas em que viviam os doentes:

> «era de maior neçeçidade furrar de tigelo as duas Enfermarias de Sima e Salão a fim de que as Enfermarias de baixo que se fizerão de novo ficaçem libres de Agoas e mais lixos que continuadamente estão caindo nas camas dos Enfermos e mesmo porq̃. desta obra rezultava a maior utelidade limpeza . . .»

Para se ajuizar das condições em que funcionava o hospital, no princípio do século passado, creio nada mais ser necessário apresentar: aquele excerto basta! O hospital militar, estabelecido da maneira que referi, teve uma notável afluência de doentes, pois que a Mesa resolvera dar aos Cirurgiões 6.400 rs. a cada um, e aos Médicos, individualmente, 19.400, tudo em dinheiro de metal, como gratificação pelo maior trabalho que tinham com os citados doentes; a 28-8-1815 era também aumentado, ao cirurgião do Hospital e Cadeias ANTÓNIO JOSÉ RIBEIRO, o seu ordenado para «*14.000, pelo mesmo motivo*»:

> «o trabalho da Enfermaria Melitar q̃ ora se ce achava no m.^mo Hospital. . . . . era muito maior do q̃ o das Enfermarias Civis. . .»

Dois mêses depois, atendendo a maiores gastos com os soldados

enfermos, aumenta a Mesa o ordenado «*p.ª lenha e sal*» do Enfermeiro e Hospitaleiro da Enfermaria Civil, JOÃO ANTÓNIO, que passou a receber 48.000 rs. A-pesar-de o ter resolvido, parece que a Mesa não tratou imediatamente de impedir aquelas «*Agoas e mais lixos*», acima condenados; a 16 de Novembro de 1815, por ordem do Marechal, o Físico-mór do Exercito ordena

> «q̃ se dessem provid.as afim de se evitarem os mãos cheiros, e infectações que graçavão p.or toda a dita enfermaria motivadas pelo local das laterinas».

Só então os Mesários resolveram mudar as referidas sentinas para outro sítio! A propósito das boas intenções financeiras da Mesa, devo dizer que os panos usados nos curativos dos enfermos eram novamente aproveitados, sendo estabelecido o lugar de *Lavandeira* para as ditas *ataduras e parches,* por 300 rs. mensais!

Em 19 de Julho de 1816 resolveu a Mesa aumentar uma vez mais os ordenados clínicos, enquanto se conservasse estabelecido na Santa Casa o Hospital Militar, para o qual, cêrca de três mêses depois, nomeou um enfermeiro, JOSÉ DA COSTA LIMA, com o ordenado de 500 rs. diários.

A 18-8-1824 nomeiam os Irmãos Mesários o enfermeiro JOSÉ ANTÓNIO PEIXOTO, alfaiate, visto que o

> «numero de doentes, que actualmente se curam nelle... he de ordinario duplicado do que era em outros tempos...»

Nessa época, os enfermos afluïam, em grande abundância, ao Hospital da Vila. E tanto assim que, no ano de 1825,

> «atendendo á grande nececidade que havia de Enfermarias, se determinou que se fezece hua Nova Enfermaria no corrente das casas de S. Paio e que para admenistrar esta obra fazem os Irmãos.....»

Para a construção desta enfermaria utilizaram o rendimento do legado do bemfeitor JOSÉ LOPES DA CUNHA VELHO. Nesse mesmo ano são as enfermarias *so priores* (Hospital de Cima) reformadas no tocante a roupas e no que pertencia ao util, e limpeza, «*como á decencia da m^ma Caza...*» Cinco anos depois, em sessão de 1 de Julho, resolvem os Irmãos que

«se estabelecesse hum açougue publico nesta Santa Casa, aonde se cortasse a carne necessaria pª o consumo do Hospal e a mais q̃ se podesse cortar, p.ª se vender ao Povo, a fim de utilizar com os lucros o m.mo Hospital. . .»

Esta medida não deixou de ser honrosa para quem a alvitrara, atendendo a seus vários benefícios.

Os doentes mortos no hospital — e vai isto como curiosidade — eram, nos tempos anteriores, embrulhados em zerapilheiras; mais tarde, a mortalha passou a ser de paninho ou algodão, nelas ficando envoltos até lhes darem hábitos próprios, que para êsse fim havia na Casa; mas, em 1831 a Mesa cortou tal uso e tal luxo: e os pobres finados continuaram a ser metidos nas zerapilheiras, porque os hábitos de paninho custavam 320 rs. cada, ao passo que daquele rude tecido faziam-se a 50 rs.! Tal pobreza se não verificava no transporte dos doentes para o hospital, ou dêste para casa dos mesmos. Para isso, como era de uso em tôda a parte, usavam-se as *cadeirinhas,* melhores ou piores, consoante os poderes do cofre das Ordens que as compravam. Na fig. 58 apresento uma valiosa *cadeirinha* oitocentista, em talha doirada, de bem desenhado corte joanino, tôda forrada a damasco carmesim, tacheada a metal, com pinturas de estilo pastoril a aformosear-lhe o parecer; deparei com ela, ao rebuscar velharias no convento dos Capuchos (onde hoje está o Hospital da Misericórdia) em companhia do meu amigo e tesoureiro da Santa Casa, ALBERTO BRAGA, escondida sob um monte de cabos de cebolas, na velha dispensa hospitalar! A meu pedido, mudou-a para lugar conveniente no edifício do hospital, encontrando-se hoje no Museu da Sociedade MARTINS SARMENTO. Esta *cadeirinha,* segundo informações, foi muito usada também no transporte dos Mesários. Para os enfermos mais pobres e de menor condição, por certo, servia de maca a *cadeirinha* que apresento na fig. 59, mais moderna que aquela (século XVIII). Semelhantes cadeirinhas possuem as Ordens de S. Francisco e S. Domingos. A qualquer das duas pertencentes à Misericórdia se deve referir esta resolução da Mesa, em 17 de Fevereiro de 1837:

«mais foi representado que a Cadeirinha que conduz os Enfermos ao Hospital se acha em total Ruina . . . . . »,

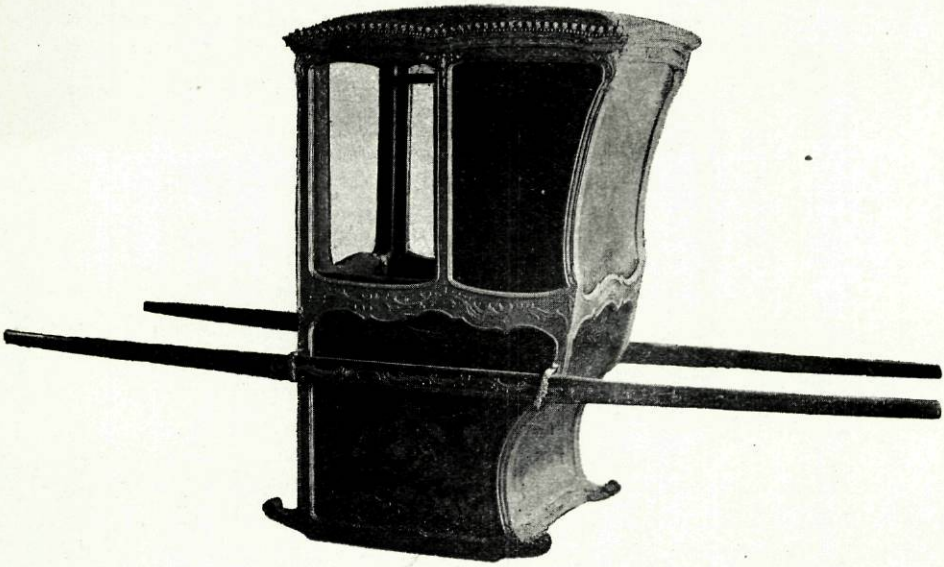


Fig. 58

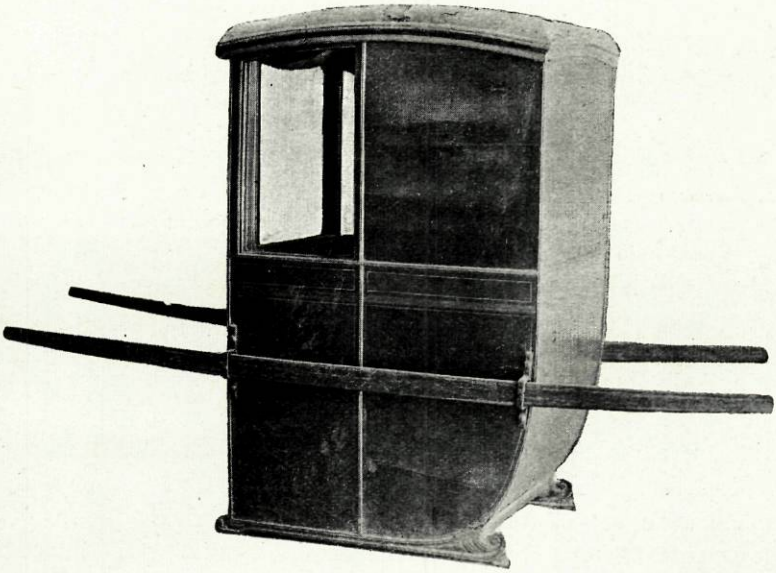


Fig. 59
Cadeirinhas para transporte de doentes (Século XVIII)

devendo procurar-se adquirir uma que dispensava certo fidalgo da vila.

A Misericórdia administrava dois hospitais militares: um estabelecido nas casas de JACINTO NAVARRO, ao Priorado; outro no Convento de S. Francisco; para cada um dêles nomeou a Mesa dois Irmãos administradores, em sessão de 12 de Setembro de 1832. («L.º dos Termos», 15-A). Contudo, um ano depois, só um dêles existia; o Termo da sessão da Mesa de 1-7-1833 diz-nos

> «dos dous Hospitaes Civil, e Millitar, que permanentemte tem sido administrados por esta S.ta Casa, e em cada hum delles grandioso e extraordinario Numero de Enfermos, de que não terá havido exemplo nesta Sta Casa desde a sua instituição...»

Como se vê, esta passagem demonstra cabalmente o aumento do número de doentes entrados no Hospital da Misericórdia na primeira metade do século XIX, o que prova uma intensa vida de assistência.

Chegamos agora a um facto dos mais importantes na existência da Misericórdia vimaranense: a mudança do seu hospital para outro edifício, o extinto Convento de Santo António dos Capuchos, lá em cima, junto ao Castelo, na embocadura do Largo do Cano. Tendo a Misericórdia pedido à Rainha o convento de S. Domingos (hoje Museu da Sociedade MARTINS SARMENTO), a soberana concede-lhe o de Santo António

> «para estableçim.to de seu Hospital em quem o m.mo Sr. Prov.or do Con.o exegia prompta satisfação das ordens obre a dita aceitação na relevando que a Illma Comisão se entrometesse neste Negocio que era só proprio da atribuição da Meza...»

Alguns dos Mesários preferiam o de S. Domingos. Passava-se isto a 7 de Janeiro de 1836; mas no dia seguinte reüne novamente a Mesa, e o Definitório com ela, para se tomarem medidas sôbre a «*aceitação da graça do Convento de S.to Antonio*». (L.º dos T.os, 15-A). As resoluções dos Irmãos nessa memorável reünião lêem-se no seguinte Termo, curioso pelo que respeita aos desejos de uma melhor instalação do hospital, para benefício de todos, e pela narração de outras obras a efectivar, muitas delas aproveitáveis e dignas de aprêço:

«apresentado pello D.o Prov.or o offiçio do Governo Civil do destrito da 2a Repartição com data de 17 de Dezembro do anno preterito em que parteçipava a Graça q̃ sua Mag.e a Rainha havia feito a esta Irmd.e de lhe conseder o Convento de Sto Antonio, no Lug.r do de S. Domingos que a Meza requereo pa o estableçim.to do seu Hospital ordenando se marcasse dia e hora pa entrega do dito Convento propondo q̃ era nassecr.o tomar sobre este entrassante objeto as resoluções que com viessem p.a seresponder ao dito offiçio E feittar as devidas consideracois de Liberou primeiram.te a Meza na maneira seguinte que seposto não era o dito Convento de S.to Antonio o que a Meza antessessora habia pedido nem o m.mo convento tinha a nesseçaria capaçidade, p.a estableçer o Hospital sem hua obra grande e enteiram.te nova, e tanto mais custosa quanto era nasseçario, segundo a oponião dos Facultativos haver toda a cautella na edeficação e construição dos reparos p.a coitar a entemperançia das Estaçois do Tempo, que era muito deareciar pa a saude dos Enfermos, na situação em q̃ se acha, aquelle eDefiçio dos Enfermos, obra de hua Desp.a tal com que os fundos e rendim.tos desta Santa Caza actualm.te não podem, e ate a sua Empreza seria a ruina total dos m.mos fundos não ofreçendo o dito Convento no estado em que seacha mais de que apenas as comodidades p.a hua caza de combelençia comtudo reconhecendo a Meza a nescidad.e de melhorar quanto possa ser o lucal do antigo Hospital em qualq.r sitio mais conbeniente a saude dos doentes e dos Pobos daVilla, e de ter um Hospital separado da Caza da sua Irm.e e das Outras suas Officinas e Establecim.tos como he costume nas mais Terras do Reino, não tinha duvida em açeitar a referida Graça pa aquelle fim que sua Mage tão magnanima e piamente tem consedido, ficando esta aceitação comsiderada não de outra forma por se julgar ser em tão de perejuizo e não em proveito dos pobres mas sempre debaixo das clauzulas e condicois seguintes:

1a

Deficar sempre eemtodo tempo esta Consessão e Graça considerada meram.te gratuita, e sem onus, ou embargo algum nos tr.os em q̃ a Mesma Augusta Senhora tão benignam.te se digna consedella.

2o

Deficar sempre e em todo tempo conservado a Irmd.e todo o direito da sua propried.e no Hospital antigo, asim Como em todo o resto deste edeficio e Caza da dita Irmd.e de que tudo munto perçiza para dar maior extenção, e arranjo a todos os outros estabeleçim.tos que tem no dito edifiçio e Caza.

3º

De nunca dever verificar-se ainteira mudança do antigo Hospital senão quando a obra de novo possa aprontar-se demaneira que offreça aos mizaraveis Enfermos toda acomudidade, servindo no entretanto aquelle Convento para Caza de conbaleCençia dos doentes, e quando seja tão grande afluencia dos m.mos que não possão caber no outro, como muntas vezes aconteçe p.or alojamento dos que ali não couberem.

4º

De conservar sempre da m.ma sorte no sitio em que se achão as Cazas do Dep.o Cartorio tumbas e mais obzejtos e officinas da Irmd.e que são de maior interesse pa a m.ma enão podem deixar de asestir aonde a m.ma fica existindo.

5º

De ser conservado tambem na m.ma Caza, = e ate dando selhe toda a extenção de que munto preçiza (e quando severifique da inteira mudança do Hospital) o Pio Estableçim.to e Caza dos Entrevados, que alem do seu pequeno fundo, e do zelloso dis vello, e piad.e do seu fundador se sustenta namaior parte deesmollas promovidas, por m.tos devotos, e fieis habitantes do Centro da Villa m.to perderia em qualq.r mudança para outra parte aonde não pode-se ser secorrido comtanta façilid.e.

6º

De ser sempre tambem conservada no m.mo lug.r a casa em que se acha a Botica de nominada da Mezericordia, a qual sendo hum dos estableçim.tos da major entresse p.a esta S.ta Caza por costumar a viar remedios pa a maior parte da Villa e grande p.te deto dasasldeias, muito se projudicaria o dito rendim.to em qualquer mudança podendo porem p.a fornecimento do novo Hospital establecerçe nelle Outra Botica como melhor parçer ad'menestração.

7º

Que aobra dodito novo Hospital seva fazendo pouco e pouco pelo producto do rendim.to das Casas de Tras de S. Paio por ter ja amunto hua semelhante aplicação, e pellas sobras detodos os rendimentos que sele quidarem nas contas destas daad'menestrassão sem ja mais por motivo dadita obra sepoder deminuir o Capital e fundos, da Irmd.e havendo-se todo o cuidado empromover a melhor economia

e soleçitãr a devoção que os fieis habitantes desta V.ª custumão exercitar, ajudando os Pobres emtodas asocasions de nesseçid.e

8º

Finalmente, que como aconcessão da sobredita generosa graça que a Augusta Rainha setem degnado fazer a esta Irmd.e na sua Letra parçia lemitarçe somente ao Edefeçio do extinto convento de S.to Antonio, sem fazer menção da sua cerca edetodo omais terreno que lhe he ad'jaçente, sendo que sem isso senão poderia estableçer onovo Hospital por ser indespensavel mente necessario dar ao Edefiçio as necessarias demençois procurara posição das deversas Enfermarias naquelles sitios que mais convier á saude dos Enfermos; ê formar hua Caza deconvalecençia separada do m.mo Edefiçio construir o semiterio dos pobres dentro dos seus muros, estableçer hum jardim Botanico, e organizar todas as mais officinas que sejulgar indispensaveis era emprim.º lugar nacessario que sua Magestade Fedeliçima se d'gnesse declarar a sua Real Intenção aeste Respeito assim como a respeito detudo omais quepella Meza fica ponderado fazendo que sejão prezentes e selevem aos Pes do seu Regio Trono, com o maior respeito e acatamento, pellas Estacois-competentes estas deleberacois, juntam.e com os mais bens mereçidos, e sinceros agradecim.tos portodas as graças que tem feito, etem ainda no seu Real, e Magnanimo curação para fazer a este Monte de Piedade, e achaçe ind'gente desta antiga notavel e sempre lial Va de Guim.es de quem a Meza se honra de ser orgão..... feitas as devidas refelecois, correo oescrotinio, epella pluralidade devotos foi confirmada tal como seacha, acrescentando q̃ de forma algua convinha a aceitação da Graça ...?... de outra maneira nem podia ser outra a mente de sua Mag.e Fedeliçima; porque então seria degraviçimo prejuizo para a Irmd.e...»

A 15 de Abril do mesmo ano congregam-se novamente a Mesa e o Definitório da Misericórdia para tomarem conhecimento duma ordem da Raínha que mandava transferir o hospital para o Convento de S. Domingos. A-pesar-de o ter pedido, a Mesa parece não gostar muito daquela deliberação real, tanto mais que já alimentava, com grande alegria, o sonho revelado no termo agora transcrito, a propósito de Santo António. Sôbre a resolução de D. MARIA I disseram nesse dia os Mesários e Definidores:

«se acha nesta Villa em poder do Provedor do Conc.º ordem do Governo Civil p.a verificar a entrega daquele convento a esta Meza p.a nelle se establecer o Hospital, e ao m.mo Tempo tomar posse do Edificio em q̃ o m.mo Hospital se acha actualm.te fazendo prosseder a

> avaliação delle e intimar esta Mizericordia p.ª q.to antes fazer transferir o Hospital aquelle mencionado Conv.to visto q̃ este negocio seposto q̃ detreminado pelo poder Executivo envolvia alienação de bens patrimoniães do m.mo Hospital q̃ se não podia efetuar sem ouvir a Irmand.e representada no dito Ill.mo Definitorio, era necessario q̃ o m.mo ponderando todo o referido deliberase sobre este importante objeto e propondo-se em seguim.to prim.ª mente se devia aceitarse a pósse e entrega q. o Governo manda fazer a esta Meza do dito Convento de S. Domingos sendo todo elle, da sua Igreja, Cerca, Agoas, e Cazas adjecentes tudo na mesma forma q̃ os extintos Religiosos pessuiam, e não doutra maneira visto q̃ tudo he indispençavel para o establecim.to do m.mo Hospital, correo o escurtinio, e foi descedido afirmativam.te. . .»

Mais resolveram protestar contra tal medida — o ser avaliado o edifício da Misericórdia para possível venda pelo Govêrno — visto ela afectar o *patrimonio dos Pobres*. Em 21 de Setembro, aínda dêsse ano, sendo postas à venda umas casas e terrenos chamados da Botica, pertencentes àquele convento, a Mesa nomeia procurador para cobrir qualquer lanço de arrematação das mesmas e, se houvesse dificuldades por parte das autoridades, essa arrematação seria feita em nome daquele procurador. Como no «Diário do Govêrno» do ano seguinte fôsse publicada a notícia da venda do extinto convento de S. Domingos, a Mesa decretou comprá-lo, visto ter ordem para o fazer; e, assim, nomeado procurador, êste foi arrematante com poderes de

> «lansar na parte ou todo do dito Convento com sua cerca e mais pertensas, ateaquantia de quatro contos de Reis, de moeda forte. . .»

Porém as negociações não foram a cabo, pois a venda não chegou a realizar-se. Começaram a correr melhor os fados da Santa Casa no ano de 1839; em Mesa de 11 de Novembro foi

> «aprezentado hum off.o do Ill.mo Ademenistrador deste Conc.o, enque p.r sua deLiquadeza consultava esta Meza sobre a pertenção de huns indeviduos que se dizem ordem 3.ª deS.o Antonio desta m.ma Villa; que pedem a Igreja, claustros e Jardim dos Extintos Capuchos desta m.ma Villa, e p.r que tendo esta Meza afecto a S. Mag.e requerim.tos sobre o m.mo objecto deLivarou se agradesesse ao Ill.mo Adeministrador a sua atencioza Ceblidade, erespondesse como convinha, e se acha minutado norespectivo Copiador: e tomando na concidração devida os invaraços, tropessos, edeLongas que tem encontrado as

> suplicas que esta Meza tem deregido a S. Mag.e sobre a reteficação, e concepção da graça que havia feito dom.mo Convento p.a a tranferencia do Hospital p.a aquele Lucal: deLivararão se fizesse nova Suplica constante docopiador afim desemilhorar hum tão pio Establecim.to Epor assim o haverem . . . . . »

Vai passando tempo; em 22 de Maio de 1842 a Mesa assentou em não arrematar o convento de S. Domingos, porquanto

> «foi a presentado copia do Decreto de 25 de Abril Portaria do Tezouro digo da Junta de Credito Público de 14 do corr.te Mez sobre a aceitação da Graça q̃ SMg.e faz p.a se poder arrematar o Conv.to de S.to Antonio, e sua respectiva cerca p.a ahi se establecer o Hospital desta S.ta Caza . . . »

Como, um mês depois, a Mesa tivesse dado inteira procuração a MANUEL JOSÉ GOMES DA COSTA JÚNIOR para a compra do dito «*convento e cerca com todos os mais pertenses, cobrindo qualq.r lanço* . . . », foram êstes cobiçados haveres adquiridos pela Santa Casa, antes de 15 de Agosto do mesmo ano, pois neste dia reüniu a Mesa e

> «por elle ditto Provedor foi partecipado á Meza a compra do Conv.to e mais propried.es dos Capuchos, e ao m.mo tempo proposto a necessidade de se nomear hua Comissão q.a cuidando dos arranjos proprios para que se leve a effeito a Mudança do Hospital . . . . . Mais se deliberou que se mandasse vir um riscador do Porto p.a q̃ faça o risco do Novo Hospital examinando o terreno . . . »

Mas as obras requeridas não podiam ser feitas com a rapidez desejada, pois que no convento estavam alojados os doentes militares, transformado assim em hospital de sangue; porém, a 1 de Janeiro de 1843,

> «foi aprezentado hum officio de Adm.or do Conc.o em datta de 30 de Dezemb.o ultimo transmetindo p.or copea outro do Governo Cevil do Destricto de 28 do mesmo mez em que se exige que se proceda ao Orçamẽnto da despeza provavel que ha a fazer-se no extincto Conv.to dos Capuchos desta Villa afim de transferir-se para ali o Hospital desta Santa Caza propondo ao mesmotempo a necessidade de verificar se esta transferencia visto que com a dissolução do Batalhão n.o 14 deixar de existir no m.mo Convento o Hospital Melitar que atte agora tem embaraçado que sefação as obras . . . »

O risco foi apresentado em Sessão de 19-3-1843, tendo os Mesários combinado comprarem 36 «*Camas de ferro, a imitação de outros Hospitaes para se collocarem no Edeficio q̃ interinamente hade servir de Hospital. . .*», com outros «*. . . tantos enchergoens, e colchas de chita. . .*», falando-se em vender o hospital velho, lá em baixo, à rua da Raínha ou Sapateira, como ordenava S. Magestade, excepto a parte correspondente à Sacristia e Casa do Despacho. Ao arquitecto foi dada a gratificação de 48.000 rs., cujo risco a Mesa a todo o transe queria ver executado:

> «para melhor ser vista a Caza da Botica no Conv.to de S.to Antonio e dar-se impulso ao novo Hospital fosse demolida a ponta Aguda que esta na Cerca do Extincto conv.to dos Capuchos da parte do Nascente athe ao alinhamento da Igreja retirando-se a pedra p.a a p.te de traz, e fazendo-se logo o alicerce para a obra nova ja em relação ao novo risco . . .»

A botica foi a primeira secção a ser instalada no novo prédio. Do edifício velho, a Mesa dispensa parte ao Asilo de Entrevados, bem como terreno e água; o prédio, porém, foi avaliado em 4.750.000 rs. As obras no Hospital Novo prosseguiam e a 21 de Maio dêsse ano de 1843 pensa a Mesa na transferência dos doentes para as novas enfermarias:

> «visto estar já alguas Infermarias no Conv.to dos Capuchos promptas, se deliberou p.r isso que desde o primeiro de Junho se fassa aaceitação logo p.a o Conv.to dos Capuchos, indo para la todos os duentes q̃ forem vindo . . .»

Como ficassem a servir, ao mesmo tempo, dois hospitais, os facultativos tiveram demasiadas canceiras, requerendo à Mesa uma gratificação pois que

> «tinhão tido hum trabalho extraordinario fazendo duas vezitas hua nesta Caza, e outra no Extincto Conv.to dos Capuchos aonde actualm.te se acha colocado o Hospital . . .»

O prémio de tal tarefa foi 7.200 rs. a cada um. A 27 de Maio do mesmo ano foi marcado em Mesa o dia 13 de Junho, festa de Santo António, para abertura ao público do novo hospital, visto nesse dia

«festejar-se o dito Santo na Igreja do mesmo extinto Convento era mais proprio que este dia em que ali concorre muita gente fosse o da abertura do Hospital. . . . . »

A total mudança do Hospital estava realizada em 28 de Junho de 1843, visto em Mesa dêsse dia ficar assente o arrendamento do velho.

Desde então a Misericórdia recebeu os doentes que procuravam o seu socorro no Hospital Novo de Santo António dos Capuchos (Fig. 60). As condições higiénicas do mesmo, se bem que aínda deixando alguma cousa a desejar, eram melhores que as do casarão da rua Sapateira, com maior número de enfermarias, e mais espaçosas.

Àcêrca do corpo e serviço clínicos da Santa Casa pude saber mais o seguinte: pela ausência de VICENTE NAVARRO DE ANDRADE, disse-o já, foi nomeado em 1804 o Dr. JOSÉ ANTÓNIO LOPES DE ABREU E FREITAS para médico do Hospital; tendo-se êste escusado do lugar, a 16 de Junho do ano imediato é eleito para o mesmo o Dr. ANTÓNIO JOSÉ DE SOUSA BASTO

«visto achar-se este hospital som.te com hum medico, na escusa do açeito pelo termo f. 86 e se precisar de dous, que sempre houverão para o curativo dos enfermos neste Hospital. . .»

A 2 de Julho de 1806 combinou a Mesa aumentar os ordenados dos cirurgiões «*em attenção ao grande trabalho que tinhão no curativo do hospital e carestia de biveres.* . . . . .» Um ano gasto — marcava o calendário o dia 4 de Setembro — é despedido o médico SOUSA BASTO, que se «*tinha portado com algua incivilid.de*». Foi êste médico bastante instável no seu lugar, porquanto mais vezes a Mesa o readmitiu e expulsou, ao que parece consoante o lado donde os ventos políticos sopravam sôbre a vila de Guimarães!

Quando da sua primeira expulsão, foi substituí-lo o médico MIGUEL REBELO, nomeado a 26 de Agosto daquele ano. Mas, passados dois anos (17-8-1809), era SOUSA BASTO incluïdo novamente no quadro clínico do Hospital, a seu requerimento e por morte do Dr. RODRIGO CORDEIRO. Um Termo da Mesa de 8 de Julho de 1809 prova que o número de doentes a tratar no Hos-

pital era muito grande, cortando a Casa certos abusos cometidos pelo pessoal dispenseiro:

> «atendo a gr.de despesa e multidão de enfermos que diariamente entra no Hospital, se não desse racão nem remedios para fora por que se não nega o seo recebim.to. . .»

De vez em quando os Termos das Sessões vão dando elementos comprovativos da desenvolvida assistência hospitalar da Misericórdia; assim, no de 23 de Junho de 1814, já atrás apontado, lê-se, a propósito do requerimento do Dr. SOUSA BASTO para lhe ser dado o partido dos Expostos anexo à Santa Casa:

> «elle suplicante Medico atendendo sempre ao aumento desta Santa Caza se entregararão .... ? .... dezestindo de toda a disputa porem asim mesmo não deixava de representar todos os seus servissos que tem feito a esta m.a Sta Caza e seu Hospital porque sendo o unico medico que ja a muito tempo trata os pobres do Hospital nunca o dezemparava nem deixava efectivamente de tratar os seos pobres esquecendo-çe dos seos interesses pois q̃ o ordenado desta Santa Caza nada convida os Medicos por ser muito lemitado no tempo prezente. . .»

Um outro Termo anterior (12-8-1813) refere-nos que para a tarefa hospitalar houve sempre dois médicos «*p.a servirem revezados e acudirem huns ás faltas dos outros. . .*». Desde a morte do Dr. ANTÓNIO DE ABREU E FREITAS, a Santa Casa não preencheu o lugar porque era grande a

> «falta em q. estava esta Villa de Indevidos habelitados p.a este fim e pr q. desta podia rezultar prejuizo para o bom, prompto e dezejado tratam.to dos doentes. . .»

Mas já nesse ano os exames de medicina prática tinham começado em Guimarães; contudo, a Mesa nenhum dos aprovados escolheu para o serviço do seu hospital, antes

> «tinha not.o q. á pouco havia chegado (?) inteiramente habelitado o Doutor Bernardino Cardozo, desta Villa, em qm concorrião os necess.os conhecim.tos, abelid.e e bons costumes. . .»

para curar os enfermos, tanto militares como civis, alternando de 3 em 3 mêses com o outro médico da Casa. Êste Dr. CAR-



Fig. 60
Dependências do Hospital Velho da Misericórdia (Santo António dos Capuchos)

DOSO é o mesmo que figura como examinador no auto atrás copiado. Pelo título do Termo da Mesa de 18 de Dezembro de 1816 se fica sabendo que ela,

> «attendendo aos motivos que lhe foram expostos ha despedido do curativo do Hospital ao Medico Antonio Jose de Souza Basto e admittido no seu logar o Doutor João Evangelista de Moraes Sarmento p.ª curativo de ambas as enfermarias tanto mellitar como çevil ordenando que entre este e seu companheiro o Doutor Bernardino Cardoso sejão divididos os respectivos ordenados e gratificaçoems. . . .»

É esta a segunda vez que a Santa Casa dispensa os serviços do Dr. BASTO. O seu substituto foi uma curiosa e notável figura de médico-poeta, da qual algumas notas biográficas já correm em letra redonda, tencionando eu reünir num só trabalho tudo o que sôbre êle e sua obra pude colecionar. Foi MORAIS SARMENTO, no dizer de INOCÊNCIO DA SILVA, médico por obrigação, e não por devoção. Tendo estudado humanidades no Pôrto, abalou para Coimbra aos 18 anos. Em 1801 estava encartado, vindo estabelecer-se no Pôrto, sua terra natal. Contudo, em 1813 já EVANGELISTA era Juís sub-delegado do físico-mór em Guimarães; nesta vila passou, como médico, o resto da sua vida; a primeira notícia a êle referente encontrei-a num «Livro de Ordenados» da Santa Casa (n.º 17) e data de 1811. Segundo INOCÊNCIO DA SILVA nasceu o Dr. EVANGELISTA em 1773; MAXIMIANO LEMOS, na sua «Enciclopedia» [616], apresenta-o nascido em 1775. O primeiro autor diz que o Dr. EVANGELISTA tinha «*particular inclinação para a oratoria sagrada, e affirma-se que compuzera muitos sermões, que foram por alguns pregadores recitados como proprios, tanto nos púlpitos do Porto, como nos de Guimarães*». Pelo que se lê nesta biografia, EVANGELISTA morria em 1826, sem sucessão, aínda que fôsse duas vezes casado. As suas obras poéticas estão reünidas em volume (1847) por alguns dos seus amigos, tendo sido revistas pelo autor pouco antes da sua morte [617]. Quando estudante em Coimbra, em 1793, compôs êle uma ode a D. CARLOTA JOAQUINA, que corre impressa [618]. Teve fama de repentista, no dizer de vários biógrafos. ARTUR LOBO DE AVILA e FERNANDO MENDES, no seu trabalho «A verdadeira paixão de Bocage» [619], referem-se ao nosso médico. Con-

tam êstes autores que, perante BOCAGE e moldando um mote pelo grande poeta fornecido, MORAIS SARMENTO improvisou de tal forma a composição respectiva que BOCAGE abriu-lhe os braços, entusiasmado. Passava-se isto em casa da futura grande Marquesa de Alorna, em Lisboa. Contudo, em 1792, data desta scena que talvez não passe de fantasia dos autores, era EVANGELISTA estudante aínda, e não doutor. Mas, para outra vez ficará o ageitar-se com mais verdade a biografia do médico portuense que escolhera Guimarães para sua residência, poucos anos depois de formar-se em Medicina, até ao dia da sua morte.

Já vimos que data de 18 de Dezembro de 1816 o registo da entrada de JOÃO EVANGELISTA no quadro clínico do Hospital da Misericórdia; como disse, aquele médico recebia vencimentos de clínico da Santa Casa em 1811, sendo possível que a data de 1816 se refira a uma segunda admissão. A assistência que dispensava aos doentes grangeou-lhe a amizade da Mesa, pois que em 1817, no dia 2 de Julho, ela resolve gratificá-lo, a êle e ao colega com quem alternava, oferecendo 12 moedas a cada um, por

> «terem assistido com todo o zello, e disvello, aos Enfermos deste Hospital, e com bom approveitam.to dos m.mos enfermos . . . »

A 6 daquele mês e ano, a Mesa aprovou que se aumentasse os ordenados aos médicos e cirurgiões da Casa, atendendo a que ganhavam todos muito pouco, tal com rude franqueza o dissera já o Dr. SOUSA BASTO, no requerimento atrás citado! Os médicos passaram a cobrar 60.000 reis e os cirurgiões 30.000, tudo em metal. O serviço hospitalar continuava progredindo, desenvolvendo-se extraordinàriamente a assistência aos enfermos. Em 2 de Julho de 1818, «*tendo sido em todo este ano tão grande o numero de duentes como nunca foi de que rezultou munto trabalho*», a Casa gratificou os médicos, cirurgiões, sangrador, etc. A 21 do mesmo mês, é despedido de médico do partido e riscado de irmão o Dr. BERNARDINO CARDOSO por êste motivo:

> «. . . tendo despachado huma petição para se recolher hum enfermo na enfermaria desta S. Caza, mandando informar primeiramente o Medico assistente que estava servindo Bernardino Cardozo e imfor-

> mando este logo por baixo do despacho sem deixar lugar para o despacho sobre a sua informação, prudentemente lhe advertio que devia deixar lugar para o despacho que devia seguirce e informar elle no seu lugar competente: e tendo-lhe aprezentado este despacho da parte do Irmão de mez no dia quatorze do corrente em acto de visita, que fazia aos enfermos existentes no Salão á parte de S. Payo; elle Medico, lendo, lançou logo o dito requerimento ao chão e principiou a proferir palavras injuriosas ao respeito e caracter delle Provedor que a decençia não permite se escrevão, e até ameaçando vingança, e despique, e lançando mão outra vez do dito requerimento, que devia deixar ao irmão do mez o levou consigo dizendo o levava para se divertir em algumas cazas. . . »

Pelo que conta o respectivo Termo, o Dr. CARDOSO tinha feito as mesmas arrelias à Mesa do ano anterior. A 28 daquele mês e ano é restituïdo ao quadro clínico o Dr. SOUSA BASTO; desta vez, a terceira, vem substituir o Dr. EVANGELISTA DE MORAIS SARMENTO que «*se dera por impedido, por falta de forças. . .*» O Dr. BASTO, a-pesar-de muitas queixas que contra êle houvesse das passadas Mesas, foi neste ano convidado pela Santa Casa, tal o declara o Termo respectivo (L.º 14-A). A letra dêste Termo de Mesa diz que BASTO

> «tinha sido despedido por uma das mesas atrazadas sem motivo, ou razão que justificasse semelhante procedimento. . .»

A carta de convite, cuja leitura devo ao favor do Sr. JOÃO LOPES DE FARIA, é a que segue:

> «*Ill.mo S.r D.or Antonio Joze de Souza Basto*
>
> *Nesta Meza, por falta de Medicos do partido, assentou-se de convidar a V. S. para suprir a falta delles no mesmo ministerio, esperamos nos faça esta graça abem da pobreza; na certeza de ser restituido ao lugar de que sem causa algũa, que conste, fosse justa para ser despedido, como foi, de Medico do partido desta S. Caza e mais teremos de que fiquemos obrigados a V. S. Guim.es em Meza de 28. de Julho de 1818.*
>
> *De V. S.*
> *Affectivo ven.or*
>
> O Provedor *Dom.os Cardozo de Macedo.*»

Corrido um ano após esta resolução, a Misericórdia readmite o Dr. EVANGELISTA SARMENTO, que

> «hoje mais bem concidrado, desejava exercer o mesmo lugar e juntam^te que pedia p^a entrar nos tres mezes que se seguem que bem a ser 8br.^o 9br.^o e Dezbr.^o por paçar milhor nesse tempo. . . .»

Estas palavras revelam a pouca saúde do médico-poeta, do qual INOCÊNCIO DA SILVA diz: «*A actividade do seu espirito não correspondia às suas forças physicas; dotado de nimia sensibilidade nervosa padecia todos os incommodos a que de ordinario estão sujeitos os individuos desta compleição*».

Passados anos eram despedidos do serviço da Santa Casa os dois médicos EVANGELISTA e SOUSA BASTO:

> «aquele totalm.^te impossibilitado de lhes assistir, p sua mollestia, e este p.^r se achar coaze no m^mo estado e m^mo por falta de conhecim.^to e caridade p.^a com os Enfermos determinarao por scrutinio que ambos fossem despedidos. . .»

Para seus lugares entraram os Drs. ANTÓNIO JOAQUIM FERREIRA DE CASTRO e MANUEL JOSÉ DO SOUTO (T.° de 13-7-1825). Parece não ter gozado de tranqüilo temperamento o Dr. SOUSA BASTO. Bandeado com outros Irmãos da Santa Casa, fez da Mesa certa denúncia ao Rei; e aquela reüne para procurar o meio de desafrontar-se da dita *escandaloza denúncia:*

> «vendo o atrevim^to e damnada tenção, com que os coatro Irmaons desta S.^ta Casa Ant.^o Jose de Sz.^a Basto, Medico p.^r tres vezes já expulso do Partido do Hospital, Fortunato Cardozo, Franc.^o Felipe, e Simão da Rocha, derão huma denuncia a S. Mag.^e da actual Meza, não tendo esta Denuncia em vista mais do que seus vis intreces, com perjuizo dos Pobres, e p.^or que a Meza convinha, e era do seu dever conservar o seu decóro, e rebater a pervercid.^e destes coatro Individuos, que com descaram.^to se atreverão a mentir a El-Rei Nosso Senhor nhua denuncia que de per si só os caracteriza, se determinou que se procurassem todos os meios. . . . . .» (15-11-825).

No dia 28 de Julho de 1826 foram readmitidos aqueles Irmãos.

Não seria estranha à política a acusação feita a D. JOÃO VI. A paixão das lutas da sucessão e da Carta consumia extraordinàriamente tudo e todos; e os Irmãos, os Médicos e os Cirurgiões da

Santa Casa, como veremos, não zelando os interesses da mesma e o sossêgo e boa assistência de seus doentes, enrodilhavam-se na política desvairadamente, recaíndo afinal os prejuízos sôbre quem culpa nenhuma havia do desatino: os pobres que gemiam nas enxergas do seu Hospital. O Dr. SOUSA BASTO foi readmitido por proposta da Mesa de 4-8-828, visto que tinha sido afastado o médico ANTÓNIO JOAQUIM FERREIRA DE CASTRO, já referido,

> «em consequençia de se julgar envolvido em crimes Politicos e de Rebellião contra a Augusta Pessoa do Senhor D. Miguel Primeiro. . .»

A D. MIGUEL I servia a Mesa dêsse ano com excepcional fervor, a qual em 29 de Dezembro resolve

> «constando que Sua Magestade ElRei. . . . . estava já restabellescido da sua saude se fizesse hum solemne TeDeum em acção de Graças ao Todo Poderozo pelas melhoras e perfeito restabellescim.to de Sua Magestade Protectora desta Santa Casa. . .»

No ano seguinte, 1829, foram riscados da Irmandade outros Irmãos liberais, alguns já presos e refugiados (L.º de T.os, 15-A); os Irmãos realistas

> «consideravão a taes indevidos por inteiramente prigosos e projudiciaes ao serviço desta Santa Caza. . .»

A 6 de Novembro de 1832 aceitava a Mesa como médico do seu Hospital, o Dr. ANTÓNIO ÁLVARES REBELO, de Vila-Real, que ficou alternando o serviço com o Dr. SOUTO, já mencionado.

Nova afirmação da variável política da Santa Casa e suas apaixonadas resoluções se verificou em 1834 (sessão de 2 de Maio): o sacristão-mór da Misericórdia, P.e FRANCISCO XAVIER PEREIRA DOS GUIMARÃES, expulso no tempo da Mesa realista, pede para ser readmitido e explica à Mesa actual que o motivo da sua expulsão «*tinha cessado então sendo agora crime, o que então como tal era apellidado*»; a Mesa politicamente magnânima, outra vez o aceita, readmitindo os Irmãos riscados por outras Mesas, visto que

> «. . . tal crime não existia, sendo pelo contrario uma virtude rezistirem á usurpação conservando inviolavel o juram.to de Fidelid.e prestado á causa Legitima da Rainha. . .»!

A 3 de Julho do mesmo ano, determinou a Mesa avisar-se os expulsos Dr. ANTÓNIO FERREIRA DE CASTRO, o cirurgião MANUEL FARIA, de que falarei noutro lugar, o boticário TEOTÓNIO DE CASTRO e o capelão BARROZO para voltarem ao seio da Misericórdia, que então de braços abertos os acolhia; outros Irmãos irradiados foram novamente incluídos no rol, por unânime resolução da Mesa, que já em Maio dêsse ano propuzera

> «quanto antes se pedisse a restituição da quantia, q̃ foi dada em empréstimo ao governo de D. Miguel no anno de 1831 para 1832, visto o actual Governo Legitimo não auctorizar. . . »!

A 30 de Maio de 1826 tinha sido resolvido que

> «os ordenados dos Medicos e Cirurgiões ficassem sendo de cem mil rs a cada um sem deferença attendendo ao maior trabalho dos Cirurgiões; com as condições porem 1.º de não exigirem gratificação algua mais: 2.º de vezitarem os enfermos das Cadeias conforme o exigirem suas molestias: 3.º que alem da vezita diaria, que fazem aos enfermos do hospital, serão obrigados a fazerem todas as mais, que forem necessarias a qualquer hora do dia, ou noite, de modo que os enfermos sejão sempre bem assistidos, e socorridos. . .»

No que respeita à assistência médica aos doentes da Santa Casa reproduzirei êste regulamento para os Facultativos, aprovado em 7 de Março de 1836, atendendo às queixas apresentadas sôbre a falta de visitas médicas às suas enfermarias:

> «1º
>
> Que os respectivos Facultativos encarregados das d.as vezitas não podesem alterar o turno dos 3 meses pertencendo a cada hum aquelles em cujo trabalho entrarão, e em que athe agora tem continuado desde q̃ forão admetidos sem poder fazer outra alteração mais do q̃ aquella que por algum motivo extraordinario exegirem seus interece, sendo por breve tempo, fazendo com tudo saber prim.º a Meza.
>
> 2º
>
> Que as vezitas de Sirurgia nos 6 mezes d'Abril a Setbr.º principiarão as 7 horas da manham impreterivelm.te e nos 6 mezes de Str.º a Março principiarão ás 8 horas da manham, e nestes ás nove tudo ao mais tardar, devendo a limpeza das Enfermarias estar feita

ás horas das sobreditas vezitas, ficando os ditos Facultativos na certeza de q̃ alem destas vezitas ordinarias se tem de promptificar todas as vezes q. extraordinariam.te for necessario algum curativo, conferencia, ou junta, e o exegirem os interesses do Sobredito Hospital: assim como tem de se promptificarem p.a as revistas e pagam.to dos Expostos p.or turno qd.o lhes pertencer.

3.o

Que passado hum quarto de hora depois da designada, não se tendo apontado os sobreditos Facultativos nas enfermarias p.a fazerem as ditas vezitas o Enfermeiro passará emediatam.te a chamar o Facultativo companr.o e não aparecendo este, outro qualquer dos do partido do m.mo Hospital, e não aparecendo nenhum destes outros de fora delle fazendo-o logo saber aos S.rs Mordomos do mez p.a notarem a falta, e ordenarem o pagam.to da vezita ao Suplente, fazendo de tudo menção na sua conta p.a se abonar no ordenado do q̃ faltar, fazendo-se a conta da vezita pelo q̃. montar em proporção do mesmo ordenado.

4.o

Que qualquer Facultat.o que tiver vinte faltas no anno sem motivo justificado perante a Meza ficará despedido p.or esse m.mo facto: e qualquer empregado aq.m pertencer a execução desta deli beração e a não cumprir logo pela primr.a incorrera na mesma pena.»

Não há dúvida, após a leitura dêste Regulamento, que a Santa Casa zelava imenso a assistência dos seus enfermos, chamando os Clínicos a bom caminho quando se transviavam; todavia, sempre que o merecessem, as Mesas gratificavam-nos com certa liberalidade, como se verá. Mas, anos houve em que médicos e cirurgiões não receberam aquela graça, como em 1836 (T.° de 2 de Julho); outras vezes esperavam os honorários que se atrazavam imenso, não deixando, porém, a Casa de lhos pagar (T.° de 2 de Maio do mesmo ano). A todos os doentes pobres que saíssem curados do Hospital dava a Santa Casa 800 rs., por uma vez, a título de *socorro*.

Mais adiante apontarei importantes medidas sôbre a assistência clínica no Hospital da Santa Casa, passando agora a registar a constituïção do quadro cirúrgico do mesmo. Já me referi, noutro lugar, ao ensino da Cirurgia naquele estabelecimento,

apresentando, a seguir, mais algumas notícias sôbre factos que com tal se relacionam.

O cirurgião ANTÓNIO JOSÉ RIBEIRO, noutra página já nomeado, foi eleito pela Mesa em 28 de Março de 1802, sob determinadas condições, entre as quais «*fazer duas vesitas por dia, huma de manhãa, outra de tarde e ahoras competentes p^a o curativo*»; em 1807 foi o mesmo admitido para cirurgião do partido das cadeias da vila, a cargo da Misericórdia; o Termo refere-se-lhe dizendo-o cirurgião aprovado «*para curar todas as molestias pertencentes tanto a cirurgia como Medicina...*» (15 de Setembro). FRANCISCO JOAQUIM DENÍS foi eleito cirurgião da Casa no dia 15 de Julho de 1815, «*de cujo desembaraço e aptidão se achava já aliás informado*» o digno Provedor. Tendo-se despedido do partido das cadeias o cirurgião ANTÓNIO RIBEIRO, foi nomeado para o seu lugar MANUEL DE FARIA (21-3-816), com o antigo ordenado de 7.200 rs.

Então, ainda existia no quadro o cirúrgião JOÃO GAIVOTO, já referido. Um Termo de 19 de Julho de 1816 revela-nos a obrigação que tinham os dois cirurgiões de sangrar os doentes nos seis mêses de exercício (L.º de T.^os, 14-A). Contudo, não manejava sòmente a lancêta a arte de GAIVOTO e RIBEIRO, mas as suas facas faziam também maravilhas em variadas operações. Assim é que, em Mesa de 4 de Fevereiro de 1817,

> «pelo Ill.^mo Provedor foi exposto a milagrosa amputação de hua mão, que os Sirurgiões deste Hospital tenhão feito no m.^mo ahũ enfermo que p^a elle se tinha recolhido; vindo com a mão toda feita em bucados por effeito d'lhe ter arreventado hua espingarda na mão; e sendo ponderado por todos, que seadita operação não fosse feita com a delicadeza, com que foi, sertam.^te morreria aquelle enfermo; e apreçiando o q.^to nos he honrroso o conservar a vida daquelles Pobres que procurão o seu Azillo nesta Santa Caza; e querendo juntam.^te gratificar a tão habeis sirurgions o bom exito da sua sabia operação convierão todos, que se lhe desse a cada hum dos sirurgioens tres mil, e duzentos reis digo aos dois sirurgions desta Santa Caza João Rodrigo Gaivoto e Ant.º José Ribr.º, e de como assim o quiserao mandarão fazer este termo...»

Eis como no princípio do século XIX se considerava na vila de Guimarães uma vulgar operação realizada no seu Hospital da Misericórdia! Sem dúvida, êste passo do arquivo do mesmo

hospital revela-nos o estado da cirurgia vimaranense nessa época, cujos brilhantes rezultados eram olhados, pasmaceiramente, como autênticos milagres!

Em 1820 já o cirurgião RIBEIRO estava impossibilitado de assistir aos doentes, motivo porque a 13 de Março dêsse ano foi pela Mesa aceite JOÃO ANTÓNIO GOMES DA COSTA, com metade do partido que era de 30.000 rs.; quando falecesse o cirurgião RIBEIRO ficaria êste a receber o honorário por inteiro; no contracto, GOMES DA COSTA «*se sugeitava a todos os emcarogos anexos aêste Lugar de Surergia...*» (L.º de T.os, 14-A). Pouco passante de três anos, vagava o lugar de cirurgião, por sua morte. Concorrendo ao mesmo vários candidatos, julgo ter a Mesa resolvido o seguinte, nesse ano de 1823 (18 de Agosto), deixando registado o Termo da sessão que traslado pela sua importância:

> «por ser o dia de hoje o assignado para se proceder a concurso dos facultativos de Cyrurgia, ao lugar que se achava vago por falecimento do cirurgião João António Gomes; para cujo fim foram convidados e prezentes os mais Facultativos da Casa, tanto de Medicina, como de Cyrurgia; e sendo egual presentes os concurrentes José Correia de Oliveira Mendes, Manoel Jose Fernandes, Manoel Maria Gaiboto, e Joze dos Santos, e procedendo-se ao concurso sobre os exames que fizerão nos doentes que na enfermaria se lhe propuzerão para delibarar sobre os merecimentos de cada hum, forão todos com egualdade aprovados pelos mais Facultativos assim de Medecina como de Cyrurgia; e passando depois o Provedor a propor que em vista do rezultado do concurso delibarasse a Meza, qual dos concurrentes devia ser aceito de maneira que ficasse bem servido o Hospital, e que com os olhos em Deus sem affeição de pessoa alguma dessem os seus votos; o que sendo ouvido, e ponderado por toda a Meza, tendo em vista o bom serviço, e curativo dos Pobres enfermos do Hospital resolverão uniformemente que era munto conveniente ser appozentado o cyrurgião João Rodrigo Borges da Cunha Gaiboto em attenção a sua idade, mas atendendo a sua edade digo aos seus bons serviços e a ter sido Cirurgião do Hospital por decurso de muntos annos, lhe ficasse conservado o seu ordenado de trinta mil reis annualmente em quanto vivo . . . . . com obrigação porem de assistir quando for chamado e em quanto puder ás juntas extraordinarias que forem necessarias fazer-se nos Enfermos, ficando acceitos para Cyrurgiões effectivos Joze Correia de Oliveira Mendes e Manoel Joze Fernandes . . .»

Como acabamos de ver, o recrutamento dos cirurgiões concorrentes às vagas do Hospital de Guimarães era cousa séria, deixando de haver afeições e partidarismos, pelo menos aparentemente. Um Termo de gratificações, datado de 1 de Julho de 1826, refere novo cirurgião, um tal JOSÉ CORREIA, vencendo o ordenado de 28.800 rs.; quando fôsse admitido, ignoro; porém, num outro Termo de pagamentos de 1823, li o nome de um certo JOSÉ CORREIA DE OLIVEIRA MENDES, que deve ser aquele mesmo cirurgião. O registo de 1 de Julho de 1826 diz que

> «mais se determinou que o Sirurgião Joze Correia em atencão aos seus maiores conhecim.tos e conhecidos principios na sua Faculdade fica-se d'hoje em diante reconhecido como Primeiro Sirurgião do Hospital, e de baixo de cuja direcção serião registados e fiscalizados todos os medicamentos, e receptuario de Sirurgia; . . .»

Se êste modo de salientar um cirurgião foi usado depois de 1826 pelos veneráveis Irmãos da Misericórdia de Guimarães, não sei dizê-lo; nesse ano, pelo menos, o processo, ainda que incoerente, vingou! A «*glória de mandar*» inflou o cirurgião-chefe que, em 1827, levando a sério o seu delicado papel, acuzava à Mesa o seu colega MANUEL JOSÉ FERNANDES, juntando a sua queixa à de outros Mordomos da Casa. Diz o Termo da sessão de 29 de Março dêsse ano — onde tal foi discutido — que o cirurgião FERNANDES tinha revelado «*mao comportamento e insufficiência*»; ponderada a queixa, a Mesa houve por bem despedi-lo! A 1 de Maio nomeava MANUEL JOSÉ DE FARIA para a vaga resultante.

Os temporais políticos desencadeiam-se então sôbre a Misericórdia de Guimarães, pondo a nu a verdade de certas expulsões e trazendo aos políticos contrários a D. MIGUEL o castigo esperado; assim, retirados do Hospital o médico FERREIRA DE CASTRO, facto que já apontei, e o cirurgião MANUEL FARIA, foram chamados, para o lugar do primeiro o atrás mencionado Dr. BASTO, e para o do segundo o cirurgião MANUEL FERNANDES, expulso em 1827. Para isso se reüniu a Mesa em 4 de Agosto de 1828, que mostrou serem as causas da saída de FERREIRA DE CASTRO e de FARIA os «*crimes Politicos e de Rebellião contra a Augusta Pessoa do Senhor D. Miguel Primeiro*».

Um outro facto que bem revela o atrazo em que vivia a secção cirúrgica do Hospital da Misericórdia é êste: só em 1841 a Santa Casa resolveu comprar um estojo de cirurgia «*por ser indispensavel para as operações, e não o aver na Casa...*»! Nesse mesmo ano a Mesa, em assembleia de 26 de Abril

> «avendo no Hospital desta Sancta Casa dous Cirurgiões, entendia ser desnecessario que houvesse o sangrador, p.r q. oserviço desta podia ser desempenhado p.r aquelles, bem como o concerto das deslocações e quebraduras em geral, poupando-se assim esta despeza: o que sendo ponderado deliberou a Meza que desde S.ta Isabel proxima futura, em que termina o anno do ajuste com os mencionados empregados, fique suprimido o emprego de sangrador, e este serviço bem como o das deslocações e quebraduras a cargo dos dous Cirurgiões...»

Foi esta uma das mais inteligentes medidas tomadas pelos Irmãos da Santa Casa da Misericórdia de Guimarães! Um ano depois de ter sido comprado o estojo de cirurgia, careciam os cirurgiões de alguns utensílios, motivo porque em 19 de Março de 1842 concordava a Mesa ser «*necessario comprar huns ferros p.a os Facultativos poderem fazer hua operação no Hospital a hum enfermo...*». Dezassete anos antes, em 17 de Junho de 1825, tinham já sido mandados fazer uns ferros de cirurgia ao cuteleiro da vila ANTÓNIO JOSÉ PEREIRA, que custaram 5.240 rs.: «*duas erigaas, seis escalpellos e uma foice...*»; o instrumental cirúrgico, cuja perfeição pode imaginar-se, foi entregue ao cirurgião da casa OLIVEIRA MENDES (L.º do Inventário).

O primeiro cirurgião diplomado pela velha Escola do Pôrto, que como tal se apresentou à Mesa da Misericórdia de Guimarães em 1843, foi MANUEL JOSÉ SOARES. A sua entrada para o Hospital daquela Misericórdia foi motivada pela expulsão do sangrador MANUEL FARIA JÚNIOR, que espancára rudemente, na noite de 14 de Dezembro daquele ano e à porta da Igreja dos Capuchos, o dispenseiro MATEUS JOSÉ DE PASSOS LIMA. Ficando vago o seu lugar, verifica a Mesa o

> «quanto convinha que dentro do Hospital, resedisse hum sirurgião que servisse não só de sangrador mas tambem acudisse aos Casos repentinos...»;

planeiam fazer regulamento dos deveres de tal cirurgião; ao lugar concorre MANUEL SOARES

> «approvado pela Escola Medico Cirurgica do Porto em que pede para ser nomeado Cirurgião para residir dentro do Hospital e exercer todos os deveres que anecessidade exigir de prompto em socorro dos enfermos, bem como o de Sangrador, Operador, e Parteiro. . .»;

o prometido regulamento, a cargo da comissão administrativa da Santa Casa, aínda em 1844 não estava redigido, tendo de o elaborar os Irmãos da Mesa; êstes resolveram dar-lhe quarenta mil réis por todos os serviços que SOARES prestara, desde a sua admissão até 13 de Agosto dêsse ano de 1844; e mais mandaram que daí em diante

> «ficaria vencendo som.te o ordenado de sangrador, e obrigado a desempenhar unicam.te as obrigaçoens q̃. como tal lhe compete em conformidade do paragrafo 1 do cap. 5 do Regulam.to Administrativo . . .» (L.o de T.os, 15-A).

É de pasmar que um cirurgião diplomado por uma Escola legalmente constituída desde 1825, não merecesse num hospital de província mais que o modestíssimo lugar de sangrador!

Parece que MANUEL SOARES não gostou da atitude da Mesa — e com muitíssima razão — despedindo-se, talvez por isso, a 2 de Setembro do mesmo ano. Pôsto a concurso o seu lugar, ninguem apareceu a desejá-lo; a 13 do mesmo mês e ano a Mesa da Misericórdia deliberou

> «q̃ as atribuiçoens deste emprego, ficavão interinam.te encarregadas aos dois Cirurgioens do partido do Hospital. . .»;

se o trabalho o exigisse, podiam chamar alguem que os ajudasse, estranho ao estabelecimento, mas nesse caso os ajudantes seriam pagos por êles cirurgiões. «*Em attenção a suas molestias*», consente que o cirurgião MANUEL FARIA seja substituïdo nos seus impedimentos por outro colega, a quem o primeiro devia pagar de seu bôlso; chamava-se o substituto ANTÓNIO JOAQUIM DE MIRANDA, que julgo ter sido um cirurgião capaz, habilidoso e honesto, de quem hoje aínda se fala, com louvor, em Guimarães. Veja-se, por exemplo, o que êle diz no seguinte curioso reque-

rimento enviado à Mesa da Santa Casa, cujo Termo de 17 de Junho de 1845 diz ter sido deferido anteriormente a essa sessão; nêle o cirurgião MIRANDA, aprovado também em Medicina,

> «pertende a Liberdade de fazer dissessoens em algum cadaver no m.mo Hospital q.do disso tenha precizão p.a ensaio de operaçoens maiores, offerecendo-se p.a ajudar a algumas das chamadas grandes operaçoens q̃ hajão de se fazer no m.mo Hospital, porq̃ demandão os quatro fa digo demandão mais do q̃ os quatro Facultativos actuaes, ou p.a socorrer de prompto a qualq.r incidente q̃ possa sobrevir a algum doente q.do não appareção os Facultativos do partido: tudo isto gratuitam.te ficando em recompensa, o requerente com preferencia a qualq.r outro p.a ser provido no partido de cirurgião na primeira vacatura . . . »

Êste documento revela-nos no cirurgião MIRANDA um espírito assaz prático e moderno, fugindo intemeratamente à rotina dos tempos. Em 1852 (1 de Agosto) tomava conhecimento a Mesa de mais uma petição de MIRANDA:

> «que se ordene aos Enfermeiros do Hospital q̃ logo q̃ ahi faleça algum enfermo arespeito do qual elle-Cirurgião os tenha prevenido p.a se lhe fazer authopesia lhe dem parte afim de q̃ a mesma authopesia possa ter lugar em seguida ao falecimento . . . . . »

A Mesa aprovou tam inteligente propósito, ordenando que a tais autópsias assistissem todos os Facultativos da Casa.

Um Termo da Mesa de 13 de Junho de 1846 dá-nos a notícia de ter sido nomeado para o Hospital o médico-cirurgião pela Escola do Pôrto, mais tarde seu professor, AGOSTINHO ANTÓNIO DO SOUTO. Fôra o caso que o cirurgião JOSÉ CORREIA DE OLIVEIRA MENDES se encontrava já bastante cansado e doente, tendo pedido à Mesa licença para que o Dr. SOUTO o ajudasse e substituïsse nos seus impedimentos. Tendo-se formado em 1845, AGOSTINHO DO SOUTO fôra clinicar para Guimarães, diz o Prof. MAXIMIANO LEMOS, que dêle traça a biografia. E assim foi, escolhendo o Dr. SOUTO, para entrada na vida médica, a grande escola dum hospital como o daquela terra. Do seu papel de cirurgião nessa casa, nada mais pude saber.

No ano de 1850 resolveu a Santa Casa que

«em lugar do impregado de Sangrador, e Ajudante de Cirurgia, houvesse no Hospital desta Santa Casa da Mizer.ª hum terçeiro Cirurgião em tudo igualado aos dois Cirurgioens que já existem..... por pluralidade de votos que ficasse suprimido o empregado de Sangrador e Ajudante de Cirurgia..... foi nomeado para o Emprego de Terceiro Cirurgião Antonio Joaquim Pinheiro de Miranda em attenção aos seus conhecim.tos cirurgicos, e ao que se acha deliberado pela Meza, e Ill.mo Defenitorio em sessão de 17 de Junho de 1845.....» (29 de Junho).

É a segunda vez que se extingue o lugar de sangrador na Misericórdia de Guimarães; mas, daí a um ano — 11 de Maio — sôbre tal discute aínda a Mesa; dessa sessão foi registado o competente Termo, que copio na intenção de mostrar como no meio do século XIX estavam organizados os serviços cirúrgicos em Guimarães e seu Hospital da Misericórdia:

«... lido o requerimento do cirurgião do hospital Jose Correa de Oliveira Mendes, que pelas graves razoes nelle espostas, pede ser aposentado com um honorario adequado ás suas circunstancias, e sem mais obrigação que a de assistir ás conferencias, podendo — E considerando a Meza por um lado que o requerente é digno de toda a consideração por seu longo e bom serviço de vinte oito annos no Hospital da S.ta Caza, por seus vastos conhecimentos theoricos e praticos em Cirurgia e Medecina, por sua provecta idade, por sua deteriorada saúde, e por suas circunstancias domesticas. Considerando por outro lado que a deliberação da Meza de vinte e nove de Julho *(deve ser Junho)* de mil oito centos e cincoenta, em que se nomeou terceiro cirurgião para o hospital e se extinguiu o emprego de Ajudante de Cirurgia, ou Sangrador, é contraria ao Regulamento Administrativo, cap. 5.º § 1º, que so podia alterarar-se *do modo prescripto pelo mesmo* regulamento, cap. 13º § 16º; e bem assim á deliberação do Definitório tomada em sessão de vinte e trez de Maio de mil oitocentos e quarenta e um; priva o hospital do *serviço do ajudante de cirurgia, sempre util, e muitas vezes indispensavel;* aumenta desnecessariamente á Santa Casa a despesa anual de setenta mil reis; e abate mais a consideração devida aos Médicos do Hospital, que tendo sempre a seu cargo maior numero de enfermos que os cirurgioes, estão pelo mesmo ordenado servindo mais tempo em cada anno. Considerando finalmente que é forçoso restituir as cousas ao estado legal, e que pode razoavelmente attender-se á pertenção do supp.e, repartindo o seu ordenado entre elle e o cirurgião legalmente nomeado, deliberou:

1º — Que o Ill.mo Sr. Jose Correa de Oliveira Mendes fica apozentado com o vencimento de sincoenta mil reis annuaes, e por isso

desobrigado do serviço no hospital, excepto as conferencias para que for convidado, podendo.

2º — Que haverão so dous cirurgiões do hospital, na conformidade do Regulamento Administrativo, e que para substituir o Il.mo Sr. José Correa de Oliveira Mendes fica nomeado o Ill.mo Sr. Antonio Joaquim Pinheiro de Miranda, com o vencimento de sincoenta mil reis annuaes, passando a vencer o ordenado de cem mil reis por fallescimento do dito Sr. Correa, ou do outro cirurgião do hospital o Ill.mo Sn.r Manuel Jose de Faria.

3º — Que se o Faria fallescer primeiro que o Senhor Correa se nomeará o segundo cirurgião do hospital com o vencimento de sincoenta mil reis annuaes, passando o nomeado a vencer o ordenado de cem mil reis por fallescimento do Senhor Correa.

4º — Que os cirurgiões do hospital servirão alternadamente dous trimestres em cada anno, pertencendo ao Senhor Miranda os meses de Julho, Agosto, Setembro, Janeiro, Fevereiro e Março, e os outros mezes ao Senhor Faria.

5º — Que na conformidade do Regulamento Administrativo, e decizão do Definitorio, *fica restablecido o emprego de Sangrador e ajudante de cirurgia,* com o mesmo ordenado que tinha antes da sua extinção, afixando-se já editaes nos lugares do costume para ser provido em quem requerer com melhores habilitações. . .»

No respeitante ao modo como a Casa desejava que fôssem zelados os ferros de cirurgia, leia-se êste excerto dum Termo de Mesa datado de 10 de Setembro de 1850:

«Que se faça um almario, fechado com duas chaves, para nelle se guardar o estojo de cirurgia, ficando uma chave em poder do mordomo do mez e outra em poder do cirurgião assistente. Que no almario esteja tambem o inventario das caixas e ferros que contem cada uma dellas, com os possiveis caracteristicos. Que o cirurgião assistente, no dia em que começar a servir o seu trimestre, passará recibo no inventario de tudo o que nelle consta, e se no acto da entrega vir que falta algum ferro, o participará ao mordomo do mez. Que os mordomos de mez compareção promptamente com a chave do almario quando o cirurgião assistente lhe participar que tem a fazer a entrega ao seu sucessor, ou que o estojo é necessario para se fazer alguma operação. Que nenhum ferro sahirá para operação alguma fora do hospital sem licença por escripto do Provedor, a qual se guardará no almario ate que o ferro seja nelle recolhido. Que para as operações ordinarias estarão sempre promptos os ferros necessarios na sala da vezita, e sob a guarda do cirurgião assistente, tirandosse do estojo os que houverem em duplicado, do que se lavrará no inventario, e comprandosse os que faltarem. . .»

Vejamos agora quais foram os sangradores que serviram a Santa Casa da Misericórdia, na primeira metade do século XIX, e com cujos nomes organizei o seguinte quadro:

José António de Faria	Admitido	em	16 - 2 - 1808
Gaspar Ribeiro	»	»	8 - 7 - 1810
Francisco Joaquim Denís	»	»	15 - 7 - 1815
João Fernandes de Oliveira . . .	»	»	8 - 7 - 1818
Manuel José Fernandes	»	»	28 - 6 - 1821
Manuel José da Silva	»	»	10 - 11 - 1833
Manuel José Pinto de Carvalho . .	»	»	11 - 6 - 1842
Silvestre de Magalhães de Faria . .	Despedido	»	28 - 7 - 1843
Manuel José de Faria Junior . . .	Admitido	»	28 - 7 - 1843
Manuel José Soares (cirurgião) . .	»	»	19 - 12 - 1843

GASPAR RIBEIRO fôra duas vezes nomeado para a Misericórdia: a primeira, em 1797 e a segunda em 1810, como consta do quadro que apresentei. FRANCISCO JOAQUIM DENÍS, já referido, era cirurgião aprovado. O requerimento à Mesa do sangrador MANUEL JOSÉ FERNANDES, diz o Termo que fôra acompanhado de

> «autenticas certedoens, tanto do Escrivão da Comissão de Cirurgia desta Villa, Antonio Luis d'Olivr.ª como do cirurgião deste Hospital João Antonio Gomes da Costa. . . . . »;

SILVESTRE DE FARIA fôra também ajudante de cirurgia (L.º de T.os, 15-A); tendo-se despedido, a Mesa conveneeu-o a aceitar o lugar novamente, em 17 de Julho de 1837.

A botica do Hospital continuou pertencendo à Santa Casa, contratando esta o boticário que melhores vantagens apresentasse em concurso. Foram os seguintes os boticários da Misericórdia de Guimarães:

José Joaquim da Silva Pinheiro — 1807 (reformado o contracto)
Teotónio Ferreira Cunha de Carvalho — 1826 (admitido)
João António Fernandes — 1829 »
Francisco António da Mota — 1841 »

Do primeiro, sei que o seu contracto foi reformado em 1807, desconhecendo o ano em que entrou a primeira vez no serviço da Santa Casa, sendo, no entanto, praticante naquela botica, em 1801, junto do seu boticário MACEDO. Em 1825 a Mesa resolve que a farmácia seja administrada da mesma forma que no Pôrto, Braga, Ponte do Lima e outras terras e se entregue ao melhor boticário, obrigando JOSÉ PINHEIRO a despejá-la no prazo de 8 dias, o que se não realizou, por instâncias do mesmo, concordando a Mesa a deixá-lo no lugar até S. Miguel daquele ano. A botica ficou tam *aliviada* com o govêrno de PINHEIRO, que a Santa Casa teve que comprar, não só drogas novas, mas também utensílios! TEOTÓNIO DE CARVALHO fôra mais tarde, em 1841, readmitido ao serviço, por pouco tempo. Pelo Termo da sua primeira aceitação (13-1-1826) sabemos que a botica e pertenças se compunham de:

> «loja da Botica, cozina nova e velha, o Armazem cito no corredor que vae p.ª a cuzinha, a Loja que fica immediata a botica p.la parte desima, e junto do corredor, bem como a sua competente salla. . . .»

De 30 de Junho de 1826 existe um Termo «*pelo qual se declara ser p.r conta desta S.ta Caza árrecadação das receitas dos remedios da Botica p.a fora*»; mais se lê nesse registo que o estabelecimento ia ser reformado, bem como as suas dependências. Em 27 de Janeiro de 1829 a Mesa da Misericórdia abatia ao rol dos serventuários o boticário TEOTÓNIO DE CARVALHO que se bandeára com os liberais na «*Rebellião da Cidade do Porto*»

> «tendo como tal retirado-se e por conseguinte abandonado, e posto ao dezamparo a adeministracão da mesma Botica e seus medicamentos. . . .»;

foi substituïdo por JOÃO ANTÓNIO FERNANDES, dada a

> «impossevelidade de poder em tempo algum preencher o mesmo contrato visto que foi Fautor, e Comparça em todos os furtos e mais atrocidades commettidas por aquella Fação de que faz prova a sua mesma culpa, e atacando publicamente os Direitos da Sobrania de Sua Magestade ElRei o Senhor Dom Miguel Primeiro, Protector desta Santa Caza. . .»

Quando da aceitação do Convento de Santo António dos Capuchos para estabelecimento do Hospital da Misericórdia, a Mesa aprovou, como atrás indiquei a propósito da sessão de 8 de Janeiro de 1836, entre outras obras a realizar,

> «ser sempre tambem conservada no m.mo lug.ar a Casa em que seacha a Botica de nominada da Mezericordia, a qual sendo hum dos estableçim.tos du major entresse p.a esta S.ta Caza por continuar a viar remedios p.a a maior parte da Villa, e grande p.te deto das as aldeias, muito se projudicavaria o dito rendim.to em qualquer mudança podendo porem p.a fornecimento do novo Hospital establecerçe nelle outra Botica como melhor parçer ad'menestração».

De facto, tal botica foi criada mais tarde, estabelecendo-a a Misericórdia nas casas ao lado da Igreja do Convento de Santo António. As condições de contracto da Mesa com os boticários concorrentes podem ler-se no Termo de 26 de Abril de 1841; copio as que mais interessam:

> «— O Boticario durante otempo desta sua administração será assiduo na Botica, eterá um Praticante legalm.te habilitado, e examinado em Pharmacia. . . .
> — O Boticario não poderá estar ausente desta Villa em todo o referido anno p.or mais de oito dias, sendo interpolados e não seguidos . . . . . sendo responsavel o dito Boticario p.r qualquer falta ou abuso, q̃ cometer o Praticante. . .
> — Não poderá dar remedios alguns fiados senão a pessoas q̃ tenham vens de raiz; e a outras quaesquer q̃ não tenhão esta qualid.e, so poderão ser dados fiados com approvação d'um dos Mordomos do mez, q̃ a esse tempo servir, q̃ p.a isso recebera a respectiva receita. E de nenhua forma serão dados a pessoas defora da Villa ou Julgado.
> — As receitas aviadas p.a fora serão copiadas de verbo ad verbum n'hum livro. . .
> — Em eguaes circunstâncias deverão ser preferidos os candidatos q̃ tiverem frequentado as aulas, ou Escolas Chymico-Pharmaceuticas, o que devem mostrar com as suas cartas limpas, e com outros quaesquer titulos, e docum.tos, q̃ ao mesmo tempo provem a sua Sciencia, e pratica da Arte e abonem as suas boas qualid.es moraes. . .»

Foi então que TEOTÓNIO DE CARVALHO concorreu novamente ao lugar, visto ninguém mais ter aparecido a pretendê-lo; mas, exigia que a Mesa modificasse certas claúsulas do contracto, o que não

lhe satisfizeram. Nesse ano resolvia-se fazer nova botica, atendendo à ruína da velha (17-6-1841).

É tempo agora de patentear mais algumas notícias sôbre a assistência médica no Hospital da Misericórdia de Guimarães. Não deixa de ser curioso registar aqui os ordenados e gratificações que auferia o corpo clínico da casa e seus ajudantes. Em 1 de Julho de 1816 a Mesa aumenta os vencimentos da seguinte maneira: aos dois cirurgiões GAIVOTO e A. J. RIREIRO 24.000 rs. a cada; ao sangrador J. DENÍS, 2.600 rs. A 19 do mesmo mês e ano, a pedido dos interessados, resolve a Mesa conceder ao cirurgião A. J. RIBEIRO 86.400 rs. «*com a obrigação de sangrar nos seus seis mezes da sua repartição, e o curativo de Medico, e Sirurgião das Cadeias...*»; a GAIVOTO foi estipulado o vencimento de 53.200 rs., também com a obrigação de sangrar; êstes honorários e obrigações tinham realização enquanto durasse na Misericórdia o Hospital Militar. Porém, os ordenados dos cirurgiões baixavam em 1822 para 14.400 rs. a cada um (1 de Julho); a não ser que a quantia de 24.000 rs. acima referida diga respeito ao total de honorários, e portanto dando a cada cirurgião a Mesa, nesse ano de 1816, a quantia de 12.000 rs., o que me parece mais razoável. Naquele ano de 1822 ganhava o sangrador 4.800 rs., segundo combinara a Mesa. Tais vencimentos se verificaram aínda no ano de 1824.

Todos os anos, pela festa de Santa Isabel, os clínicos da Casa recebiam determinada gratificação; assim, em 1825 foram prendados os 2 cirurgiões com 25.600 rs., o sangrador com 3.200 rs. Dois anos depois, 1 de Julho de 1827, são novamente gratificados, atendendo ao maior trabalho com os doentes militares. No ano imediato deu a Mesa a cada médico 28.800 rs., a cada cirurgião 14.400 e ao sangrador 1.200 rs.; no Termo desta sessão, 29 de Julho de 1828, diz-se que tal aumento foi dado aos médicos pela maior décima que pagavam e maior canceira com os soldados doentes, a cargo da Santa Casa. A 29 de Setembro de 1833 os Mesários determinam

> «q̃ o ordenado tanto dos Medicos, como dos Cirurgiões relativo a Expostos, seja repartido por elles seg.º o tempo de exercicio q̃ tiverem no Hospital em cada anno».

No «Livro dos Ordenados n.º 17» encontram-se registados pagamentos a médicos, cirurgiões e sangradores, desde fins do século XVIII até 1836. De alguns dos indivíduos citados no quadro junto (as datas são as de pagamento) não auferi mais notícias que as constantes nesse livro:

Médicos:		*Cirurgiões:*	
António José de Sousa Basto	— 1805	Manuel Gomes e Sousa	— ?
Sebastião Navarro de Andrade	— ?	José António Varela de Azevedo Proença	— ?
Miguel Rebelo de Araújo Baptista	— 1809	João Rodrigo Borges Gaivoto	— ?
Bento Brochado Ribeiro	— ?	António José Ribeiro Gaspar	— 1813
Francisco José Teixeira do Vale	— ?	João António Gomes da Costa	— 1822
Rodrigo Álvares de Almeida	— ?	José de Oliveira Morais	— 1823
José Manuel da Costa Palha	— ?	Manuel José Fernandes	— 1826
Francisco Tomás de Abreu	— ?	Manuel A. de Sousa e Sampaio	— ?
João Rodrigo Cordeiro da Silva	— ?	Bento Gomes	— ?
José Antonio Lopes de Almeida de Gondim de Freitas	— 1811	Manuel José de Faria	— ?
João Evangelista de Morais Sarmento	— 1811	Silvestre de Magalhães Freitas?	— 1836
Bernardino Cardoso	— 1816	*Sangradores:*	
Manuel José do Souto Coelho e Oliveira	— 1827	Gaspar Ribeiro	— ?
António Rebelo	— 1833	José António de Faria	— 1808
António Joaquim Ferreira de Castro	— 1835	Francisco Joaquim Denís	— 1816
		Joaquim Álvares Ferreira	— 1826
		José Cipriano Correia (Cordeiro?)	— 1827
		João Fernandes de Oliveira	— ?

Passemos agora a outros factos da vida médica da Santa Casa. No dia 8 do mês de Maio de 1839 deliberou a Mesa o seguinte sôbre o *curativo das molestias venereas:*

> «estava chegado o tempo de se abrir o curativo das molestias venereas, ate m.mo por constar a esta Meza que já dellas se estavão tratando algumas pessoas dentro do Hospital, com prejuizo dos outros enfermos. . . . . faça apromptar as cazas aonde este curativo se custuma fazer, mandando-as branquear, por os vidros e arames percizos, camas com as competentes taboas e emxaragois. . .»

São interessantes as condições em que certo benfeitor legava

à Santa Casa, em 1827, determinada quantia para distribuír pelos pobres curados no seu hospital: não permitia que fôssem socorridos os enfermos da «*cura geral de morbo venereo, salvo constando ter sido adquirido sem culpa pessoal.*»! Que embaraços não encontrariam os generosos Mesários para obedecerem à expressa determinação do púdico esmoler, se é que alguma vez puderam ou souberam verificar a quem cabia a temerosa culpa [620]!

Os médicos e cirurgiões parece terem descurado um pouco o serviço de assistência no Hospital, pois que, no dia 29 de Setembro de 1839, os Irmãos resolviam:

> «no Hospital desta S.ta Caza esta em costume fazerem os Facultativos huma vezita diaria ãos duentes, a qual hē feita no Inverno desde as oito athe as des horas da manhãa, e no verão des as sete athe nove horas: que os facultativos tem de indicar as dietas, e remedios que acada hum dos doentes pertence, e por isso he sem duvida que esta indicação não pode ser feita no acto da vizita para a manhãa desse mesmo dia em que he feita a vezita, porque á hora della já os infermos devem ter tomado os primeiros remedio domesmo dia, assim como deve estar acosinhar-se a comida que lhe tem de ser fornecida ao jantar, rezoltando en consequencia que navezita d'hum dia hé feita a indicação dos remedios e di estas para atarde desse dia e para amanhãa do dia seguinte: que hé sem duvida que a endicação dos remedios e dietas deve ser feita o mais proximo possivel da ocazião em que tem de ser aplicadas; e não só por esta razão, maz porque as molestias podem variar de hum mumento a outro, mesmo com o uzo dos remedios que se lhe applicão concidera de necessidade que seffação duas vezitas por dia; hũa demanhãa as horas ja establecidas, e outra de tarde de Inverno as quatro emeia, e de verão as seisemeia, o que até é conforme com o que se pratica nos Hospitães das teras mais illustradas. . .»

Tais resoluções foram postas em prática, para bem dos doentes e da boa organização da Casa.

Apresento na fig. 61 um exemplar das papeletas que, à cabeceira dos enfermos, encerravam as prescripções dos clínicos; é assinado pelo Dr. MANUEL SOUTO, pai, como disse, do lente da Escola Médica do Pôrto Dr. AGOSTINHO DO SOUTO. Segundo me informou o Prof. J. A. PIRES DE LIMA, o Dr. SOUTO era muito procurado em Guimarães por seu bisavô, cirurgião em S. Simão de Novais e pelo célebre cirurgião «*Charneca*», ANTÓNIO JOSÉ DA COSTA [621].

Os dois iam consultá-lo amiùdadas vezes, o que demonstra a capacidade do Dr. SOUTO e o valor de suas autorizadas opiniões.

Não atendia a Santa Casa da Misericórdia sòmente aos seus interesses, pois tendo-se aberto na vila, como contarei adiante, o Hospital de S. Domingos, ela o auxiliava com 120.000 rs. em metal, por deliberação da Mesa (30 de Junho de 1840). A assistência médica da Misericórdia não se verificava simplesmente a dentro das paredes do seu Hospital; os doentes eram enviados aos banhos de Vizela e Taipas, segundo a necessidade indicada pelos facultativos. Em 12 de Julho de 1840 resolviam os Mesários

> «que so se permittissem petições p.a banhos de Caldas desde 15 de Julho ate 15 d'Agosto, excepto sendo de pobres do Hospital em extrema necessidade dos mesmos, que tenhão de ser conduzidos em carro ou cavalgadura. 2º Que a quantia destas esmolas não excedesse ade oitenta mil Reis, sendo cada petição provida com a de quarenta rs. diarios, não sendo d'Irmãos desta S.ta Caza. 3º Que os Facultativos podessem applicar nas enfermarias aguas ferreas».

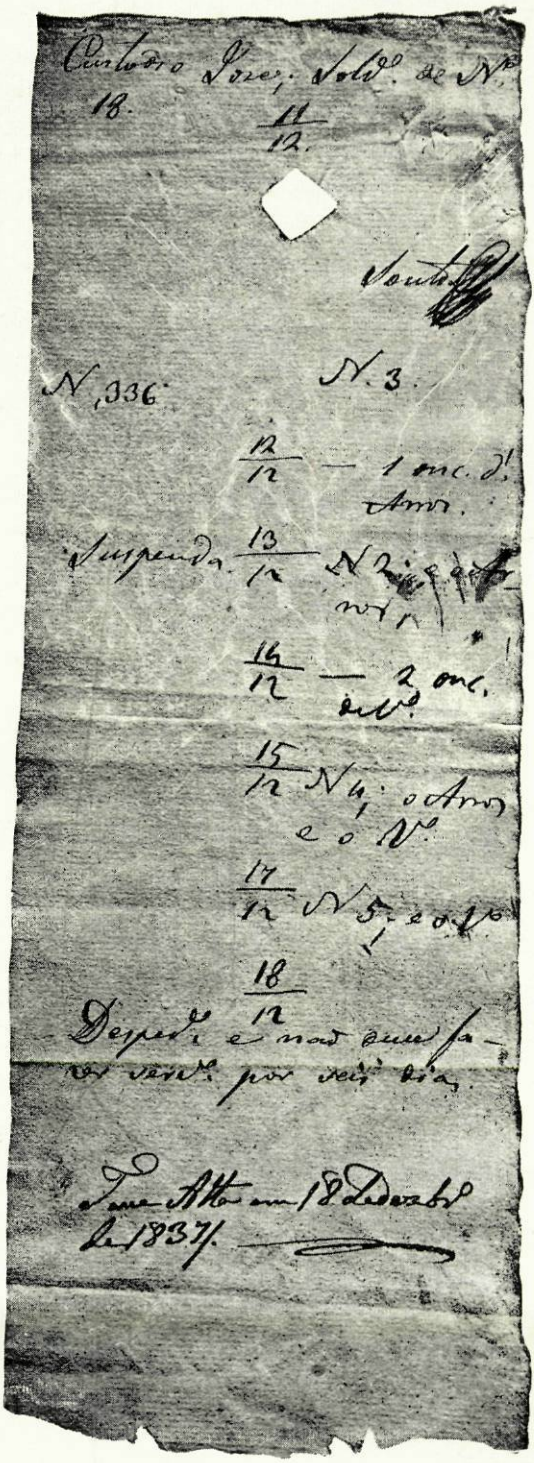


Fig. 61

Vem a lume referir que algumas pessoas em Guimarães usavam, no passado século, a água de Vizela ou Taipas no tratamento de dermatoses localizadas às pernas e pés, e demais afecções das ditas extremidades, da seguinte maneira: alguém mandára fazer a um latoeiro uma *bota de cano alto*, em folha zincada, suficientemente larga para nela caber o membro inferior até ao joelho; cheia de água tão estranha *canoa* de banhos, o enfermo introduzia nela aquelas partes do corpo e aí as conservava, por tempo determinado! As águas férreas eram colhidas numa nascente em S. Miguel de Creixomil, hoje abandonada, as quais foram motivo de análise publicada há muitos anos [622].

A pedido do Vereador dos Expostos, a Santa Casa permite que

> «as mulheres q̃ no Hospital se tratassem de parto, fossem no m.mo interesadas p.a crearem seus filhos, e não os lançarem á roda»;

tal licença foi concedida «*salvo odecoro devido epraticado sempre com esta Caza...*» (24-8-1840). Deve notar-se que o serviço de partos era confiado a profissionais estranhas ao hospital, porquanto dois recibos de 1834, um de Fevereiro, outro de Junho, referem-se da seguinte maneira a tal uso:

> «Com 2 partos e de indireitar ossos — 1.560»
>
> «Com a condução de hua m.er perenha e Parteira — 560».

A ortopedia andava também por mãos de indivíduos alheios ao corpo clínico da Santa Casa, praticando-a qualquer *algebrista* da vila. Àquele primeiro recibo, que o prova, junto mais êste, datado do mesmo ano:

> «Com o endireitador dos ossos — 240».

Em 24 de Agosto de 1840

> «assentou-se mais, q̃ a admissão á Cura Venerea neste Hospital terminaria a trinta e um d'Agosto do corrente anno».

Aínda nessa sessão foi presente pelos clínicos da Casa o regulamento dietético, do qual transcrevo a parte mais importante:

> «Art.o 1o — O dia dietetico ou economico principia desde a merenda, ...?..., isto é, se for n.o 1.o, ou 2.a, e desde a cea, se o..?..

não der merenda, isto é, se for n.º 3.º, ou 4.º, ou 5, e acaba no jantar do dia seguinte ao da entrada do doente; e assim succesivam.te até odia da sua sahida ou fallecimento.

Art.º 2º —Os doentes entrados de manhã ate ahora da visita ou ate ojantar, comerão neste, cada um 2 onças de pão, e caldo do ja preparado p.ª esse dia, p.r ser pequena porçao, enão fazer falta, cujo abono das 2 onças de pão para os entrados ate ahora da vesita é lancado no abono geral. O abono das Dietas accrescidas (q̃ são sempre nº 2º ou 3º) pª os entrados depois do abono geral, bem como o das 2 onças de pão para esses mesmos q̃ entrarem ate ojantar, é lançado em casas accrescidas.

Art.º 3.º As dietas alteradas nas papeletas em qual quer dia regulão desde a merenda ou cea desse dia (conforme os seus ...?... ja indicados no Art.º 1º) ate ao jantar do seguinte.

Art.º 4.º — No dia da sua sahida não se faz abono aos doentes, visto completarem-se os dias dieteticos ao jantar do mesmo, e estar aquelle ja feito no mappa do dia antecedente.

Art.º 5º — No ...?... diario dos doentes existentes s'incluem os entrados e não os sahidos.»

A tinha continuava a ser tratada por uma mulher curiosa fora do Hospital; porém, curandeira e tinhosos enganavam a Santa Casa, de forma que a Mesa aprovou o que segue:

«algũas pessoas affectadas de Tinha requerem o serem curadas e depois de inteligencia com a Mulher encarregada deste curativo não se tractão ao mesmo passo que esta caza faz a despeza, voltando passado tempo com iguais requerimentos, e para ivitar a fraude q̃ nisto ha-de haver propunha (o Provedor) q̃ se nomeasse hum Mordomo encarregado da fiscalização deste curativo que aos enfermos ao tempo de se apresentar a pedir o tractamento se pozesse um sello ao Pescosso á semelhança dos Expostos q̃ conservarião por todo o tempo do tractamento sendo obrigados a aprezentar-se no fim deste para se examinar se estão ou não curados, e então se lhe cortar o sello e pagar á dita mulher encarregada da cura...» (17-6-1841).

Entre as Mesas dos Hospitais da Misericórdia de Guimarães e S. Marcos de Braga fôra combinado serem curados nêste último os doentes do venéreo pertencentes ao concelho de Guimarães. Em 18 de Outubro de 1841 a Mesa da Misericórdia vimaranense reünia para tomar conhecimento do débito em que estava para com a de S. Marcos — 150.000 rs. — «*quepor havença desta Santa Casa fora oferecido pelo curativo dos Duentes de*

Venerio. . .»; no ano seguinte o Provedor do hospital de Braga

> «declara não receber mais enfermos nem huns remetidos deste Hospital, nem do Concelho de Guim.es, que forem com Guia ou mesmo sem ella» (L.º dos T.os, 15-A);

os Mesários da Santa Casa, em sessão de 19 de Março de 1842, estranharam tam insólita medida, aprovando que aos de Braga

> «se lhe desse a conhecer q^to a Mesa ficava sentida, tanto pela falta de Caridade q̃ a miaça o m^mo officio como, pela falta do cumprim.^to do ajuste feito com a Meza antecedente. . . .» (Idem);

porém um Termo de 15 de Maio do mesmo ano revela-nos, não só que ao hospital daquela terra continuaram afluïndo doentes de Guimarães, como ser bastante insuficiente e incorrecto o tratamento das doenças venéreas lá efectuado; diz o citado Termo que os enfermos voltavam a Guimarães em mau estado, sendo necessário representar sôbre tal à Mesa de S. Marcos, «*pedindo-lhe que lhe dêem melhor tratam^to, e dieta, na convalecença*». Nesse ano de 1842 o número de doentes no Hospital da Santa Casa era avultado, sendo necessário nomear um segundo enfermeiro (L.º de T.os, 15-A).

Considerando os desgostos e prejuízos advindos do curativo daquelas moléstias no hospital bracarense, os Irmãos governadores da Misericórdia de Guimarães resolvem, em 24-6-1843, que

> «os facultativos da Caza indicarão a vantagem que ha em tratar-se em todo o anno a molestia veneria porque tratada ella como athe aqui em certos mezes somente resulta que qualquer pessoa infeccionada no fim desses mezes assim continua em todo o resto do anno communicando-a molestia a outras pessoas de forma que o mal que em principio se lemitava a hua pessoa pode ao tempo da abertura dacura ter-se extendido a um numero grande de pessoas aumentando-se assim o numero de doentes e consequentem.^te a despeza com elles. . . .»

mais determinaram que

> «se curasse em todo o anno aos moradores desta Villa Concelho e da freg.a de Barrosas, e aos de fora so em casos estraord.os, a arbitrio da Meza. . .»

Sem dúvida que era importante o curativo das doenças venéreas

no Hospital de Guimarães, do qual tantos benefícios resultavam para a higiene da vila. Contudo, o tratamento permanente acabou a breve trecho, pois em 7 de Novembro do mesmo ano era resolvido suspender a «*admissão no Hospital de doentes venereos ate nova ordem. . .*», atendendo a que

> «. . . a estação actual he impropria para curas radicães de molestias venereas, e por isso das mesmas curas não rezulta senão despezas sem proveito. . .»

Nesse ano de 1843 já possuía o Hospital a desejada Casa de Convalescença, construída a expensas dum legado do Reverendo TOMÉ LUÍS FILGUEIRAS; enquanto tal obra se não instituiu, os juros do legado eram distribuïdos em esmolas pelos pobres curados na Santa Casa (L.° dos T.os, 15-A). No ano de 1847 (Sessão de 29 de Junho) novas resoluções aprova a Mesa sôbre a assistência às mulheres grávidas; como ao

> «Hospital se recolhem mtas mulheres pobres pa ahi terem seus partos, as q.es muitas vezes antes querião telos nas suas casas fornecendo-se-lhe a reção p.a fora, que ellas terião no Hospital: e assim Carecia de resolver-se a este resp.to O q. sendo ouvido deliberou a Meza q. se alg.a m.er pobre quizer antes ter seo parto em sua Casa se lhe forneção as dietas que o Facultativo indicar; mas havendo de dar-se-lhe galinha, esta será morta no Hospital pa evitar q. avendão em lugar de comêla».

Vem a propósito referir-me a uma *cadeira obstétrica* existente na capela da Senhora da Guia, objecto que serviu, e serve aínda, para o partejamento de muitas mulheres vimaranenses que a mandam buscar, para auxílio, à citada capela, onde se guarda (Fig. 62).

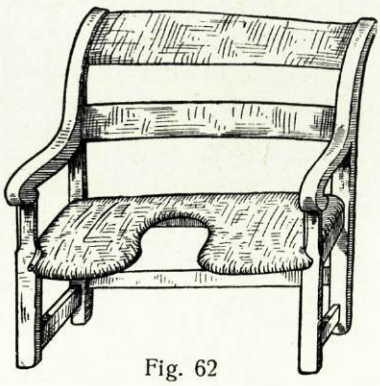


Fig. 62
Cadeira obstétrica

O cuidado da Santa Casa pelos seus doentes ia ganhando fama, não só na vila, mas fora dela, como se verá. Na vila, as Ordens de S. Francisco e S. Domingos, já com seus hospitais estabelecidos, faziam recolher os doentes

à Santa Casa, ao que ela se negou em sessão de 11 de Julho de 1847. Outras instituïções hospitalares de fora do termo serviam-se da Santa Casa para nela internarem doentes, especialmente tinhosos, o que demonstra a eficácia do tratamento a cargo da mulher curiosa. Mas os Irmãos da Mesa atalham o abuso e propõem o que segue (T.º de 14-6-1850):

> «tomando-se em consideração a grande afluencia que está havendo no Hospital de doentes de molestia da Tinha, que vem aqui curar-se dos destrictos de outros Hospitaes; fazendo por este motivo montar a verba da despesa com o curativo desta molestia talves cerca de 300.000 mil reis, ao passo que as outras Misericordias nada gastão com ella por que a não curão nos seus Hospitais, e porq̃ não he justo, nem possivel que esta despesa pese só sobre esta Santa Casa; a Mesa resolveu que se escrevessem cartas as Misericordias abaixo mençionadas, nas quais se lhe decésse que d'ora em diante não acceitavamos mais doentes da supradita molestia de Tinha para serem curados no nosso Hospital, sendo pertencentes aos seus respectivos destrictos, menos que não viessem munidos de huma carta de guia na qual a respectiva Misericordia se responsabelise e abone a despeza que os mesmos fizerem com o seu curativo. As Misericordias a que se escreve são as seguintes: Porto — Coimbra — Braga — Barcelos — Viana — Penafiel — Amarante — Arcos — Povoa de Varzim — Villa Rial — Chaves — Aveiro — e Lamego».

Nada mais aponto sôbre o Hospital da Misericórdia ou de Santo António de Guimarães, para referir-me aos de S. Francisco e S. Domingos, da mesma cidade. Disse noutro lugar que a idéa da fundação de uma casa de assistência para os Irmãos Franciscanos data de 1792, lançada em Mesa de 20 de Janeiro pelo Irmão Ministro (L.º dos T.os, 3, Arq. de S. Francisco). Porém, só mais tarde se realiza tal desejo. Em 6 de Abril de 1804 a intenção é novamente alimentada em reünião dos Mesários:

> «por elle ministro foi perposto que paressia justo supplicar ao S.mo P.e a Commutação dos legados de Diogo de Torres; para este rendim.to ser destribuido no curativo dos Irmaos pobres, com o principio do estabellecimento de um Hospital; e ouvido por todos uniformem.te determinarão q̃ com eff.to se remetese a mencio nada supplica e alcansada q fosse aquela graça, se convocaria novam.te a Junta p.a determinar a forma do estabellecim.to do m.mo Hospital, e como se hade dar a execução. . .» (Id.)

As esmolas começaram a afluír, sendo notável a de TOMÁS FRANCISCO PEREIRA — 800.000 rs. — «*para ajuda e principio de hum novo Esprital q se se pertd.e fazer...*» (Id. T.os de 19-11-1804 e 29-3-1805).

Só em 1814 a Ordem obtem licença para a fundação; a Provisão do Príncipe Regente data de 20 de Dezembro daquele ano e ordena que as normas para a administração e regulamento do hospital sejam moldadas pelo da congénere Ordem do Pôrto (Id. T.º de 17-1-1815). A 1 de Fevereiro de 1815 a Mesa elegeu

> «para pedirem madeiras nas aldeias, para o hospital, e no Porto, 3 individuos graduados em Guimarães, e os lavradores que as conduzam por caridade...»

Outro auxílio importante se deve a CUSTÓDIA MARIA, que à Ordem legou determinadas casas, «*cujo remanescente é para o Hospital e seus arranjos*». Em 9 de Maio de 1815 foi resolvido em sessão de Mesa que, havendo já 13.000 cruzados, se abrisse o hospital; no dia 9 de Junho seguinte ficou determinado

> «fazer todos os Caixilhos necessarios para emvidraçar as Enfermarias na forma que o Medico João Evangelista tinha assentado, e envidraçalos, mandar-se fazer as Camas, mezas, e Sallas de enfermarias em estado capaz p.a a servidão que passar a ter destino, toalhas..... e tudo o q̃ for necessario nas enfermarias..... dozes escarradeiras, e duas aparadeiras tudo de estanho, huma bacia grande de latão para banhos, huma mais pequena para sangrar, outra ditta de estanho com jarro para agoa as mãos..... huma seringa de estanho,..... louça para uso dos doentes.....»

Parece que o hospital começara com duas enfermarias, uma para homens, outra para mulheres. Mais diz êste Termo que fôra resolvido:

> «fazer o ordenado de Hospitaleira e Enfermeira, e Hospitaleiro e Enfermeiro a Domingos Jozé e sua mulher Maria Rufina.... tudo esteja prompto emthe dez de Julho proximo futuro..... se fizesse a festividade da collocação do Hospital com toda a solemnidade nesta Capella fazendo-se triduo, e que sedesse a armação a quem menos afizer, e Muzica, e Sermoens, assim como nas tres noites se pozessem luminarias na Caza da Secretaria e Torre do Convento e galaria dos Religiosos, cuja festividade se ha-de principiar em o dia 31 de Julho futuro, e findar com sermão e Tadeu Laudamus em o dia dous de

> Agosto de 1815. . . . . que todos os aprestes para o Hospital estarão acabados e promptos em tudo quanto for necessario emthe vinte oito de Julho futuro. . . . . q̃ se mandasse fogo de vistas, de pouco preço para a vespera da festa (etres dias anoite, nas de luminarias) se ajustasse a Muzica para tocar algumas Sonatas, por haver Irmãos que ajudão a esta despeza. . . . . »

Assim ficou combinado fazerem-se as festas de inauguração do novo hospital, que ficou existindo em casas anexas ao convento de S. Francisco, mal e pobremente estabelecido, até ao ano de 1877, data da sua última pedra (Fig. 63). Em 4 de Julho de 1815 resolvia-se que uma varanda ficasse livre no hospital para recreio dos doentes e sua convalescença.

São poucas as notícias que o Arquivo me forneceu a propósito da vida dêste hospital nos primeiros anos da sua existência; todavia algumas posso comunicar. Em 1821, a Ordem de S. Francisco não só tratava dos seus doentes dentro do hospital, mas também lhes assistia nos domicílios (T.º de 15 de Maio); a-pesar-de viver muito econòmicamente, aínda nesse ano subsidiava com determinada quantia a enfermaria dos religiosos do convento franciscano, seu vizinho. Quando o cólera assaltava a humanidade à roda do ano de 1832, a Ordem T. de S. Francisco resolveu, «*para aplacar hum Deos ofendido, e irado. . .*», que se organizassem preces 6 dias sucessivos, levando-se o Senhor das Chagas no andor e o P. S. S. Francisco no mesmo, ajoelhado, recebendo dêle o sangue, seguido de procissão de penitência (Id., 18-5-1832). O convento, junto à Ordem, servira de hospital militar desde 1814, data em que começou a receber soldados para curativos (J. L. de Faria. Efeméride «O Independente, n.º 314); administrado pela Santa Casa da Misericórdia, o referido hospital recolhia em 1832 grande quantidade de militares feridos, provenientes do cêrco do Pôrto. Conta J. Lopes de Faria — por informações colhidas no livro de memórias manuscrito de um curioso cónego chamado Pereira Lopes, de Guimarães — que a esta vila chegaram vinte e tantos carros de feridos miguelistas; durante o mês de Setembro o hospital socorreu 228 militares, pertencentes a

> «artilheria da côrte; batalhão provisorio de 1ª linha; caçadores da Beira Baixa e Minho; cavallaria de Chaves e Fundão; infanteria de

Almeida, Cascaes, Chaves, Leiria, 3º de Lisboa, policia do Porto e Valença; milicias dos Arcos, Arganil, Barca, Barcelos, Bastos, Braga, Chaves, Figueira, Guimarães, Maia, Penafiel, Villa do Conde e Vizeu; veteranos, do Porto; voluntarios realistas de Arganil, Braga, Chaves, Guarda, Guimarães, Mirandella e Vianna...» (J. L. DE FARIA. Ef.e. «O Ind.te», n.º 249).

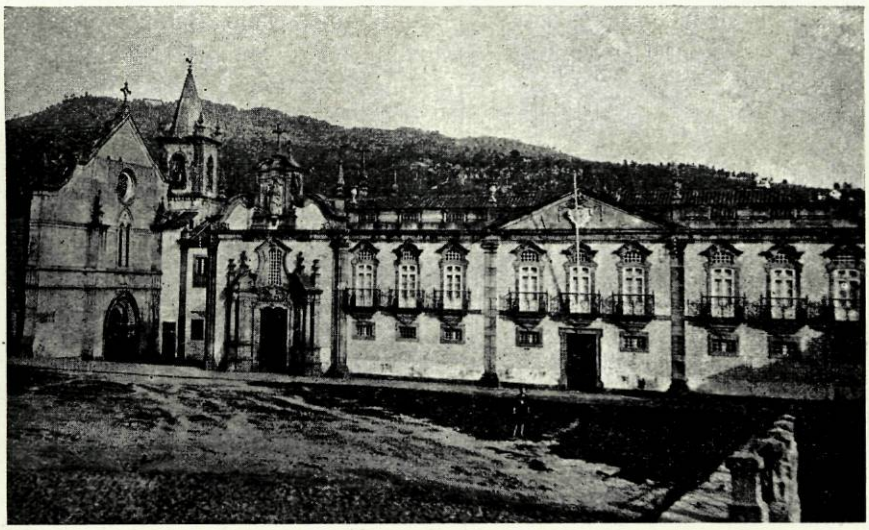


Fig. 63

Hospital de S. Francisco

Ao mesmo tempo, a Santa Casa da Misericórdia gemia com as enormes despesas a que os doentes militares a obrigavam, tanto que, em Sessão da Mesa de 18 de Dezembro de 1826, ficara resolvido

«que se estava fazendo uma enorme despeza com os doentes do hospital, cujas enfermarias se viam cheias, como nunca estiveram nos últimos mêses do ano, a qual se augmentava com a dos militares, que para êle continuavam a ser mandados, não havendo ainda certeza de vir a ser paga esta despeza, o que contudo se diligenciava. Que as circunstancias da Guerra Civil, que nos afligia, tornava mui precária a cobrança dos juros, não os tendo pago os devedores por mais diligencia e avisos que se tenham feito, e que tendo eu escrivão..... interinamente e até nova resolução da Mesa, se suspendessem as rações e esmolas para fora, à excepção de algum

> nosso irmão pobre: que se despedissem do hospital os doentes de queixas venereas, e os incuráveis, e mais não se admitissem entrevados e envalidos, que tem casa e rendimento separado, e se convidassem os instituidores desta obra pia . . . . . » [623]

Era abundante, portanto, o número de doentes militares recolhidos pelo hospital instalado no convento de S. Francisco; para êsse estabelecimento deu a ordem do mesmo Seráfico Padre 4 camas com 4 cobertores, 4 enxergas e 8 lençois (L.° de T.os, 4, 30-8-832).

Passados 2 anos, a 17 de Dezembro, como já se falasse na venda do Convento de S. Francisco, a Mesa acalenta a idéa de ampliar o seu Hospital, adquirindo-o. Porém, em 1837 resolve comprar umas casas na rua de S. Francisco

> «pa ampliar as infermarias do nosso Hosp.al para o curativo dos nossos Irmãos 3os por nas actuaes não haver as Commodidades nescessarias para o N.o de camas de que se necessita . . . » (Id. T.o de 18 de Agosto).

Sòmente em 1839, como diz o Termo de 1 de Março dêsse ano, principiou a obra da ampliação, ficando assente encomendar um «*risco adcionado ao Lucal das mesmas cazas compradas e Hospital*», para o que foi nomeada uma comissão que a 27 do mesmo mês e ano estava dissolvida, encarregando-se de tudo a Mesa; em 5 de Novembro de 1839 a planta estava elaborada, assentando a Venerável Ordem principiar as obras (L.° de T.os, 4), que vagarosamente se efectivaram.

Em 30 de Outubro de 1853 é admitido Irmão Gracioso o arquitecto das mesmas José Luís Nogueira, pouco mais de um mês após a abertura solene do Hospital. Deixo de referir-me a várias obras no mesmo, como aberturas de enfermarias, etc., atendendo a que tais factos ultrapassam o limite do ano de 1850 por mim marcado a êste trabalho. Voltando atrás, sabemos, por Termo de 2 de Dezembro de 1836, que

> «não havia rellojo no nosso Hospital para administração dos Remedios emais nescessario dos Nossos Charissimos Irmãos Infermos, e que hera hum objecto demuita precizão . . . . . que se comprace hum Rellojio deSalla, bem Encaixado e alto de vozes, para ter no Hospital para administração dos Remedios», etc.

O Hospitaleiro e a Hospitaleira, segundo determinações da Mesa de 30 de Novembro de 1837

> «terão as Enfermarias com muito acceio, e assistirão as vezitas do Medico, e Cirurgião, terão muito cuidado em separar, as Roupas, e Louças dos que padecem queixas contagiosas que pelo Medico sejam notadas, e em tudo que pertence á consolação dos Infermos com quem terão muito Amor, Zello, e Caridade, e quando falesça algum Enfermo, ou Enferma no mesmo Hospital serão obrigados avestillos dando depois parte ao servo Andador p.ª o ajudar. . . . . Sera obrigd.º afazer o comer pronto para os doentes na forma que for mandado pelo Irmão Medico ou Cirurgião p.ª as horas detreminadas com abrevid.e que as queixas o prometerem com assistencia dos Irmaos Mordomos do mes. . . . . e finalm.e serão obrigd.os a fazer tudo aquillo que for beneficio, e utelidade tanto dos Enfermos como do mesmo Hospital. . . . . »

O Termo de 5 de Fevereiro de 1848 dá-nos informações sôbre o modo como a Ordem desejava fazer economias, arrastando forçosamente com elas o prejuízo de seus doentes:

> «no Formolario Medico existião receitas, que erão compostas de simpleces, chás ou cozimentos de plantas do nosso paiz, e bem assim cataplasmas e outros objetos, q̃, ainda pagos na forma do contracto erão em extremo onerosos, no ponto que tais receitas se estão hoje fazendo nas cazas mais abastadas, e opolentas; que em vista disto necessario era, que a Meza rezolvesse a reforma que projectava dar atal respeito, o que sendo tudo bem ponderado, e descutido com audencia e acôrdo dos Ill.mos Facultativos; e Pharmaceuticos prezentes, deu em rezultado a Meza deleberar: que o Formolario medico-cirurgico fosse alterado, e delle se excluissem as receitas, que fossem compostas de simples, chas ou cozimentos de plantas, ou frutas do paiz; e bem assim as receitas de cataplasmas; e outros objectos de pouco melindre, e facil execussão, afim de que tais receitas sejão para o futuro feitas na Caza pelo Infermeiro do nosso Hospital sob a inspecção e direcção do Facultativo, que indicara a sua applicação, dando-se ao Infermeiro por tal motivo huma razoavel grateficação, e quando tais plantas, frutas ou drogas não sejam tam virtuozas, como aquellas que são produzidas em paiz estranho, sejão estas compradas aos Pharmaceuticos da Caza . . . . . »

Devo dizer que o formulário da Santa Casa da Misericórdia de Guimarães e demais hospitais da terra era moldado pelo de

Santo António da Misericórdia do Pôrto. A referida medida económica da Ordem de S. Francisco entregava ao enfermeiro da Casa a manipulação dos remedios que, mesmo vigiada pelos médicos, não deixaria de muita vez ter os seus maus resultados, não falando já das conseqüências do exagerado *patriotismo* que os levava a simplificar demasiadamente as composições farmacológicas!

Tal como a Santa Casa, a Ordem de S. Francisco fornecia banhos das Caldas aos doentes que deles necessitassem. Do corpo clínico do Hospital franciscano obtive as seguintes informações no Arquivo do mesmo:

Dr. João Evangelista de Morais Sarmento	1.ª referência no Arquivo — 1815
Dr. António Joaquim Ferreira de Castro	Eleito em 1826
Dr. Manuel do Souto Coelho e Oliveira	Eleito em 1826
Dr. António José de Sousa Basto . .	Eleito em 1827
Cirurgião José António dos Santos . .	1.ª ref. no Arq. em 1832
Cirurgião José António dos Santos Junior	1.ª ref. no Arq. em 1832
Cirurgião António Joaquim Pinheiro de Miranda	Eleito em 1843

O Dr. EVANGELISTA, no referido ano de 1815, já pertencia ao quadro do Hospital de S. Francisco que ia inaugurar-se, sendo talvez o seu primeiro médico, porquanto, como o indica o Termo atrás citado de 9 de Junho daquele ano, foi por suas indicações organizado o necessário para a instalação do mesmo hospital. Mas um registo de Mesa de 25 de Janeiro de 1825 diz-nos que os médicos e cirurgiões curavam até aí, gratuitamente e, «*com hum trabalho concideravel*», os doentes de S. Francisco, resolvendo os directores que

> «des oprimeiro de Marco deste anno, fiquem os primeiros vencendo anualm.te doze mil reis em dinheiro metal; e os seg.dos nove mil e seis centos; isto enquanto as circunstancias, e maiores rendimentos não permitirem mais crecida porção . . .»

O Dr. BASTO servira até 1826 no Hospital, sem ónus; nesse ano foi nomeado efectivo, em lugar do Dr. FERREIRA DE CASTRO,

que se encontrava ocupando o partido das Caldas de Vizela (L.º de T.os n.º 4). Os cirurgiões SANTOS, de cuja nomeação não sei a data, eram pai e filho; em 2 de Março de 1832, a Mesa tratava de certas irregularidades praticadas na Casa por SANTOS, filho, alcançado em determinada quantia. Em 1842 apenas existiam desempenhando as suas funções no Hospital um médico e um cirurgião, o que levou o cirurgião MANUEL JOSÉ DA SILVA, de Guimarães, a propor à Mesa a nomeação de mais um daqueles clínicos, sendo êle nomeado para cirurgia; a Mesa ponderou o estranho alvitre e assentou

> «que a nomiação das quelles novos empregados seria inutil, pois que o servico do hospital pode bem fazersse com os actuaes e que alem disso forcaria esta apartilhar, ou grande parte cercear os ordenados dos antigos Facultativos, o que por ventura os desanimava a entregar-se ao exercicio das suas funções com a energia e gosto, que são mister, e que elles ate aqui tem desenvolvido; e que isto seria alem de injustiça manifesta, uma manifesta ingratidão á quelles antigos empregados que atantos annos servem dignamente esta Caza; deçedio que por enquanto se indeferisse aquelle requerimento...» (Idem n.º 4).

A-pesar-disso, foi mais tarde admitido (24-7-1854). Em 3 de Maio de 1843, o cirurgião MIRANDA requereu à Mesa para

> «como terceiro desta V. O. dezeja prestar seus serviços aos Irmãos Infermos neste Hospital para cujo fim athendendo mais que tudo ao bem dos ditos Enfermos, e a idade avançada do actual cirurgião, se offerece gratis, para o tratamento dos referidos Enfermos, seis mezes em cada hum anno, sem offender os entereces do actual...»

A Mesa admitiu-o nas condições financeiras expostas pelo próprio, devendo trabalharem aos trimestres êle e o cirurgião JOSÉ ANTÓNIO DOS SANTOS. (Idem, n.º 4). Em 1848, MIRANDA pede à Mesa que fique registado, a seu favor, um Termo de preferência para uma provável vacatura, ao que ela anuiu em sessão de 28 de Julho; em 1854 despedia-se do hospital aquele cirurgião.

Os serviços de botica estiveram até 1839 entregues a FRANCISCO JOSÉ PEREIRA E AVEIRO e MATIAS ALBINO DA COSTA; naquele ano, 12 de Agosto, são novamente contractados pela Casa, sob a condição de fornecerem os remédios por metade do preço (Idem, n.º 4). PEREIRA E AVEIRO despede-se em 1848, sendo

substituïdo por RAIMUNDO ALVES TORRES, «*sem contestação um dos milhores Pharmaceuticos desta villa*». (Sessão de 5 de Fevereiro).

Diz o P.e FERREIRA CALDAS que na compra dos prédios para a fundação do hospital se gastou, desde 1839 a 1867, a quantia de 9.892$500 rs. e que o movimento médio de doentes, nos anos de 1879 a 1881, foi de 156; vê-se, por isto, que o número de enfermos, até 1850, devia ter sido mais reduzido.

O segundo hospital que no século XIX se abriu em Guimarães foi o da V. O. T. de S. Domingos. A idéa foi lançada por JOSÉ GOMES FERNANDES BAPTISTA e CUSTÓDIO JOSÉ RIBEIRO GUIMARÃES, começando a abrir-se os alicerces do mesmo em 4 de Outubro de 1836 (P.e FERREIRA CALDAS. «Guimarães», *ob. cit.*). Em 26 do mesmo mês e ano foi lançada a primeira pedra do hospital, que não ficou primando pelas condições higiénicas, falta originada principalmente na arquitectura do mesmo. No escasso Arquivo da Ordem pouquíssimas notícias colhi sôbre o que pròpriamente nos interessa, isto é, a vida clínica do novo estabelecimento de assistência, tanto mais que desde a sua abertura até 1850, termo desta obra, passaram ùnicamente dez anos! Em 30 de Agosto de 1832 já fornecia a Ordem de S. Domingos, para «*opio esta volecim.to de hũ oespital Melitar de Sange se hia Estaveleçer no ponto de Vallongo*» 4 camas e pertences. (Arq. de S. Domingos. L.o de T.os, 1820-1848). Em 4 de Maio de 1836 é proposta pelo Presidente do Definitório a fundação do hospital, resolvendo que se comprassem casas contíguas à Igreja de S. Domingos, visto à Santa Casa da Misericórdia ter sido entregue o convento do mesmo nome, edifício que os Terceiros Dominicanos pretendiam. Nas primeiras despezas das obras foram gastos 150.000 rs. que havia no cofre, destinados à compra dumas imagens para a Igreja, que por isso não se fizeram! O tratamento dos doentes, remédios, etc., seriam subvencionados com as sobras do Legado do Sagrado Lausperene (Id., id.). No mês seguinte, a 29, a Mesa repisa no desejo de se começarem as referidas obras. O Termo em que se registou o lançamento da primeira pedra data de 26 de Outubro de 1836. Entre as grinaldas e pinturas variegadas e ingénuas da cercadura que enfeita essa página, lê-se que

«forão as lagrimas dos Nofsos Irmãos pobres que moverão o Throno do Altifsimo, inspirando nos coraçoens d'Almas caritativas, esmollas para a construcção desta grande obra...»

O risco fôra oferecido gratuïtamente pelo Irmão ANTÓNIO JOSÉ PINTO DA FONSECA (Fig. 64). A Raínha auxiliara a nascente instituïção com dádivas generosas, sendo nomeada protectora do hospital em portaria de 18 de Outubro de 1836. A 14 de Novembro de 1839 a Mesa combinara marcar o dia da sua abertura, devendo comprar-se tudo o que para êle fôsse necessário, aumentando-se, para tal fim, o número de entradas de Irmãos:

«que o Grande dia sempre memoravel nos Anais desta Ordem pello Estabaleçimento do Legado do Sagrado Lausprene he o m.mo que a Providençia lhis inspira p.a Avertura do Curativo aos nossos Irmaons Pobres vindo por isso a ser o Dia do Devino Espcto Santo do Anno de 1840.»

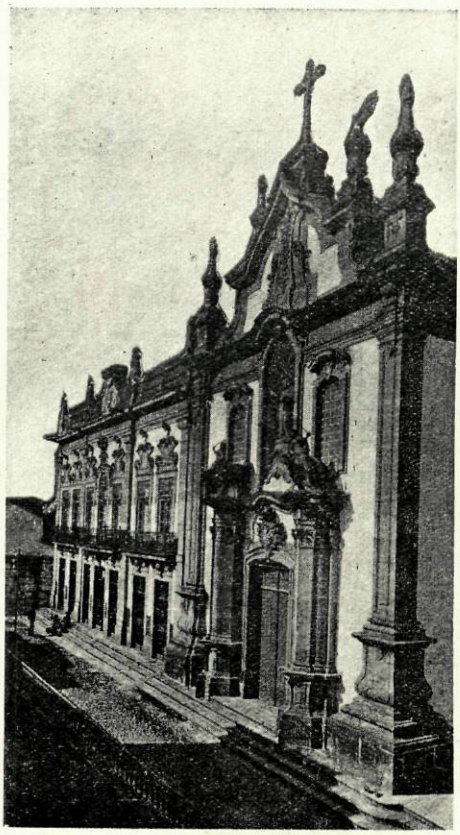


Fig. 64
Hospital de S. Domingos

Nas salas do Hospital ficou desde logo resolvido colocarem-se os retratos dos «*Heroes Mesarios*» que o fundaram. O serviço clínico em S. Domingos foi de reduzidíssimo âmbito em comêço, ficando entregue ao Dr. ANTÓNIO ALVES REBÊLO, que se despedia em 20 de Junho de 1849; foi substituïdo pelo Dr. JOSÉ JOAQUIM DA SILVA AREIAS, obrigado a todo o serviço. O cirurgião era MANUEL JOSÉ DA SILVA, de cuja nomeação não pude saber a data. Êste hospital teve mais tarde, como clínico interino (12 de Setembro de 1907) o Prof. JOÃO DE MEIRA, chamado à efecti-

vidade em 28 de Dezembro de 1908. MEIRA renunciou a êste cargo em 25 de Janeiro do ano seguinte, atendendo às obrigações que o chamavam ao Pôrto, para cuja Escola Médica fôra nomeado professor.

Eis o que pude saber a propósito dos Hospitais de Guimarães, desde fins do século XVIII até 1850. As notícias são poucas, é certo, mas imagina-se bem o que fôsse então a assistência médica nos dois hospitais de S. Francisco e S. Domingos, atendendo a que o da Misericórdia a todos servia de guia e exemplo. E, para terminar, seguem as restantes notícias da vida médica de Guimarães colhidas no Arquivo da Câmara e outros documentos alheios a êsses hospitais. Primeiramente refiro-me às medidas sanitárias aprovadas pelo município e que transcrevo, em resumo, do respectivo «Codigo de Accordãos e Posturas de Policia Municipal», datado de 1842. O referido Código proïbe que na área da vila se construam ou existam fábricas de cortumes, velas de cera, etc., pelo mau cheiro que originam; vender farinha corrupta ou pão com ela preparado; vender reses doentes, inficcionadas ou mortas naturalmente; peixe corrupto; géneros estragados; azeite adulterado; pessoas atacadas de moléstia contagiosa coserem ou venderem pão; lançar à rua, de dia, águas sujas, imundícies, etc., de noite, antes das 11 horas no verão, 9 no inverno, «*dando a voz de=agua vai=...*»; mais proïbe canos de despejos e barreleiros com saída para a rua; cascas de frutas ou vidros na via pública; sangrar animais nas ruas e nelas fazer estrumeiras; retirar o estêrco da vila das 6 da manhã às 10 da noite (de Maio a Setembro) e das 7 às 8 nos outros mêses... Agora, muitos anos decorridos, parte destas deliberações não são acatadas, com grave prejuízo da saúde pública!

Em 19-6-1813 reünia o Senado vimaranense para dar cumprimento ao que ordenava o Príncipe Regente sôbre a vacinação do povo do concelho, atendendo à vulgarização que dela ia fazendo por todo o reino a Instituïção Vacínica, fundada um ano antes por iniciativa do grande BERNARDINO ANTÓNIO GOMES [624]. O Município recebera alguns exemplares das Instruções que então se publicaram, iniciando a vacinação consoante as regras scientíficas nelas expostas. À varíola apavoradamente chamavam os munícipes vimaranenses «*cruel flagello das bexigas*». Em

1820 o rei decreta, por outra ordem expedida pelo Tribunal do Desembargo do Paço, no dia 7 de Fevereiro, a vacinação imediata de todos os Expostos, que deveria ser efectuada pelo

> «medico ou Surgião que mais habil lhe parecer Prevenindo o deque nao devera uzar de viullencia mas somente dos meios da . . . . . e dos que aSua Imtenção emilhores Conhecimentos lhe sugirem para vencer velhos prejuizos eseobter hum tam inportante objeto . . . . ». (L.º dos Reg.os da Câmara Mun.al n.º 163).

Dêsse trabalho devia o Senado dar miúdas contas para Lisboa. Àlem dos Expostos, deviam ser vacinadas «*todas as outras peſsoas que não tivessem tido vixigas naturais . . .*».

Outras medidas profiláticas são tomadas em 1832 contra a ameaça do cólera asiático, para a invasão do qual as auctoridades chamavam a atenção das Câmaras; no ano seguinte realizam-se nas igrejas da vila numerosas preces, pelo mesmo motivo. Em 18-11-1848 organizou-se em Guimarães uma comissão médica para deliberar sôbre as medidas higiénicas a pôr em prática contra o *cholera-morbus,* à qual pertenceram os Drs. MANUEL DO SOUTO COELHO E OLIVEIRA, ANTÓNIO FERREIRA DE CASTRO e ANTÓNIO ALVES REBÊLO, bem como cirurgiões JOSÉ DE OLIVEIRA MENDES, FRANCISCO VARELA e ANTÓNIO JOAQUIM PACHECO DE MIRANDA [625].

Nos anos de 1832 e 1833 as *febres malignas* apossaram-se do hospital militar de S. Francisco, assistido por frades, vitimando alguns. A propósito destas *malignas* conta o Dr. EDUARDO DE ALMEIDA que

> «saíram procissões avonde . . . . . — S. Roque, S. Sebastião, Dores, Agonia e até a de Penitência, da Ordem Terceira de S. Francisco, na segunda-feira santa de 32, que já há 14 anos se não via. De tarde, correram as ruas da vila três turnos de Terceiros, indo, em cada, dois seculares e um eclesiástico, levando um dos seculares a campaínha e a caveira, o outro a cruz de pau com uma disciplina e um cilício em cada lado da haste, e o sacerdote com um crucifixo na mão, todos com veus pretos e cordas atadas na cabeça. Á noite houve procissão com franciscanos e capuchos, indo os prègadores das duas comunidades a prègar por tôdas as ruas, deitando sermão em cada terreiro» [626].

À Câmara de Guimarães andava adstrita a administração das Caldas de Vizela e Taipas, havendo um partido médico em cada uma delas. Em 1812, segundo notícia escrita que me forneceu o Sr. J. L. DE FARIA, o Dr. ANTÓNIO JOSÉ DE SOUSA BASTO, por Provisão Régia de 12 de Março do mesmo ano, é nomeado médico de Vizela e Taipas, sem estipêndio algum para o Estado, para tratar os enfermos que demandavam as águas dessas termas, «*durante a guerra*»; SOUSA BASTO oferecera-se para tal «*por bem as conhecer e lá não haver medico algum, o que as desacreditava por não saberem a applicação*». No Arquivo Camarário, contando de 1813 para cá, estão registadas algumas notícias àcêrca dêsses partidos médicos termais.

Em 3 de Agosto de 1824 convocadas a nobreza e o povo para darem parecer sôbre a representação do cirurgião JOAQUIM GOMES DA SILVA REIS a Sua Magestade, na qual pedia o partido das Taipas, visto estar impedido o actual partidista FRANCISCO DA CUNHA E VASCONCELOS, ninguém apareceu a tratar do assunto. Só em 1830, dia 6 de Fevereiro, é eleito cirurgião daquele partido o requerente REIS, por estar muito velho o citado VASCONCELOS, mas recebendo sòmente meio ordenado, até que falecesse aquele, devendo obter confirmação régia para depois ficar proprietário do cargo. A 17 de Maio de 1834 era demitido um tal FRANCISCO DA CUNHA — que deve ser o mesmo velho VASCONCELOS — pela sua conduta política, sendo nomeado para o seu lugar JOSÉ MOREIRA, de Longos, o que dá a entender que SILVA REIS ou não chegou a tomar posse do partido em vida ainda de VASCONCELOS, ou pouco nêle se demorava. No ano de 1816 era nomeado para as Caldas de Vizela o Dr. JOÃO EVANGELISTA DE MORAIS SARMENTO (Provisão de 10 de Julho), por ser o «*suplicante apto, e estar desembaraçado para poder residir no dito sitio*». O partido era de 100$000 anuais, e as águas

> «se achavão no estado mais florecente de aseio, comodo, e abondancia de banhos, classeficados entrez devizoens de Defuzivos tonicos, e debilitantes...» (Arq. Municipal, L.º 162).

Por sua morte, foi ocupar aquele pôsto o Dr. ANTÓNIO JOAQUIM FERREIRA DE CASTRO, nomeado em Provisão da Sereníssima

Senhora Infanta (20-2-1827). No Livro dos Registos da Câmara N.º 164 se lê ter JOSÉ ANTÓNIO DE AZEVEDO VARELA, assistente em Santa Eulália de Barrosas, solicitado o partido de cirurgião das Caldas de Vizela, vago por morte de BENTO JOSÉ DA CUNHA, de Serzedo; nêle foi provido, com 60.000 rs. anuais, pagos pelos sobejos das cisas

> «com a obrigação de Estar sempre pronto ão Curativo e derecção dos Infermos que dellas uzarem asim como obrigado gratuitamente todos os Pobres da sobredita Freguezia». (Despacho de 10 de Maio de 1824).

Em 1840 ainda o cirurgião VARELA se encontrava nesse pôsto.

O partido médico de Vizela deixou de existir ou esteve em risco de acabar, pois em 18 de Novembro de 1826 é informada a Câmara da sua muita utilidade para os doentes. O Município mandara chamar por pregão o Dr. MANUEL JOSÉ DO SOUTO, o bacharel MANUEL DE FREITAS COSTA, JOÃO FERREIRA MENDES, ANTÓNIO JOSÉ DE SOUSA e o boticário TEOTÓNIO CASTRO, que se pronunciaram da seguinte forma sôbre o requerimento que FERREIRA DE CASTRO tinha feito à Câmara para ser provido no citado lugar de médico das Caldas:

> «que êlles julgavam de muita utilidade a conservação do partido requerido, por quanto, as sobreditas Caldas são as mais variadas em princípios medicos, banhos de diferente graduação de calor, águas para beber mais que de duas qualidades; e por conseqüencia não existindo lá um facultativo inteligente que possa dirigir os doentes que delas fizerem uso, seriam as ditas Caldas mais de prejuiso do que de proveito não obstante a direcção que ordinariamente todos os doentes levam do seu respectivo facultativo; acresce mais que os facultativos das provincias que para ali mandam seus doentes, não estão tanto ao facto das particularidades que existem nas sobreditas Caldas, podendo apenas dar aos mesmos doentes uma direcção geral, ficando reservada a particular aos facultativos que lá existem, o qual só e que está (sic) ao facto, e no verdadeiro conhecimento das ditas águas por dias e por horas, portanto que julgam de tôda a necessidade a sua conservação, e que ate mesmo em lugar de se lhe fazer o seu pagamento pelas sobras dos cisas como ate aqui, êles Respondentes julgam dever pedir-se a S. Magestade se pagasse o seu ordenado pelo cabeção das cisas como se faz em outras Caldas que o Reino abunda» [627].

Em sessão de 12 de Novembro de 1841 foi indeferido pelo Muni-

cípio um requerimento dos banhistas de Vizela, no qual pediam fôsse criado um partido médico nas ditas termas.

Seguem agora mais notícias sôbre alguns dos indivíduos citados e outros que, pertencendo ao concelho, aínda não tive ocasião de mencionar. Quando, em 1805, se abriu o túmulo que encerrava o *incorrupto* cadáver do milagroso S. Torcato, foi encarregado de examiná-lo o Dr. MIGUEL REBÊLO DE BASTO, já referido; o auto de exame data de 17 de Junho daquele ano e é assinado pelo médico que assim descreve a observação:

> «os ossos que formam a cabeça todos se achavam muidos por meio das suas soturas, e musculos, no rosto as maxillas se acham unidas, ou articuladas nas suas proprias articulações, e os dentes da mesma sorte, à excepção do superior que se não acha no . . . ?. . . , as costellas estão unidas nas suas proprias cavidades, no pescoço se acham destruidas as partes musculosas, e desarticuladas as vertebras cerebicaes, aonde se divisa uma rotura grande que se pode conjecturar conforme a tradição que seria a parte aonde soffreo o martirio, no braço direito o osso humero se acha articulado e destituido de muscullos, e os dois ossos cubito, e radico, e toda a mão se achão articulados, e todos os dedos com suas unhas a excepção do polex que lhe falta, o mais corpo, e pernas, se acha em parte desorganisada, e a perna direita se acha articulada, e destituída de muscullos, e todo o mais restante do Esqueleto se acha sem muscullos, mas com todos os seus proprios ossos, e nesta forma se achou o dito Santo Cadaver. . . . e em todo este exame não se experimentou mau cheiro, ou corrupção» [628].

De um outro cirurgião nos dá conta um dos atestados comprovativos do bom resultado das vèlinhas do Dr. GAIVOTO, já referidas; tal declaração é assinada por JOSÉ ANTÓNIO GOMES DE OLIVEIRA, «*cirurgião Anathomico da nova Reforma*», assistente em S. Miguel das Caldas, e tem a data de 25 de Setembro de 1813; está, como algumas outras, no final da obra de GAIVOTO, atrás mencionada. Êste JOÃO GAIVOTO, e BERNARDINO CARDOSO foram nomeados pela Câmara, em 13 de Abril de 1813, segundo ordens régias, inspectores dos recrutas. De 15 de Abril de 1814 data uma Provisão régia mandando passar para a Misericórdia a administração de 60.000 rs. do partido de médico dos Expostos, vago por morte do Dr. JOSÉ DE ABREU GONDIM E FREITAS; essa Provisão ordenava também que os 30.000 rs. do par-

tido de cirurgião dos mesmos Expostos seguisse o mesmo rumo, quando êste lugar vagasse.

O Cabido da Insigne e Real Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira de Guimarães teve como médicos os Drs. JOSÉ EVANGELISTA DE MORAIS SARMENTO, BERNARDINO CARDOSO, MANUEL DO SOUTO COELHO E OLIVEIRA e como cirurgiões JOSÉ CORREIA e ANTÓNIO JOSÉ RIBEIRO GASPAR («Arquivo da Coleg., Livro de Contas, 1814, 1815, 1821 e 1822»). Em 1814-15 recebiam CARDOSO e EVANGELISTA 40.000 rs. cada um, anualmente, e RIBEIRO GASPAR 35.000 rs. Em 1821-22 EVANGELISTA continuava a receber 40.000, SOUTO, 20.000 e CORREIA, 10.000 rs. De FRANCISCO DE AZEVEDO VARELA e MANUEL JOSÉ DE FARIA obtive notícias de 1840, pois a 13 de Janeiro dêsse ano êste era exonerado de cirurgião dos Expostos, e aquele nomeado interinameute para o mesmo lugar. A 2 de Março de 1833 fôra eleito «*medico das revistas das ordenanças*» o bacharel MANUEL JOSÉ DE SOUSA (?) COELHO pelos bons serviços por si efectuados nos hospitais civil e militar da vila, por ser o mais antigo e por ocupar o cargo de Físico-mór do reino. Esta informação foi-me dada escrita pelo Sr. LOPES DE FARIA, parecendo-me que êste bacharel é o mesmo que o Dr. MANUEL JOSÉ DO SOUTO COELHO E OLIVEIRA, por lapso apelidado de SOUSA. De um médico denominado MANUEL DA SILVA PORTUGAL, que cito agora pela primeira vez, fala o registo dum dos livros do Arquivo Camarário; por êle e por um outro indivíduo foi apresentada uma reclamação ao Município destinada a suspender a posse de alguns vereadores, apodados de miguelistas e antipáticos ao público.

Além dos exames de medicina prática realizados no Hospital da Misericórdia de Guimarães e dos de cirurgia e sangria, como veremos daqui a pouco, fizeram-se também alguns de Farmácia, como consta dos respectivos autos guardados na Biblioteca da Faculdade de Medicina do Pôrto, datados de 1807 a 1832. Muitos indivíduos requereram tais exames, que eram teóricos e práticos. Os primeiros realizavam-se geralmente em casa do Juíz Sub-Delegado do Físico-Mór do Reino ou, perante êle, noutra parte; os práticos, em diversas boticas, especialmente na da Santa Casa, S. Bento e S. Domingos. De 1807 a 1809 foi Juíz Sub-Delegado o Dr. ABREU E FREITAS; em 1814 ocupava já

êsse lugar o Dr. EVANGELISTA, substituïdo algumas vezes pelo Dr. SOUSA BASTO. Os examinadores, dois para cada acto, foram os boticários:

Manuel António de Lemos (Silvares)
Cosme de Oliveira Ferreira
António Joaquim Dias de Sampáio
Francisco José Pereira da Cunha
Jacinto José Pereira
Francisco José Pereira Aveiro
José Joaquim Brochado (S. Miguel das Caldas)
Teotónio Ferreira da Cunha de Carvalho
António José Pereira da Cunha Basto.

Alguns dos exames realizavam-se nas boticas de JOÃO JOSÉ PEIXOTO DE FREITAS LIGNE (?) e CUNHA BASTO. Além dêstes, havia mais em Guimarães, por 1829, o boticário JOSÉ ANTÓNIO PEREIRA DA SILVA, morador no Terreiro das Flores. Em 1841 («Arq. da Mis.ª» T.º de 24 de Agosto) exerciam na vila a sua profissão os boticários AVEIRO, JOSÉ FERREIRA DE MACEDO CUNHA e JOÃO PINHEIRO FERREIRA, concorrentes nesse ano ao lugar na botica da Misericórdia, ocupado por JOÃO ANTÓNIO FERNANDES. Outro boticário, FRANCISCO BAPTISTA DE OLIVEIRA, vivera em Guimarães antes de 1822, pois nêste ano é entregue à Ordem de S. Francisco determinada quantia que êle lhe legara, para a construção do seu hospital. («Arq. de S. Franc.º» L.º n.º 4). Nos livros do Arquivo da Câmara Municipal de Guimarães estão registadas algumas cartas de cirurgia e sangria de indivíduos examinados no Hospital da Misericórdia da vila. Os exames eram feitos na presença do Delegado na Comarca de Braga e Guimarães ANTÓNIO JOAQUIM DA SILVEIRA que, à falta de outro, também interrogava; havia quási sempre dois examinadores, escolhidos entre:

Bento José da Maia e Freitas
António José Teixeira
Domingos José da Fonseca Queirós
Cristóvam de Morais
Constantino Rodrigues de Barros
António José Pinto de Carvalho
Francisco Joaquim Denís
António José Ferreira de Sepúlveda.

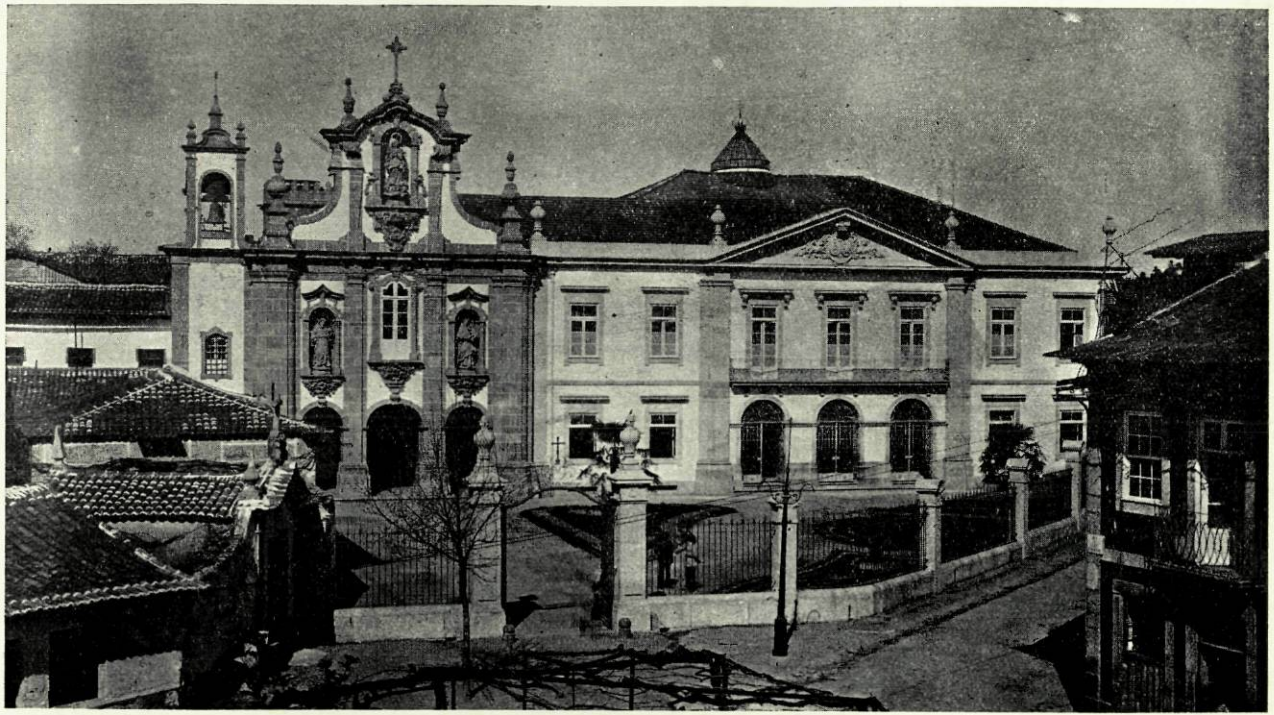


Fig. 65

Moderno Hospital da Misericórdia de Guimarães, vendo-se ao lado parte do edifício da 2.ª fundação

Eis a lista dos Cirurgiões, Sangradores, Algebristas, etc., que registaram seus diplomas em Guimarães, onde fizeram exame:

Cirurgia:	
António Joaquim da Costa . . .	Data da carta 11- 1 -1816
José Moreira	» » » 18-11-1823
José Fernandes de Oliveira. . .	» » » 16- 1 -1824
José Maria Fernandes.	» » » 31- 6 -1824
José Eloi Salazar	» » » 28- 1 -1825
Manuel José Pinto de Freitas . .	» » » 9- 5 -1825
Francisco José Monteiro	(?)
João Carlos de Oliveira	Apres. carta na Câmara em 1-10-1825
José Correia de Oliveira Mendes.	Juramento na Câmara em 6-5-1826
Manuel Joaquim da Silva . . .	» » » » 4-3-1826
José Maria da Costa	» » » » 4-3-1826
Joaquim Gomes da Silva Reis. .	» » » » 4-3-1826
Sangria:	
António José Simões	Carta de 16- 4 -1814
António José Mendes da Cunha .	» » 3- 8 -1814
José Gomes de Oliveira	» » 30- 8 -1814
José António da Silva	» » 26-10-1815
Francisco José de Azevedo. . .	» » 31- 1 -1818
Francisco Joaquim Denís Machado	» » 29- 2 -1820
José Moreira	» » 14-11-1823
José Maria Fernandes	» » 31- 5 -1824
Manuel José da Silva	» » 3-11-1824
Francisco José da Silva	» » 3-11-1824
António Joaquim Martins . . .	» » 18-11-1825
João António da Costa	» » 11- 5 -1827
Jerónimo de Araújo	» » 23- 4 -1831
João Fernandes de Oliveira. . .	(?)
João Carlos de Oliveira	Apres. carta na Câmara em 1-10-1825

Uma tal MARIA JOANA registava em 1827, na Câmara, a sua carta de parteira, dada pelo Dr. JACINTO JOSÉ VIEIRA em Lisboa, a 22 de Fevereiro de 1827; fôra examinada em Guimarães por JOSÉ JOAQUIM GOMES DA COSTA e CRISTÓVAM DE MORAIS. Na lista de alguns sangradores cujos Autos de Exame, de 1769 a 1831, se encontram arquivados na Biblioteca da Faculdade, menciona o Prof. HERNÂNI MONTEIRO 3 sangradores naturais de Gui-

marães: José Bernardo, Manuel José Martins Costa Guimarães e Francisco José de Azevedo Proença, que fizeram exame, respectivamente, em Junho de 1811, 18-10-1811 e 27-11-1813 [629]. Na nota 1 a pág. II do Prefácio da sua já citada obra, refere-se aquele Professor e historiador portuense a um exame de Cirurgia feito em Guimarães a Polidoro Pereira de Sousa, do Pôrto, que se esquivara a faze-lo nesta cidade para não ter de esportular o Comissário da Cirurgia e estar mal preparado para o dito exame!

Dois algebristas estão registados no município de Guimarães: Gabriel José Rodrigues (Gondomar), cuja carta data de 24 de Setembro de 1813 e Manuel José do Vale (Gondomar) com carta de 10 de Março de 1830. Dois curandeiros de S. Tiago de Candoso, Jerónimo de Araújo e António de Araújo Salgado, obtiveram cartas especiais para usarem remédios infalíveis contra *tumores bastardos*. A carta do primeiro, data de 23 de Abril de 1831, passada pelo Dr. António Joaquim Farto, na qual diz:

> «que elle havendo a prendido o uzo e pratica de curar Tumores Bastardos, com hum remedio caustico e particular, ... me pedia lhe mandasse passar asua competente Carta, bem como já tinha sido concedida a seu Avô e Pai».

O remédio particular só podia ser aplicado sob inspecção dum cirurgião. A carta de Araújo Salgado diz pouco mais ou menos o mesmo; ambas se assemelham a muitas que se passaram no país a diversos curandeiros e intrujões; a um exemplar delas se refere o Prof. Hernâni Monteiro [630], passada a António Francisco da Costa, de Lordelo do Ouro, em 1816.

Por último, em 5 de Novembro de 1802 é passada carta de dentista a Frei Salvador de Nossa Senhora das Dores, carmelita descalço, morador em Guimarães, o qual, por ordem da Real Junta do Protomedicato fôra examinado por João Borges da Cunha Gaivoto e José Maria Borges da Cunha Gaivoto, sendo aquele Comissário da dita Junta. (J. L. de Faria. Efem.de, «O Independ.te» n.º 206). Assim ficam memorados, neste trabalho por demais longo, os factos da história médica de Guimarães através de tantos séculos. Do que narrei alguma cousa podemos concluír:

O território que hoje constitui o concelho de Guimarães é habitado desde longínquos tempos, pelo menos desde a *idade neolítica.*

A densidade da sua população foi notável, especialmente no período *lusò-romano;* a Citânia de Briteiros representou o seu máximo expoente.

Segundo o Prof. JOÃO DE MEIRA, «*anthropologicamente, o homem é a velha raça de Cro-Magnon com enxertia celtica e enxertia germanica*» [631]. Atendendo às sumárias condições em que foi elaborada esta asserção, cumpre definir-se rigorosamente êsse tipo, que deve apresentar surpreendentes variações.

Pelo que se vislumbra nos documentos históricos, o território de Guimarães foi habitado, entre outros povos, por *Caláicos, Caláicos Brácaros* e *Gróvios.*

A influência celta na civilização do minhoto vimaranense, se não foi intensa, também não deve menoscabar-se; menor que a dêsse povo foi, todavia, a de outras populações que arribaram à Península.

De todos os povos orientais que aportaram à Iberia, colheram os habitantes de Guimarães alguns ensinamentos médicos, em uso nas regiões donde provinham tais povos.

Das manifestações religiosas dos primitivos povoadores vimaranenses algumas fariam parte duma medicina rudimentar, absolutamente teúrgica: culto do sol, da serpente, das pedras, do «phallus», etc.

Na medicina popular que actualmente se observa no concelho há extensas raízes que vão mergulhar nas práticas religiosas dos mais longínquos ascendentes.

É muito possível que o vimaranense da *pedra polida* tivesse

já conhecimento do valor terapêutico das águas sulfurosas de Taipas e Vizela, particularmente destas últimas.

Os Romanos desenvolveram imenso a captação das referidas águas, construíndo termas. As de Vizela possuiram, além do balneário (Fig. 66), um templo do qual se desconhece a grandeza, mas em cujo âmbito se adoravam várias divindades, entre elas o deus médico *Esculápio* e *Bormânico,* patrono das águas.

Tendo os Romanos povoado intensamente o território de Guimarães e trazido consigo os deuses do seu Olimpo, as idéas religiosas da população prèexistente sofreram profundamente a influência do seu culto, que hoje aínda se verifica por lápides diversas que os comemoram e no cunho particular de certas tradições populares regionais.

As práticas médicas do povo vencido amoldaram-se às do vencedor, naturalmente, parte das quais eram do fôro sôbrenatural, adstrita ao culto dos deuses e às superstições de Roma.

À falta de elementos históricos e arqueológicos, nada pode dizer-se da influência na civilização vimaranense dos invasores Bárbaros e Árabes.

Anteriormente à fundação da monarquia portuguesa já o burgo de *Vimaranes,* nascido duma *villa* romana no século x, possuía uma *albergaria* junto do mosteiro *duplex* do Salvador e da Virgem, fundado por MUMADONA. Foi êste o primeiro hospital do burgo, aínda que rudimentar.

Todavia, os estabelecimentos de assistência que aparecem nos documentos sob o nome de *hospitais* datam do princípio da nacionalidade, alguns mesmo do govêrno do Conde D. Henrique.

À caridade cristã, às Confrarias e às Ordens de S. Francisco e S. Domingos se deve a sustentação e administração dos mesmos.

Sendo grande o número de leprosos no concelho, foram

erectas algumas *gafarias* para os albergarem, 4 delas registadas em documentos insuspeitos. A assistência nos mesmos, a sua administração, o seu regulamento, etc., moldavam-se, sem dúvida, pelo que estava posto em prática nas leprosarias de Espanha e França.

A fundação do Hospital da Misericórdia no século XVI representa um notável progresso na assistência médica da vila, começando desde então a desaparecer os hospitais e gafarias que até aí funcionaram.

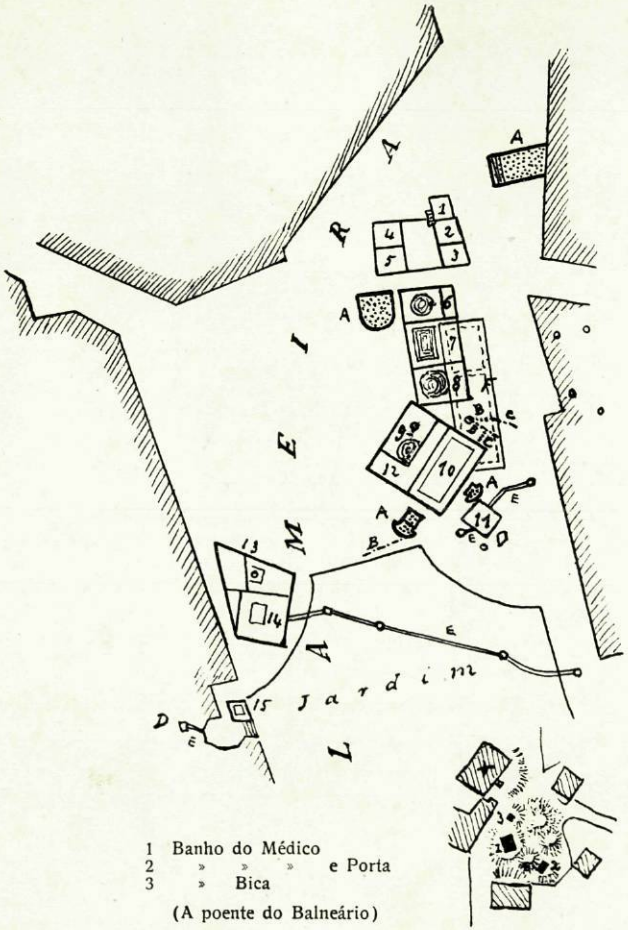
A feição religiosa da assistência pública continuou a verificar-se nos séculos posteriores com a fundação dos hospitais de S. Dâmaso, S. Francisco e S. Domingos.

Duma maneira geral, a Medicina vimaranense acompanhava sempre os progressos da que se exercia nos outros meios, especialmente no Pôrto, cujo Hospital da Misericórdia servia de modêlo ao de Guimarães.

A higiene pública seguia escrupulosamente as medidas tomadas noutras terras do país, no que respeita à invasão de epidemias.

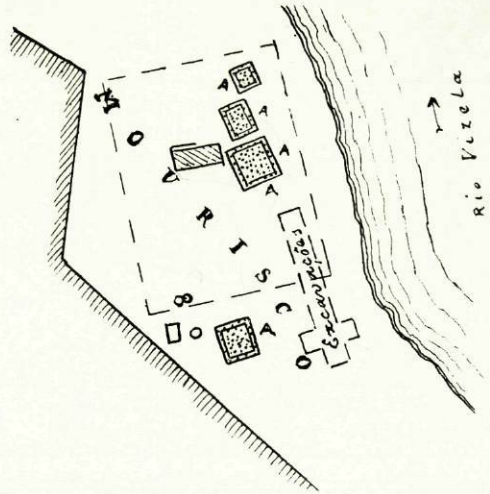
Dos médicos e cirurgiões, vimaranenses ou não, que exerceram a sua profissão na vila ou nela ocuparam elevados cargos, há que destacar-se os físicos D. Priores da Insigne e Real Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, especialmente PEDRO JULIÃO ou PEDRO HISPANO (Papa JOÃO XXI) e uma outra figura secundária como *Mestre* ANTÓNIO, GREGÓRIO LOPES, MARTINHO DE AZEVEDO, JOÃO GAIVOTO, SEBASTIÃO NAVARRO DE ANDRADE, VICENTE NAVARRO DE ANDRADE, ANTÓNIO PINHEIRO DE MIRANDA, JOÃO EVANGELISTA DE MORAIS SARMENTO e MANUEL DO SOUTO COELHO E OLIVEIRA, que merecerão, um dia, especiais referências.

O Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Guimarães foi, como outros no país, Escola Prática de Sangradores e Cirurgiões, que nêle fizeram os competentes exames.



1 Banho do Médico
2 » » » e Porta
3 » Bica

(A poente do Balneário)



0,004×M.º

VIZELA

NASCENTES E BANHOS DESCOBERTOS NAS ESCAVAÇÕES (1867)

1 Banho Moreira
2 » do Quarto Crescente
3 » da Lua Nova
4 » das Quatro Cabeças
5 » do Contraforte
6 » da Lua Cheia
7 » S. Miguel
8 » Romano
9 » Meia Lua
10 » Grande
11 » da Humanidade
12 » Bomba Branda
13 » » Forte
14 » do Provedor
15 » do Sol

A Banhos romanos descobertos nas escavações
B Canos de barro antigo, id.
C » » chumbo, id.
D Poço de tijolos, romano
E Encanamentos de água descobertos nas escavações.
O Nascentes
F Banhos abandonados.

Fig. 66

Enfim, Guimarães, se política e econòmicamente se colocou sempre entre as mais notáveis terras portuguesas; se a sua glória assenta sôbre a tradição histórica de berço da Pátria e núcleo de laboriosíssima indústria, certo é que pode orgulhar-se também da maneira como o seu povo, congregando-se e dando-se as mãos sôb o manto amplíssimo da caridade, assistiu aos enfermos, minorando-lhes as dôres e as desgraças, quanta vez à custa de inumeráveis sacrifícios.



BIBLIOGRAFIA

1 J. LEITE DE VASCONCELOS, Medicina dos Lusitanos, 1925. Lisboa.

Diz CASTIGLIONI (Storia della medicina, 1927. Milão), a propósito da medicina prèhistórica: «Lo studio della medicina preistorica, se apresenta problema del più alto interesse, ci affaccia anche questioni di assai difficile soluzioni; per questo noi dobbiamo accontentarci di tracciare questa storia, necessariamente incompleta, soltando nelle sue linee principali».

2 JOSÉ MARIA SOARES, Memorias para a historia da Medicina Luzitana, 1821. Lisboa.

3 A. J. D'OLIVEIRA, Historia da Medicina em Portugal (apontamentos), 1883. Lisboa.

4 LUÍS DE PINA, Medicina popular. I. Os Santos curandeiros. *Revista Lusitana,* Vol. XXIV, Lisboa; Medicina popular. II. Adagiário médico. Idem, Vol. XXVI; Folclore de Guimarães — Bruxas e Medicina. Comunicação à Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia. 27 de Janeiro de 1928. Pôrto; Terminologia popular anatómica. *Portugal Médico,* n.º 6, 1928. Pôrto.

5 FIELDING GARRISON, An introduction to the History of medecine. 2.ª edição, 1927. Filadélfia e Londres.

6 ARTURO CASTIGLIONI, Storia della medicina, 1927. Milão.

7 EDUARDO D'ALMEIDA, Mal parecia encerrar. . . . *Revista de Guimarães,* Vol. XXXI, n.º 3, 1921. Guimarães.

8 F. MARTINS SARMENTO, Materiaes para a archeologia do concelho de Guimarães. *R. de Guim.,* Vol. XIII, n.º 1, 1896.

9 JOÃO DE MEIRA, O Concelho de Guimarães. Dissertação inaugural, 1907. Pôrto; Guimarães, 950-1580. Conferência. *R. de Guim.,* Vol. XXXI, n.º 3, 1921.

10 P.e FERREIRA CALDAS, Guimarães. Apontamentos para a sua historia, 1881. Pôrto.

11 JOÃO DE MEIRA, *Obras cits.*

12 LUÍS DE PINA, Folclore de Guimarães. — Bruxas e medicina.

13 MÁRIO CARDOSO, Bibliografia Sarmentina. *R. de Guim.*, Vol. XXXVII, n.º 3, 1927.

14 JOÃO DE MEIRA, O Concelho de Guim., etc.

15 P. CHOFFAT, Relatorio hidro-geologico sobre o abastecimento d'agua da cidade de Guimarães. *R. de Guim.*, Vol. XXI, n.os 3 e 4, 1904.

16 J. L. DE VASCONCELOS, *Ob. cit.*

17 MENDES CORREIA, Os povos primitivos da Lusitânia, 1924. Pôrto.

18 L. MAC-AULIFFE, Les origines de l'Homme actuel, 1.º fascículo, 1923. Paris. — M. BOULE, Les Hommes fossiles. Éléments de paléontologie humaine, 2.ª ed., 1923. Paris.

19 HUGO OBERMAIER, El hombre fósil, 1916. Madrid. Diz assim ALCALDE DEL RIO, discreteando sôbre as figuras representadas nas cavernas que referi:

> «Como las repetidas figuras constituyen lo que pudieramos llamar, permítaseme la frase por no hallar otra más apropriada, vaciados gráficos del natural, pudiera ser motivo este de estudio antropométrico de gran interés para el de la antropología prehistórica, . . . *Las pinturas y grabados de las cavernas prehistoricas de la Provincia de Santander*». *Portugalia*, Vol. II. Pôrto.

— M. BOULE, *Ob. cit.* — LORD AVERBURY, Prehistoric times, 1913. Londres. — MORITZ HOERNES, Prehistoria. I. La Idad de la piedra. (Col. *Labor.)*, 2.ª edição, 1928. Barcelona. Trad. do Prof. SERRA RÀFOLS.

20 JOSEPH DÉCHELETTE, Manuel d'Archeologie préhistorique, celtique et gallo-romaine, I, 1908. Paris. — M. BOULE, *Ob. cit.*

21 F. REGNAULT, Les représentations de l'obésité. *Bulletins et Mémoires de la Société d'Anthropologie de Paris*, T. 5.º, 1914. Paris; — La représentation de l'obesité dans l'art préhistorique. Crítica a uma nota de F. REGNAULT sôbre o assunto apres. à Soc. d'Anthr. de Paris. *Rev. Aesculape*, 1912. — M. BOULE, *Ob. cit.* — ATGIER. Un cas de stéatopigie en France. *Bul. et Mém. de la Soc. d'Anthr. de Paris*, T. 3.º, 1912. — M. BOULE, *Ob. cit.* — G. LALANNE, Bas-reliefs a figuration humaine de l'abri sous roche de «Laussel» (Dordogne), *L'Anthropologie*, T. 13.º, 1912. Paris. — R. DE SAINT-PÉRIER, Statuette de femme stéatopyge découverte a Lespugue (Haute-Garonne). *L'Anthr.*, T. 32.º, 1922. — R. VAUFREY, La statuette féminine de Savignano sur le Panaro (Province de Modène). *L'Anthr.*, T. 37.º, 1927. — Diz HENRI MARTIN, sôbre o culto da fecundação, que o homem da idade da pedra lascada em certos lugares adorava a fecundidade representada sob a figura de fêmeas de animais grávidas. Vid. L'atelier solutréen du Roc (Charente). Sa frise sculptée. *L'Anthr.*, T. 38.º, 1928.

22 «Sarah, la Vénus hottentote». Notícia em *Aesculape*, 1926. Paris. — DENIKER, Les races et les peuples de la Terre. 1926. Paris. — G. MONTANDON, L'ologenèse humaine (ologénisme), 1928. Paris.

23 F. REGNAULT, La représentation de l'obesité dans l'art préhistorique. *Bul. et Mém.*, etc., 1912. — LOUIS MASSON, Les représentations humaines

dans l'art paléolitique. *Aescul.*, 1927. Paris. — MARTIN, Lerbuch der Anthropologie. Jena. 1928.

24 MENDES CORREIA, *Ob. cit.*

25 R. ANTHONY, A propos de la figure masculine aurignacienne décrite et interpretée par M. H. BREUIL (Caverne David a Cabrerets [Lot]). *Bul. et Mém.*, etc., T. 7.º, 1926.

> «Pour interpréter comme il convient les productions de l'art préhistorique, il me semble donc qu'il faille recourir à une analyse minutieuse dont l'Anatomie et la Physiologie seules peuvent nous donner les moyens». Diz MARCELIN BOULE *(Ob. cit.)* a propósito das estatuetas femininas quartenárias: «Ces statuettes ou ces bas-reliefs doivent donc traduire assez fidèlement les caractères généraux de la plastique des modèles. On peut se fier, dans une certaine mesure, aux reseignements qu'ils nous apportent».

Sôbre o mesmo assunto, diz MORITZ HOERNES *(Ob. cit.)*:

> «La esteatopígia del cuerpo femenino qne prevalece en la plastica redonda, probablemente no corresponde el tipo medio normal, sino que representa únicamente el ideal de belleza de la época».

26 LE DOUBLE e FRANÇOIS HOUSSAYE, Les velus dans la sculpture et la gravure. *Aescul.*, 1912.

27 RENÉ DE SAINT-PÉRIER, La grotte des Scilles a Lespugue. *L'Anthr.*, T. 36.º, 1926. — M. BOULE, *Ob. cit.*

28 DÉCHELETTE, *Ob. cit.* — OBERMAIER, *Ob. cit.* No que respeita à escultura de LAUSSEL, vidé: G. LALANNE, Découverte d'un bas-relief a représentation humaine dans les fouilles de Laussel. *L'Anthr.*, T. 22.º, 1911 — BREUIL, Les peintures rupestres de la Péninsule Ibérique. *L'Anthr.*, T. 30.º, 1920.

29 CARTAILHAC e BREUIL, Les peintures et gravures murales des cavernes pyrénéennes. *L'Anthr.*, T. 21.º, 1910. — L. CAPITAN, BREUIL e PEYRONY, Nouvelles grottes ornées de la vallée de la Beune. *L'Anthr.*, T. 26.º, 1915. — PEYRONY, Les peintures murales de la caverne des merveilles a Rocamadour (Lot). *L'Anthr.*, T. 36.º, 1926. — F. REGNAULT, Empreintes de mains humaines dans la grotte de Cargar. *Bul. et Mém.*, etc., T. 7.º, 1906. — M. CORREIA, *Ob. cit.* — OBERMAIER, *Ob. cit.*

30 OBERMAIER, *Ob. cit.*

31 Concernentes às religiões da Idade neolítica: J. L. DE VASCONCELOS, Religiões da Lusitânia. 1 vol., 1897, Lisboa. Sôbre objectos amuletiformes de aspecto fálico e cosedura dos alimentos, vidé: RENÉ DE SAINT PÉRIER, La grotte des Scilles à Lespugue. Sôbre o culto fálico leia-se, entre outros: ASDRUBAL D'AGUIAR, Sciência Sexual. Virgindade, 1924, Lisboa. — M. HOERNES, Prehistória, etc.

32 J. L. DE VASCONCELOS, *Ob. cit.* — M. CORREIA, *Ob. cit.* — TEIXEIRA BASTOS, A tatuagem nos criminosos, 1903. Pôrto. — DÉCHELETTE, *Ob. cit.* OBERMAIER, *Ob. cit.* — C. GAILLARD, J. PISSOT e C. COTTE, L'abri préhistorique de la Genière a Serrières-sur-Ain. *L'Anthr.*, T. 37.º, 1927. — BREUIL e CABRÉ AGUILA, Les peintures rupestres du bassin inférieur de l'Èbre. *L'Anthr.*, T. 20.º, 1909. — BREUIL, Les peintures rupestres

de la Péninsule Ibérique. — TUDE DE SOUSA, Tatuagens. *Boletim do Instituto de Criminologia,* Vol. VIII e IX, 1928. Lisboa. Vid. notas críticas a um trabalho do Prof. LACASSAGNE, a propósito do assunto, no Suplem. da *Rev. Aescul.,* 1912.

33 DÉCHELETTE, *Ob. cit.*

34-35 OBERMAIER, *Ob. cit.*

36 MENDES CORREIA, *Ob. cit.* e Raça e Nacionalidade, 1919. Pôrto. — J. L. de VASCONCELOS, Religiões, etc., — VERGÍLIO CORREIA, O paleolítico em Portugal. *O archeologo português,* Vol. 25.º, 1912. Lisboa. — AUGUSTO FILIPE SIMÕES, Introdução à arqueologia da Península Ibérica, 1878. Lisboa. — CARTAILHAC, Les âges préhistoriques de l'Espagne et du Portugal, 1886. Paris. — OBERMAIER, *Ob. cit.* — H. BREUIL, Glanes paléolithiques anciennes dans le bassin du Guadiana. *L'Anthr.,* T. 28.º, 1927; Impressions de voyage paléolithique à Lisbonne. *Terra portuguesa,* n.os 27.º e 28.º, 3.º ano, 1918. Lisboa. — J. FONTES, O Homem fóssil em Portugal, 1923. Lisboa. — M. BOULE, *Ob. cit.* — Sôbre a gruta da Furninha vidé: N. DELGADO, La grotte de Furninha a Peniche *Compte-Rendu* do Congrès International d'Anthropologie et d'Archéologie préhistoriques, 1884. Lisboa. — R. DE SERPA PINTO, Introdução à Arqueologia Portucalense. *O Tripeiro,* n.º 26 (146), 3.ª série, 2.º ano.

37 OBERMAIER, *Ob. cit.* — H. BREUIL, L'âge des cavernes et roches ornées de France et d'Espagne. *Révue Archéologique,* T. 19.º, 1912. Paris.

38 M. CORREIA, Os povos primitivos, etc. — MORITZ HOERNES, *Ob. cit.*

39 CARLOS RIBEIRO, L'Homme Terciaire en Portugal. *C.-R.* do Cong. Int. d'Anthr. et d'Arch. préh., 1884 — SCHAAFFHAUSEN, L'Homme préhistorique, Id. Id. — M. CORREIA, Homo, 1921. Coímbra; O homem terciário em Portugal. *Lusitânia,* fasc. IX, 1926. Lisboa. — N. DELGADO, Les silex terciaires d'Otta. *Comunicações da Direcção dos Serviços Geológicos,* Vol. 4.º, 1901. Lisboa. — MORTILLET, La préhistorique, 1900. Paris. — OLIVEIRA MARTINS, Elementos de Anthropologia. Historia Natural do Homem, 1881. Lisboa. — MORITZ HOERNES, *Ob. cit.*

40 M. CORREIA, Os povos primitivos, etc.

41 MAC-AULIFFE, *Ob. cit.*

42 M. CORREIA, Os povos primitivos, etc.; Notas craniográficas e as pretendidas sobrevivências neandertalóides nas províncias portuguesas do Norte. *Anais Scientíficos da Faculdade de Medicina do Pôrto,* IV, n.º 3, 1918.

43 E. PITTARD, Les races et l'histoire, 1924. Paris.

44 M. CORREIA, Os povos primitivos, etc.; A Lusitânia pre-romana. *História de Portugal,* 1928. Barcelos. — FERRAZ DE MACEDO, Bosquejos de Anthropologia Criminal, 1900. Lisboa.

45 F. A. PEREIRA DA COSTA, Noticia sobre os esqueletos humanos descobertos no Cabeço da Arruda, 1865. Lisboa. — C. RIBEIRO, Los Kjoekkenmoeddings de la vallée du Tage. *C.-R.* do Cong. d'Ant. e d'Arch. préh., 1884 — FERRAZ DE MACEDO, Bosquejos de Anthr. Crim., etc. — M. BOULE, *Ob. cit.* — PAULA E OLIVEIRA, Notes sur les ossements humains

qui se trouvent dans le Musée de la section Géologique de Lisbonne. *C.-R.* do Cong. d'Ant. et d'Arch. préh., 1884 — M. CORREIA, Raça e nacionalidade — G. COTTEAU, La préhistorique en Europe, 1889. Paris.

46 M. CORREIA, Os povos primitivos, etc.

47 M. CORREIA, Estudos de etnogenia portuguesa, separ. de *A Terra portuguesa,* 1918. Lisboa; Novos subsídios para a Antropologia portuguesa. Congresso de Sevilha, 1917; Origins of the portuguese. *American Journal of Physical Anthropology,* Vol. 2.º, n.º 2, 1919; À propos des caractères inférieurs de quelques crânes préhistoriques du Portugal. *Arquivo de Anatomia e Antropologia,* Vol. 3.º, 1917. Lisboa; Sur les brachycéphales pré-néolithiques et leur culture. *Bulletin de la Société Portugaise des Sciences Naturelles.* VIII, 1918. Lisboa; Nouvelles observations sur l'«Homo Taganus, nob». *Rev. Anthropologique,* 11-12, 1923. Paris. — J. L. DE VASCONCELOS, Religiões, etc. — AURÉLIO DA COSTA FERREIRA, Crânes préhistoriques du type negroïde. *Bul. de la Soc. Port. des Sc. Nat.,* Vol. 1.º, 1907. Lisboa. — PAULA E OLIVEIRA, As raças dos Kjoekkenmoeddinger de Mugem, 1881. Lisboa.

48 M. CORREIA, A Lusitania pre-romana.

49 FORTUNATO DE ALMEIDA, História de Portugal, T. I, 1922. Coímbra.

50 M. CORREIA, Os povos primitivos, etc.

51 R. DE SERPA PINTO, O asturiense em Portugal. *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia,* Vol. 4.º, fasc. 1.º, 1928. Pôrto. — ABEL VIANA, A estação asturiense de Areosa. *Portucale,* Vol. 2.º e seg., 1929. Pôrto.

52 LE DOUBLE, cit. pelo Prof. REYMOND em «Les maladies de nos ancêtres a l'âge de la pierre». *Aescul.,* 1912. Paris.

53 NERY DELGADO, Noticia acerca das grutas de Cezareda, 1867. Lisboa.

54 PAUL REYMOND, Les maladies de nos ancêtres a l'âge de la pierre. *Aescul.,* 1912, Paris. — LOUIS FIGUIER, O homem primitivo. Trad. de M. J. FELGUEIRAS, 1883. Lisboa.

55 DÉCHELETTE, *Ob. cit.* — P. REYMOND, *Ob. cit.* — MARCEL BAUDOUIN, L'ossuaire a os décarnisés et brisés de l'allée couverte de la Planche a Puare, a l'Ile d'Yeu (Vendée). *Bul. et Mém. de la Soc. d'Anthr. de Paris,* T. 5.º, 1914. — CASTIGLIONI, *Ob. cit.*

56-57 P. REYMOND, *Ob. cit.*

58 M. CORREIA, O homem terciário, etc.

59 M. CORREIA, A Lusitânia pre-romana.

60 BOSCH GIMPERA e L. PERICOT, Les civilisations de la Péninsule Ibérique pendant le néolithique et l'éneolithique. *L'Anthr.,* Vol. 35.º, 1925. Paris. — JOSÉ DE PINHO, Expansão da cultura megalítica no concelho de Amarante. *Trab. da Soc. Port. de Antr. e Etnol.,* Vol. 4.º, fasc. 1.º, 1928. Pôrto.

61 A propósito de dólmens portugueses, vidé: JOSÉ CALDAS, Archéologie préhistorique dans la Province de Minho. *C.-R.* do Congr. Int. d'Anthr. et d'Arch. préh., etc., 1884 — M. CORREIA, Os povos primitivos, etc.

62 ESTÁCIO DA VEIGA, Paleoetnologia. Antiguidades monumentais do Algarve, 1887. Lisboa.

63 M. CORREIA, A Lusitânia prè-romana; Os povos primitivos, etc.

64 DÉCHELETTE, *Ob. cit.*

65 ESTÁCIO DA VEIGA, *Ob. cit.*

66 DÉCHELETTE, *Ob. cit.*

67 J. e C. COTTE, Analyses de résidus organiques de l'époque néolithique. *Bul. et Mém. de la Soc. d'Anthr. de Paris,* T. 8.º, Paris. — T. DE ARANZADI, Sur les haches néolithiques et le dépiquage du blé. Id., T. 4.º, 1913.

68 M. CORREIA, Glozel e Alvão. Os portugueses e a invenção do alfabeto. *Trab. da Soc. Port. de Antr. e Etnol.,* Vol. 3.º, fasc. 2.º, 1927. Pôrto. — HUMBERTO LIMA, As origens do alfabeto e as descobertas de Glozel. Id., Id., fasc. 4.º. — TEIXEIRA RÊGO, Os alfabetos de Alvão e Glozel. Id., Id., fasc. 3.º. — ABADE FAVRET, Glozel. La comission internationale, son rapport et les a cotés. *Rév. d'Anthr.,* n.os 1.º e 3.º, 1929. Não posso referir neste lugar os inúmeros artigos que sôbre o assunto tém sido publicados no estrangeiro; só êles quási encheriam êste volume.

69 DÉCHELETTE, *Ob. cit.* — J. L. DE VASCONCELOS, Religiões, etc.

70 OBERMAIER, *Ob. cit.* — DÉCHELETTE, *Ob. cit.* Igual crença sustentam os Tchérémisses. Vidé: M. J. NIPPGEN, Les maladies démoniaques dans les traditions populaires fimoises. *Rév. Anthr.,* T. 1.º e 3.º, 1929. Dizia MANOUVRIER (vidé nota 94), a respeito da descarnação dos cadáveres, que a anatomia assim «d'observation vulgaire, devait constituer, pour de tels praticiens, un bagage de connaissances mullement méprisable». — ZABOROWSKI, Prétendue preuve de décharnement sur um femur du Mas-d'Azil. *Bul. et Mém. de la Soc. d'Anthr. de Paris,* T. 7.º, 1906.

71 J. L. DE VASCONCELOS, Religiões, etc.

72 F. REGNAULT, *Ob. cit.*

73 BOSH GIMPERA, cit. por M. CORREIA: Os povos prim., etc.

74 DÉCHELETTE, *Ob. cit.* — E. T. HAMY, La figure humaine dans les monuments de l'ancienne Égypte. *Bul. et Mém. de la Soc. d'Anthr. de Paris,* T. 8.º, 1907.

75 RICARDO SEVERO, Comentário ao espólio de dolmens de Vila Pouca d'Aguiar. *Portugalia,* T. 1.º, fasc. 4.º, 1899-1903. Pôrto. — F. REGNAULT, Pierres ayant la forme d'organes génitales. *Bul. et Mém. de la Soc. d'Anthr. de Paris,* T. 4.º, 1913. — C. LEJEUNE, La représentation sexuelle en religion, art et pedagogie, Id., T. 2.º, 1901.

76 TRICOT-ROYER, L'épopée de Glozel. *Aescul.,* 1928. — A. MORLET, La «masque sans bouche» et les idoles de Glozel. *Aescul.,* 1927.

77 E. PIÈTTE, Études d'etnographie préhistorique. *L'Anthr.,* T. 7.º, 1896. — E. T. HAMY, La figure humaine chez le sauvage et chez l'enfant. Id., T. 19.º, 1908. — BREUIL e OBERMAIER, Les premiers travaux de l'Institut de paléontologie humaine. Id., T. 23.º, 24.º e 25.º, 1912, 1913 e 1914. — F. DE ZELTNER, Les gravures rupestres de l'Aïr. Id.,

T. 24.º, 1913. — OBERMAIER, *Ob. cit.* — BREUIL e MILES BURKIT, Les abris peints du Mont Arabi près Yecla (Murcie). Id., T. 26.º, 1915. — BREUIL, Nouvelles roches peintes de la région d'Alpera (Albacete). Id., T. 26.º, 1915. — BREUIL e DON FREDERICO DE MOTOS, Les roches a figures naturalistes de la région de Velez-Blanco (Almeria). Id., T. 26.º, 1915. — CASTIGLIONI, *Ob. cit.* — BREUIL, Les peintures rupestres de la Péninsule Ibérique. La vallée peinte des Batuecas (Salamanca). *L'Anthr.*, T. 29.º, 1918-1919. — G. COURTY, Sur les pétroglyphes a travers le monde. *Bul. et Mém. de la Soc. d'Anthr. de Paris,* T. 8.º, 1907. — Respeitantes à arte rupestre em Portugal, podem ler-se, entre outros, os seguintes trabalhos: M. CORREIA, Os povos primitivos, etc.; A Lusitânia pre-romana; Arte rupestre em Trás-os-Montes — Em publicação na *Rév. Archéologique.* — R. SERPA PINTO, Petroglifos de Sabroso e a arte rupestre em Portugal. *Pubricacións do Seminario de Estudos Galegos.* Seizón de Arqueoloxia. «Nós», 1929. Corunha.

78 ESTÁCIO DA VEIGA, Paleoetnologia, etc. — DÉCHELETTE, Une nouvelle interprétation des gravures de New-Grange et de Gavr'inis. *L'Anthr.*, T. 23.º, 1912. — G. e A. DE MORTILLET, Musée préhistorique, 2.ª ed., 1903. Paris. — SALOMON REINACH, La sculpture en Europe avant les influences gréco-romaines. Id., T. 5.º, 1894. A propósito da cultura neolítica, afirma HOERNES *(ob. cit.)*:

> «Lo curioso, lo extraordinario, es el alto grado de cultura alcanzado en el período neolítico sin ningún conocimiento de los metales. En éste y en ningún otro han sido creadas las primeras bases de la civilización europea».

79 DÉCHELETTE, Manuel d'Archeologie, etc. — M. CORREIA, A Lusitânia prerom. — A propósito das figuras humanas com forma de caixa de violão: L. SIRET, Les Cassitérides et l'empire colonial des pheniciens. *L'Anthr.*, T. 20.º, 1909. — HOERNES, *Ob. cit.*

80 M. CORREIA, Os povos primit., etc.; A Lusit. pré-rom., etc.

81 R. SERPA PINTO, Petrogl. de Sabroso, etc.

82 DÉCHELETTE, Manuel d'Archeol., etc.; La peinture corporelle et le tatouage dans l'antiquité. *R. Archéol.*, 1907. Paris. — J. L. DE VASCONCELOS, Religiões, etc.; Medicina dos Lusit., etc. — LACASSAGNE (Notícia sôbre uma comunicação de). *Aescul.* (Suplem.), 1912. Paris.

83 J. L. DE VASCONCELOS, A Figa, 1925. Pôrto. — Sôbre o culto solar, vidè: M. BAUDOUIN, La préhistoire des étoiles au paléolithique. Les pléiades a l'époque aurignacienne et le culte stello-solaire typique au Solutréen. *Bul. et Mém. de la Soc. d'Anthr. de Paris,* T. 7.º, 1916; La préhistoire des étoiles: les pléiades au néolitique. Id., T. 6.º, 1915; La pierre a l'étoile du temple du soleil des Vaux, a Saint-Aubin-de-Baubigné (D.-S.). Id., T. 4.º, 1913. Na discussão dêste comunicado, afirmou ATGIER:

> «. . . une religion solaire, qui a régné sur notre sol, comme dans le monde entier, antérieurement à l'époque des dolmens, et remontant à quelques 6 à 8 milles ans avant l'ère actuelle»;

— Le rocher a gravures principales du temple du soleil, aux Vaux, de Saint-Aubin-de-Baubigné (D.-S.). Id., Id.

84 J. L. DE VASCONCELOS, Religiões, etc.; Medicina dos Lus., etc. — DÉCHELETTE, Manuel, etc., — M. CORREIA, Os povos prim., etc. — MAGITOT, Essai sur les mutilations éthniques. *C.-R.* do Cong. d'Antr. e d'Arch. préh., 1884. — CASTIGLIONI, *Ob. cit.* — ARTHUR KEITH, The antiquity of Man., 1916. Londres. — LORD AVERBURY, Prehistoric times. Londres. — PAUL BROCA, Sur la trépanation du crane et les amulettes craniennes a l'époque néolithique. *L'Anthr.*, T. 6.º, 1877. Sur les trépanations préhistoriques. *Bul. et Mém. de la Soc. d'Ant de Paris*, T. 9.º, 1874. — M. A. SANSON, Sur les perforations artificielles du crâne chez les insulaires de la mer du Sud. (Ext. da *Gazette hebdomadaire de médecine et de chirurgie)*. Id., T. 9.º, 1874. — L. MANOUVRIER, Incisions, cautérisations et trépanations craniennes de l'époque néolithique. *Bul. et Mém. de la Soc. d'Ant. de Paris*, T. 5.º, 1904. — A propósito do emprego dos silices pigmeus entre Hebreus e Gregos ver: NEUBURGER, SINGER, *Ob. cits.* — PRUNIÈRES, Deux nouveaux cas de trépanation chirurgicale néolithique. Id., T. 11.º, 1876. — P. REYMOND, Les maladies de nos ancêtres, etc. — L. CAPITAN, Recherches expérimentales sur les trépanations préhistoriques. Id., T. 5.º, 1882. — M. DE MORTILLET, Trépanation préhistorique. Id., T. 5.º, 1882. — L. MANOUVRIER, Deux trépanations craniennes préhistoriques avec longue survie et déformations consécutives. Id., T. 4.º, 1903; La prétendue lésion syphilitique du crâne préhistorique de Bray-sur-Seine. Id., T. 7.º, 1906. — CARRIÈRE et REBOUL, Un cas de trépanation préhistorique faite pendant la vie et suivie de guérison opératoire, observée sur un crâne de la Grotte sépulcrale de Rouseon, près Salindres (Gard). Id., T. 5.º, 1894. — DELVINCOURT e BAUDET, Découverte d'une double trépanation préhistorique a Montigny-sur-Crécy, Canton de Grecy-sur-Serre (Aisne). Id., T. 7.º, 1907. — M. BAUDOUIN, Étude d'un crane préhistorique a triple trépanation, executée sur le vivant. Id., T. 9.º, 1908. — L. MANOUVRIER, Note sur un crane péruvien ancien presentant une ouverture d'origine traumatique. Id., T. 10.º, 1909. — EMILE SCHMIDT, Présentation de quelques cranes néolithiques trépanés récueillis à Congy (Marne). Id., T. 10.º, 1909. — A. VÉDRÈNES, Note sur la trépanation du crane dans le principauté du Montenegro. *L'Anthr.*, T. 1.º, 1886. — HENRI MALBOT e R. VERNEAU, Les Chaouïas et la trépanation du crane dans l'Aurès. Id., T. 8.º, 1897.

85 J. L. DE VASCONCELOS, Medicina dos Lus., etc. — M. BAUDOUIN, L'ossuaire a os décarnisés et brisés de l'allée couverte de la Planche, etc. Nesta localidade se encontraram rodelas cranianas usadas ainda na Idade do Bronze. — J. DE BAYE, Sur les amulettes craniennes. Id., T. 11.º, 1876.

86 GARRISON, *Ob. cit.*

87 DIEPGEN, *Ob. cit.*

88 L. MANOUVRIER, Le T. sincipital, curieuse mutilation cranienne néolithique. *Bul. et Mém. de la Soc. d'Anthr. de Paris*, T. 6.º, 1895; Le T. sinci-

pital. Comun. apres. ao Cong. Int. d'Anthr. et d'Arch. préh., 1900. Paris. — FREDRIK GRÖN, Remarques sur l'opération préhistorique décrite par M. Manouvrier sous le nom de T. sincipital. *L'Anthr.*, T. 21.º, 1910. — BERTHOLON, Notes sur les marques sincipitales de certains cranes antiques. *Bul. et Mém. de la Soc. d'Anthr. de Paris,* T. 5.º, 1904. — ZÁBOROWSKI, Le T sincipital — Mutilation des crânes néolithiques, observée en Asie Centrale. Id., T. 8.º, 1897. — P. REYMOND, Les maladies de nos ancêtres, etc. — L. MANOUVRIER, Les marques sincipitales des cranes néolithiques considérées comme reliant la chirurgie classique ancienne a la chirurgie préhistorique. *Bul. de la Soc. d'Anthr. de Paris,* T. 4.º, 1903. — O autor aponta obras de AVICENA, ALBUCASSIS, etc., que se referem a cauterizações do crânio; indica também, sôbre o assunto, certas teorias de HIPÓCRATES.

89 VIEIRA NATIVIDADE, Grutas d'Alcobaça. *Portugalia,* T. 1.º, fasc. 3.º.

90 M. CORREIA, O homem terciário, etc.

91 C. RIBEIRO, *Ob. cit.*

92 MARQUES DA COSTA, Estações prehistoricas dos arredores de Setubal. *O Arch. port.,* Vol. 8.º, 1903.

93 J. L. DE VASCONCELOS, A Med. dos Lus., etc. — ABADE SOUSA MAIA, A necrópole de Canidelo. *Portugalia,* T. 2.º, 1905-1908.

94 L. MANOUVRIER, Incisions, cautérisations et trépanations craniennes, etc. Quanto ao emprêgo dos sílices pigmeus na prática cirúrgica de Hebreus e Gregos, vid.: SINGER, A short history of Medecine, 1928. Oxford. — MAX NEUBURGER, History of Medicine, 1910. Londres.

95 AB. PETITOT, Sur la contemporanéité de la pierre taillée, de la pierre polie, du bronze et du fer chez les peuplades primitives de la Scandinavie, de la Bretagne et des Gaules. *Bul. de la Soc. d'Anthr. de Paris,* T. 2.º, 1885. — J. L. DE VASCONCELOS, A Med. dos Lus., etc.

96-97-98 P. REYMOND, *Ob. cit.*

99 P. REYMOND, *Ob. cit.* — IVAN BLOCH, La prétendue syphilis préhistorique. *Bul. de la Soc. d'Anthr. de Paris,* T. 7.º, 1906. Diz êste autor: «Il n'y a ni syphilis préhistorique, ni syphilis antique dans l'ancien monde». O nosso antropologista FERRAZ DE MACEDO tomou a palavra na discussão dêste trabalho, afirmando que, tendo examinado 500 crânios de indígenas brasileiros antigos e modernos, não encontrou neles quaisquer lesões sifilíticas.

100 P. REYMOND, *Ob. cit.* — PAUL CAMUS, Notes sur la carie dentaire à l'epoque néolithique. *Bul. de la Soc. d'Anthr. de Paris,* T. 1.º, 1910; A propos de la note de M. Marcel Baudouin sur la carie dentaire. Id., T. 2.º, 1911. — M. BAUDOUIN, La grotte de James a Marciel (Aveyron); Étude anthropologique et anatomo-pathologique des ossements trouvés. Id., T. 9.º, 1908 (O autor diagnosticou de *escorbúticas* as lesões estudadas.); L'usure des dentes des hommes de la pierre polie, expliquée par le géophagisme néolithique. Id. (Sessão de 15 de Junho de 1912).

101 DÉCHELETTE, *Ob. cit.*

102 M. CORREIA, Os povos prim. da Lus., etc.

103 » » A Lus. prerom., etc. — POISSON, Les civilisations néolithiques et énéolithiques de la France. *R. d'Anthr.* fasc. 1.º e 3.º, 1929. — FERRAZ DE MACEDO, Bosq. d'Anthr. Crim., etc.

104 J. DE MEIRA, O Conc. de Guim.

105 M. CORREIA, A Lus. prerom., etc.

106 J. L. DE VASCONCELOS, Estudos sobre a epoca do bronze em Portugal. *Arch. port.*, T. 11.º, 13.º e 14.º, 1906-1908. — ESTÁCIO DA VEIGA, *Ob. cit.*

107 POMPEO CASTELFRANCO, Les villages lacustres et palustres et les terramares. *L'Anthr.*, T. 2.º e 3.º, 1887-1888.

108 DÉCHELETTE, *Ob. cit.*

109 » *Ob. cit.* — J. e C. COTTE, Analyses des résidus, etc.; Récherches sur quelques blés anciens. *L'Anthr.*, T. 17.º, 1906.

110 J. e C. COTTE, Analyses, etc. — DÉCHELETTE, *Ob. cit.* — Sôbre a fabricação primitiva de tecidos, v.: LORD AVERBURY, Prehistoric Times, 1913. Londres.

111 J. L. DE VASCONCELOS, A barba em Portugal, 1925. Lisboa.

112 » » » Medicina dos Lus. e Antigualhas da Beira-Baixa. 2. Objectos romanos de Escalos de Cima. *Arch. port.*, Vol. 23.º, 1916. Sôbre os «biberons» de Alpiarça, v.: M. CORREIA, Sôbre alguns objectos protoistóricos e lusitano-romanos especialmente de Alpiarça e Silvã. Id., 21.º, 1916.

113 DÉCHELETTE, *Ob. cit.*

114 LOUIS SIRET, La dame à l'érable. *L'Anthr.*, T. 30.º, 1920. — C. LEJEUNE, La représentation sexuelle en religion, art et pedagogie. *Bul. de la Soc. d'Anthr. de Paris*, T. 2.º, 5.ª série, 1901.

115 DÉCHELETTE e SPRENGEL, *Ob. cits.*

116 M. CORREIA, Le serpent, totem dans la Lusitanie proto-historique. *Anais da Faculdade de Sciências do Pôrto*, T. 15.º — M. BOUDIN, Du culte du serpent chez divers peuples anciens et modernes. *Bul. de la Soc. d'Anthr. de Paris*, T. 5.º, 1864. — BAILLY, Le serpent d'Épidaure. *Aescul.*, 1913. — SINGER, *Ob. cit.* — LOUIS GRÉGOIRE, Dictionnaire encyclopedique d'Histoire, de Biographie, de Mythologie et de Géographie, 1877. Paris.

117 DÉCHELETTE, *Ob. cit.*

118 MARTINS SARMENTO, Lusitanos, Ligures e Celtas. *R. de Guim.*, 3.º, 1890.

119 DÉCHELETTE, J. L. DE VASCONCELOS e M. CORREIA, *Ob. cits.* — J. FORTES, A necrópole dolmenica de Salles. *Portugalia*, T. 1.º, fasc. 1.º, 1899.

120 PAUL NICOLE, Deus Sol. *Bul. de la Soc. d'Anthr. de Paris*, T. 3.º, 5.ª série, 1902. — C. LEJEUNE, La representation sexuelle, etc.

121 DÉCHELETTE, *Ob. cit.*

122 J. L. DE VASCONCELOS, Medicina dos Lusitanos; Religiões, etc.

123-124 DÉCHELETTE, *Ob. cits.*

125 P. DIEPGEN, GARRISON, NEUBURGER, DAREMBERG, SINGER, MEUNIER, *Ob. cits.* — PUCCINOTTI, Storia della Medicina.

126 J. M. LA GUARDIA, La médecine a travers les siècles — Histoire des Sciences Médicales, 1865. Paris.

127 P. BROCA, Sur la trépanation du crâne, pratiquée sur un chien vivant, par la méthode néolithique. *Bul. de la Soc. d'Anthr. de Paris*, T. 12.º, 1877.

128 MEUNIER, *Ob. cit.* — A. BENEDICENTI, Malati, Medici e Farmacisti, 1924. Milão. — É. LITTRÉ, Oeuvres complètes d'Hippocrate, 1884. Paris.

129 MEUNIER, *Ob. cit.* — CABANÈS, Joyeux propos d'Esculape. — M. S. HOUDART, Histoire de la Médecine Grecque depuis Esculape jusqu'à Hippocrate exclusivement, 1856. Paris.

130 MEUNIER, *Ob. cit.*

131 J. AVALON, Imhotep, l'Esculape des Egyptiens. *Aescul.*, 1927.

132 P. DIEPGEN, *Ob. cit.*

133 MEUNIER, *Ob. cit.* — P.e FIGUEIREDO, A Biblia Sagrada. Comentada pelo Dr. SANTOS FARINHA. Revista pelo P.e SENA FREITAS. — Mons. FLEURY, Os costumes dos Israelitas (trad. de J. ROSADO), 1778. Lisboa.

134 BAILLY, Le serpent d'Épidaure.

135 DAREMBERG, Hippocrate, 1884. Paris. — LITTRÉ, Oeuvres complètes d'Hippocrate.

136-137 MEUNIER, *Ob. cits.*

138 M. CORREIA, Os povos prim., etc. — M. SARMENTO, Arte préromana. *O Ocidente*, I, 1879. Lisboa; A arte mycenica no noroeste de Hispanha. *Portugalia*, 1.º; Se antes da invasão romana havia uma arte entre nós. *Arte Portugueza*, 1882, n.os 1 a 3. Pôrto. — A. SANTOS ROCHA, Estações préromanas da idade do ferro. *Portugalia*, T. 2.º, fasc. 3.º.

139 M. CORREIA, Os povos prim. — M. SARMENTO, A arte mycenica, etc. — J. L. DE VASCONCELOS, Emílio Hübner e a archeologia lusitano-romana. *Arch. port.*, Vol. 6.º, 1901.

140 MEUNIER, *Ob. cit.* — CHINCHILLA, Historia de la Med., etc. — E. BOUCHUT, Histoire de la Médecine et des doctrines médicales, 1873. Paris. — PAUL GUÉRIN, Dictionnaire des Dictionnaires, 1892, Paris. — J. L. DE VASCONCELOS, Religiões, etc.

141 M. CORREIA, Os povos prim., etc.

142 Encontram-se guardados no Museu da Soc. Martins Sarmento. A sua descrição pode ler-se na *R. de Guim.*, em artigos daquele arqueólogo, intitulados «Materiaes para a Archeologia do Concelho de Guimarães». Em cadernos, inéditos em parte, e fotografias, deixou M. SARMENTO a relação das suas descobertas.

143 M. SARMENTO, Les Lusitaniens. *C.-R.* do Cong. Intern. d'Ant. et d'Arch. préh., etc., 1884.

144 J. L. DE VASCONCELOS, Religiões etc. — M. CORREIA, Os povos prim.

145 » » » Religiões, etc.; Antiga povoação fortificada. *Arch. port.*, Vol. 1.º, 1895.

146 JOSÉ DE PINA, Penha eneolítica. *R. de Guim.*, 3.º-4.º, 1928.

147 F. M. SARMENTO, Antiqua. Caderno 1.º Biblioteca da Soc. Martins Sarmento. A respeito de ruínas arqueológicas na serra de Santa Catarina (Penha), veja-se: PEDRO DE AZEVEDO, Extractos archeologicos das «memorias parochiaes de 1758». *Arch. port.*, Vol. 2.º, 1896.

148-149 F. M. SARMENTO, Materiaes para a Archeologia, etc. *R. de Guim.*, Vol. XIII, 1896.

150 L. DE PINA, A igreja de S. Miguel do Castelo — *Ilustração moderna.* Número comemorativo da batalha de S. Mamede. 1928; Bruxas e medicina, etc.

151 F. M. SARMENTO, Materiaes, etc. *R. de Guim.*, XIII, 1896.

152 A propósito de pedras idênticas, veja-se, por ex.: FELIX ALVES PEREIRA, Insculturas em rocha em castros de Val-de-Vez ou varios penedos com pias. *Arch. port.*, Vol. 4.º, 1898.

153 F. M. SARMENTO, Materiaes, etc. *R. de Guim.*, Vol. I, V, XIII, XV, XVI, XVIII a XXVI. — J. L. DE VASCONCELOS, Religiões, etc. — JOSÉ CALDAS, Arch. préhist., etc. Refere-se a um suposto *dolmen* em Polvoreira (Guimarães), anteriormente citado por VILHENA BARBOZA. — M. CORREIA, Os povos primit. — J. L. DE PINA, *Ob. cit.* — R. SERPA PINTO, Petroglifos de Sabroso.

154 M. CORREIA, Os povos prim.

155 J. L. DE VASCONCELOS, Religiões, etc. — M. CORREIA, Os povos prim. — J. A. PIRES DE LIMA, Fora da aula. (Crónica XVIII), 1929. Pôrto.

156 Sôbre êstes tam discutidos roteiros, lêr: M. SARMENTO, Os Argonautas — Subsidios para a antiga Historia do Ocidente, 1887. Pôrto; Ora Maritima, de R. Festus Avienus. Estudo deste poema na parte respectiva ás costas occidentais da Europa, 2.ª edição, 1896. Pôrto.

157 M. CORREIA, Os povos prim. — M. SARMENTO, Ora maritima, etc.

158 F. CARDOSO, O poveiro. *Portugalia,* T. 2.º. — M. CORREIA, Os povos prim.; Lusitania prér. — ALBERTO SAMPAIO, As póvoas marítimas do Norte de Portugal. *Portugalia,* T. 2.º.

159 JOSÉ DE PINHO, Expansão da cultura megalítica no concelho de Amarante. *Trab. da Soc. Port. de Antr. e Etnol.*, fasc. I, T. IV, 1928. Pôrto.

160 J. L. DE VASCONCELOS, Religiões, etc. — M. CORREIA, Os povos prim. — A. HERCULANO, Historia de Portugal, 8.ª edição, vol. I, 1927. — HENRI MARTIN, Du type ethnique et anthropologique des Ibères. *C.-R.* do Cong. Int. d'Anthr. et d'Arch. préh., 1884.

161 J. DE PINHO, *Ob. cit.* Contudo, certos objectos encontrados em castros do Norte consideram-nos púnicos alguns investigadores; assim, para o Prof. MENDES CORREIA (A Lusit. préh.) são cartaginesas certas contas de vidro colorido.

162 SCHULTEN, Viriato. Trad. de ALFREDO ATAÍDE, 1927. Pôrto.

163 J. L. DE VASCONCELOS, Religiões, etc. — M. CORREIA, Povos prim., etc.

164 Os Prof.es LEITE DE VASCONCELOS (Os Grórios) e MENDES CORREIA, (A Lus. prérom.) duvidam que os Grórios sejam de origem grega.

165 J. L. DE VASCONCELOS, Grórios. *Arch. port.*, Vol. 10.º, 1905. — Nota a respeito dos Grórios e Celticos, Id., Vol. 14.º, 1909. — FÉLIX A. PEREIRA, Um grório autentico. Id., 1906.

166 M. CORREIA, Os povos primitivos da Lus. Vide também: L. DE VASCONCELOS, Le peuplement du Portugal aux temps préhistoriques. *Arch. port.*, Vol. 17.º, 1912.

167 JOÃO DE MEIRA, O concelho de Guim.

168 FONSECA CARDOSO, Anthropologia do Povo Português; O minhoto d'Entre Cavado e Ancora. *Portugalia*, T. 1.º.

169 FONSECA CARDOSO, Castro Laboreiro (Ensaio anthropologico). Id., T. 2.º.

170 » » Anthropologia do Povo Português, etc.

171 » » Crítica ao «Concelho de Guimarães» de J. DE MEIRA. Id., T. 2.º, fasc. 3.º, 1907.

172-173-174-175-176-177-178-179 DÉCHELETTE, *Ob. cit.*

180 MEUNIER e BOUCHUT, *Ob. cits.*

181 M. SARMENTO, Les Lusitaniens. *C.-R.* do Cong. Int. d'Anthr. et d'Arch., etc., 1884 — J. L. DE VASCONCELOS, Religiões, etc. — M. CORREIA, Os povos primit.; Lusitânia pré-romana — A. HERCULANO, Historia de Portugal. — FORTUNATO DE ALMEIDA, Historia de Portugal.

182 M. CORREIA, Os povos prim.

183 » » A Lus. pré-rom. — J. L. DE VASCONCELOS, Religiões, etc.

184-185 M. CORREIA, Os povos prim.

186 SANTOS ROCHA, Estações préromanas da idade do ferro. *Portugalia*, fasc. 3.º, 1906.

187 Ainda hoje, na medicina popular, se encontram vestígios do uso da urina em determinada terapêutica!

188 R. PEIXOTO e RICARDO SEVERO, Estações préromanas, etc.

189 DIEPGEN, MEUNIER e LA GUARDIA, *Ob. cits.*

190-191-192-193 DIEPGEN, *Ob. cit.* — DAREMBERG, Hist. des Sciences Méd., etc.

194 CASTIGLIONI, *Ob. cit.* — RENÉ MÉNARD, La mythologie dans l'art ancien et moderne, 1878. Paris. — J. MARIA SOARES, *Ob. cit.* — GOMES DE LIMA, Memorias chronologicas e criticas para a historia da cirurgia. MDCCLXXIX, Lisboa. — A. LANG, Mythes, cultes et religions. 1896, Paris. Vid. capítulo intitulado: Mythes des dieux de la Grèce.

195 ROCHA PEIXOTO, Tabulae votivae. *Portugalia*, II, 1906. — FÉLIX REGNAULT, Asklepios. *Aescul.*, 1912. — CH. DIEHL, Excursions archéologiques en Grèce, 1895. Paris.

196 BAILLY, Le serpent d'Épidaure. *Aescul.*, 1913. — CABANÈS, Remèdes d'autrefois. II serie, 1913. Paris. — SPRENGEL, *Ob. cit.*

197 RENÉ MÉNARD, La mythologie, etc. A respeito da medicina dos Asclepíades, vidé: M.-S. HOUDART, Histoire de la médecine grecque depuis Esculape jusqu'à Hippocrate exclusivement, 1856. Paris.

198 FÉLIX REGNAULT, Asklepios.

199 DIEPGEN, CASTIGLIONI e R. MÉNARD, *Ob. cits.* — J. L. DE VASCONCELOS, Religiões, etc. — BAILLY, Le serpent d'Épid., etc.

200 ROCHA PEIXOTO, Tabulae votivae. — CABANÈS, Rem. d'autrefois. — LUÍS CHAVES, Registos de Santos. *Arch. port.*, Vols. XXI, XXII e XXIII, 1916-1918. — PEDRO VITORINO, Os Santos especialistas. *Pôrto Academico*, número comemorativo do 1.º Centenário da Régia Escola de Cirurgia do Pôrto, 1925. Pôrto.

201 DIEPGEN, *Ob. cit.* Sôbre antiga medicina grega leia-se: M.-S. HOUDART, Histoire de la Médecine grecque, etc. — SPRENGEL, *Ob. cit.*

202 DIEPGEN, *Ob. cit.* — J. MALGAIGNE, Histoire de la Chirurgie en Occident, 1870. Paris.

203 DIEPGEN, MEUNIER, *Ob. cits.*

204 CASTIGLIONI, BENEDICENTI e DIEPGEN, *Ob. cits.* — V. RENOUARD, Hist. de la méd.

205 CASTIGLIONI, SPRENGEL, *Ob. cits.* — LA GUARDIA, La médecine a travers les siècles. T. I.

206-207 DIEPGEN, *Ob. cit.*

208 J. L. DE VASCONCELOS, Religiões, etc. — M. CORREIA, *Ob. cit.*

209 PUCCINOTTI, *Ob. cit.*

210 Da identidade dêstes sacerdotes cultuais com bruxas, feiticeiras, etc., do nosso povo, v. os trabalhos portugueses que já referi em «Bruxas e medicina». — P. V. RENOUARD, Histoire de la medicine. T. I. — HENRI MARTIN, Mythologie gauloise. *C.-R.* do Cong. Int. d'Anthr. et d'Arch. préh., etc., 1884.

211-212 DÉCHELETTE, *Ob. cit.*

213 DÉCHELETTE, *Ob. cit.* — CABANÉS, Remèdes d'autrefois.

214 ROCHA PEIXOTO, Tabulae votivae.

215 DÉCHELETTE, *Ob. cit.* — J. L. DE VASCONCELOS, Med. dos Lus. — CABANÈS, Remèdes d'autrefois. — J. BELLUCCI, Du culte de la pierre. *C.-R.* do Cong. Int. d'Anthr. e d'Arch., etc., 1884. — BENEDICENTI, *Ob. cit.*

216 J. L. DE VASCONCELOS, Med. dos Lus.; A Figa. — ASDRUBAL DE AGUIAR, Sciência sexual, etc.

217-218 DÉCHELETTE, *Ob. cit.*

219 SIMONEAU, Crâne trepané mérovigien. *Bul. de la Soc. d'Anthr. de Paris,* T. 7.º, 1884 — MAURICOURT, Sur quelques têtes de la sepulture merovingienne de Hernes. (Oise). Id.

220 PEDRO VITORINO, Os Santos Especialistas. — LUÍS DE PINA, Santos curandeiros. — SEBILLOT, Folck-Lore: Literature orale et ethnographique traditionelle. — A. TOMÁS PIRES, Tradições populares diversas. I. Os Santos advogados. *Rev. Lusitana,* Vol. IV, 1896.

221 BENEDICENTI, *Ob. cit.* — MOREJON, Biblioteca escojida de Medicina y Cirurjia. Vol. I, 1842. Madrid.

222-223 MOREJON, Biblioteca escojida, etc.

224 J. L. DE VASCONCELOS, Med. dos Lus.

225 J. MARIA SOARES, Memorias, etc.

226 J. L. DE VASCONCELOS, A Figa. — CABANÈS, Rem. d'autrefois.

227 » » » » Monumento ao deus Endovélico. *Arch. port.,* Vol. 1.º, 1895. — Cinco lápides do deus Endovellico. — Dádiva de Sua Majestade El-Rei ao Museu Ethnologico Português. Id., Vol. 11.º, 1906.

228-229-230-231 J. L. DE VASCONCELOS, Religiões, etc. — F. RÉGNAULT, *Ob. cit.* — A propósito de Endovélico v.: ASDRUBAL D'AGUIAR, Sciência Sexual, etc.

232 CHINCHILLA, Anales historicos de la Medicina en general y biografico-bibliograficos de la Española en particular, 1841. Valencia. Diz o Prof. MENDES CORREIA: «Higia é a mesma *Sallus,* saúde, à qual há

dedicatórias de Capera e Baños de Montemayor, Ibahernando, Montanchez, etc.... ». (A Lus. prérom.).

233 LUÍS DE PINA, Bruxas e medicina. — BOUCHUT, *Ob. cit.* — ADOLFO COELHO, Sur les cultes peninsulaires antérieurs a la domination romaine. *C.-R.* do Cong. Int. d'Anthrop. e d'Arch. préh., 1884.

234-235-236 J. L. DE VASCONCELOS, Religiões, etc. — A propósito dos deuses do Convento Bracaraugustano, vid.: M. CORREIA, A Lus. prerom., etc.

237 J. MARIA SOARES, *Ob. cit.*

238 J. L. DE VASCONCELOS, Religiões, etc.; Medic. dos Lus.

239 F. ALVES PEREIRA, Estatueta ictyphallica.

240 J. L. DE VASCONCELOS, A Figa.

241 » » » Religiões, etc.

242 ROCHA PEIXOTO, Tabulæ votivæ — J. AVALON, Le mouvement médico-historique. Terres cuites pathologiques anciennes. *Aescul.*, 1925. — LUÍS CHAVES, Os «ex-votos» esculturados do Museu Etnológico Português. *Arch. port.*, Vol. 19.º, 1914. A colecção de milagres do «Museu Etnológico Português» Id., Id., Lisboa. — EDUARDO D'ALMEIDA, S. Torcato. *R. de Guim.*, 4.º, 1923. — F. RÉGNAULT, Collection d'ex-votos romains du Musée Archeólogique de Madrid. *Bul. de la Soc. d'Anthr. de Paris*, T. 1.º, 1910.

243 J. M. SOARES, *Ob. cit.*

244 CHINCHILLA, MOREJON, *Ob. cits.* — J. L. DE VASCONCELOS, Med. dos Lus.

245-246-247 CHINCHILLA e MOREJON, *Ob. cits.*

248 MOREJON, *Ob. cit.*

249 M. CORREIA, Os povos primit.

250 CHINCHILLA, *Ob. cit.*

251 M. SARMENTO, Cartas a Martins Capela (Soc. Martins Sarmento), 1882-1890. Todavia, diz HOERNES *(Ob. cit.*, Vol. III, pág. 140): «En el N. las casas circulares (Sabroso, Briteiros, Santa Tecla) y la ausencia de cerámica pintada son indicios de una cultura céltica pura.»

252 Sendo impossível referir neste lugar todos os trabalhos que atestam o reflexo da civilização romana na Peninsula, lembro neste momento as indicações bibliográficas de Fortunato d'Almeida, a tal propósito, na sua «Historia de Portugal», Vol. I, pág. 59 a 75. (Notas). A mór parte dêsses trabalhos encontram-se dispersos em *O Archeólogo Português.*

253 A. HERCULANO, *Ob. cit.*

254 FORTUNATO DE ALMEIDA, *Ob. cit.*

255 ALBERTO SAMPAIO, As «villas» do Norte de Portugal. *Portugalia*, T. 1.º.

256 J. L. DE VASCONCELOS, Religiões, etc.

257-258 VERGÍLIO CORREIA, O domínio romano. *História de Portugal.* Edição monumental dirigida pelo Prof. DAMIÃO PERES. Barcelos.

259 MEUNIER, *Ob. cit.*

260 MOREJON, *Ob. cit.*

261 DIEPGEN, *Ob. cit.*

262 J. M. SOARES, *Ob. cit.*

263 J. L. DE VASCONCELOS, Med. dos Lus. — J. M. SOARES, *Ob. cit.*

264 SINGER, *Ob. cit.*

265 SINGER, DIEPGEN e GARRISON, *Ob. cits.* — F. RÉGNAULT, Asklepios. — PUCCINOTTI, *Ob. cit.*

266 F. RÉGNAULT, Asklepios.

267 J. M. SOARES, *Ob. cit.*

268-269-270 J. L. DE VASCONCELOS, Med. dos Lus.

271 AURÉLIO DA COSTA FERREIRA, Sôbre uns vasos antigos do Museu Etnológico Português. *Arch. port.*, Vol. 19.º, 1914.

272 J. J. COSTA DE MACEDO (cit. por FORTUNATO DE ALMEIDA *in Historia de Portugal*, I); Memoria sobre os conhecimentos da lingua e literatura grega que houve em Portugal até ao fim do reinado de El-Rei D. Duarte.

273 MOREJON, *Ob. cit.*

274 CHINCHILLA, *Ob. cit.*

275 A propósito do norte do país, afirma ALBERTO SAMPÁIO, e comprovam-no os factos, que essa região foi «densamente povoada».

276 Tal facto está demonstrado pelos resultados das escavações de SARMENTO e das que, fortuita ou propositadamente, se vão fazendo hoje.

277 Sôbre estas duas estações arqueológicas é já tam vasta a bibliografia, que me limito a registar apenas alguns trabalhos que reputo primaciais: M. SARMENTO, Materiaes, etc. *R. de Guim.;* Citania. Archeologia artistica. Vol. I, fasc. V, 1879. Pôrto. O arqueólogo alemão EMÍLIO HÜBNER publicou, a respeito dêste trabalho, algumas observações, a que SARMENTO replicou com: Observações á Citania do Snr. Doutor Emilio Hübner, 1879. Pôrto; Citania e Sabroso (Cadernos de notas, em parte inéditas Bibl. da Soc. M. Sarmento). — J. L. DE VASCONCELOS, Religiões, etc. — M. CORREIA, Os povos prim., etc. Apêndice ao *C.-R.* do Cong. Int. d'Anthr. et d'Arch. préh., etc. (1884), que trata de «Excursion dans le Nord du Pays. Braga et Citania de Briteiros». — VIRCHOW, Excursion dans le nord du Pays. Braga et Citania de Briteiros. (Trad. no *C.-R.* do Cong. d'Anthr. e d'Arch. préh., 1884, Lisboa).

278 ALBERTO SAMPÁIO, *Ob. cit.* — AB. DE TÀGILDE, Vimaranes Monumenta Historica.

279 Nem todos os objectos achados por M. SARMENTO se encontram na Sociedade que tem o seu nome. Dos que lá existem, alguns mudam de lugar freqüentemente, dando ocasião a trocar-se o nome do local da origem. Pena é, repito, que uma certa ordem se não observe na sua disposição e que se não tivesse feito aínda um catálogo resumido e provisório de tôdas as riquesas do Museu.

280 M. SARMENTO, Observ. à Citânia, etc.

281 M. CORREIA, Os povos primit., etc.

282 ¿Não estará ligada, por centenárias relações, a actual indústria vimaranense do linho, tam afamada, à congénere primitiva que parece ter existido nas aldeias e cidades da antiguidade? — ALBERTO SAMPÁIO, As «villas», etc.

283 M. SARMENTO, Materiaes, etc.

284 As «fíbulas» que ali se encontram estão já estudadas, nas suas linhas gerais, por JOSÉ FORTES, nos trabalhos: As fíbulas do Noroeste da Península. *Portugalia,* T. 1.º; e Fíbulas e fivelas. *Arch. port.,* Vol. 9.º, 1904. Segundo o Prof. M. CORREIA, algumas fíbulas da Citânia tém certa identidade com algumas formas haistatianas (A Lus. prér.).

285 JEAN LECAPLAIN, Biberons antiques. *Aescul.,* 1912.

286 Dizia SARMENTO que Sabroso era um *dun* da Citânia. A respeito das cabeças de porco de Sabroso: ADOLFO COELHO, Sur les cultes peninsulaires, etc. Correspondência de M. SARMENTO a J. L. DE VASCONCELOS: carta de 3-VII-1880. *Arch. port.,* Vol. 6.º, 1901.

287 ABADE DE TÀGILDE, Catalogo do museu archeológico. *R. de Guim.,* XVIII, 1901. Na mesma revista (fasc. 2.º, vol. II, 1885) lê-se um pequeno catálogo, impreciso e muito limitado, do que então existia no Museu da Soc. M. Sarmento, realizado por A. SALAZAR, que o incluiu no Boletim dêsse fascículo.

288 J. L. DE VASCONCELOS, Religiões, etc. — M. CORREIA, Os povos prim. — E. CABRÉ (cit. por M. CORREIA), Una nueva hipótesis acerca de «Pedra Formosa» de la «Citânia de Sabroso». O autor enganou-se: é Citânia de Briteiros. (Vid. nota 2 a pág. 284 de Os povos prim. — M. CORREIA).

289 M. SARMENTO, Materiaes, etc. *R. de Guim.,* n.º 4, Vol. I, 1884.

290 Além do que M. SARMENTO deixou publicado, existem cadernos com apontamentos seus, arrolados pelo ABADE DE TÀGILDE e registados por MÁRIO CARDOSO em Bibliografia Sarmentina, já citada.

291 M. SARMENTO, Antiqua. 1.º.

292 LUÍS DE PINA, Os «fornos» da Ribeira. Subsídios para a arqueologia do concelho de Guimarães. *R. de Guim.,* Vol. XXXVIII, 1928.

293 SANTOS ROCHA, Notícia de algumas estações romanas e árabes do Algarve. *Arch. port.,* Vol. 2.º, 1896. — RICARDO SEVERO, Necrópoles lusitano-romanas de inumação. *Portugalia,* T. 2.º; Sepulturas abertas em rocha. Id. — J. JOAQUIM NUNES, Necropole luso-romana nos arredores de Lagos. *Arch. port.,* Vol. 5.º, 1899-1900. Correspondência de M. SARMENTO a J. L. DE VASCONCELOS: carta de 19-IX-1883. Id., Vol. 6.º, 1901.

294 J. L. DE VASCONCELOS, Religiões, etc. — SANTOS ROCHA, Sepulturas romanas com revestimento de pedra, tijolo e argamassa em Marim (Olhão). *Arch. port.,* Vol. 1.º, 1895.

295 ALBANO BELINO, Catálogo das moedas romanas, celtiberas e visigodas. *R. de Guim.,* XVI a XVIII, 1899, 1900, 1901.

296 PEREIRA CALDAS, Numisma celtibérico. *R. de Guim.,* 3.º-4.º, Vol. XVIII, 1901.

297 M. SARMENTO, Antiqua. Cad. 2.º. — Materiaes, etc. *R. de Guim.,* 2.º, Vol. II, 1885.

298 A propósito da representação fálica, vidé: F. ALVES PEREIRA, Estatueta ithyphallica. *Arch. port.,* Vol. 8.º, 1903.

299 ALBERTO BRAGA, De Guimarães: Tradições e uzanças populares. Espòzende, 1924.

300 Por tôda a obra de SARMENTO, Materiaes, etc., Antiqua, etc., se lêem informações sôbre lendas relacionadas com os penedos, mòrmente de mouros e fadas. Muitos dêles estão crivados de còvinhas, outros de sinais gravados.

301 M. SARMENTO, Correspondência com ALBANO BELINO — Carta de 24 de Abril de 1895. Biblioteca da Soc. Martins Sarmento.

302 LUÍS DE PINA, Sepultura lusò-romana da Lapinha. Em publicação na *R. de Guim.*

303 ROCHA PEIXOTO, O Basto. *Portugalia,* T. 1.º, fasc. 1.º. — J. L. DE VASCONCELOS, Emilio Hübner e a archeologia lusitano-romana. *Arch. port.,* Vol. 6.º, 1901; Religiões, etc. — M. CORREIA, Os povos prim. da Lus., etc.; Lusit. prérom.; Prehistória no distrito do Pôrto; O petroglifo do guerreiro no castro pre-romano do Reguengo. *A Águia,* n.os 37 e 38, 1926. Pôrto e *Trab. da Soc. Port. de Antr. e Etnol.,* III, fasc. I, Pôrto; O petroglifo do guerreiro lusitano no Monte do Castelo de Penafiel. *Brotéria,* IV, fasc. I, 1927. Caminha. — J. L. DE VASCONCELOS, Estátuas de guerreiros lusitanos; Xorca de ouro. *Arch. port.,* Vol. 2.º, 1896; Estátua de um guerreiro lusitano. Id., Vol. 7.º, 1902. — L. FIGUEIREDO DA GUERRA, Vestígios romanos no concelho de Viana do Castelo. Id., Vol. 5.º, 1900. — PIERRE PARIS, Statues lusitaniennes de style primitif. Id., Vol. 8.º, 1903. (As estátuas de Santo Ovídio e de S. Jorge de Vizela conservam-se no Museu de Guimarães.)

304 FONSECA HENRIQUES, Aquilegio Medicinal. 1726. Lisboa. — RICARDO JORGE, A balneação antiga. In *Ensaios Scientíficos e críticos,* 1886. — PEREIRA CALDAS, Esboço topographico das Caldas de Vizella no concelho do Guimarães no Minho. *Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana,* T. 4.º, 2.ª série, 1853. Lisboa. — ALFREDO L. LOPES, Aguas minero-medicinais de Portugal. 1892. Lisboa. — ABÍLIO TORRES, As aguas sulfurosas de Vizella. 1882. Pôrto. — ALFREDO PINTO DE SOUSA E CASTRO, As aguas de Visella. Dissertação inaugural. 1918. Pôrto. — ALFREDO FERNANDES, Estância termal das Taipas — Guia termal. 1921. Famalicão. — PEREIRA CALDAS, Indiculo generico das virtudes curativas das aguas sulphurosas das Caldas de Vizella. 1854. Braga. Trabalhos preparatórios àcerca das aguas minerais do Reino e providencias do governo sobre proposta da Comissão respectiva. 1867. Lisboa.

305-306 CRISTÓVAM DOS REIS, Reflexões experimentaes methodico-Botanicas, muito uteis, e necessarias para os professores de medicina, e enfermos.... M.DCC.LXXIX. Lisboa.

307 V. g. A. L. DE CARVALHO, Roteiro de Guimarães. 1923. Guimarães. — A. FERNANDES, Estância termal das Taipas, etc.

308 PEREIRA CALDAS, Noticia topographica das Caldas das Taipas. 1854. Braga.

309 RICARDO JORGE, Caldas do Gerez. Guia thermal. 1891. Pôrto.

310 PEREIRA CALDAS, Indic. genérico, etc.; Noticia archeologica das Caldas de Vizella. 1853. Braga; Esboço topographico das Caldas de Vizella, etc. — M. SARMENTO, Materiaes, etc. *R. de Guim.*, Vol. I, 1884.

311 ALBANO BELINO, Inscripções romanas de Braga (inéditas). MDCCCXCV. Braga.

312-313 M. SARMENTO, Cartas de Sarmento a M. Capela. Junho de 1883. Biblioteca da Soc. M. Sarmento. Sôbre a leitura de *ara de Nerva,* v. J. L. DE VASCONCELOS, Bibliografia. *Arch. port.*, Vol. 2.º, 1896.

314 Informação de gente do lugar.

315 J. L. DE VASCONCELOS, Religiões, etc. — VERGÍLIO CORREIA, O dominio romano. — ALBANO BELINO, Inscripções romanas, etc.

316-317-318 ALBANO BELINO, Inscripções romanas, etc.

319 M. SARMENTO, Materiaes, etc.

320 » » Inscripções ineditas. *R. de Guim.*, Vol. IV, 1887.

321 » » Materiaes, etc. *R. de Guim.*, n.º 4, Vol. I, 1884.

322 AB. DE TÀGILDE, Vimaranes Monumenta Historica A Saeculo Nono Post Christum Usque Ad Vicesimum Iussu Vimaranensis Senatus Edita. MDCCCCVIII, Guimarães.

323 CRISTÓVAM DOS REIS, Reflexões, etc. — MASCARENHAS NETO, Memoria sobre antiguidades das Caldas de Vizella. *Memorias da litteratura portuguesa,* T. III. — PEDRO D'AZEVEDO, Notícias archeologicas colhidas em documentos do seculo XVIII. I. Ruinas das Caldas de Vizella. *Arch. port.*, Vol. 3.º, 1897.

324 Não me foi possível, por motivos diversos, apresentar, no lugar do texto correspondente a esta nota, planta das velhas termas de Vizela, a qual, no entanto, se encontra a pág. 303.

325 PEREIRA CALDAS, Noticia archeol., etc.

326 CRISTÓVAM DOS REIS, Reflexões, etc.

327 AB. DE TÀGILDE, Mosáicos romanos em Portugal. — 2. Mosáicos de Vizella. *Arch. port.*, Vol. 8.º, 1903.

328-329 AB. DE TÀGILDE, Inscrições lapidares. *R. de Guim.*, Vol. XVIII, 1901.

330-331 PEREIRA CALDAS, Notícia archeologica, etc.

332 J. L. DE VASCONCELOS, Religiões, etc. (Inscripção polythea de Vizella).

333 » » » » » » — R. MÉNARD, La mythologie.

334 » » » » » » ; Coisas velhas, 33. Agoas Santas de Vizella. *Arch. port.*, Vol. 19.º, 1914. — M. SARMENTO, O deus Bormanico. *R. de Guim.*, Vol. I, n.º 2, 1884, Materiaes, etc. Id., id. e *Museu Ilustrado,* Vol. I, Pôrto. — ADOLFO COELHO, Sur les cultes péninsulaires, etc.

335-336 J. L. DE VASCONCELOS, Religiões, etc.; Medicina dos Lusitanos.

337 ALBANO BELINO, Inscripções, etc. — M. SARMENTO, *R. de Guim.*, n.º 4, Vol. I, 1884.

338 M. SARMENTO, Materiaes, etc. *R. de Guim.*, n.º 4, Vol. I, 1884.

339 » » » » Id., id., e Antiqua, 1.º. — A. BELINO, Inscripções, etc.

340 M. SARMENTO, Materiaes, etc. *R. de Guim.*, n.os 1 e 2, Vol. XVIII, 1901. Confrontar com o descrito por VERGÍLIO CORREIA, no artigo: No Concelho de Sintra. Escavações e excursões. I. O Hipocausto de Vila Verde (Sintra). *Arch. port.*, Vol. 19.º, 1914.

341 J. L. DE VASCONCELOS, Religiões, etc. — LUÍS CHAVES, Os «ex-votos» esculturados do Museu Etnológico Português. *Arch. port.*, Vol. 19.º, 1914.

342 Correspondência de Martins Sarmento a J. L. de Vasconcelos. Carta de 3-VII-1880. *Arch. port.*, Vol. 6.º, 1901. Na nota 16, pág. 68, dos seus Materiaes, etc. (*R. de Guim.*, n.º 4, Vol. I, 1884) diz SARMENTO, a propósito dessa estatueta feminina: «sem duvida alguma representava uma divindade alli adorada».

343 M. SARMENTO, Materiaes, etc.

344 LUÍS DE PINA, Bruxas e Medicina. Nota 4, pág. 13. — M. SARMENTO, Materiaes, etc. — MÁRIO CARDOSO, Consagrado às Ninfas. *R. de Guim.*, Vol. XXXVI, 1926.

345 AB. DE TÁGILDE, Inscripções, etc.

346 J. L. DE VASCONCELOS, Bibliografia. *Arch. port.*, Vol. 8.º, 1903.

347 PEREIRA CALDAS, Decifração plausivel d'uma inscripção luso-romana da Citania de Briteiros. *R. de Guim.*, n.º 4, Vol. XIX, 1902.

348 AB. DE TÁGILDE, Inscripções, etc. — A propósito de Durbédico, v.: Carta 12.ª de M. Sarmento a J. L. de Vasconcelos. *R. de Guim.*, número especial, 1900. Pôrto e *Arch. port.*, Vol. 6.º, 1901 (carta de 12 de Dezembro de 1881, de F. M. Sarmento àquele arqueólogo).

349 J. L. DE VASCONCELOS, Religiões, etc.

350 M. SARMENTO, Materiaes, etc.

351-352 FORTUNATO DE ALMEIDA, História de Portugal.

353 ALBERTO SAMPÁIO, As «villas» do Norte, etc.

354 NEWTON DE MACEDO, O domínio Germânico. *Hist. de Portugal*, dirigida pelo Prof. DAMIÃO PERES. — VERGÍLIO CORREIA, Arte visigótica. Id., id.

355 J. L. DE VASCONCELOS, Medic. dos Lusit.

356 J. M. SOARES, Memorias, etc. — J. MALGAIGNE, Hist. de la Chirurgie en Occid.

357 FORTUNATO DE ALMEIDA, Historia, etc.

358 MAX. LEMOS, Historia de Medicina, etc. — J. F. GOUVEIA OSÓRIO, Oração inaugural.

359 J. L. DE VASCONCELOS, Religiões, etc. — DAVID LOPES, A Conquista árabe. *Hist. de Portugal*, dirigida pelo Prof. DAMIÃO PERES.

360 A. HERCULANO, Hist. de Portugal.

361-362 DAVID LOPES, A Conquista árabe.

363 DIEPGEN, *Ob. cit.* — J. MALGAIGNE, Hist. de la Chirurgie en Occ.

364 MEUNIER, *Ob. cit.*

365 MOREJON, Biblioteca escojida, etc.

366 DAVID LOPES, A Conquista árabe.

367 MAX. LEMOS, Hist. de Med., etc.

368 JOÃO DE MEIRA, O conc. de Guim.

369 LUÍS DE PINA, Os «fornos» da Ribeira, etc.

370 » » » Franciscanos e Dominicanos nos hospitais vimaranenses da Idade-Média. Conferência realizada na Associação Médica Lusitana, em 7 de Fevereiro de 1929. Publicada *in Boletim Mensal da Ordem Terceira e Missões Franciscanas Portuguesas*, n.os 5 e 6, Maio-Junho, 1929.

371 AB. DE TÀGILDE, Vimaranes Mon. Hist., Doc. IX. Testamentum quod fecit domna Muma de suas villas ad cisterio Vimaranes.

372 JOAQUIM DE CARVALHO, Hist. da Literatura Portuguesa Ilustrada. Dirig. por ALBINO FORJAZ DE SAMPÁIO, Vol. 1, 1928.

373 Cit. por AB. DE TÀGILDE, Vim. Mon. Hist. Nota 1 ao Doc. CCXLVII.

374 JOÃO DE MEIRA, O conc. de Guim.

375-376 AB. DE TÀGILDE, Apontamentos para a historia de Guimarães. Abastecimento de aguas potaveis. *R. de Guim.*, Vol. XX, XXI e XXII — 1903, 1904 e 1905.

377 CHOFFAT, *Ob. cit.* Uma outra análise se deve a CHARLES LEPIERRE: Estudo chimico e bacteriológico das aguas de Guimarães. 1900. Coímbra. Sôbre as águas de poços e fontes da cidade chegou, duma maneira geral, às mesmas conclusões de CHOFFAT.

378 AB. DE TÀGILDE, Vim. Mon. Hist., Doc. LVIII. — As mais recentes notícias sôbre Guimarães velha devem-se a JOÃO DE MEIRA, O conc. de Guim. e EDUARDO DE ALMEIDA, Romagem dos Séculos. 1925. Guimarães.

379 LUÍS DE PINA, O românico no Concelho de Guimarães. II. A igreja de S. Miguel do Castelo. *R. de Guim.*, Vol. XXXVIII, 1927.

380 Vidé notas 520 e 530 dêste trabalho.

381 JOÃO DE MEIRA, O conc. de Guim. — Outros dados populacionais, baseados principalmente nos estudos de GAMA BARROS (História da Administração Publica, etc.), foram registados por EDUARDO DE ALMEIDA, em Rom. dos Séculos e ALBERTO BRAGA, Curiosidades de Guimarães. *R. de Guim.*, Vol. XXXVII, 1927.

382 JOÃO DE MEIRA, O conc. de Guim. V. também Labor da grei, *Ob. cit.* — EDUARDO DE ALMEIDA, Rom. dos Séculos. — AVELINO DA SILVA GUIMARÃES, Subsídios para a historia das industrias vimaranenses. *R. de Guim.*, 3, e 4, 1887 — 1, 1888 — 2, 1890 — 2, 3 e 4, 1891 — 1, 1892 — 1, 1894 — 2, 1896, — 2 e 3, 1899. Vol. IV, V, VII, VIII, IX, XI, XIII, XVI.

383 Desta veneranda capelinha só existe actualmente, e por felicidade... a fotografia!

384 LUÍS DE PINA, O românico no concelho de Guimarães: I. A igreja de S. Salvador de Pinheiro. *R. de Guim.*, Vol. XXXVI, 1926. A igreja de S. Miguel do Castelo. *R. de Guim.* e *Ilustr. Mod.*, já citadas. As igrejas de S. Cipriano de Taboadelo e Santa Eulália de Pentieiros. *R. de Guim.*, Vol. XXXVIII, 1928.

385 A. HERCULANO, Hist. de Port. — JOAQUIM DE VASCONCELOS, A arte românica em Portugal. *Ilust.* de Marques Abreu. Pôrto. — MANUEL MONTEIRO, A igreja de S. Pedro de Rates. 1908. Pôrto. — REINALDO DOS

SANTOS, As origens do românico em Portugal. Conferência realiz. na Soc. Martins Sarmento, cujo resumo foi por mim publicado, a pedido, na *Ilustr. Mod.*, n.º 11, 1927. Pôrto e *R. de Guim.*, Vol. XXXVII, 1927.

386 JOÃO DE MEIRA, O conc. de Guim. — EDUARDO DE ALMEIDA, A rom. dos Séculos. — AB. DE TÀGILDE, Vim. Mon. Hist. Doc. CCCXXIX. — J. DE MEIRA, O Conc. de Guim. e EDUARDO DE ALMEIDA, Rom. dos Séculos.

387 AB. DE TÀGILDE, Vim. Mon. Hist. Doc. CCCXXIX.

388 JOÃO DE MEIRA, O conc. de Guim. — LUÍS DE PINA, Franc. e Domin. nos hospitais, etc.

389 MAX. LEMOS, Hist. da Med., etc.

390 FORTUNATO DE ALMEIDA, Historia da Igreja em Portugal.

391 » » » Hist. de Port., etc.

392 DIEPGEN, *Ob. cit.* — LOUIS PEISSE, La Médecine et les Médecins. — Philosophie, Doctrines, Instituitions, etc. T. I, 1857. Paris. Sôbre a feição da Medicina na Idade-Média v. DAREMBERG, Hist. des Sciences Méd., T. I.

393 CHIAPARELLI, L'exercice de la Médecine en Italie pendant le Moyen-Âge. (Cit. por JEAN AVALON, Le mouvement médico-historique. *Aescul.*, 1925.)

394 MAX. LEMOS, Hist. da Med., etc.

395 FORTUNATO DE ALMEIDA, Hist. da Igreja, etc. — MAX. LEMOS, Hist. da Med., etc. Sôbre a medicina entre os religiosos, veja-se: CABANÈS, Rem. d'Autrefois. (La Médecine dans les ordres religieux).

396 MAX. LEMOS, Hist. da Med., etc.

397 GOUVEIA OSÓRIO, Oração inaugural, etc. — CASTIGLIONI, *Ob. cit.*

398 SINGER e CASTIGLIONI, *Ob. cits.* — F. REGNAULT, Asklepios.

399 LUÍS DE PINA, Franc. e Dom. nos hospitais, etc.

400 SINGER, *Ob. cit.*

401 MAX. LEMOS, Hist. da Med., etc.

402 Fr. JOAQUIM DE SANTA ROSA DE VITERBO, Elucidário das palavras, termos, e frazes, que em Portugal antigamente se usárão, e que hoje regularmente se ignorão, etc., T. I, M.DCC.XCVIII. Lisboa.

403 MAX. LEMOS, Hist. da Med., etc. — GOUVEIA OSÓRIO, Oração, etc.

404 AB. DE TÀGILDE, Vim. Mon. Hist. Doc. IX. Testamentum quod fecit, etc.

405 » » » » » » » XVII. Hujus amplissimae donationis, a Gundisalvi Menendi, etc.

406 AB. DE TÀGILDE, Vim. Mon. Hist., Doc. XII.

407 » » » » » » » XXI.

408 » » » » » » » XLII.

409 » » » » » » » CCCLI.

410 Fr. J. DE SANTA ROSA DE VITERBO, Elucidário, etc.

411-412 AB. DE TÀGILDE, Vim. Mon. Hist., Doc. CCII.

413 AB. DE TÀGILDE, Vim. Mon. Hist.: Inquisiones Regis D. Alphonsi III, Doc. CCLIX.

414 AB. DE TÀGILDE, Vim. Mon. Hist. Doc. CCLXXVII. Pactum permutationis fundorum, etc.

415 LUÍS DE PINA, Franc. e Dom. nos hospitais, etc. — P.e ALOÍSIO GONÇALVES, S. Guálter de Guimarães. Ensáio biográfico. Publ. no *Boletim Mensal da Ordem Terceira e Missões Franciscanas Portuguesas,* transcrevendo êste trabalho a *R. de Guim.,* Vol. XXXII (1922) e seg. — Fr. LUÍS DE CÁCEGAS, Historia de S. Domingos particular do Reino e Conquistas de Portugal, reformada em Estilo & Ordem & Ampliada em Successos & Particularidades por Frei Luis de Sousa. Edições de 1623 e 1767. Lisboa — Fr. MANUEL DA ESPERANÇA, Historia seraphica da ordem dos frades menores de S. Francisco na provincia de Portugal. 1656. Lisboa. — EDUARDO DE ALMEIDA, Recolhimento do Arcanjo S. Miguel (As Beatas do Chapeu). *R. de Guim.,* Vol. XXXI e XXXII, 1921 e 1922. — J. J. NUNES, Crónica da ordem dos frades menores (Public. dum manuscrito do séc. XV, intitulado «Caronica dos ministros geraaes da ordem dos fraires menores»). 1918. Coímbra.

416 EDUARDO DE ALMEIDA, O Recolhimento do Arc. S. Miguel.

417 Fr. MANUEL DA ESPERANÇA, Hist. seraph., etc. — P.e ALOÍSIO GONÇALVES, S. Guálter, etc.

418 P.e ALOÍSIO GONÇALVES, S. Guálter, etc.

419-420-421 Fr. MANUEL DA ESPERANÇA, Hist. seraphica, etc.

422-423 Fr. L. DE CÁCEGAS, Hist. de S. Domingos, etc.

424-425 P.e FERREIRA CALDAS, Guimarães, etc.

426 AB. DE TÀGILDE, Arquivo da Colegiada de Guimarães, *Ob. cit.* Doc. de 23-IX-1391.

427-428 Fr. L. DE CÁCEGAS, Hist. de S. Domingos, etc.

429-430-431 FR. LUCAS DE SANTA CATARINA, vid. *Ob. cit.* de Fr. L. DE CÁCEGAS.

432 P.e FERREIRA CALDAS, Guimarães, etc. — AVELINO DA S. GUIMARÃES, Subsídios para a hist. das Ind. Vim., etc. — EDUARDO DE ALMEIDA, Rom. dos Séc.

433 Arquivo do Colegiada de Guimarães — Testamentos e Doações, L.º 2.º, n.º 85 (Informação do Sr. J. L. de Faria).

434 P.e FERREIRA CALDAS, Guimarães, etc.

435 Arquivo da Coleg. de Guim., Test. e Doaç., L.º 2.º, n.º 115. (Inform. de J. L. de Faria).

436 Manuscrito existente no Arquivo da Coleg. de Guim., hoje na Sociedade M. Sarmento.

437 AB. DE TÀGILDE, Catálogo dos pergaminhos existentes no Arquivo da Insigne e Real Colegiada de Guimarães. Doc. XXI. *Arch. port.,* Vol. 9.º a 13.º, 1904 a 1908.

438 J. L. DE FARIA, Efeméride, Jorn. *O Independente,* n.º 217. Guimarães.

439 Arquivo da Colegiada de Guimarães. Test. e Doaç., L.º 1.º, n.º 71 (Inform. de J. L. de Faria). Às albergarias de Guimarães, sem especificação, se refere o testamento de Martinho Anes, cónego de Braga, datado de 1325 (AB. DE TÀGILDE. Catágolo dos perg., etc. Doc. LXXX).

440 AB. DE TÀGILDE, Vim. Mon. Hist., Doc. CCLXVI.

441-442 AB. DE TÀGILDE, Vim. Mon. Hist.: Inquisitiones regis D. Alph. III.
443-444 » » » Catálogo dos pergaminhos, etc., Doc. CCXLIV e CLXXIII (ano de 1390).
445 J. L. DE FARIA, Efeméride, Jorn. *O Indep.*, n.º 154.
446 AB. DE TÀGILDE, Catálogo dos pergaminhos, etc., Doc. CCXVI.
447 Fr. MANUEL DA ESPERANÇA, Hist. Seraphica, etc.
448 EDUARDO DE ALMEIDA, O Recolhim. do Arc. S. Miguel.
449 LUÍS DE PINA, Franc. e Domin. nos Hospitais, etc.
450-451 EDUARDO DE ALMEIDA, O Recolhim. do Arc. S. Miguel.
452 P.e CARVALHO DA COSTA, Corographia portugueza e descripçam topografica do famoso reyno de Portugal. 2.ª ed., 1868-69. Braga.
453 LUÍS DE PINA, Franc. e Domin. nos hospitais, etc.
454 Fr. MANUEL DA ESPERANÇA, Hist. Seraph., etc.
455 JOÃO DE MEIRA, Assistência pública em Guimarães. I. Gafarias. *Gazeta dos Hospitaes do Porto,* 21.º, 1908-1909. A propósito do horror que inspiravam os leprosos e a perseguição de que eram vitimas, diz SINGER *(Ob. cit.):* «*The medieval treatment of lepers is one of the dark incidents of man's inhnmanity to man. The leper was banished from human society.*»
456 Fr. J. DE SANTA ROSA DE VITERBO, Elucidário, etc.
457 AB. DE TÀGILDE, Vim. Mon. Hist. Doc. IX.
458 » » » » » » » XV.
459-460 SABRAZÈS, La lèpre en Catalogne au temps jadis et de nos jours. *Aescul.,* 1925; Nouveau dictionnaire de médecine et de chirurgie, dirig. por JACCOUD. Vol. XX, 1875. Paris. — LUCIEN LIBERT, Chez les lépreux d'Orient. *Aescul.,* 1913. — FAY, Historie de la lèpre en France. Lépreux et cagots du Sud-Ouest. *Aescul.,* 1910.
461 GUIART e MAZEYRIE, Les lépreux en Bas-Limousin. *Aescul.,* 1925.
462 LUÍS DE PINA, Franc. e Domin. nos Hospitais, etc. — GUIART e MAZEYRIE, Les lépreux en Bas-Limousin.
463-464 J. L. DE VASCONCELOS, Med. dos Lusit.
465 JOÃO DE MEIRA, Assistência pub. em Guim., etc.
466 P.e FERREIRA CALDAS, Guimarães, etc.
467 AB. DE TÀGILDE, Vim. Mon. Hist. Doc. CCXI.
468 » » » » » » » CCXII.
469 JOÃO DE MEIRA, Assist. pub. em Guim., etc.
470 Arquivo da Colegiada de Guimarães. Test. e Doaç., L.º 1.º.
471 Fr. MANUEL DA ESPERANÇA, Hist. Seraph.
472 JOÃO DE MEIRA, Assist. pub. em Guim., etc.
473 AB. DE TÀGILDE, Mosaicos romanos em Portugal, etc. — JOÃO DE MEIRA, Assist. pub. em Guim., etc.
474 Fr. MANUEL DA ESPERANÇA, Hist. Seraph.
475 J. L. DE VASCONCELOS, Antroponimia Portuguesa. 1929. Lisboa.
476 Fundadores da Confraria dos Sapateiros. Vidé nota 434.
477 AB. DE TÀGILDE, Vim. Mon. Hist. Doc. LX.

478 AB. DE TÀGILDE, Vim. Mon. Hist. Doc. LXVII.

479 JOÃO DE MEIRA, Se Pedro Amarelo foi fisico do Conde D. Henrique e de D. Afonso Henriques. *Archivos de Historia de Medicina,* Vol. 2.º, 1911. Pôrto.

480 MAX. LEMOS, Hist. de Med., etc.

481 F. XAVIER DA SERRA CRAESBECK, Catalogo dos D. Priores da Colegiada de Guimarães. Manuscrito pertencente à mesma. — PEREIRA CALDAS, Guimarães, etc. — GASPAR ESTAÇO, Varias antiguidades de Portugal. MDCXXV. Lisboa. — P.e TORQUATO PEIXOTO DE AZEVEDO, Memorias ressuscitadas da antiga Guimarães em 1692. 1845. Pôrto.

482 AB. DE TÀGILDE, Vim. Mon. Hist. Doc. CLXXX.

483-484 AB. DE TÀGILDE, Vim. Mon. Hist. Doc. CXCIV. Inquisitiones Regis D. Alphonsi II.

485 AB. DE TÀGILDE, Vim. Mon. Hist.; Inquisitiones, etc., pág. 146.

486 » » » » » » » » » 156.

487 » » » » » » » » » 168.

488 » » » » » » » » » 173.

489 » » » » » » » » » 165.

490 » » » Os D. Priores da Colegiada. *R. de Guim.,* Vol. XV, 1898.

491 » » » Vim. Mon. Hist., Doc. CCXXIX.

492 » » » » » » » CCXXXIX.

493 » » » » » » » CCLV.

494 » » » » » » » CCLVI.

495 » » » » » » Nota 1, pág. 217.

496 P.e FERREIRA CALDAS, Guimarães, etc. — S. CRAESBECK, Catalogo dos D. Priores, etc.

497-498 AB. DE TÀGILDE, Vim. Mon. Hist.; Inquis. Regis Dom Alph. III.

499 CASTIGLIONI, *Ob. cit.*

500 Há pequenos estudos estrangeiros sôbre êste médico Papa; de três cuja leitura gentilmente me foi facultada pelo Senhor Professor J. A. PIRES DE LIMA, um deve-se a ASTRUC e lê-se na sua obra «Mémoires pour servir à l'Histoire de la Faculté de Médicine de Montpellier», 1777; outro, subscreve-o PAUL DELMAS em «Sept siècles d'Obstétrique a la Faculté de Médecine de Montpellier», 1927. Êste autor cita mais uma vez o nosso compatriota num trabalho intitulado «La Faculté de Médecine de Montpellier. Guie du Visiteur», 1926. — P. DELMAS, Comment s'est constituée l'ancienne école de Médecine de Montpellier. *Aescul.,* 1913. — DAREMBERG, incluíndo PEDRO JULIÃO entre os continuadores de BARTHOLOMAENS, COPHON, MAURUS e outros mestres de SALERNO, chama-lhe «Pierre d'Espagne». (Jean XXII, Hist. des Sc. Méd.). — CAPARONI apresentou ao Congresso Internacional de História de Medicina (1927. Leide), um trabalho sôbre PEDRO JULIÃO, que ainda não está publicado. (Vidé CASTIGLIONI. *Ob. cit. — Aggiunte e Correzione,* Cap. XV, pág. 914.)

No *Antiquariatskatalog 755, de Joseph Baer & C.º – Frankfurt and Main-Medizin enthaltend insbesondere alte medizin,* vem indicada a venda de um exemplar do *Thesaurus pauperum* de 1490, por 2.800 marcos ouro! O frontispício dêste catálogo ostenta uma reprodução da capa dessa obra.

O catálogo 520 – *Medecine Alchemy, Astrology & Natural Sciences, de Mags. Bros.* – *Londres,* marca também a venda dum exemplar do *Thesaurus pauperum,* de 1551, por 125 libras! Neste catálogo se lêem duas apreciações sôbre aquela obra e sôbre PEDRO HISPANO; numa, OSLER diz ser o *Thesaurus* «one of the most popular treatises on medicine in the Middle Ages was by the famous Petrus Hispanus»; a outra subscreve-a NEUBEURGER, que traça uma rápida biografia do médico-papa; segundo êle, PEDRO JULIÃO estudara em Paris e Montpellier, seguindo uma brilhante carreira eclesiástica, até ascender ao solo pontifício (Papa JOÃO XXI); foi autor de escritos filosóficos e médicos, que circularam muito amplamente no mundo; o *Thesaurus pauperum* é uma colecção de fórmulas e remédios miraculosos e populares, sendo também *atribuída a obra ao físico Julianus, pai de Pedro Hispano.*

501 MAX. LEMOS, Hist. da Med., etc. — LUÍS DE PINA, Franc. e Domin. nos Hospitais, etc. — MAIA MENDES, Um papa português. *Pôrto Académico,* ano sétimo, n.os 3 e 4, 1929.

502 MARTIN GRABMANN, Reciente descubrimiento de obras de Petrus Hispanus (Papa Juan XXI, † 1277). Rev. *Investigacion y Progresso,* n.º 2, 1929. Barcelona.

503 J. A. PIRES DE LIMA, Crónica Scientifica. *Comércio do Pôrto,* 3-II-1929. —Fora da aula. 1929. Pôrto. — A *mestre* PETRUS HISPANUS, há também referências no *Handbuch der Geschichte der Medizin,* por T. PUSHMANN e outros autores. 1902. Jena.

504 AB. DE TÀGILDE, Vim. Mon. Hist. Doc. CCXLIV.

505 » » » » » » » CCL. Karta Consilij Vimaranensis, etc.

506 AB. DE TÀGILDE, Vim. Mon. Hist. Doc. CCLI. Rex D. Alphonsus III Forale Vimaranense confirmat, etc.

507 FORTUNATO DE ALMEIDA, Hist. de Port.

508 Existe o documento (Cópia?) no Arquivo da Colegiada de Guimarães, Soc. Martins Sarmento.

509 AB. DE TÀGILDE, Archivo da Coleg. de Guim. Doc. de 6-VII-1339. *R. de Guim.,* Vol. XXII, 1905.

510 AB. DE TAGILDE, Archivo da Coleg. de Guim. *R. de Guim.,* Vol. XXIV, XXV e XXVI — 1907, 1908, 1909. Doc. de 28-VI-1352, 9-IV-1353, 19-XI-1353, 7-XI-1358, 7-V-1370 e 14-XI-1379.

511-512 AB. DE TÀGILDE, Apontamentos p.ª a historia de Guimarães-Vínculo da Casa Nova. *R. de Guim.,* Vol. XXIV, 1907. A JOÃO LOURENÇO se refere um documento de 1 de Fevereiro de 1388 (Doação de LEONOR MARTINS aos Clérigos da Colegiada para serem rezadas duas missas, com ofício, por alma daquele mestre-cirurgião e de MARIA PIRES). AB. DE TÀGILDE, Catálogo dos perg., etc. — Doc. CLXVII.

513 AB. DE TÀGILDE, Archivo da Coleg. de Guim. Id., Doc. de 6-VII-1356.

514 » » » Vim. Mon. Hist.

515 Arquivo da Coleg. de Guim. Manuscrito (cópia).

516 AB. DE TÀGILDE, Archivo da Coleg. de Guim. Doc. de 30-V-1407.

517 » » » Id., id. *R. de Guim.*, Vol. XXVIII, 1911. Doc. de 25-X-1409.

518 FERREIRA CALDAS, Guimarães, etc.

519 AB. DE TÀGILDE, Archivo da Coleg. de Guim. *R. de Guim.*, Vol. XXVIII, 1911. Doc. de 25-X-1409.

520 AB. DE TÀGILDE, Id., Doc. de 16-III-1414. *R. de Guim.*, Vol. XXIX, 1912.

521 » » » » » » 13-IV-1412. Id., Id.

522 » » » » » » 24-III-1432. » Vol. XXVIII, 1911.

523 » » » » » » 14-II-1425. » » XXVII, 1910.

524 » » » » » » 16-XII-1433. » » XXVIII, 1911.—De *mestre* BUBERTE nos fala o ABADE DE TÀGILDE em:—Tágilde. Memoria historica descritiva. Id., Vol. XI, 1894.

525 SOUSA VITERBO, Noticia sobre alguns médicos portugueses ou que exerceram a sua profissão em Portugal. *Arch. de Hist. de Med.*, Vol. 5.º.

526-527 SOUSA VITERBO, Notícia sobre alguns médicos, etc. *Arch. de Hist. de Med.*, Vol. 3.º.

528 *Mestre* ANTONIO, Historia Geografica de varias partes do mundo E huma breve notícia de algumas couzas mais raras delle tudo por... Manuscrito de 1512, existente na Biblioteca Municipal do Pôrto.

529 AB. DE TÀGILDE, Catálogo dos pergaminhos, etc. Doc. CCCLIII. *Arch. port.*, Vol. 13.º, 1908.

530 AB. DE TÀGILDE, Cat. dos pergaminhos, etc. Doc. CCCLXV. Id., id.

531 Arquivo da Coleg. de Guim., Livro manuscrito do cónego MESQUITA.

532 FERREIRA CALDAS, Guimarães, etc.

533-534 EDUARDO DE ALMEIDA, S. Torcato (Algumas notas dispersas). *R. de Guim.*, Vol. XXXIII e XXXIV, 1923-1924.

535 Fr. MANUEL DA ESPERANÇA, Hist. Seraphica.—P.e ALOÍSIO GONÇALVES, S. Guálter em Guim.—EDUARDO DE ALMEIDA, O Recolh. do Arc. S. Miguel.—AB. DE TÀGILDE, A feira de S. Guálter. *Arch. port.*, ano 5.º, 1900.—LUÍS DE PINA, Franc. e Dom. nos hospitais, etc.

536-537 EDUARDO DE ALMEIDA, S. Torcato, etc.—FERREIRA CALDAS, Guimarães, etc.

538 AB. DE TÀGILDE, Guimarães e S.to António. 1895. Guimarães.

539 » » » Tàgilde. Memoria, etc.—Fr. M. DA ESPERANÇA, Hist. Seraph.

540 SILVA CARVALHO, O culto de S. Cosme e S. Damião em Portugal e no Brazil. Historia das Sociedades médicas portuguesas. 1928. Coímbra.

541 AB. DE TÀGILDE, Vim. Mon. Hist. Doc. I.

542 » » » » » » » CXCIV. Inquisitiones Regis D. Alphonsi II.

543 PINHO LEAL e PEDRO FERREIRA, Portugal antigo e moderno. 1874 a 1890. Lisboa.

544 GASPAR ESTAÇO, Varias antiguidades de Portugal.—FERREIRA CALDAS, Guimarães, etc.

545 AB. DE TÀGILDE, As epidemias em Guimarães. *R. de Guim.*, Vol. XXIII, 1906 e XXIV, 1907.

546-547 MAX. LEMOS, Hist. da Med., etc.

548 AB. DE TÀGILDE, As epidemias, etc.

549-550 CASTIGLIONI, Il libro della pestilenza — di Giovanni de Albertis da Capodistria (A.D.MCCCCL). Bologna-Trieste, MCMXXIV.

551 AB. DE TÀGILDE, As epidemias, etc.

552 » » » Arquivo da Coleg. de Guim. Doc. de 9-XI-1356. *R. de Guim.*, Vol. XXV, 1908.

553 AB. DE TÀGILDE, Arq. da Coleg. de Guim. Doc. 8-IX-1378. *R. de Guim.*, Vol. XXVI, 1909.

554 MAX. LEMOS, Hist. da Med., etc.

555 » » » » » » — JOÃO DE MEIRA, Da peste de 1415 e da palavra «trama» significando bubão pestilencial. *Arch. de Hist. de Medic.*, 3.º ano. Nova série. 1912. — A peste de 1384, e as diversas palavras empregadas para designar bubão pestilencial. Id., id., 2.º ano. Nova série. 1911. — BERNARDINO ANTÓNIO GOMES, Apontamentos para a historia epidemiologica portugueza. *Gazeta Medica de Lisboa,* 126, 6.º ano, 16-III-1858.

556 P.e CARVALHO DA COSTA, Chorografia, etc. — P.e TORCATO PEIXOTO, Memorias ressuscitadas, etc.

557 P.e CARVALHO DA COSTA, Chorografia, etc.

558 HERNÂNI MONTEIRO, Origens da Cirurgia Portuense. 1926. Pôrto.

559 » » » » » etc. — CHERUBINO LAGOA, Hospital e Albergaria de Santa Maria de Roc'Amador. 1899. Pôrto.

560 AB. DE TÀGILDE, Catálogo dos pergaminhos, etc. Doc. CCCLXXVI. *Arch. port.*, Vol. 13.º, 1908. — Em 1512 há novas referências à capela da Misericórdia. Id., id. Doc. CCCLXXVII e CCCLXXVIII.

561 Arquivo da Santa Casa da Misericórdia — Livro de Assentos. Título da despesa, n.º 12.

562-563 Informação do Sr. LOPES DE FARIA (Efeméride).

564 Arquivo da Miser. de Guim. — Livro de termos n.º 2. Deve-se ao distinto médico vimaranense Dr. JOAQUIM JOSÉ DE MEIRA, pai do Prof. JOÃO DE MEIRA, uma curta, mas importante notícia sôbre o hospital da Santa Casa. Êsse trabalho intitula-se: «Notas para a historia dos hospitais de Guimarães. O hospital da Misericordia. 1604-1843». *R. de Guim.*, n.º 3, Vol. II, 1885.

565 CHERUBINO LAGOA, Hospital e Alb. de Roc'Amador, etc.

566 INOCÊNCIO DA SILVA, Diccionario Bibliographico Portuguez. T. I.

567 » » » » » » — SILVA CARVALHO, Medicos e Curandeiros. 1917. Lisboa (Separ. de *A Medicina Contemporânea).*

568 ALEXANDRE HERCULANO, Opúsculos, V. Controversias e estudos historicos. II. MDCCCLXXXVI. Lisboa.

569 AB. DE TÀGILDE, Catál. dos Pergaminhos, etc. Doc. CCCLXXII. *Arch. port.*, Vol. 13.º, 1908.

570 GASPAR ESTAÇO, Varias antiguidades, etc.

571 BARBOSA, Bibliotheca Lusitana. (Cit. por INOCÊNCIO DA SILVA em Dic. Bibl. Port.).

572 SILVA CARVALHO, Medicos e Curandeiros.

573 JOÃO DE MEIRA, O Conc. de Guimarães. — ZEFERINO FALCÃO, A lepra em Portugal. Conferência realizada em 1900 na Academia Real das Sciências. Publicada nêsse mesmo ano.

574 Arquivo da Câmara Municipal de Guimarães. Livro das Vereações. I.

575 SILVA CARVALHO, Médicos e Curandeiros. — INOCÊNCIO DA SILVA, Dic. Bibl. Port. FRANCISCO ANTÓNIO MARTINS BASTOS, Nobiliarchia Medica. MDCCCLVIII. Lisboa.

576 FERREIRA CALDAS, Guimarães, etc. — INOCÊNCIO DA SILVA, Dic. Bibl. Port.

577 Leiam-se tais medidas em: Subsídios e documentos para a Historia da Medicina Portuguesa extrahidas das Instituições dos Bispados. *Arch. de Hist. de Med. Port.* Vol. II e III, 1887-1888 e 1888-1889. Pôrto.

578 BERNARDINO ANTÓNIO GOMES, Apontamentos para a hist. epidem., etc.

579 TORCATO PEIXOTO, Memorias ressusc., etc.

580 AB. DE TÀGILDE, As epidemias em Guimarães.

581 MAX. LEMOS, Hist. da Med., etc.

582 P.e CARVALHO DA COSTA, Chorografia, etc.

583 MAX. LEMOS, Hist. da Med., etc.

584 » » » » » » — AB. DE TÀGILDE, As epidemias, etc.

585 AB. DE TÀGILDE, As epidemias, etc.

586 » » » Apont. para a hist. do conc. de Guim. Abastec. de aguas potáveis. *R. de Guim.*, Vol. XX, XXI e XXII. 1903, 1904 e 1905.

587 J. DE MEIRA, Gafarias.

588 AB. DE TÀGILDE, Apontamentos para a historia de Guimarães. O arquiteto JOÃO LOPES DE AMORIM. *R. de Guim.*, Vol. XIX, 1902.

589 J. LOPES DE FARIA, Efeméride. *O Independente*, n.º 343.

590 AB. DE TÀGILDE, Apont. para a hist., etc. Abastec. de aguas potaveis. *R. de Guim.*, Vol. XX, 1903.

591-592 J. L. DE FARIA, Efemérides inéditas que li, por seu favor.

593 J. DE MEIRA, Assist. Públ. em Guim. I. Gafarias.

594 J. L. DE FARIA, Efeméride inédita.

595 BRÁS LUÍS DE ABREU, Portugal médico ou Monarchia medico-lusitana, historica, practica, symbolica, etc. MDCCXXVI. Lisboa.

596 J. L. DE FARIA, Efeméride inédita.

597 JOAQUIM DE MEIRA, Notas para a hist. dos hospitais, etc.

598 HERNÂNI MONTEIRO, Origens da Cirurgia, etc.

599 JOAQUIM DE MEIRA, Notas para a hist. dos hospitais, etc.

600 PEDRO DE AZEVEDO, Médicos cristãos novos que se ausentaram de Portugal no principio do século XVII. *Arch. de Hist. de Medic.*, Vol. 5.º.

601 PEDRO DE AZEVEDO, Médicos cristãos novos, etc.

602-603 AB. DE TÀGILDE, As epidemias, etc.

604 P.e F. CALDAS, *Ob. cit.* — JOÃO DE MEIRA, O Concelho de Guimarães.

605-606 JOAQUIM DE MEIRA, Nota para a hist. dos hosp. de Guimarães.

607 PEDRO JOSÉ DA SILVA, Principais factos da Pharmacia portugueza nos seculos passados. Memória publicada, na *Gazeta de Pharmacia.* 1868. Lisboa. — Sôbre a feição farmacêutica do século XVIII: BENEDICENTI, Malati-Medici, etc. *Ob. cit.* (Cap. XIX).

608 AB. DE TÀGILDE, Convento de Santa Clara de Guimarães. *R. de Guim.,* Vol. X, 1893.

609 Fr. FRANCISCO XAVIER, Convento da Costa. Necrologio da Congregaçam dos Monges de Portugal, do doutor maximo N. P. S. Jeronimo desde o ano de 1670. Ano de 1737 (Manuscrito). *R. de Guim.,* Vol. XXVIII, 1911.

610 ALBERTO BRAGA, Curiosidades de Guimarães.

611 AVELINO DA S. GUIMARÃES, Subsidios para a historia das industrias vimaranenses. *R. de Guim.,* Vol. IV, 1887.

612 HERNÂNI MONTEIRO, Origens da Cirurgia, etc.

613 MAX. LEMOS, *Ob. cit.* — HERNÂNI MONTEIRO, Origens da Cirurgia, etc.

614 J. A. PIRES DE LIMA, O «Charneca». *Arch. de Hist. de Med. Portug.,* ano 13.º, 1922.

615 HERNÂNI MONTEIRO, Origens da Cirurgia, etc.

616 MAX. LEMOS, Enciclopedia Portuguesa. Vol. IX.

617-618 INOCÊNCIO DA SILVA, Dic. Bibl. Port.

619 ARTUR LOBO DE AVILA e FERNANDO MENDES, A verdadeira paixão de Bocage. 1927. Lisboa.

620 J. LOPES DE FARIA, Velharias vimaranenses. *Gil Vicente,* fasc. 5.º e 6.º, 1927. Guimarães.

621 J. A. PIRES DE LIMA, O «Charneca».

622 J. J. DA SILVA PEREIRA, Aguas de Creixomil. *Gazeta Médica,* T. II, 1844. Pôrto.

623 J. L. DE FARIA, Velharias vimaranenses. *Gil Vicente,* fasc. 11.º e 12.º, 1926.

624 VERGÍLIO SARAIVA, O Doutor Bernardino Gomes. A sua vida e a sua obra. 1925. Lisboa.

625 J. L. DE FARIA, Efeméride.

626 EDUARDO DE ALMEIDA, S. Torcato.

627 J. LOPES DE FARIA, Velharias vimaranenses. *Gil Vicente,* n.os 11.º e 12.º, 1926. Guimarães.

628 EDUARDO DE ALMEIDA, S. Torcato.

629-630 HERNÂNI MONTEIRO, Origens da Cirurgia, etc.

631 JOÃO DE MEIRA, O Concelho de Guimarães.

Os dois primeiros versos da quadra a que me refiro em páginas 155 saíram estropiados por traição da memória que mos ditou. A quadra é como segue:

A Senhora da Oliveira
de pequenina tem graça;
tem bons *mantos de virtude*
e a oliveira na praça.

A figura que serviu de tema à ilustração da capa dêste trabalho é cópia de um desenho à pêna existente num manuscrito do século XVII (1678), pertença do Arquivo da Insigne e Real Colegiada de Guimarães, que se guarda na Sociedade Martins Sarmento. O anónimo artista quiz representar, certamente, o lendário padrão de Nossa Senhora da Oliveira, já desaparecido.

A meu Pai LUÍS AUGUSTO DE PINA, devo os desenhos de pág. 144, 156 e 192, bem como as plantas de Guimarães (pág. 141) e das ruínas romanas das Caldas de Vizela (pág. 303). Os restantes desenhos são do autor.

Ao tempo de já se estar imprimindo definitivamente esta obra apareceram publicados outros trabalhos de diversos autores, relacionados com assuntos nela tambem referidos; como, por isso, me foi totalmente impossível mencioná-los no texto e, adei, nas notas bibliográficas, faço-o agora. Assim, de MÁRIO CARDOSO aponto dois artigos de vulgarização e propaganda insertos nos jornais *O Século,* de 19 de Abril e *Diário do Minho,* de 4 de Maio, ambos dêste ano, sôbre a Citânia de Briteiros e Sabroso e, dum modo geral, sôbre o recheio do Museu Martins Sarmento. Na *Revista de Guimarães,* n.os 3-4, Vol. XXXVIII, publicou o mesmo autor dois trabalhos: um, a continuar, sôbre a tam discutida aínda «Pedra Formosa», cada vez mais indecifrável, à qual já me referi nesta obra a pág. 89 e no meu citado pequeno trabalho «Bruxas e Medicina»; outro, a propósito do «Colosso de Pedralva», historiando a aquisição da descomunal escultura pelo saüdoso MARTINS SARMENTO e pedindo a sua remoção para o Museu da Sociedade, onde já se encontra.

RUI DE SERPA PINTO publicou um breve estudo sôbre «Machados» do Museu da Sociedade Martins Sarmento, no qual arrolou os de pedra polida e de bronze *(Rev. de Guim.,* n.os 3-4, Vol. XXXVIII, 1928); e os distintos arqueólogos galegos FLORENTINO CUEVILLAS e FERMÍN BOUZA BREY publicaram o notável trabalho sôbre «Os Oestrimnios, os Saefes e a Ofiolatría en Galiza». Corunha, 1929, cujo amável oferecimento muito agradeço; nesta obra traçam os autores um curioso paralelo entre as culturas prè- e

protohistóricas galega e portuguesa, confrontando os achados respectivos e dispondo-os em rol: dolmens, gravuras rupestres, *castros,* divindades, etc. Além das referências a Bormânico, deus tutelar de Vizela, à Citânia de Briteiros, ao castro de Sabroso, etc., CUEVILLAS e B. BREY falam-nos sôbre o culto da serpente na Galiza, que crêem ser prècristão, relacionando-o com representações do sol, cisnes, círculos, suásticas, etc. Citando a serpente de Esculápio, dizem que ela «ostenta um marcado carácter solar...» Êste estudo de CUEVILLAS e BREY vem reforçar o que indiquei neste meu trabalho sôbre o culto do sol e da serpente, em páginas 47 a 50. Por último, devo referir-me à descoberta de nova estação asturiense em Carreço (Viana do Castelo), que se deve a AFONSO DO PAÇO e que foi revelada em *O Século,* de 21 de Abril dêste ano.

Para ser incluído na nota bibliográfica 139 menciono o trabalho de SALOMON REINACH, intitulado «Le mirage oriental» *(L'Anthropologie,* T. 4.º, 1893 e seg.).



À JUNTA DE EDUCAÇÃO NACIONAL, que me deu a honra de subsidiar a publicação dêste trabalho, aqui deixo sinceramente expresso, com a minha admiração, o meu profundo reconhecimento.

Contra a vontade do autor, algumas *gralhas* escaparam à vigilância da emenda; as de mais vulto rectifico-as em seguida, as de somenos o leitor indulgentíssimo as compreenderá, perdoando-as e corrigindo-as.

PÁG.	LINHA	ONDE SE LÊ	LEIA-SE
13	10	*Gazeta Médica dos Hospitais*	*Gazeta dos Hospitaes*
24	1 e 2	tivesse como por	tivessem como
24	38	Furmicha	Furninha
51	7	Prof. BROCA, quando, ante a dúvida	Prof. BROCA ante a dúvida
52	2	por provar; para	por provar: para
59	16	tempos a Península	tempos foi a Península
60	15	Século I A. C.	Século I E. C.
65	24	sôbre duas formas	sob duas formas
70	32	três séculos depois	três séculos antes
89	4	por inoportuno	por inoportuna
101	34	*anterior*	*interior*
112	21	de muita	de muito
123	21	condecimus	concedimus
134	23	Domingos João	Domingas João
141	—	N.º 28 Tôrre	N.º 28 Postigo
206	20	trasladado no volume VI	no volume VI
220	16	da mesma	do mesmo
233	7	1801	1802
247	35	de Santo António	do de Santo António
249	16	cobiçados	cubiçados
294	10	muidos	unidos
306	4	LORD AVERBURY	LORD AVEBURY
312	15	» »	» »
314	20	» »	» »
315	7	1884	1839
315	15	1884	1844